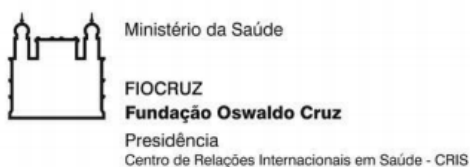


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 03/2024
28 de fevereiro a 12 de março de 2024



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 14 de março de 2024



SUMÁRIO

04 Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

11 Quatro anos de Covid-19 – *Margareth Dalcolmo*

Sistema Nações Unidas

13 O tempo de um segundo - *Santiago Alcázar*

16 Um mundo que prioriza os gastos militares em detrimento do desenvolvimento sustentável
Sebastian Tobar

18 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - Relatório do
Desenvolvimento Humano 2023-2024

21 O tempo maleável até um acordo final - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

27 A sexta sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente - *Danielly de P.
Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

35 Conectando Destinos: Plano Estratégico da OIM para um Mundo Inclusivo - *Rafael Gomes
França, Caio Murta, Giulia Mariano Machado, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina
Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

38 Dia Internacional da Mulher 2024 e 68ª Comissão Sobre a Situação das Mulheres - *Maria
Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

44 Transformar os sistemas alimentares para enfrentar a pandemia da obesidade - *Eduardo
Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

54 Informe UNESCO: educação, ciência e cultura - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Vitor
Rodrigues e Heliton Barros*

62 Instituições Financeiras Multilaterais no G20 Brasil e as Reuniões Anuais do BID - *Isis Pillar
Cazumbá*

74 13ª Conferência Ministerial da OMC: Resultados e Perspectivas - *Claudia Chamas e Bernardo
Bahia Cesário*

82 Discurso do chanceler brasileiro, Mauro Vieira, na 13ª. Conferência Ministerial da OMC

Movimentos sociais globais e saúde

84 Quem segura as “batatas quentes” do mundo? Problemas persistentes e engrenagens
globais resistentes - *Laurenice Pires, Diana Reyna Zeballos Rivas, Elwira Gliwska, Jesús
Enrique Patiño Escarcina, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Tatiana Cerqueira
Machado Medrado e Luis Eugênio de Souza*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

106 Desafios da negociação: Sul Global - *Regina Ungerer*

115 Superar desigualdades e garantir inclusão no G20. O G7 sob presidência da italiana Giorgia
Meloni dá início às reuniões ministeriais. Preocupações sobre o Novo Acordo sobre

Pandemias são levantadas durante o primeiro encontro dos Ministros da Saúde do G7. Dívidas mundiais e combate a desinformação são destaques para a OCDE - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*

125 Rússia anuncia parte do calendário de eventos 2024 do BRICS, NBD contribuirá com o G20, países BRICS estão desenvolvendo um sistema de pagamentos e Índia e Rússia assinam acordo de cooperação em medicamentos - *Claudia Hoirisch*

132 O multilateralismo latinoamericano está mais autônomo e fortalecido? - *Miryam Minayo, Sebastian Tobar e Samia de Brito*

147 Discurso do presidente Lula na sessão de encerramento da 46ª Conferência da Comunidade do Caribe

150 Discurso do presidente Lula durante a Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)

154 Educação como tema da União Africana para 2024 - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

170 Na Europa, França transforma o aborto em direito constitucional - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

173 Mulheres na força de trabalho na Ásia e Região Mena. O que está faltando? - *Lúcia Marques*

186 Duas Sessões: Novas Forças Produtivas - *André Costa Lobato e Li Yunyun*

191 Atualização EUA - *Guto Galvão*

196 O sermão do Capitólio - *Adhemar Bahadian*

Autores deste fascículo - 198

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 201

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 202



CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 03/2024 – 28 de fevereiro a 12 de março de 2024

Apresentação

Abrimos este Caderno 3 com uma saudação à todas as mulheres do mundo pelo **Dia Internacional da Mulher**, comemorado a 8 de março. Elas são hoje maioria em quase todos os sistemas de saúde do mundo, e do espírito amoroso das mulheres é de onde advém muitas vezes a qualidade dos sistemas de saúde bem-sucedidos, nos quais elas são a maioria da força de trabalho. Oxalá, passem a receber o tratamento salarial equitativo aos dos homens, pois ainda vivemos a perversa realidade de atividades idênticas, mas salários muitas vezes diferenciados, segundo gênero.

Reuniões de alto nível de G20, G7 e BRICS, 3ª. Cúpula do Sul, Cúpula da União Africana, Assembleia da ONU sobre Ambiente (UNEA-6), Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), Cúpulas da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Comunidade de Países Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), Fórum Social Mundial, Movimento de Saúde dos Povos, manutenção das guerras midiáticas e de centenas de outros conflitos militares. Uma potente agenda global e multiterritorial desafia governos e movimentos sociais neste início de 2024. O fascículo 3 dos Cadernos aborda boa parte destes temas, pois alguns deles já foram objeto de nossa atenção nos fascículos 1 e 2.

Uma série de acontecimentos muito importantes no cenário global neste início de ano estiveram relacionados com o **G20**: a primeira *Reunião dos Chanceleres*, presencial, no Rio de Janeiro, dias *21 e 22 de fevereiro*; a primeira reunião (virtual) do *Grupo de Trabalho de Saúde*, virtual, dia *22 de fevereiro*; a primeira reunião (híbrida) da *Aliança Global contra a Pobreza e a Fome*; e primeira reunião presencial da *Trilha de Finanças do G20*, entre *26 e 29 de fevereiro*, em São Paulo.

Na **América Latina e Caribe** destacamos a *Cúpula da Comunidade de Estados do Caribe (CARICOM)*, dia *28 de fevereiro* e, logo a seguir, em *1º de março*, a *Cúpula da Comunidade de Países Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)*, em Kingston, capital de São Vicente e Granadinas.

A **Assembleia das Nações Unidas sobre Ambiente (UNEA-6)** realizou-se de 26 de fevereiro a 1 de março de 2024, com foco no fortalecimento do multilateralismo ambiental para lidar com a tripla crise planetária, mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição.

A **13ª. Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) (MC13)** foi realizada em Abu Dhabi. Marcada para ocorrer de 26 a 29 de fevereiro foi estendida e encerrou em 2 de março em busca de acordos que, afinal, não foram alcançados.

Sobre estes e outros tantos temas delicados e de alto impacto sobre a saúde humana e planetária é que trata este fascículo 3 dos Cadernos de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Um registro, entretanto, se faz imprescindível: todos estes espaços políticos de alta relevância, sem exceção, ignoram, se omitem, ou manifestam-se de forma tibia sobre o tema da saúde, considerando a terrível experiência mundial com a Covid-19 e a permanência de todas as condições – políticas, sociais, econômicas e ambientais – para que sejamos assolados por uma nova pandemia, a doença X.

Em 12 de março, registra-se o ano 4 de decretação, pela OMS, do estado de pandemia da Covid-19. **Margareth Dalcolmo**, pesquisadora da Fiocruz, publicou em **O Globo** uma crônica que, autorizados pela autora, reproduzimos na abertura deste Caderno, refletindo sobre as dores que a pandemia trouxe à humanidade, mas também os progressos científicos, que permitiram avanços no enfrentamento da enfermidade.

E esses olhos de espanto que não se fecham! Assim **Alcázar** encerra sua reflexão sobre Gaza e a tragédia humanitária, analisando as novas e confirmadas nuances do processo em curso, as posições de diversos atores globais e, particularmente, do governo israelense. Uma reflexão dos olhos abertos dos Cadernos, vigilante com relação à absurda inação da comunidade internacional diante da matança que já alcança mais de 31 mil pessoas, principalmente mulheres e crianças. E o pior, as negociações estão paralisadas, a crise humanitária e de saúde aumentam a cada dia que passa.

Em setembro de 2015, na 70.^a Assembleia Geral da ONU, os Chefes de Estado e de Governo subscreveram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Quase 9 anos depois, o mundo parece mais interessado na guerra do que nos objetivos que o uniu naquela Assembleia. Como afirma **Tobar**, neste curto, mas incisivo artigo, em 2023, os gastos militares globais foram 52 vezes maiores do que a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD). Diante destas circunstâncias, propõe a recuperação do compromisso ético com o desenvolvimento sustentável e regressar à mensagem do Papa Francisco que, na encíclica *Laudato Si*, chama a humanidade a “*cuidar da Casa Comum*”.

Publicado no dia 13 de março de 2024, o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2023-2024* do **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)** está sendo imediatamente noticiado aos leitores dos Cadernos por sua importância para o entendimento da situação econômica social global, além de outros elementos relevantes do desenvolvimento, e oferecido o link de acesso à versão completa do documento. No próximo fascículo, nossos analistas se debruçarão sobre o Relatório, trazendo uma visão crítica sobre o mesmo e refletindo sobre as implicações para o campo da saúde, importante dimensão do desenvolvimento, e por ele influenciado.

Não é uma guerra convencional, mas uma chaga aberta e exposta no nosso hemisfério. Trata-se do **Haiti**. É inaceitável o que está ocorrendo naquele país, o terror e o medo implantados, e agora, o máximo desgoverno, com a renúncia do até aqui primeiro-ministro Henry, que na verdade se mantinha ilegalmente no poder. Não é aceitável que os países da ALC e os grandes do Norte do hemisfério não enfrentem o problema que efetivamente vitima a população mais vulnerável do país, principalmente crianças, adolescentes, mulheres e idosos. É absurdo que nossos países estejam tentando passar adiante o problema, para... o Quênia, país africano, e de língua inglesa. Indesculpável as omissões da CELAC, da OEA, e da própria diplomacia brasileira, tão afoita em declarações ousadas, e tão tímida para agir numa situação real e dolorosa ao nosso lado. Cobramos aqui uma ação urgente dos países latino-americanos, a quem a história cobrará por cada vítima, por cada criança, mulher ou vulnerável que perecer no Haiti.

Diante ainda de divergências, na **OMS**, a *8ª Reunião do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB8)* encerrou-se em 1º de março, após duas intensas semanas de trabalho para avançar na elaboração de uma convenção, acordo ou outro instrumento para prevenção, preparação e resposta a pandemias. Um dos principais pontos de tensão segue sendo o pautado no artigo 12, que de acordo com os países desenvolvidos não vinculava

adequadamente o acesso aos patógenos às obrigações relacionadas à repartição de benefícios advindos de seu uso, principalmente comercial. Além disso, houve divergências em outros pontos, como a manutenção do princípio de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", a inclusão de um novo anexo com obrigações adicionais sobre capacidades de prevenção e "One Health", a falta de iniciativas concretas sobre transferência de tecnologia e propriedade intelectual, entre outros. **Bermudez, Reges e Galvão** concluem que é pouco tempo até maio para se chegar a um acordo ambicioso, mas é imprescindível acompanhar o desgastado processo ser concluído.

A sexta sessão da **Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-6)** ocorreu de 26 de fevereiro a 1º de março de 2024 em Nairóbi, Quênia, focando em enfrentar a crise climática, perda de biodiversidade e poluição. Dezenove resoluções foram discutidas, com 15 sendo aprovadas, abordando temas como mineração, estilos de vida sustentáveis e gestão oceânica. Para nossos analistas **Magalhães e Galvão**, apesar dos desafios enfrentados, como falta de consenso em algumas áreas, a reunião destacou a importância do multilateralismo e do diálogo entre partes interessadas. A diretora executiva do PNUMA enfatizou a necessidade de união contra os desafios ambientais. Enquanto alguns Estados expressaram satisfação com os resultados, outros levantaram preocupações sobre a falta de referências específicas, como o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e a justiça climática. Os grupos de partes interessadas também expressaram preocupações sobre inclusão e justiça climática. No geral, embora a UNEA-6 tenha enfrentado obstáculos, ela continua sendo uma plataforma crucial para enfrentar os desafios ambientais globais, além de ser um evento importante para a saúde pública, ao destacar a relação entre as crises ambientais e a saúde humana, promover ações globais para enfrentá-las e incentivar a cooperação internacional para proteger a saúde das populações.

No seu informe, o **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** explora o *Plano Estratégico da Organização Internacional para Migrações 2024 – 2028*, cujos objetivos são: i) salvar vidas e proteger pessoas em movimento; ii) impulsionar soluções para deslocamentos e iii) facilitar vias para a migração regular, que ajudará a tornar a migração mais segura e ordenada, combatendo os incentivos para o contrabando de migrantes, o tráfico de pessoas, a exploração e o abuso.

No Dia Internacional da Mulher, a **ONU Mulheres** defende o investimento nas mulheres como a melhor solução para enfrentar a escalada das crises internacionais. Com quase metade da população mundial residindo em países submetidos a processos eleitorais em 2024, o dia 8 de março serve como uma oportunidade fundamental para moldar o futuro desejado. Mais de 10% das mulheres no mundo vivem na pobreza extrema, e a igualdade de gênero é identificada como um potente catalisador para a mudança desse cenário. A capacitação econômica das mulheres através do acesso a empregos de qualidade e à proteção social e jurídica abrangente surge como estratégia fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e no combate à pobreza. A urgência de investimentos centrados no gênero é sublinhada, especialmente no contexto da *68.ª Comissão sobre a Situação da Mulher*, realizada de 11 a 22 de março, onde os líderes globais convergem para acelerar o progresso rumo à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Por fim, **Massari e Gomes** trazem dados de um relatório da ONU Mulheres que revela a grave crise em Gaza, destacando as mulheres e meninas como as mais afetadas durante os seis meses de conflito na região - onde 70% dos mortos são mulheres ou crianças.

Nilson, Silva, Ell e Ubarana aproveitamos o **Dia Mundial da Obesidade**, em 4 de março, para discutir essa pandemia, como se atrela aos sistemas alimentares hegemônicos e qual o papel dos governos nacionais e organismos internacionais nessa agenda.

O artigo de **Cazumbá** tem como objetivo mostrar a participação das **instituições financeiras multilaterais** nas reuniões do G20 Brasil e as iniciativas e ações do BID durante as reuniões anuais.

A **13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio** ocorreu de 26 de fevereiro a 2 de março, em Abu Dhabi. Segundo **Chamas e Cesário**, foi marcada pelas imensas dificuldades para navegar em meio a crises globais sobrepostas e oferecer respostas institucionais satisfatórias no campo do comércio multilateral. Em meio à dificuldade em encontrar convergência em campo circunscrito por protecionismos, a Conferência terminou com algumas decisões e compromisso de continuar as negociações em andamento.

O **2º Fórum Global sobre Ética da Inteligência Artificial** da **UNESCO**, realizado em Kranj, Eslovênia, nos dias 5 e 6 de fevereiro de 2024, teve como tema "*Mudando o cenário da governança da IA*" é abordado por nossos analistas **Gaspar, Sanglard, Rodrigues e Barros**. O evento reuniu líderes do setor, representantes acadêmicos, ONGs e governos para discutir desafios e boas práticas na governança da IA em níveis global, nacional e regional. O fórum abordou temas como legislação sobre IA, supervisão ética, parcerias com o setor privado e o impacto de IA na igualdade de gênero. Além disso, o Fórum marcou o lançamento de várias iniciativas da UNESCO, incluindo o Observatório Global de Ética em IA e a Rede de Especialistas em Ética em IA da UNESCO sem Fronteiras. Uma sessão ministerial destacou o papel das legislações nacionais, com 127 países aprovando leis relacionadas à IA em 2022. Houve também ênfase na necessidade de traduzir princípios éticos em políticas de ação. O evento encerrou-se com a presença de autoridades eslovenas e representantes da UNESCO, ressaltando a necessidade contínua de colaboração global na governança ética da IA.

Na quinzena recém finda, 38 das 50 **Organizações da Sociedade Civil (OSC)** monitoradas tiveram manifestações merecedoras de registro neste informe. A *crise climática e seus efeitos na insegurança alimentar e na saúde* foram os temas mais frequentes das manifestações das OSC, como objetos de denúncias e apelos por resposta a governos e organizações multilaterais. Em segundo lugar, foram as *guerras e as crises humanitárias* os assuntos que mais mobilizaram as OSC, tendo sido salientadas as situações dramáticas no Sudão do Sul e na Faixa de Gaza. Também tiveram destaque as negociações em torno do *tratado ou acordo pandêmico*, cuja última versão foi caracterizada como vergonhosa e injusta por não prever medidas de garantia do acesso equitativo a tecnologias de combate às pandemias. Foram também mencionadas as *doenças crônicas não transmissíveis*, associadas à obesidade que já atinge a mais de um bilhão de pessoas no mundo. O *Dia Internacional da Mulher* também foi muito lembrado, resgatando-se seu sentido de luta por direitos. Enfim, as OSC têm se mantido firmes no enfrentamento da crise climática e da insegurança alimentar e nas lutas por paz e justiça social. Para **Souza e grupo de trabalho**, as manifestações das OSC evidenciam que a questão maior é a omissão das lideranças nacionais e globais, públicas e privadas, que não assumem plenamente suas responsabilidades perante os cidadãos de cada país e do mundo. Essas lideranças seguem como crianças na brincadeira: "*Batata que passa quente, batata que já passou, quem ficar com essa batata, coitadinho se queimou*".

Na **cooperação Sul-Sul**, cresce a busca por parceria com o UNOSSC. Aproveitando a oportunidade, o representante permanente adjunto do Brasil junto à ONU, destacou as

prioridades do Brasil na Presidência do G20 e a relevância da Cooperação Sul-Sul e da Cooperação Triangular no avanço da igualdade e do Desenvolvimento Sustentável, em reunião interna do UNOSSC. A representante permanente de Portugal junto da ONU destacou que Portugal é um dos principais defensores da Cooperação Triangular entre os membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento, que é ligado ao OCDE, que é um fórum internacional de cooperação com os 24 maiores países doadores do mundo, entre eles, Portugal que considera importante a Cooperação Triangular como complemento da cooperação Sul-Sul. O G-77 e a China ressaltaram que o rascunho sobre o processo de revisão das resoluções sobre o ECOSOC e HLPF não reflete a posição de 134 países. Seguem firme com as discussões sobre o Pacto Digital Global e sobre a preparação para a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento que será realizada em 2025. O Movimento Jovem dos Não Alinhados tem publicado a "História do Movimento dos Não-Alinhados" para que os seus princípios sejam conhecidos pelos mais jovens. Já o Centro Sul destaca o auto enfraquecimento da convenção sobre a biodiversidade, o apoio as campanhas de sensibilização sobre resistência antimicrobiana e a possibilidade de aproveitar a governança ambiental e social para promover o investimento responsável e os direitos humanos.

No **G20**, superar desigualdades e garantir inclusão foram pautas centrais nesta quinzena. Os temas aparecem na *Reunião dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais*, sobretudo a partir da taxação dos mais ricos, e no trabalho colaborativo dos grupos de engajamento como o T20. No **G7**, ocorreu a *primeira reunião dos ministros da saúde do grupo* no âmbito da presidência italiana, com foco na preocupação com o prazo para o novo Acordo Global sobre pandemias. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a publicação de um relatório sobre a dívida mundial, um lançamento sobre fluxos econômicos de assistência ao desenvolvimento, um estudo sobre combate à desinformação, a atualização do entendimento da organização sobre sistema de IA e dados sobre a inflação global de janeiro de 2024. São os conteúdos abordados por Esteves, Burger, Estephânio e os demais analistas do CRIS.

A Rússia anunciou parte do calendário dos **BRICS** para 2024. O MRE do Brasil incluiu o NBD na lista de organizações que contribuirão com a presidência brasileira do G20 em 2024 e excluiu a OCDE que será convidada a participar das reuniões. Ainda sobre o NBD, no início de dezembro de 2023, o Brasil assinou dois empréstimos totalizando US\$ 1,7 bilhão com o Banco para, respectivamente, reduzir as emissões de gases de efeito estufa e viabilizar ações de adaptação às mudanças climáticas; e apoiar o programa de infraestrutura sustentável e assistência a estados e municípios. Os países BRICS estão desenvolvendo um sistema de pagamentos chamado *BRICS Pay*, visando facilitar pagamentos e liquidações em suas moedas locais, que funciona como um mecanismo de mensagens de pagamentos semelhante ao sistema SWIFT. No final de dezembro de 2023, dois países do BRICS, Índia e Rússia assinaram acordos para fortalecer as áreas de medicamentos e outras substâncias farmacêuticas, bem como dispositivos médicos. Estes os temas abordados por **Cláudia Hoirisch** no informe da quinzena.

O relatório sobre **América Latina e Caribe** apresenta o panorama político recente da região latino-americana, com os principais temas que têm sido objeto da agenda regional. **Tobar, Minayo e Brito** destacam a *46ª Reunião Ordinária da Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM)* e a *VIII Cúpula da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)*. Apresentam ainda a busca pelo fortalecimento da temática ambiental nos *fóruns de ibero-americanos* e indicam o lançamento pela *CEPAL* do relatório sobre dinâmica demográfica e impacto no trabalho na América Latina. Observam as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: ações do *ORAS-*

CONHU para a infância e adolescência; a promoção de ações nas áreas de vigilância sanitária e saúde e gênero pela COMISCA; a participação do SELA na Cúpula da CELAC; a discussão da OTCA nas áreas de ilícitos ambientais e gestão dos recursos hídricos e por fim, discutimos a grave crise política haitiana, as negociações entre Brasil e Paraguai pela alteração de tarifas em Itaipu e a morte de militar venezuelano no Chile.

Pela importância das posições defendidas e das expectativas despertadas, reproduzimos na íntegra os **discursos do presidente Lula**, tanto na **Cúpula do CARICOM**, quanto na **Cúpula da CELAC**.

O informe de **Silva, Mahoche, Cá e Rosenberg** sobre a **África** traz o rescaldo da 37ª *Cúpula da União Africana*, relevando o tema aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo “*Formar os Africanos para o Século XXI - criar sistemas de educação resilientes para aumentar o acesso a uma aprendizagem inclusiva, relevante, de qualidade e contínua em África*”. O informe também repercute dois eventos de suma importância. Primeiro, a *Conferência Ministerial sobre a Malária nos países africanos*, com a maior carga de doença, que suportam 70% da malária, tendo os ministros comprometidos em proteger os seus povos das consequências devastadoras dessa endêmica doença. O segundo, a *Reunião Anual da IANPHI*, realizada em Kigali, com a participação presencial e remota da Fiocruz. Os Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) de todo o mundo discutiram como reforçar a resiliência dos sistemas de saúde e das comunidades face à crescente ameaça das doenças, à persistente e crescente desigualdade na saúde, às mudanças climáticas e ambientais e a outros perigos para a saúde. Contou com uma forte participação presencial de toda a África, da Ásia, da Europa, dos Estados Unidos da América, do Canadá, do Oriente Médio e muito menos da América Latina. O CDC África fez do reforço dos INSP do continente uma prioridade. Os membros e parceiros da IANPHI identificaram o apoio entre pares e a colaboração entre os INSP e os Ministérios da Saúde, bem como o papel de liderança nestas agendas que os INSP podem desempenhar, como sendo fundamentais para a ambição de concretizar as EPHF e reforçar a resiliência e a sustentabilidade.

Em seu informe sobre a **Europa**, **Freire** destaca a liberdade garantida ao aborto prevista constitucionalmente na França, frente à importância do tema para a saúde pública e ao crescimento da extrema direita na Europa, que teve mais uma demonstração nas urnas portuguesas. Relatórios do European Centre for Disease Control (ECDC), revelam preocupante crescimento de IST na UE. Na esteira das guerras, a Suécia adere à Otan e um corredor marítimo Chipre-Gaza é inaugurado, enquanto as exportações de armas crescem mundialmente.

Em *Portugal*, a centro-direita e os socialistas tiveram praticamente o mesmo percentual de votos (28%) nas eleições legislativas de 10 de março, enquanto a extrema-direita avançou, ficando com 18% dos votos. Nenhum partido sozinho formará maioria. A expectativa agora é quanto às alianças para a formação do novo governo, pois embora um partido possa governar com minoria legislativa, isto é fonte de permanente instabilidade política. A centro-direita fez campanha afirmando que não se aliaria aos extremistas saudosos do salazarismo, são anti-migração e tem uma pauta de costumes extremamente conservadora. O que nos reserva os próximos 50 anos na democracia portuguesa, que em 25 de abril deste ano comemora os primeiros 50 anos da democratização, só o tempo dirá, mas terá de parte dos militantes de todo um mundo uma atenta vigilância.

O novo olhar, com novos dados, para análise sobre o avanço na igualdade de gênero no mundo, mostra os gaps entre as leis e a prática e que até mesmo os países mais ricos deixam a desejar. É o que aponta o novo relatório do **Banco Mundial**, **Mulheres, Empresa e Lei 2024**. O

estudo mostra que os governos de muitos países não aplicaram adequadamente as leis existentes. E sinaliza que ações como campanhas esclarecedoras, para quebra de conceitos e preconceitos tanto no universo marco das finanças, quanto no universo dos comportamentos históricos machistas que se perpetuam, são necessários. **Ásia e Região Mena**, juntamente com a África subsaariana são as regiões com os menores índices de evolução, embora tenha havido avanços significativos. Outros relatórios e estudos corroboram a análise do Banco Mundial e reafirma a necessidade de uma abordagem holística ou levaremos 131 anos para alcançar a igualdade, como apontou o Fórum Econômico Mundial. No *Tabuleiro da Geopolítica*, Gaza no discurso no Congresso do presidente dos EUA, Joe Biden, e a ambiguidade que reflete a fraqueza do líder. Estes os destaques de **Lúcia Marques** na quinzena recém finda.

Os órgãos legislativo e consultivo nacionais da **China** realizaram reuniões em Pequim. O conceito de “*Novas Forças Produtivas de Qualidade*” foi amplamente debatido e o aumento dos investimentos em pesquisa básica foi apresentado. Entre as prioridades, o desenvolvimento da inteligência artificial. Wang Yi, chefe da diplomacia, disse que esse ano será importante para o Sul Global e questionou a legitimidade dos EUA. Ainda segundo **Lobato e Li**, novo relatório global de pesquisa e desenvolvimento em saúde aponta crescimento de novas substâncias lançadas por empresas chinesas e uma tendência de nacionalização dos testes clínicos.

Nos **Estados Unidos**, o discurso do Estado da Nação do Presidente Biden em 2024 abordou vários desafios cruciais para os Estados Unidos. Biden destacou a importância da unidade e do bipartidarismo para enfrentar esses desafios. Segundo **Galvão**, os principais pontos incluem: Economia, Guerra na Ucrânia, Mudanças Climáticas, Saúde Pública, Segurança Pública, Imigração e Justiça Racial. As Academias Nacionais de Ciências, Medicina e Engenharia dos EUA prepararam anotações sobre o Discurso do presidente Joe Biden e remetem o leitor a vários recursos disponíveis.

O **embaixador Adhemar Bahadian** faz uma análise aguda sobre as duas forças que vão disputar a Casa Branca em novembro, oferecendo aos leitores uma reflexão sobre o que podem representar as vitórias do Biden ou Trump, inclinando-se pelas propostas mais racionais e moderadas do primeiro e alertando os perigos que rondarão as democracias americanas e global em caso de vitória do ex-presidente.

Apesar de voltados centralmente para a saúde global, não podemos deixar de registrar o lançamento, aqui no Brasil, do livro **SUS: uma biografia: Lutas e conquistas da sociedade brasileira**, de *Luiz Antonio Santini e Clovis Bulcão*, um registro da história do nosso sistema de saúde, com suas conquistas, defeitos, inovações, contradições, pelos olhos de um dos mais importantes especialistas em saúde pública do país.

O CRIS associa-se à toda a Fiocruz que, por meio da presidência registrou e lamenta a morte da sanitarista **Laís Guerra de Macedo**, brava mulher brasileira, que liderou a luta contra a AIDS no Brasil nos primeiros anos, recentemente falecida.

Boa leitura, e até a próxima.

Rio de Janeiro, Mangueiras, 14 de março de 2024

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz

Quatro anos da Covid-19¹

Margareth Dalcolmo

No dia 12 de março de 2020 a OMS declarava a disseminação da epidemia do novo coronavírus, descoberto na província de Wuhan, na China, nos últimos dias do ano anterior, já denominado Sars-CoV-2, e a doença Covid-19, no status de pandemia, isto é, alcançando todos os continentes e com transmissão sustentada de uma pessoa para três a quatro outras.

Que força prodigiosa de vitalidade e resistência nos traz daquele longínquo dezembro de 2019, até os nossos dias, com tudo o que vivemos pessoal e coletivamente? Com descobertas e decepções, sabemos que nossos serviços, grupos de profissionais, instituições e pessoas foram levadas ao limite da resiliência.

Porém, a despeito das adversidades, para que não esqueçamos, posto que nossa memória coletiva é fraca, aqui genotipamos o genoma do agente viral em poucos dias com o grupo liderado pela Profa. Esther Sabino; desenvolvemos grandes estudos de fase 3 de vacinas, incluindo milhares de voluntários; desenvolvemos estudos clínicos com medicamentos, com anticorpos monoclonais, transferência de plasma, e com modalidades de ventilação mecânica para casos graves; colaboramos em estudos multicêntricos internacionais, e publicamos em periódicos médicos indexados de grande qualidade, estando entre os países que mais produziram cientificamente. Além disso, numa cultura concentracionista de renda como a nossa e sem tradição em doar, vimos que seria possível a criação de um voluntariado de nova qualidade no país, financiando serviços, pesquisas e assistência social.

As epidemias acompanham e demarcam a história do homem no planeta nos últimos 2.500 anos, e constituem o que os sociólogos chamam de “um fato social total”, isto é, afetam inteiramente as sociedades, quer na sua funcionalidade, na cultura, na política, na economia, e até na religião. A crise sanitária mundial desencadeada pela Covid-19 ilustra o fenômeno com acuidade inclusive por ser a primeira epidemia digital de nossas vidas. A captura de toda a sociedade pela pandemia, seu impacto e suas consequências nos instam a rever a amplitude das epidemias do passado, sua dinâmica, a permitir um compreender do que serão as epidemias do futuro, e nos preparar, em contingência e recursos humanos de mobilização imediata diante da necessidade.

Poderia dizer que é frustração o que se chama, quando nos damos conta de que, nostalgicamente ou não, deixamos de alcançar um objetivo, ou de materializar um desejo, o que povoa o nosso imaginário com densidade própria de páthos. Isso se dá quando percebemos a obstinação de seres humanos, que ainda, após esse tempo de excesso de luto pelas quase 720 mil vítimas da pandemia no Brasil, das quais sabemos tantos milhares evitáveis, se dão ao desplante de disseminar informações falaciosas sobre as medidas de saúde pública que nós sabíamos seriam necessárias, como: em se tratando de virose aguda e de transmissão respiratória, a grande arma para conter seriam as vacinas; e não medicamentos que, já havendo sido testados em reposicionamento de fármacos, se mostrariam inúteis; isolamento e distanciamento físico seriam inevitáveis, apesar de duros em nossa cultura gregária; o Sistema Único de Saúde, sua infraestrutura e logística ágeis teriam sido salvadoras como a grande arma,

¹ Publicado originalmente em O GLOBO, edição de 12 de março de 2024, pg. 23, e reproduzido pelo Caderno CRIS com autorização da Autora.

não tivéssemos sido apanhados em momento de penúria e desmonte de muito da estrutura do SUS.

Sem dúvida a Covid-19 criou uma biunivocidade de lutos e uma partilha compulsória de angústias e expectativas, tudo o oposto da perplexidade, para a qual nem chance tivemos. Faz-me lembrar do grande escritor George Bernanos, que em conversa com uma freira, disse: “não morremos apenas cada um por si, mas uns por outros, e algumas vezes, uns em lugar de outros”. Que saibamos fazer desta data, mais do que celebração pela bem-vinda abertura do Memorial Pandemia Covid-19, no Rio de Janeiro, um alerta verdadeiro para que não volte a acontecer.



O tempo de um segundo

Santiago Alcázar

A escuridão é completa. Nenhuma fresta de luz. Silêncio. Inexplicavelmente ouve-se barulho de fósforos mexendo na caixa. Nada. De repente, som de risco. Faz-se um fogo de luz. Em quanto tempo o fogo consome a haste?

Quanto dura um minuto? Dizem que 60 segundos, mas ninguém sabe quanto é um segundo. Em um segundo, a luz viaja 300 mil quilômetros. A 13ª Conferência de Pesos e Medidas, realizada em 1967, definiu o segundo em termos de períodos de radiação de elétrons entre dois níveis de Césio. Para ser exato, 9.192.631.770 períodos em um segundo. É tão precisa a medição, que levaria 6 mil anos para que houvesse uma diferença de um segundo. Um segundo após o Big Bang, a temperatura do Universo era de 10 bilhões de graus Kelvin. A palavra “sim” ou a palavra “não” podem ser faladas em um segundo, carregando toda a história da humanidade, a história de um homem ou de uma mulher, uma alternativa ou um compromisso, cheios de passos, idas e vindas, desesperados, conformados, cansados, ilusionados.

Em 6 de março, à luz de novos fatos e mudanças na situação em Gaza, a África do Sul apelou de novo à Corte Internacional de Justiça.

Como se recordará, em 26 de fevereiro do corrente ano, a Corte pronunciou-se sobre as consequências legais oriundas das políticas e ações de Israel no Território Palestino Ocupado, incluindo Jerusalém Oriental. Na ocasião, a Corte baixou seis medidas provisórias à luz do real e iminente risco de prejuízo irreparável aos direitos dos palestinos nos territórios ocupados². *A Corte, ademais ressaltou que os mais recentes desdobramentos em Gaza e em Rafah podem aumentar exponencialmente e transformar o pesadelo humanitário atual em consequências regionais desconhecidas, como salientado pelo SG e que a situação perigosa demanda implementação imediata e efetiva*³.

A nova petição da África do Sul argumenta que o que era então “perigoso” é agora tão aterrorizante que não pode ser descrito com palavras. A nova situação, portanto, demanda novas medidas provisórias.

Quanto dura um minuto? Uma violenta explosão derruba uma coluna de sustentação. Cai o teto. Mulheres e crianças, surpreendidas, nada podem fazer senão gritar. Grito de medo, um segundo antes do grito de dor pela perda de um braço, de uma perna, de um filho ou de uma filha esmagada, tão perto que dói nos dedos, tão longe que os braços não alcançam tanta dor.

No Conselho de Segurança, convocado de urgência, as falas se prolongam infinitamente como se não fossem mais de um minuto. No meio de ruínas, uma criança corre com pavor nos olhos. Os bracinhos nus procuram restabelecer o corpo desequilibrado pela corrida improvável entre pedras, cimento e metais. Em um segundo a sua cabeça pode explodir com um projétil,

² As seis medidas provisórias podem ser lidas em <https://www.icj-cij.org/node/203447>

³ As partes em itálico foram extraídas, em tradução livre, da nova petição da África do Sul, que pode ser acessada em <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/192/192-20240306-wri-01-00-en.pdf>

estudado, desenvolvido, testado e produzido por indústrias situadas a distâncias transcontinentais, ao abrigo do caos. Ou pode tropeçar com os detritos e quebrar-se toda em um minuto. Um segundo, o tempo de responder “sim” à pergunta “saímos hoje à noite para jantar”? O argumento da Representante dos EUA junto às Nações Unidas pode ser resumido em um segundo, mas leva a eternidade de um minuto. Não!

Os palestinos em Gaza não estão mais em situação de risco de morte por fome. Ao menos 15 crianças palestinas morreram de fome na última semana. Acredita-se que o número pode ser muito maior. Estas mortes são provocadas pelo homem, previsíveis e completamente evitáveis. Prevê-se que aumentarão exponencialmente, não linearmente, se não houver um cessar-fogo e um fim do bloqueio.

As crianças palestinas estão morrendo por inanição como resultado direto de atos e omissões de Israel. Isso inclui a tentativa de paralisar a UNRWA, de quem dependem homens, mulheres, crianças e recém-nascidos – sitiados, deslocados, famintos, desassistidos, desesperados.

Negar o bloqueio de ajuda humanitária. Visar e matar agentes humanitários. Destruição de plantações e terras aráveis. Abater o gado. Forçar a que se alimentem de comida para animais. Este é o mais rápido declínio no status de uma população de que se tem notícia. As crianças estão morrendo de fome a uma velocidade nunca vista.

Notícias e imagens chegam em um segundo. Em um minuto, depois de passarem pela córnea, íris, pupila, cristalino, retina, que transforma as ondas luminosas em impulsos eletroquímicos decodificados pelo cérebro – sacodem a consciência como uma explosão de supernova. O que era imagem pura imediatamente associa uma carga muito grande de emoções, dores, questionamentos. Não há resposta para a pergunta: o que é isto? Não é possível racionalizar o que impacta de maneira tão violenta. É mais honesto calar, sentir como se forma uma revolta interna que deixa sem ar, sufoca, acelera o batimento cardíaco, forma um nó na garganta que não quer sair. No final tudo explode em lágrimas incontidas pela censura, derrotada pelo desfalecimento moral de uma humanidade que se esvai. Talvez o Presidente Lula tenha passado por momento assim.

Não há explicação para o que veio a seguir. Acusaram-no de não ter medida; e que medidas pode haver nestes tempos desmedidos? Acusaram-no de confundir não se sabe bem o quê, como se, presunçosos, arvorados em razões duvidosas, ignorassem que a marca de nosso tempo é a confusão. Basta ver o que acontece na Ucrânia, derrotada, mas impedida de sentar-se à mesa de negociação para a paz com a Rússia porque significaria reconhecer que a Aliança Atlântica também foi derrotada. Não é possível reconhecer a derrota porque o preço é muito alto. Aglutinar, influir e liderar são ações primordiais de qualquer exercício diplomático destinado a dominar. São também resultantes do que é percebido como “good judgement”, bom juízo. É fácil aglutinar, influir e liderar quando os que são aglutinados, influenciados e liderados têm fé no “good judgement”, no bom juízo do líder. É quase uma crença religiosa inabalável; mas quando o juízo do líder provoca perdas econômicas importantes, como as que estão ocorrendo na Europa em razão das sanções bumerangue aplicadas contra a Rússia – não mais há “good judgement”, mas “bad judgement”. A quebra acontece como a de ossos que se quebram, com um estalido seco, em um segundo ou em um minuto. A dor e a desilusão trazem incerteza e um sentimento de frustração enorme. Não se pode confiar mais no líder. Queremos um líder! Alguém que nos guie! - parece ouvir-se no silêncio da noite, na escuridão profunda,

que poderá iluminar-se pelo tênue instante de um fósforo de um segundo ou de um minuto. Silêncio. Não há líderes!

O Papa Francisco pede que a Ucrânia tenha a coragem de negociar a paz, mas como pedir algo que não existe entre os que podem acabar com a carnificina, entre os que preferem recorrer ao uso de armas para resolver problemas que reclamam bom senso e juízo? Não há bom senso ou juízo. Como não dizer que Biden e Netanyahu são covardes?

Israel está massacrando palestinos desesperados, mortos de fome procurando ajuda para os seus filhos que morrem lentamente. O massacre da farinha, de 29 de fevereiro, em que 118 palestinos foram mortos e 760 foram feridos, é o maior massacre de que se tem notícia. Forma parte de um escalada de ataques fatais de Israel contra os palestinos. Segundo um grupo de peritos das Nações Unidas sobre direitos humanos, Israel não está respeitando suas obrigações internacionais, não está cumprindo as medidas provisórias da Corte Internacional de Justiça e está cometendo crimes atrozes.

Segundo o UNICEF, parte do espaço auxiliar da ONU, que como se sabe é o espaço para auxiliar a ONU a realizar os direitos humanos, o desenvolvimento, a paz e a segurança e a justiça, as quatro ideias fundacionais da Organização.

Agora, as mortes de crianças que tínhamos estão aqui e devem aumentar rapidamente. O sentimento de desamparo e desespero dos pais e médicos que procuram ajuda deve ser insuportável. Pior, no entanto, é o choro angustiado das crianças morrendo lentamente ante o olhar do mundo.

África do Sul, que sabe algo dos horrores do apartheid, teme que o novo apelo ante a Corte pode ser a última oportunidade que ela (a Corte) terá para salvar os palestinos de morrerem de fome. A África do Sul solicita respeitosamente à Corte que atue agora – antes que seja tarde – para fazer o que tiver que ser feito para salvar os palestinos do genocídio pela fome.

Chama a atenção que a moral e a justiça estejam tão vendidas a um dos lados do caos, se é que há lado no caos. O Tribunal Penal Internacional, que é de 2002 e não deve ser confundido com a Corte Internacional de Justiça, parece atacado de “bad judgement”. Até o presente, nada fez para decretar a prisão de Benjamin Netanyahu, toda a cúpula do regime de Tel Aviv, pilotos e soldados que participam do assassinato brutal de mulheres, crianças e inocentes palestinos. Em 17 de março de 2023, o Tribunal decretou ordem de prisão contra o Presidente Wladimir Putin por alegadamente transferir crianças de zona de guerra para a Rússia. Ao contrário das crianças palestinas, as crianças transferidas estão vivas e passam bem.

O que pensar com tanta parcialidade? O que pensarão os que cometem crimes contra a humanidade em lugares remotos do planeta, em países esquecidos ou mal lembrados. Que importa o que decidam os senhores juízes, ante tanta injustiça.

Em um segundo alguém dirá sim ou dirá não. Carregados de sentido, serão decisivos, ou não. Alguém dirá que a arquitetura financeira internacional é obsoleta e injusta e não mais atende às necessidades do século XXI. Em um minuto, uma mulher perderá o filho, que tanto carinho recebeu. Morto de fome, lentamente, sem mais força para chorar de dor. E esses olhos de espanto que não se fecham.

Um mundo que prioriza os gastos militares em detrimento do desenvolvimento sustentável⁴

Sebastián Tobar

Em setembro de 2015, na 70.^a Assembleia Geral da ONU, os Chefes de Estado e de Governo subscreveram por unanimidade o maior desafio global: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável⁵. No preâmbulo, afirma-se que “*esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, o planeta, a prosperidade, a paz e as alianças*” (os 5 pês). A Agenda aponta que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões continua a ser o principal objetivo global e requisito essencial para o desenvolvimento sustentável, além de chamar a atenção para a necessidade de paz, de superação das desigualdades entre e dentro dos países e de proteção do planeta e dos seus recursos naturais. Quase 9 anos depois, o mundo parece mais interessado na guerra do que nos objetivos que o uniu naquela Assembleia.

Prova disso é que, em 2023, os gastos militares globais foram 52 vezes maiores do que a Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD). Como apontam os dados de “*The Military Balance 2024*”⁶ (IISS, 13/02/2024), os conflitos armados entre Rússia e Ucrânia e na Faixa de Gaza, entre outros, aumentaram os gastos da indústria da defesa para níveis sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial. O investimento em armas ascendeu a 10,9 bilhões de dólares, enquanto todos os desembolsos líquidos de créditos e doativos destinados a projetos de desenvolvimento atingiram apenas 2,10 bilhões de dólares.

No cenário atual, marcado pelo pós-pandemia, os compromissos globais para erradicar a pobreza; promover a segurança alimentar; promover o bem-estar para todos e em todas as idades; garantir uma educação inclusiva e de qualidade; promover a igualdade de gênero; garantir o acesso à água; a promoção do crescimento econômico inclusivo e sustentável e do emprego para todos, entre outros, não são consideradas prioridades pela maioria dos países na alocação de recursos.

A crescente importância assumida pela guerra e pela indústria armamentista na cena internacional é preocupante. É muito provável que o mundo continue a marchar nesta direção, com implicações importantes para a prosperidade de todos os países e para o agravamento da crise multidimensional que afeta a política, a economia e o ambiente.

Perante estas circunstâncias, é importante recuperar o compromisso ético com o desenvolvimento sustentável e regressar à mensagem do Papa Francisco, na *Laudato Si*⁷ que nos chama a “*cuidar da Casa Comum*”.

⁴ O presente artigo foi publicado originalmente no blog do *Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ (CEE)*, em 04/03/2024. Acesso: <https://cee.fiocruz.br/?q=Um-mundo-que-prioriza-os-gastos-militares-em-detrimento-do-desenvolvimento-sustentavel>

⁵ A Resolução A/70/L1, da 71.^a sessão da UNGA, é o resultado das negociações intergovernamentais na Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em setembro de 2015, em Nova York. A resolução, intitulada “*Transformando nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*”, contém a proposta da Agenda de Desenvolvimento 2030 e seus ODS

⁶ <https://www.iiss.org/publications/the-military-balance/>

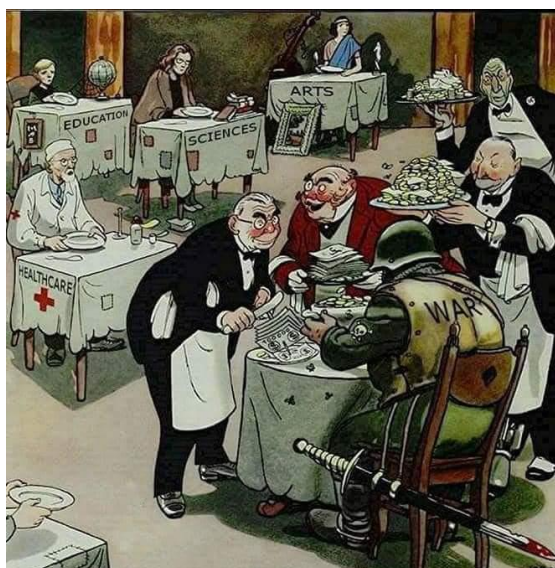
⁷ *Laudato si* é o título da segunda encíclica do Papa Francisco, assinada em 24 de maio, Solenidade de Pentecostes de 2015, e apresentada em 18 de junho do mesmo ano. É importante destacar que a *Laudato si* analisa os problemas do atual modelo de desenvolvimento e é lançada no mesmo ano que a Agenda 2030. Acesso: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html

Francisco faz um convite para um *novo diálogo* sobre a forma como construímos o futuro do planeta, apontando que é necessária uma *conversa que una a todos nós*, porque o desafio ambiental que vivemos e as suas raízes humanas nos interessam e impactam a todos, e assim destaca a necessidade de uma *nova solidariedade universal*.

O atual modelo de desenvolvimento gera exclusão, perpetua lacunas no desenvolvimento e é prejudicial ao planeta. O atual estilo de desenvolvimento e as regras de mercado baseiam-se numa falsa ética em que predomina o desejo de lucro, o que é inevitável do ponto de vista do bem-estar geral.

Não resolveremos os problemas éticos e a desigualdade gerados pelo atual modelo de desenvolvimento por meio de um regresso ao “estado de natureza hobbesiano”. As hostilidades e os conflitos armados nada mais fazem do que aumentar as desigualdades e o número de vítimas e de pessoas excluídas, ao mesmo tempo que nos distanciam da realização dos objetivos de desenvolvimento.

O Papa Francisco salienta que é necessário abandonar a natureza individualista do homem moderno e a incapacidade de pensar nas gerações futuras. Neste sentido, como afirma a *Agenda 2030* e a encíclica papal *Laudato Si* reafirma, as nações devem enfrentar “o desafio urgente de proteger a nossa casa comum... unir toda a família humana”, aos Estados, à sociedade civil, à academia e ao setor privado na busca de um futuro baseado no desenvolvimento sustentável integral com o desafio de “*não deixar ninguém para trás*”, afirmação que ressoa como um compromisso incontornável.



Charge do ilustrador ucraniano **Yuliy Ganf**,
na revista de sátiras **Krokodil**, edição n.º 4, de 1953.
Qualquer semelhança com 2023-2024 não é mera coincidência!

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2023-2024

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Países ricos alcançam desenvolvimento humano recorde, mas metade dos mais pobres regrediu, revela PNUD⁸

Nova York, 13 de março de 2024

O progresso desigual do desenvolvimento está a deixando para trás os mais pobres, agravando a desigualdade e fomentando a polarização política em escala global. De acordo com um novo relatório publicado hoje pelo **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**, tem como consequência um impasse perigoso que deve ser urgentemente combatido por meio de uma ação coletiva.

O **Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 2023/2024**, intitulado “*Pôr fim ao impasse: reimaginar a cooperação num mundo polarizado*”, revela uma tendência preocupante: a recuperação do *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)* – um indicador sintético que reflete o rendimento nacional bruto (RNB) per capita, a educação e a esperança de vida – tem sido parcial, incompleta e desigual.

Estima-se que o IDH atinja níveis históricos em 2023, após declínios acentuados em 2020 e 2021. Porém, este progresso é profundamente desigual. Por um lado, os países ricos registam níveis históricos de desenvolvimento humano e, por outro, metade dos países mais pobres do mundo mantêm-se abaixo do seu nível de progresso anterior à crise.

As desigualdades globais são agravadas por uma concentração económica substancial. Como se refere no relatório, aproximadamente 40% do comércio global de mercadorias concentra-se em três ou menos países e, em 2021, a capitalização em bolsa das três maiores empresas tecnológicas a nível mundial ultrapassou o produto interno bruto (PIB) de mais de 90% dos países nesse ano.

«O aumento da lacuna de desenvolvimento humano evidenciada pelo relatório aponta para uma inversão da tendência de duas décadas de redução constante das desigualdades entre países ricos e pobres. Apesar da profunda interligação das nossas sociedades globais, estamos a ficar aquém das expectativas. Devemos potenciar a nossa interdependência e as nossas capacidades para enfrentarmos os desafios comuns e existenciais e para garantir que as aspirações das pessoas sejam satisfeitas», afirmou Achim Steiner, diretor do Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento. *«Este impasse implica um custo humano significativo. O fracasso da ação coletiva na promoção da ação sobre as alterações climáticas, a digitalização ou a pobreza e a desigualdade não só dificultam o desenvolvimento humano, como também acentua a polarização e desgasta ainda mais a confiança nas pessoas e nas instituições em todo o mundo.»*

O relatório defende que o avanço da ação coletiva internacional é dificultado por um «*paradoxo da democracia*» emergente: apesar de nove em cada dez pessoas em todo o mundo apoiarem a democracia, mais de metade dos inquiridos em sondagens globais manifestam o seu

⁸ Esta nota sobre o RDH foi publicada originalmente no site do PNUD em: <https://www.undp.org/pt/guinea-bissau/news/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2023-2024> e é reproduzida neste fascículo, sem maiores comentários de analistas do CRIS, dado que sai publicado no dia da edição da versão final do Caderno 3. Receberá a devida atenção crítica no fascículo 4.

apoio a líderes que a podem minar, contornando as regras fundamentais do processo democrático, de acordo com os dados analisados no relatório. Metade das pessoas inquiridas em todo o mundo referem ter pouco ou nenhum controlo sobre as suas vidas e mais de dois terços consideram ter pouca influência nas decisões do seu governo.

A polarização política também constitui uma preocupação crescente com repercussões a nível global. A par de um sentimento de impotência, segundo os autores do relatório, está alimentando abordagens políticas viradas para dentro, em total contradição com a cooperação global necessária para resolver questões urgentes como a descarbonização das economias, a má utilização das tecnologias digitais e os conflitos. Trata-se de uma situação especialmente alarmante à luz das temperaturas recorde que se fizeram sentir em 2023, que sublinham a necessidade imediata de uma ação unida para fazer face à crise climática, ou no surgimento da inteligência artificial como uma nova fronteira tecnológica em rápida evolução, com pouca ou nenhuma proteção regulatória.

O relatório destaca o fato de a desglobalização não ser viável nem realista atualmente e que a interdependência econômica permanece elevada. Refere que nenhuma região está próxima da autossuficiência, uma vez que todas dependem em 25% ou mais das importações de outras regiões de, pelo menos, um dos principais tipos de bens e serviços.

«Num mundo marcado por uma polarização e por uma divisão crescentes, descurar o investimento nos outros representa uma séria ameaça ao nosso bem-estar e à nossa segurança. As abordagens protecionistas são incapazes de dar resposta aos desafios complexos e interligados que enfrentamos, incluindo a prevenção de pandemias, as alterações climáticas e a regulação digital», acrescentou Steiner. «Os nossos problemas estão interligados, pelo que requerem soluções igualmente interligadas. Com a adoção de uma agenda centrada em oportunidades que coloque a tónica nos benefícios da transição energética e da inteligência artificial para o desenvolvimento humano, dispomos de uma oportunidade para sair do atual impasse e para reacender o compromisso com um futuro partilhado.»

O relatório destaca a forma como a interdependência global está a ser reconfigurada e apela a uma nova criação de bens públicos globais. Propõe quatro áreas de ação imediata:

- bens públicos a nível planetário, à medida que enfrentamos os desafios sem precedentes do Antropoceno;
- bens públicos globais digitais, para uma maior equidade no aproveitamento das novas tecnologias com vista a um desenvolvimento humano equitativo;
- mecanismos financeiros novos e alargados, incluindo uma nova via de cooperação internacional que complemente a ajuda humanitária e o apoio tradicional ao desenvolvimento dos países com um baixo rendimento; e
- redução da polarização política através de abordagens de governação centradas na valorização das vozes das pessoas no que respeita à deliberação e à luta contra a desinformação.

Neste contexto, o relatório defende que o multilateralismo desempenha um papel fundamental, uma vez que os compromissos bilaterais não têm capacidade para abordar a natureza irredutivelmente planetária do fornecimento de bens públicos globais.

Outros dados importantes do Relatório

Em 2023, todos os 38 países membros da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE) obtiveram pontuações mais elevadas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) comparativamente aos seus níveis em 2019.

Entre os 35 países menos desenvolvidos (PMD) que registaram um declínio nos seus IDH em 2020 e/ou em 2021, mais de metade (18 países) ainda não recuperaram os seus níveis de desenvolvimento humano de 2019.

De acordo com a tendência registada antes de 2019, nenhuma das regiões em vias de desenvolvimento alcançou os níveis de IDH previstos. Afigura-se que transitaram para uma trajetória de IDH inferior, o que indica potenciais recuos permanentes no progresso futuro do desenvolvimento humano.

O impacto das perdas de desenvolvimento humano está bem patente no Afeganistão e na Ucrânia. O IDH do Afeganistão registou um retrocesso de dez anos, ao passo que o IDH da Ucrânia registou o seu nível mais baixo desde 2004.

O relatório cita estudos que apontam para o fato de os países com governos populistas apresentarem taxas de crescimento do PIB mais baixas. Decorridos quinze anos após a tomada de posse de um governo populista, verifica-se que o PIB per capita é 10% inferior ao que se registaria num contexto de governo não populista.

Consulte o relatório completo, disponível em inglês, em:

https://report.hdr.undp.org/?_gl=1*11hgna*_ga*MTU2MzQzOTYzNi4xNzA4Nzg3ODk5*_ga_3W7LPK0WP1*MTcxMDM3OTE5My4yLjEuMTcxMDM4MDM1NS4zLjAuMA

O tempo maleável até um acordo final

Luana Bermudez

Paula Reges

Luiz Augusto Galvão

Resumo. Diante ainda de divergências, a 8ª Reunião do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB8) encerrou-se em 1º de março, após duas intensas semanas de trabalho para avançar na elaboração de uma convenção, acordo ou outro instrumento para prevenção, preparação e resposta a pandemias. Um dos principais pontos de tensão segue sendo o pautado no artigo 12, que de acordo com os países desenvolvidos não vinculava adequadamente o acesso aos patógenos às obrigações relacionadas à repartição de benefícios advindos de seu uso, principalmente comercial. Além disso, houve divergências em outros pontos, como a manutenção do princípio de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", a inclusão de um novo anexo com obrigações adicionais sobre capacidades de prevenção e "One Health", a falta de iniciativas concretas sobre transferência de tecnologia e propriedade intelectual, entre outros. É pouco tempo até maio para se chegar a um acordo ambicioso, mas importante acompanhar o desgastado processo ser concluído.

Palavras-chave: INB, RSI, tratado pandêmico

Abstract. *In a divergent environment, the 8th Meeting of the Intergovernmental Negotiating Body (INB8) ended on March 1, after two intense weeks of work to advance the drafting of a convention, agreement or other instrument for prevention, preparation and response to pandemics. One of the main points of tension continues to be that of article 12, which according to developed countries, did not adequately link access to pathogens to obligations related to the sharing of benefits arising from their use, mainly commercial. Furthermore, there were divergences on other points, such as maintaining the principle of "common but differentiated responsibilities", the inclusion of a new annex with additional obligations on prevention capabilities and "One Health", the lack of concrete initiatives on the transfer of technology and intellectual property, among others. There is little time until May to reach an ambitious agreement, but it is important to see the tedious process completed.*

Keywords: INB, IHR, Pandemic treaty

INB 8

A 8ª Reunião do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB8) encerrou-se em 1º de março, após duas intensas semanas de trabalho para avançar na elaboração de uma convenção, acordo ou outro instrumento para prevenção, preparação e resposta a pandemias. As discussões foram baseadas em artigos aperfeiçoados pelos vice-chairs e co-facilitadores, bem como por contribuições de países voluntários e do Bureau, com o apoio do Secretariado da OMS. Embora essa abordagem tenha descentralizado o processo e incentivado uma participação mais ativa dos países, ela também fragmentou o tratamento do texto e causou atrasos na disponibilização dos documentos aos Estados membros.

Um dos principais pontos contenciosos foi o artigo 12, que de acordo com os países desenvolvidos não vinculava adequadamente o acesso aos patógenos às obrigações relacionadas à repartição de benefícios advindos de seu uso, principalmente comercial. Além disso, houve divergências em outros pontos, como a manutenção do princípio de "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", a inclusão de um novo anexo com obrigações adicionais sobre capacidades de prevenção e "One Health", a falta de iniciativas concretas sobre transferência de tecnologia e propriedade intelectual, entre outros.

Diante desses desafios, o INB decidiu que o Bureau centralizará a elaboração de um texto de negociação revisado, que foi publicado no dia 8 de março. O INB está em uma fase decisiva das negociações, e é fundamental contar com impulso de alto nível para superar os principais pontos contenciosos. No entanto, ainda não está claro se será possível alcançar consenso sobre o instrumento ou partes essenciais do texto até a 77ª Assembleia Mundial da Saúde.

Em relação ao novo texto, o mesmo foi circulado pelo Bureau aos Estados Membros e stakeholders na sexta-feira, 08 de março, e será base da negociação na 9ª sessão do INB (INB9) que iniciará na próxima segunda-feira, 18 de março. As avaliações sobre o último rascunho do acordo pandêmico estão divididas, alguns representantes da sociedade civil acreditam que um acordo pode estar ao alcance, citando melhorias como compromissos mais fortes para promover o acesso equitativo à pesquisa financiada pelos governos e o compromisso de não contestar licenças compulsórias. Apesar disso, há expectativas de críticas contínuas durante as negociações.

O Capítulo I do documento aborda terminologia, objetivos e princípios orientadores do acordo pandêmico proposto pela OMS. O capítulo introduz refinamentos nas propostas textuais dos Artigos 1, 2 e 3, destacando o novo termo "acordo pandêmico" ("pandemic agreement") em vez de "tratado" ("treaty") ou "accord". O Capítulo II é o cerne do acordo e o local de maior discordância. Seu tema é "alcançar a equidade na prevenção, preparação e resposta a pandemias". Artigos como o 4 abordam as responsabilidades dos países em termos de prevenção de pandemias e vigilância de saúde pública, enquanto o Artigo 5 defende uma abordagem de Saúde Única para prevenir a transferência de doenças de animais para humanos. O Artigo 12 é o mais contestado, abordando o acesso e a partilha de benefícios de patógenos, propondo a formação de um sistema multilateral para esse fim.

O Capítulo III trata de arranjos institucionais e disposições finais, propondo uma Conferência das Partes (COP) para revisar a implementação do acordo pandêmico a cada três anos. A primeira COP seria realizada dentro de um ano após a adoção do acordo. O texto também esclarece que o acordo não concede à OMS ou ao seu Secretariado autoridade para alterar leis ou políticas domésticas dos países.

A reação inclui críticas à governança proposta, com observadores considerando-a insuficiente. Além disso, organizações e especialistas em saúde pressionam os EUA e a UE a acabarem com a "hipocrisia de patentes" nas negociações do acordo, instando-os a apoiar medidas para superar barreiras de propriedade intelectual e promover transparência na saúde global.

O texto parece ser um bom ponto de partida para os negociadores que se preparam para o INB9, porém o prazo está se aproximando para o compromisso conjunto de alcançar um consenso até maio. Neste sentido, é crucial avançar além das declarações genéricas em direção

a soluções práticas e eficazes que promovam a equidade e a segurança sanitária na região e no mundo. Portanto, os negociadores ainda têm muito trabalho pela frente.

Equidade no WGIHR

A sétima reunião do Grupo de Trabalho sobre Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (2005) (WGIHR) foi retomada em 8 de março de 2024, com o objetivo de considerar o texto proposto pelo Bureau sobre os Artigos 13A e 44A, a partir de um pedido dos Estados Membros de países em desenvolvimento, em especial os membros do Grupo para Equidade e do Grupo Africano. Estes países defendem que abordar lacunas relacionadas com equidade em emergências de saúde deveriam ser a prioridade de todos.

Neste sentido, destacou-se a necessidade de continuar trabalhando nas propostas de texto do Bureau para que um pacote de emendas possa ser acordado e finalizado antes da 77ª Assembleia Mundial da Saúde. As propostas de texto do Bureau sobre os Artigos 13A e 44A permanecerão abertas para feedback por escrito dos Estados Partes até o final do dia de sexta-feira, 15 de março de 2024. No entanto, é evidente que, em várias situações, propostas sobre equidade têm fracassado em ir adiante, mesmo diante da forte demanda de muitos países.

Reunião Extraordinária de Ministros e Ministras da Saúde do G20 sobre INB

Os Ministros e Ministras da Saúde do G20 terão uma reunião extraordinária em 13 de março de 2024, que será a primeira reunião ministerial sob a Presidência Brasileira do G20. O encontro tem como objetivo discutir as negociações em curso na Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre um acordo internacional de prevenção, preparação e resposta a pandemias (INB).

A agenda da reunião girará em torno dos seguintes tópicos de discussão:

- Caminho para a AMS: fortalecimento da prevenção, preparação e resposta a pandemias por meio do instrumento pandêmico;
- Aumento das capacidades de vigilância e racionalização da abordagem "Uma só saúde";
- Estabelecimento de um sistema para promover o compartilhamento de patógenos e a correspondente partilha de benefícios (PABS);
- Capacidades de implementação, coordenação de mecanismos financeiros existentes e recursos adicionais para implementar as disposições do instrumento; e/ou
- Produção local e transferência de tecnologia como elementos centrais para aumentar a segurança sanitária.

Espera-se que esse seja um importante momento de impulso político de alto nível e para renovar o compromisso dos Estados membros com um instrumento ambicioso, equilibrado, eficaz e adequado.

Desigualdades de gênero contribuem para crise global na saúde e no trabalho assistencial, diz relatório da OMS

Um novo relatório da OMS revela que as desigualdades de gênero no trabalho em saúde e cuidados impactam negativamente as mulheres, os sistemas de saúde e os resultados de saúde. As mulheres representam 67% da força de trabalho global remunerada de saúde e cuidados e desempenham cerca de 76% de todas as atividades de cuidado não remuneradas. O subinvestimento crônico em saúde e trabalho assistencial está contribuindo para uma crescente crise global de cuidados. O relatório apresenta alavancas políticas para valorizar melhor a saúde

e o trabalho de cuidado: melhorar as condições de trabalho e incluir as mulheres de forma mais equitativa na força de trabalho remunerada.

O relatório apresenta as alavancas políticas para valorizar melhor a saúde e o trabalho de prestação de cuidados:

1. Melhorar as condições de trabalho para todas as formas de trabalho de saúde e de prestação de cuidados, especialmente para profissões altamente feminizadas
2. Incluir as mulheres de forma mais equitativa na força de trabalho remunerada
3. Melhorar as condições de trabalho e os salários na força de trabalho da saúde e dos cuidados de saúde e assegurar a igualdade de remuneração por trabalho de igual valor
4. Abordar a lacuna de gênero no cuidado, apoiar o trabalho de cuidado de qualidade e defender os direitos e o bem-estar dos cuidadores
5. Assegurar que as estatísticas nacionais contabilizem, meçam e valorizem todo o trabalho de saúde e de cuidados de saúde
6. Investir em sistemas de saúde pública robustos para reduzir a carga do trabalho assistencial não remunerado e melhorar a qualidade dos serviços de saúde

Investir em sistemas de saúde e cuidados acelera o progresso da UHC e distribui o trabalho não remunerado. O emprego remunerado em saúde e cuidados de saúde capacita as mulheres e melhora os resultados de saúde. Os sistemas de saúde devem reconhecer, valorizar e investir em todas as formas de trabalho em saúde e cuidados

Mortes de crianças no mundo atingem mínima histórica em 2022 diz o relatório da ONU

O relatório mais recente divulgado hoje pelo Grupo Interagências das Nações Unidas para Estimativas de Mortalidade Infantil (UN IGME) revela que o número de crianças que morreram antes de completar cinco anos atingiu uma baixa histórica, caindo para 4,9 milhões em 2022. Esse declínio é resultado de décadas de comprometimento de indivíduos, comunidades e nações para oferecer serviços de saúde acessíveis, de qualidade e eficazes.

O relatório destaca que mais crianças estão sobrevivendo hoje do que nunca, com a taxa global de mortalidade infantil abaixo dos 5 anos reduzindo em 51% desde 2000. Vários países de baixa e média-baixa renda superaram essa redução, demonstrando que o progresso é possível quando os recursos são adequadamente direcionados para a atenção primária à saúde, incluindo a saúde e o bem-estar infantil. No entanto, apesar desse progresso, ainda há um longo caminho a percorrer para acabar com todas as mortes preveníveis de crianças e jovens. Além dos 4,9 milhões de vidas perdidas antes dos cinco anos de idade, quase metade das quais eram recém-nascidos, outras 2,1 milhões de crianças e jovens entre 5 e 24 anos também tiveram suas vidas abreviadas, principalmente na África Subsaariana e Ásia Meridional.

A maioria dessas mortes poderia ter sido evitada com melhor acesso a serviços de saúde primária de alta qualidade, incluindo intervenções essenciais de baixo custo, como vacinações, presença de profissionais de saúde qualificados no parto, apoio ao aleitamento materno precoce e contínuo, e diagnóstico e tratamento de doenças infantis.

Melhorar o acesso a serviços de saúde de qualidade e salvar vidas de crianças de mortes preveníveis requer investimentos em educação, empregos e condições de trabalho decentes para os profissionais de saúde fornecerem atenção primária à saúde, incluindo agentes comunitários de saúde. Esses agentes desempenham um papel importante em fornecer serviços de saúde que salvam vidas, como vacinações, testes e medicamentos para doenças tratáveis, e apoio à nutrição, e devem ser integrados aos sistemas de saúde primária e receber salários justos, treinamento adequado e equipamento para oferecer o mais alto padrão de cuidados.

Estudos mostram que as mortes infantis nos países de maior risco poderiam diminuir substancialmente se as intervenções de sobrevivência infantil baseadas na comunidade pudessem alcançar aqueles que precisam.

Este conjunto de intervenções por si só salvaria milhões de crianças e proporcionaria cuidados mais próximos de casa. A gestão integrada de doenças na infância - especialmente as principais causas de morte pós-neonatal, como infecções respiratórias agudas, diarreia e malária - é necessária para melhorar a saúde e a sobrevivência infantil. No entanto, apesar dos sinais de progresso global, existem ameaças substanciais e desigualdades que colocam em risco a sobrevivência infantil em muitas partes do mundo. Essas ameaças incluem aumento da desigualdade e instabilidade econômica, conflitos novos e prolongados, o impacto intensificado das mudanças climáticas e as consequências da COVID-19, que poderiam levar à estagnação ou até mesmo reversão dos ganhos e à contínua perda desnecessária de vidas infantis. As crianças nascidas nas famílias mais pobres têm o dobro de chances de morrer antes dos cinco anos em comparação com as famílias mais ricas, enquanto as crianças que vivem em áreas frágeis ou afetadas por conflitos têm quase três vezes mais chances de morrer antes de completar cinco anos do que as crianças em outros lugares.

A melhoria do acesso a cuidados de saúde de qualidade, especialmente em torno do momento do nascimento, ajuda a reduzir a mortalidade entre crianças menores de 5 anos. No entanto, para reduzir as desigualdades e acabar com as mortes preveníveis entre recém-nascidos, crianças e jovens em todo o mundo, são necessários mais esforços e investimentos.

Se as taxas atuais persistirem, 59 países não atingirão a meta de mortalidade infantil abaixo dos cinco anos estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e 64 países não alcançarão a meta de mortalidade neonatal. Isso significa que cerca de 35 milhões de crianças morrerão antes de completar cinco anos até 2030 - um número que será suportado principalmente por famílias na África Subsaariana, Ásia Meridional e em países de baixa e média-baixa renda.

O relatório também destaca grandes lacunas nos dados, especialmente na África Subsaariana e Ásia Meridional, onde o fardo da mortalidade é alto. Os sistemas de dados e estatísticas devem ser aprimorados para melhor monitorar e rastrear a sobrevivência e a saúde infantil, incluindo indicadores de mortalidade e saúde por meio de pesquisas domiciliares, registro de nascimentos e óbitos por meio de Sistemas de Informação

Comissão Regional de Saúde das Américas da OPAS, Banco Mundial e Lancet sobre Atenção Primária à Saúde e Resiliência na América Latina e no Caribe.

O Banco Mundial e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) organizaram um evento virtual de lançamento em 31 de janeiro de 2024 para a Comissão Regional de Saúde das Américas sobre Atenção Primária à Saúde (APS) e Resiliência na América Latina e Caribe (ALC) (The World Bank- OPAS-Lancet Regional Health Americas Commission on Primary Health Care and Resilience in Latin America and the Caribbean).

O evento teve como objetivo apresentar a estrutura da Comissão e seus comissários que colaborarão para gerar novos insights destinados a fortalecer a APS e reforçar seu papel no reforço da resiliência dos sistemas de saúde na região.

O objetivo da Comissão é desenvolver um quadro político abrangente para a APS e a resiliência na ALC. A Comissão pretende identificar estratégias e políticas fundamentais e definir os principais investimentos que os países da ALC poderiam prosseguir. Também conduzirá uma

avaliação completa das consequências previsíveis da não construção de tal resiliência na APS para os países da ALC, abrangendo potenciais efeitos sobre a saúde da população e resultados sociais e/ou econômicos para entender os argumentos econômicos para o investimento.

A região da América Latina e do Caribe enfrenta vários riscos para emergências de saúde pública, como aqueles representados por mudanças climáticas, riscos de epidemias e pandemias, desastres naturais, choques demográficos, conflitos e violência, e outros fatores relacionados. É fundamental compreender melhor como a APS precisa ser transformada para contribuir na prevenção, preparação, resposta e adaptação às emergências de saúde pública. No entanto, as fragilidades pré-existentes do sistema de saúde, os orçamentos apertados, a desconfiança pública nas instituições, as desigualdades e as dificuldades sociais e econômicas de longa data ampliam esses riscos.

A comissão reúne os principais especialistas em saúde pública, economia e política para gerar novas ideias que informarão a tomada de decisões para o desenvolvimento futuro da APS e resiliência na região, incluindo a professora Ligia Giovanella da ENSP e Rocio Saenz da HENA. A Comissão é a primeira sob o guarda-chuva da Lancet Regional Health Americas, representando um esforço para fornecer insights que sejam relevantes para a região da ALC e possam contribuir para os esforços globais no campo.

O evento ofereceu tradução simultânea em espanhol, inglês e português, tornando-o acessível a um público amplo. A Comissão Regional de Saúde das Américas sobre APS e Resiliência na ALC representa uma oportunidade para fortalecer a APS e aumentar a resiliência dos sistemas de saúde na região, abordando os desafios decorrentes de emergências de saúde pública, como riscos de pandemia, mudanças climáticas, desastres naturais, conflitos, violência, transição demográfica e outros fatores.

A sexta sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente

The sixth session of the United Nations Environment Assembly

Danielly Magalhães

Guto Galvão

Abstract: *The sixth session of the United Nations Environment Assembly (UNEA-6) took place from February 26 to March 1, 2024, in Nairobi, Kenya, focusing on addressing the climate crisis, biodiversity loss, and pollution. Nineteen resolutions were discussed, with 15 being approved, covering topics such as mining, sustainable lifestyles, and ocean management. Despite the challenges, such as a lack of consensus in some areas, the meeting highlighted the importance of multilateralism and stakeholder dialogue. The Executive Director of UNEP emphasized the need for unity against environmental challenges. While some states expressed satisfaction with the outcomes, others raised concerns about the lack of specific references, such as the principle of common but differentiated responsibilities and climate justice. Stakeholder groups also expressed concerns about inclusion and climate justice. Despite facing obstacles, UNEA-6 remains a crucial platform for addressing global environmental challenges. It is also an important public health event that highlights the relationship between environmental crises and human health, promotes global actions to address them, and encourages international cooperation to protect the health of populations.*

Keywords: *UNEA; Environment; triple planetary crisis; Ministerial declaration; armed conflict*

Resumo: A sexta sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-6) ocorreu de 26 de fevereiro a 1º de março de 2024 em Nairóbi, Quênia, focando em enfrentar a crise climática, perda de biodiversidade e poluição. Dezenove resoluções foram discutidas, com 15 sendo aprovadas, abordando temas como mineração, estilos de vida sustentáveis e gestão oceânica. Apesar dos desafios enfrentados, como falta de consenso em algumas áreas, a reunião destacou a importância do multilateralismo e do diálogo entre partes interessadas. A diretora executiva do PNUMA enfatizou a necessidade de união contra os desafios ambientais. Enquanto alguns Estados expressaram satisfação com os resultados, outros levantaram preocupações sobre a falta de referências específicas, como o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e a justiça climática. Os grupos de partes interessadas também expressaram preocupações sobre inclusão e justiça climática. No geral, embora a UNEA-6 tenha enfrentado obstáculos, ela continua sendo uma plataforma crucial para enfrentar os desafios ambientais globais, além de ser um evento importante para a saúde pública ao destacar a relação entre as crises ambientais e a saúde humana, promover ações globais para enfrentá-las e incentivar a cooperação internacional para proteger a saúde das populações.

Palavras-chave: UNEA; Ambiente; Tripla Crise Planetária, Declaração Ministerial, conflitos armados



Crédito: Photo credit © UNEP / Natalia Mroz

A sexta sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-6) foi realizada de 26 de fevereiro a 1º de março de 2024, na sede do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em Nairóbi, no Quênia. A UNEA-6 analisou 19 resoluções destinadas a enfrentar a tripla crise planetária que engloba as mudanças climáticas, a perda de natureza e biodiversidade, a poluição e os resíduos, dentre elas, 5 foram retiradas. Apesar das retiradas, 15 resoluções e dois projetos de decisão foram adotados, abrangendo várias questões ambientais, como mineração e metais, estilos de vida sustentáveis e fortalecimento dos esforços oceânicos.

A UNEA-6 foi um evento importante para a saúde pública ao destacar a relação entre as crises ambientais e a saúde humana, promover ações globais para enfrentá-las e incentivar a cooperação internacional para proteger a saúde das populações. O evento possibilitou a troca de experiências e boas práticas entre países, fortalecendo as ações nacionais de combate às crises ambientais e de proteção à saúde pública. A UNEA-6 pode ter impulsionado a colaboração entre ministérios do meio ambiente e da saúde para o desenvolvimento de planos de ação integrados.

A reunião enfatizou o papel do multilateralismo na abordagem desses desafios ambientais com várias reuniões paralelas para fortalecer o diálogo entre as partes, destacando a importância da evidência científica, do compromisso político e do engajamento com várias partes interessadas, incluindo governos, sociedade civil, cientistas e o setor privado.

Na sessão plenária, a diretora executiva do PNUMA, Inger Andersen, pediu união para enfrentar as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição. Os grupos regionais congratularam-se com os quadros-chave em matéria de biodiversidade e gestão de produtos químicos. A Etiópia destacou a desertificação e a degradação da terra, enquanto a Malásia pediu uma ação coletiva com base nos princípios da Declaração do Rio. A Argélia priorizou os desafios da desertificação. Vários outros grupos enfatizaram o envolvimento dos jovens, os direitos indígenas e a oposição à modificação da radiação solar. As ONGs defenderam a proteção da natureza e a construção da paz, assim como a necessidade de políticas inclusivas, equidade de gênero e uma transição justa para os trabalhadores.

De acordo com a análise do [IISD](#), havia expectativa que a UNEA-6 tivesse o mesmo sucesso que as reuniões anteriores, ou até maior considerando o protagonismo que as questões ambientais vêm tomando em vários espaços. No entanto, a reunião enfrentou desafios para atender a essas expectativas, com algumas resoluções sendo percebidas como fracas, sem novidade, com baixo embasamento científico e, dessa forma, várias resoluções não foram aprovadas.

A reunião recebeu recorde de participação da governança ambiental, como ministros e líderes de mais de 180 nações, vários representantes de acordos multilaterais e órgãos da ONU - o que parecia ser bom, mas acabou colocando desafios para o papel de coordenação da UNEA. Algumas negociações se cruzaram com acordos existentes, levando a discussões prolongadas e dificuldades em chegar a um consenso. Foram observadas preocupações quanto ao financiamento e aos meios de execução das resoluções, evidenciando a necessidade de mecanismos de financiamento inovadores.

No geral, embora a UNEA-6 tenha enfrentado obstáculos para atender às altas expectativas, ela serve como uma plataforma crucial para o diálogo e a colaboração na abordagem dos desafios ambientais globais.

Discurso do Diretor-Geral da OMS na abertura do segmento de Alto Nível da Sexta Sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente em Nairóbi, Quênia

O discurso do Diretor-Geral da OMS na abertura do Segmento de Alto Nível da Sexta Sessão da Assembleia Ambiental das Nações Unidas, em Nairóbi, Quênia, em 29 de fevereiro de 2024, é uma chamada de alerta eloquente sobre a interligação entre a saúde humana, animal e ambiental, e a necessidade urgente de ação para enfrentar a crise planetária atual. O discurso começa com uma saudação aos presentes, destacando a importância da reunião e agradecendo o convite para se dirigir ao público.

A metáfora utilizada pelo Diretor-Geral, comparando o estado do planeta a um paciente em cuidados intensivos, é poderosa e evoca uma imagem vívida da gravidade da situação. Ele descreve como o planeta está enfrentando uma "crise planetária tripla": mudança climática, perda de biodiversidade e poluição. Esses desafios são apresentados como ameaças diretas à saúde humana, com exemplos concretos de como as mudanças ambientais estão exacerbando problemas de saúde existentes e desencadeando novas crises, como doenças transmitidas por vetores.

O discurso também destaca a necessidade de uma abordagem multinível e multisetorial para enfrentar esses desafios, reconhecendo que nenhum país ou agência pode resolver isso sozinho. A referência ao plano de ação conjunto de Saúde Única e ao papel crucial da OMS no apoio aos países com ferramentas técnicas baseadas em evidências ressalta a importância da cooperação internacional e do compartilhamento de conhecimentos para lidar com questões de saúde global.

O Diretor-Geral conclui o discurso enfatizando a necessidade de ações transformadoras em vários setores, incluindo energia, transporte, sistemas alimentares e sistemas de saúde, além da necessidade de uma mudança fundamental de mentalidade para promover uma ação multilateral eficaz, inclusiva e sustentável.

Em geral, o discurso é uma chamada urgente à ação, destacando a interconexão entre saúde humana e ambiental e enfatizando a necessidade de cooperação global para enfrentar os desafios que enfrentamos como uma espécie e como habitantes deste planeta

As [resoluções propostas na UNEA-6 abrangeram](#) uma ampla gama de questões ambientais. Aqui está um resumo de cada resolução, algumas em maior destaque, e seu status de aceitação:

Resoluções aprovadas

1. [UNEP/EA.6/L.4](#) - [Circularidade para uma agro indústria de açúcar de baixo carbono e resiliente](#) - O documento convida os Estados membros a integrar abordagens de economia circular em suas estratégias nacionais para o setor de cana-de-açúcar. Reconhecendo ser uma fonte de alimento e também de bioenergia e que abordagens de economia circular podem contribuir significativamente para padrões de consumo e produção sustentáveis. Além disso, convoca os Estados membros a explorar parcerias que promovam tecnologias mais limpas, boas práticas agrícolas e a mobilização de recursos para apoiar a implementação dessas abordagens. O projeto de resolução também solicita ao Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente para continuar coletando informações e conduzindo análises sobre essas abordagens e relatar o progresso na próxima sessão da Assembleia do Meio Ambiente.
2. [UNEP/EA.6/L.5](#) - Emendas ao Instrumento para o Estabelecimento do Mecanismo Global para o Meio Ambiente Reestruturado
3. [UNEP/EA.6/L.6](#) - Reforçar o papel e a viabilidade dos fóruns regionais dos ministros do ambiente e dos escritórios regionais do PNUMA na concretização da cooperação multilateral na abordagem aos desafios ambiental
4. [UNEP/EA.6/L.7](#) - Promover sinergias, cooperação ou colaboração para a implementação nacional de acordos ambientais multilaterais e outros instrumentos ambientais relevantes - Visa reforçar a cooperação e a coordenação entre vários acordos ambientais multilaterais para melhorar a implementação e a eficácia.
5. [UNEP/EA.6/L.8](#) - [Aspectos ambientais da mineração e metais](#) - Direcionado a abordar os impactos ambientais da mineração e extração de metais, incluindo esforços para promover práticas sustentáveis no setor de mineração. Os delegados discutiram um projeto de resolução que aborda a gestão sustentável dos recursos minerais e metálicos ao longo de seu ciclo de vida. A resolução enfatiza o alinhamento das práticas de gestão com a Agenda 2030, a promoção de iniciativas de capacitação e o estabelecimento de um hub de conhecimento digital para compartilhar informações.
6. [UNEP/EA.6/L.9](#) - Promoção de ações nacionais para enfrentar os desafios ambientais globais através de uma maior cooperação entre a Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente e acordos ambientais multilaterais
7. [UNEP/EA.6/L.10](#) - Proteger o meio ambiente dos efeitos adversos das tempestades de areia e poeira - Focado em proteger o meio ambiente dos efeitos adversos das tempestades de areia e poeira, incluindo esforços para mitigar e se adaptar a esses fenômenos
8. [UNEP/EA.6/L.11](#) - Promoção de estilos de vida sustentáveis - Visa promover estilos de vida e padrões de consumo sustentáveis, incentivando indivíduos e comunidades a adotarem práticas que reduzam o impacto ambiental. A resolução reafirma o compromisso com a Agenda 2030, reconhecendo o papel das mudanças comportamentais e da educação na promoção de estilos de vida sustentáveis. O PNUMA é encarregado de apoiar os Estados membros no desenvolvimento de planos de ação e facilitar o compartilhamento de informações.
9. [UNEP/EA.6/L.12](#) - Gestão dos produtos químicos e dos resíduos - Aborda a necessidade de gestão adequada de produtos químicos e resíduos, enfatizando a importância dos acordos multilaterais ambientais e reconhecendo o impacto negativo da poluição tanto no meio ambiente quanto na saúde humana. Ela acolhe relatórios do PNUMA e pede aumento do

financiamento para a área de produtos químicos e resíduos. Pontos-chave incluem apoio ao Quadro Global sobre Produtos Químicos, encorajamento para que as partes interessadas forneçam recursos e esforços de coordenação entre diversos programas. A resolução também solicita relatórios sobre o progresso da implementação na próxima sessão da Assembleia do Meio Ambiente.

10. [UNPE/EA.6/L.13](#) - Promover cooperação regional para abordar a poluição do ar e melhorar a qualidade do ar - Visa promover abordagens integradas para abordar a qualidade do ar, as mudanças climáticas e a saúde, reconhecendo a natureza interconectada dessas questões. Reconhecendo os riscos significativos à saúde causados pela poluição do ar e a necessidade de esforços colaborativos em todos os níveis, o documento enfatiza a implementação de programas nacionais de qualidade do ar e a definição de padrões ambientais nacionais. Solicita a criação de uma rede de cooperação sobre qualidade do ar e o compartilhamento de conhecimento, melhores práticas e capacitação entre os estados membros. Além disso, convoca o apoio de países, organizações econômicas regionais e outros stakeholders para mobilizar recursos e implementar soluções regionais para combater a poluição do ar. O projeto de resolução solicita um relatório sobre a implementação dessas medidas na próxima sessão da Assembleia do Meio Ambiente. O incentivo à redução da poluição do ar e da água melhora a qualidade do ambiente e reduz doenças respiratórias e gastrointestinais.

11. [UNEP/EA.6/L.14](#) - Pesticidas altamente perigosos - Reconhece a necessidade de abordar os riscos associados ao uso de pesticidas altamente perigosos (PAPs). Destaca-se que o progresso na redução desses riscos tem sido lento e desigual devido à falta de alternativas seguras e acessíveis. O documento incentiva os Estados membros a adotarem medidas eficazes para eliminar gradualmente os PAPs na agricultura, quando os riscos não foram gerenciados e alternativas mais seguras existirem. Além disso, convida os Estados membros a cooperarem para prevenir o tráfico ilegal desses pesticidas e a se juntarem à aliança global sobre PAPs estabelecida no âmbito do Quadro Global sobre Químicos. O projeto de resolução solicita ao Diretor Executivo que apoie o trabalho dessa aliança e que apresente um relatório sobre a implementação da resolução na próxima sessão da Assembleia do Meio Ambiente.

12. [UNEP/EA.6/L.15](#) - Assistência e recuperação ambiental em áreas afetadas por conflitos armados - Reafirmando importantes acordos internacionais e resoluções relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à proteção ambiental, a resolução reconhece o impacto prejudicial dos conflitos armados no meio ambiente e enfatiza a importância da proteção e assistência ambiental em zonas de conflito, visando mitigar os impactos ambientais dos conflitos armados e apoiar esforços de recuperação sustentável. Apela a uma maior eficácia dos esforços de assistência e recuperação ambientais, cabendo ao PNUA apresentar um relatório sobre a prestação dessa assistência e integrá-la em estratégias futuras. - *Não endossada pela Comissão de trabalho, mas aprovada.*

Pontos-chave da resolução incluem:

- Insta os Estados a aderirem ao direito internacional, incluindo o direito internacional dos direitos humanos e o direito humanitário internacional, para proteger o meio ambiente em áreas afetadas por conflitos.
- Convida os Estados a considerar os princípios de proteção do meio ambiente durante conflitos armados conforme delineado pela Comissão de Direito Internacional.

- Encoraja os Estados a aprimorar a eficácia dos esforços de assistência ambiental e recuperação em regiões afetadas por conflitos.
- Solicita ao Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que relate sobre a prestação de assistência ambiental do PNUMA em zonas de conflito e desenvolva orientações técnicas sobre coleta de dados relacionados a danos ambientais de conflitos armados.
- Incentiva a colaboração entre o PNUMA, outras agências da ONU e partes interessadas relevantes para fornecer assistência ambiental em áreas de conflito mediante solicitação.

13. [UNEP/EA.6/L.17](#) - Fortalecimento dos esforços internacionais para combater a desertificação e a degradação do solo, restaurar áreas degradadas, promover a conservação da terra e o manejo sustentável - Direcionou os esforços para combater a desertificação, a degradação da terra e a seca - que afetam a produção de alimentos saudáveis - promovendo práticas sustentáveis de gestão da terra. Os esforços para combater a degradação da terra e a seca levaram a uma resolução que exorta à gestão proativa da seca e ao envolvimento da sociedade civil, especialmente das mulheres e dos jovens.

14. [UNEP/EA.6/L.18](#) - Fortalecer os esforços oceânicos para combater as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade marinha e a poluição - Abordou os esforços para combater as mudanças climáticas e proteger a biodiversidade marinha, enfatizando a necessidade de uma ação coordenada para lidar com a poluição nos oceanos. Os esforços de conservação dos oceanos resultaram em uma resolução incentivando a ratificação de acordos internacionais, o combate à poluição plástica e o fortalecimento das áreas marinhas protegidas.

15. [UNEP/EA.6/L.16](#) - Soluções eficazes e inclusivas para reforçar as políticas hídricas para alcançar o desenvolvimento sustentável no contexto das alterações climáticas, da perda de biodiversidade e da poluição - Reconhece a importância vital da água para a saúde humana, o bem-estar e os meios de subsistência, assim como para o funcionamento dos ecossistemas e serviços ambientais. Destaca-se que a água é essencial para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza e da fome, ressaltando a interconexão entre água, ecossistemas, energia, segurança alimentar e nutrição. O documento destaca a preocupação com o fato de o mundo não estar no caminho certo para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à água até 2030, enfatizando a necessidade de investimentos sustentáveis e inovadores nesse setor. Também reconhece as ameaças à quantidade e qualidade da água, incluindo a poluição, e destaca a importância de abordagens integradas de gestão de recursos hídricos, incluindo cooperação transfronteiriça, monitoramento de dados confiáveis e investimentos em infraestrutura sustentável. O projeto de resolução solicita ao Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que intensifique as ações para a proteção e gestão sustentável dos ecossistemas baseados em água, apresente prioridades estratégicas para a gestão de água e amplie a colaboração com outras agências da ONU. Além disso, pede aos Estados membros que intensifiquem os meios de implementação para promover a gestão integrada de recursos hídricos, especialmente nos países em desenvolvimento.

Resoluções Não Aprovadas

1. Intensificar os esforços para acelerar a transição a nível nacional, regional e mundial para economias circulares - Visa promover padrões de consumo e produção sustentáveis, em particular no contexto da transição para uma economia circular. A discussão girou em torno da

aceleração da transição global para economias circulares. Embora os delegados tenham debatido uma linguagem específica, não foi possível chegar a um consenso sobre referências à resolução 77/161 da AGNU ou descrições de economias circulares. O projeto de resolução foi retirado por falta de acordo.

2. Modificação da Radiação Solar (MRS) - Discussões foram inconclusivas, e o projeto de resolução foi retirado devido a preocupações com lacunas científicas e potenciais implicações.

3. Desenvolvimento de critérios, normas, padrões e diretrizes para soluções baseadas na natureza para apoiar o desenvolvimento sustentável - Algumas partes questionaram se existe mesmo necessidade de tal trabalho, pois consideraram que a resolução 5/5 da UNEA sobre NbS é suficiente com especificidades de implementação determinadas a nível nacional. Os Grupos Principais destacaram que as Soluções Baseadas na Natureza estão atualmente sujeitas a interpretações variadas e podem ser mal utilizadas. Eles propuseram a criação de um grupo de trabalho que incluísse um especialista designado pelos Grupos Principais.

4. Ações multilaterais eficazes, inclusivas e sustentáveis para a justiça climática - Conflitos com o mandato da UNFCCC, falta de clareza sobre os fóruns propostos e adequação do fórum

5. Viver bem em equilíbrio e harmonia com a Mãe Terra e as Ações Centradas na Mãe Terra - Retirada devido à submissão tardia.

A Declaração Ministerial

A Declaração Ministerial abordou a necessidade urgente de ações multilaterais eficazes, inclusivas e sustentáveis para enfrentar desafios ambientais globais, incluindo mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição.

Os ministros e representantes presentes reafirmam os princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, bem como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Reconhecem a urgência das ameaças colocadas pela mudança climática, perda de biodiversidade e poluição para o desenvolvimento sustentável, e destacam a importância de abordagens integradas baseadas em ciência e conhecimento tradicional.

A declaração elogia importantes resultados multilaterais recentes, incluindo acordos sobre mudanças climáticas, biodiversidade e gestão de recursos hídricos. No entanto, enfatiza a urgência de ações concretas para enfrentar esses desafios, promovendo uma transição energética justa e sustentável, melhorando a gestão de minerais e metais, e intensificando esforços para abordar a poluição.

Comprometem-se a promover a igualdade de gênero e a capacitar mulheres, meninas e pessoas com deficiência na tomada de decisões ambientais. A declaração enfatiza a importância da cooperação internacional e insta todos os atores a promoverem a implementação das ações delineadas para um futuro mais sustentável.

A declaração ministerial não aborda especificamente questões relacionadas à saúde, mas destaca questões ambientais que têm um impacto significativo na saúde humana. Outros pontos de destaque foram:

1. Fortalecimento do apoio ambiental aos países: O documento reconhece a necessidade de um apoio ambiental mais forte em nível nacional. Isso poderia envolver a integração de considerações ambientais nos quadros nacionais de planejamento e desenvolvimento, o que, em última análise, influenciaria os resultados de saúde. Por exemplo,

garantir o acesso à água potável e ao saneamento é crucial para a saúde pública. (parágrafos 3-5)

2. Papel do PNUMA na Proteção Ambiental e Saúde: O documento pede que o PNUMA, autoridade ambiental da ONU, intensifique seu apoio aos Estados-membros na implementação dos aspectos ambientais da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Essa agenda inclui metas relacionadas à água limpa, saneamento, ambientes saudáveis e ação climática, todas diretamente ligadas à saúde. (parágrafo 19)

3. Compromisso renovado com a proteção ambiental: O documento expressa expectativa para a próxima Cúpula do Futuro e insta a colaboração de todas as partes interessadas para enfrentar os desafios ambientais. Isso inclui o fortalecimento de sinergias entre acordos ambientais e organizações, o que poderia levar a esforços mais efetivos e coordenados para proteger o meio ambiente e, em última análise, a saúde humana. (parágrafo 20)

Plenária de Encerramento

Durante a plenária de encerramento da UNEA-6 na sexta-feira, 1º de março, vários pontos importantes foram destacados:

Apesar das preocupações levantadas por alguns Estados-Membros, foi adotado o projeto de declaração ministerial intitulado "Ações multilaterais eficazes, inclusivas e sustentáveis para combater as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição". Alguns Estados-Membros manifestaram insatisfação com certos aspectos da declaração, incluindo a falta de referência ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas (CBDR) e a cobertura incompleta da poluição por plásticos.

Os Estados-Membros expressaram as suas perspectivas sobre os resultados da UNEA-6, destacando as áreas de satisfação e as áreas a melhorar. Alguns enfatizaram a importância de certas resoluções, como as que tratam de mineração e metais, enquanto outros lamentaram a falta de consenso em questões-chave como a justiça climática.

Grandes Grupos e Outras Partes Interessadas compartilharam suas observações sobre os resultados da UNEA-6, expressando preocupações sobre a linguagem nas resoluções, a exclusão de grupos marginalizados e o fracasso em abordar a justiça climática adequadamente.

No geral, embora a UNEA-6 tenha visto a adoção de várias resoluções abordando desafios ambientais críticos, também houve casos de discordância e retirada de projetos de resolução, indicando a complexidade de se alcançar um consenso sobre questões ambientais globais.

Conectando Destinos: Plano Estratégico da OIM para um Mundo Inclusivo

Connecting Destinies: IOM Strategic Plan for an Inclusive World

Rafael Gomes França, Caio Murta, Giulia Mariano Machado, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo. Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global explora o Plano Estratégico da Organização Internacional para Migrações 2024 – 2028, cujos objetivos são: i) salvar vidas e proteger pessoas em movimento; ii) impulsionar soluções para deslocamentos e iii) facilitar vias para a migração regular, que ajudará a tornar a migração mais segura e ordenada, combatendo os incentivos para o contrabando de migrantes, o tráfico de pessoas, a exploração e o abuso.

Palavras-chave: Refúgio. Saúde Global. Políticas Públicas

Summary. *In this report, the Working Group on Migration, Refuge, and Global Health explores the International Organization for Migration's Strategic Plan 2024–2028, which aims to: i) save lives and protect people on the move; ii) drive solutions to displacement; and iii) facilitate pathways for regular migration, contributing to making migration safer and more orderly, combating incentives for migrant smuggling, human trafficking, exploitation, and abuse.*

Keywords: *Refugee. Global Health. Public Policies.*

A Organização Internacional de Migrações (OIM) acaba de lançar seu Plano Estratégico 2024 -2028, que tem como Objetivo 1 reconhecer a segurança, a dignidade e a proteção das pessoas como central dentro do contexto de crise global. As propostas passam por desenvolver e adotar novas tecnologias e abordagens para tornar as respostas da organização mais eficientes. Esse Objetivo também toma a responsabilidade de, em contextos de emergências, garantir o acesso a dinheiro e itens para suprir necessidades básicas, saúde, água, saneamento, abrigo e assistência. Para atender pessoas em situações de vulnerabilidade, a OIM trará serviços de proteção especializados como medidas de proteção infantil, ações para mitigar o risco e responder a violência de gênero e apoio psicossocial.

Este Objetivo também traz responsabilidade de respostas adaptadas aos seus contextos. Para isso, a OIM se compromete a cada vez mais disponibilizar os dados de mobilidade, recursos, vulnerabilidades e necessidades das populações deslocadas, hospedeiras e pessoas em movimento. Além disso, também se propõe a colocar as necessidades e direitos individuais e o bem-estar das comunidades no centro das respostas e planos da OIM, assim como promover ações humanitárias inclusivas com maior envolvimento de lideranças e governos locais.

O segundo Objetivo refere-se ao impulso necessário para melhorar as condições dos deslocamentos. Com o aumento do deslocamento global chegando a níveis recordes, a OIM pretende se antecipar e mitigar os riscos, com o intuito de ter uma boa preparação. Cada vez

mais pessoas passam pelo processo complexo de deslocamento e por um período mais longo de tempo. Dito isso, o plano da OIM é gerar a oportunidade de se obter resiliência e autossuficiência, aumentando a quantidade de meios de subsistência e moradia, terra e direitos de propriedade, tendo a intenção de incluir grupos vulnerabilizados. O investimento em abordagens de desenvolvimento que integram cuidados de saúde, educação, meios de subsistência e mecanismos de proteção pautados na comunidade é importante para que sejam ações bem-sucedidas.

Em seus 70 anos de existência, a preparação para crises tem sido um pilar importante do trabalho da organização⁹, a partir do framework de Sendai para Redução dos Riscos de Desastres (2015-2030)¹⁰. Assim, a OIM tem atuado em dois eixos: o apoio aos Estados-membros a desenvolver sua resiliência e capacidade de responder a crises, bem como a integrar a perspectiva da mobilidade humana em suas estratégias para lidar com riscos e oferecendo suporte técnico para a criação de políticas públicas; e a participação em mecanismos interagências para preparação e mitigação de crises, auxiliando com, por exemplo, a gestão de informação dentro dos Estados-membros e a coordenação do plano de resposta à crise com múltiplos atores.

Um exemplo da preparação e mitigação de riscos em uma frente de atuação da OIM é um caso do Iêmen¹¹. O país vem sendo assolado por quase dez anos de conflito armado e pelos impactos das mudanças climáticas, com o deslocamento de 4,5 milhões de pessoas. Na cidade de Ma'rib, os locais em que refugiados internos se estabelecem estão próximos de enchentes e, em sua maioria, não têm barreiras adequadas ou abrigamentos para proteger as famílias das chuvas torrenciais. A OIM tem atuado tanto na resposta de urgências de curto prazo, como distribuindo kits de emergência para assistir às famílias afetadas, quanto na preparação para crises. Para mitigar o risco de enchentes, a organização iniciou um plano de duas fases: (i) a construção de muros de gabião nas hidrovias e (ii) a melhoria dos sistemas de drenagem dentro dos espaços de assentamento. Com essas iniciativas, foi possível reduzir significativamente a chance de as enchentes destruírem os lares das famílias e colocarem-nas em risco de vida.

A atuação da OIM em conjunto com a comunidade local no Burundi também merece destaque¹². O país está entre os 20 mais vulneráveis às mudanças climáticas, em um cenário em que quase 90% dos deslocamentos internos são motivados por desastres ambientais, como chuvas torrenciais, tempestades com ventanias, enchentes e deslizamentos de terra. No vilarejo rural de Nyamugari, as casas são construídas em uma encosta íngreme, colocando os habitantes e também as plantações, que são a principal atividade econômica, em grande risco. Segundo relatos de locais, o desejo é de abandonar a vila e migrar para outra região, mas a situação de vulnerabilidade e pobreza impede a maioria de o fazer. Compreendendo os riscos impostos à região pelos eventos climáticos, a comunidade local reabilitou a perigosa ravina próxima de onde estão estabelecidos em uma calha fortificada. Os habitantes implementaram um programa de Cash-for-Work, remunerando os indivíduos que participam em atividades que beneficiem a comunidade. Para apoiar as iniciativas locais e prevenir que uma nova crise de deslocamento

⁹ <https://www.iom.int/strengthen-preparedness-and-reduce-disaster-risk>

¹⁰ <https://www.undrr.org/publication/sendai-framework-disaster-risk-reduction-2015-2030>

¹¹ <https://storyteller.iom.int/stories/fathers-story-perseverance-build-safe-home-amidst-conflict-and-floods>

¹² <https://storyteller.iom.int/stories/community-driven-solutions-addressing-disaster-induced-displacement-burundi>

surja, a OIM está implementando um projeto de Redução de Risco de Desastres, em colaboração com a Plataforma Nacional para Prevenção de Riscos e Gestão de Desastres e com comitês locais, a partir de iniciativas como esta, elaborada pelos próprios habitantes locais e que considerem todo o espectro da mobilidade humana.

Outro exemplo de passo importante em direção à mitigação de crises é o aprimoramento da assistência de saúde oferecida pela organização, na recém-anunciada parceria com a OnG Direct Relief. Além de ações de assistência humanitária imediata, como fizeram construindo um hospital de campanha em Gaza em fevereiro deste ano, a parceria busca fortalecer a preparação para resposta às crises, com iniciativas como a estocagem e pré-posicionamento de equipamentos médicos em colaboração com Estados-membros da OIM, e o aprimoramento da coordenação das respostas, fortificando a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas de saúde frente a crises.

No novo plano 2024-2028, a OIM destaca que os países que estão em desenvolvimento, principalmente quando se trata dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, têm a necessidade de estar preparados para sofrer com os impactos das mudanças climáticas. A organização está assumindo o compromisso de reforçar a assistência aos esforços que já ocorrem por meio dos governos de cada região, pensando em auxiliar no planejamento da migração dentro do contexto da adaptação às mudanças climáticas. Além disso, eles vão apoiar as pessoas que desejarem continuar em suas regiões de origem, elevando os investimentos em formas de redução do risco de desastres e adaptação local.

Quanto ao terceiro Objetivo, a Organização destaca que adota uma abordagem abrangente, envolvendo governo e sociedade, para facilitar a conexão segura de pessoas, bens, serviços, conhecimento e inovação. Em resposta aos desafios dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e à necessidade de não deixar ninguém para trás, a OIM concentra-se em otimizar o potencial da migração. Isso inclui apoiar os Estados na criação de vias regulares de migração, reduzindo a migração irregular e integrando efetivamente os migrantes nos planos de desenvolvimento.

A OIM busca tornar as vias regulares mais acessíveis e inclusivas, preparando os migrantes para uma migração segura e bem-sucedida. Além disso, a organização promove a proteção social e a cobertura de saúde para os migrantes, reconhecendo-os como contribuintes valiosos para as sociedades. Em paralelo, a OIM trabalha na facilitação do retorno digno, baseado em direitos, readmissão e reintegração sustentável de migrantes, enquanto aborda questões de discriminação e negatividade associadas à migração. A cooperação regional e inter-regional é incentivada como meio de promover uma perspectiva mais positiva e colaborativa em relação à migração.

Em um esforço para atingir metas de longo prazo, a OIM intensifica seu papel como facilitadora de cooperação Sul-Sul e triangular. Isso implica promover a integração regional e colaboração inter-regional por meio de mecanismos de consulta interestatais liderados pelos Estados sobre migração. Essa abordagem visa criar um ambiente mais favorável, impulsionar mudanças transformadoras e desafiar narrativas injustas relacionadas à migração, ao mesmo tempo em que maximiza o potencial positivo dessa dinâmica global.

Dia Internacional da Mulher 2024 e 68ª Comissão Sobre a Situação das Mulheres

International Women's Day 2024 and 68th Commission on the Status of Women

Maria Teresa Rossetti Massari

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Resumo: No Dia Internacional da Mulher, a ONU Mulheres defende o investimento nas mulheres como a melhor solução para enfrentar a escalada das crises internacionais. Com quase metade da população mundial residindo em países submetidos a processos eleitorais em 2024, o dia 8 de Março serve como uma oportunidade fundamental para moldar o futuro desejado. Mais de 10% das mulheres no mundo vivem na pobreza extrema, e a igualdade de gênero é identificada como um potente catalisador para a mudança desse cenário. A capacitação econômica das mulheres através do acesso a empregos de qualidade e à proteção social e jurídica abrangente surge como estratégia fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e no combate à pobreza. A urgência de investimentos centrados no gênero é sublinhada, especialmente no contexto da 68.ª Comissão sobre a Situação da Mulher, realizada de 11 a 22 de Março, onde os líderes globais convergem para acelerar o progresso rumo à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Por fim, nosso informe traz dados de um relatório da ONU Mulheres que revela a grave crise em Gaza, destacando as mulheres e meninas como as mais afetadas durante os seis meses de conflito na região - onde 70% dos mortos são mulheres ou crianças.

Palavras-chave: Saúde da mulher; Desenvolvimento sustentável; Perspectiva de gênero

Abstract: *On International Women's Day, UN Women defends investments in women as the best solution to face the escalation of international crises. With almost half of the world's population residing in countries undergoing electoral processes in 2024, March 8th serves as a fundamental opportunity to shape the desired future. More than 10% of women in the world live in extreme poverty, and gender equality is identified as a powerful catalyst for changing this scenario. The economic empowerment of women through access to quality jobs and comprehensive social and legal protection emerges as a fundamental strategy in promoting sustainable development and combating poverty. The urgency of gender-focused investments is underscored, especially in the context of the 68th Commission on the Status of Women, held March 11-22, where global leaders converge to accelerate progress towards gender equality and women's empowerment. Finally, our report brings data from a UN Women report that reveals the serious crisis in Gaza, highlighting women and girls as the most affected during the six months of conflict in the region - where 70% of those killed are women or children.*

Key words: *Women's health; Sustainable development; Gender perspective*

No Dia Internacional da Mulher, ONU Mulheres apela para o investimento nas mulheres como a melhor solução para enfrentar as crescentes crises¹

Em um ano onde quase metade da população mundial vive em países em processo eleitoral, o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, deve ser encarado como uma oportunidade crucial para definir o futuro que se quer.

À medida que os conflitos, as alterações climáticas e a polarização das sociedades estão a corromper décadas de progresso na igualdade de gênero, o apelo é para “Investir nas mulheres: acelerar o progresso” para concretizar a igualdade de gênero para todas.

“Começarei neste Dia Internacional da Mulher com um momento de reflexão para todas as mulheres e meninas mortas em guerras e conflitos que não são da sua responsabilidade.

As guerras e os conflitos estão a corroer as conquistas de décadas de investimentos na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres. Do Oriente Médio ao Haiti, ao Sudão, Myanmar, Sahel, Ucrânia, Afeganistão e outras partes do mundo, as mulheres pagam o maior preço dos conflitos”².



A Diretora Executiva da ONU Mulheres, Sima Bahous, faz o discurso de abertura na comemoração oficial da ONU do Dia Internacional da Mulher, 8 de março de 2024, na sede da ONU.

Para acessar o discurso completo de Sima Bauhaus, Diretora Executiva da ONU Mulheres, [clique aqui](#). Para assistir a declaração do Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, [clique aqui](#).

Como a igualdade de gênero pode reduzir a pobreza?³

Em geral, mais mulheres do que homens vivem na pobreza. Atualmente, mais de 10% das mulheres em todo o mundo estão presas num ciclo de pobreza extrema, vivendo com menos de 2,15 dólares por dia. No atual ritmo de progresso, 342 milhões de mulheres (8% da população) ainda viverão em pobreza extrema até 2030 se nada for feito.

A pobreza das mulheres é alimentada pela discriminação no mundo do trabalho, pelo acesso limitado a recursos e ativos financeiros e por estereótipos profundamente enraizados que limitam a participação das mulheres na educação, no emprego digno e na tomada de decisões, ao mesmo tempo que as sobrecarregam com uma parcela maior de cuidados não remunerados e trabalho doméstico.

A igualdade de gênero é um poderoso catalisador para reduzir a pobreza e impulsionar o desenvolvimento sustentável. Ao garantir a igualdade de acesso às oportunidades e à tomada de decisões para todos, as sociedades podem criar economias mais saudáveis e justas.

Aumentar a produtividade através do acesso a empregos de qualidade para as mulheres³

Taxas mais elevadas de participação feminina na força de trabalho podem impulsionar o crescimento econômico, no entanto, pesquisas mostram que simplesmente garantir trabalho às mulheres não é suficiente. A inclusão econômica das mulheres deve também garantir o acesso ao trabalho digno, à igualdade de remuneração por trabalho de igual valor e à proteção social.

Apenas 61% das mulheres em idade ativa compõem a força de trabalho, em comparação com 90,6% dos homens. Além disso, quase 60% das mulheres em todo o mundo trabalham na economia informal, um número que dispara para mais de 90% nos países menos desenvolvidos.

Uma grande proporção delas tem empregos instáveis, mal remunerados e não qualificados, que carecem de redes de segurança social, como trabalhadoras domésticas, trabalhadoras da construção civil ou trabalhadoras agrícolas sazonais. Investir em empregos qualificados e dignos para as mulheres têm um efeito cascata com benefícios mais amplos para a sociedade, que não só promovem a igualdade de gênero, mas também impulsionam o desenvolvimento econômico sustentável para todos.

Proteção social e jurídica inclusiva é fundamental para o crescimento global³

Com apenas 26% das mulheres cobertas por sistemas de seguridade social em todo o mundo, a falta de apoio é gritante. A discriminação no mundo do trabalho prende muitas mulheres em empregos mal remunerados e informais, perpetuando a pobreza. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, as mulheres são o grupo mais discriminado na força de trabalho, enfrentando também taxas mais elevadas de violência e assédio sexual no ambiente de trabalho.

A expansão do acesso das mulheres a empregos formais e dignos e a programas de assistência social – como cuidados de saúde, sistemas de pensões que reconhecem o trabalho de cuidados não remunerado e a proteção total da maternidade – estabelece as bases para o empoderamento econômico. É fundamental abordar as causas profundas da desigualdade, ao mesmo tempo em que protege as mulheres do preconceito, da discriminação baseada no gênero e da violência no local de trabalho.

Criar uma sociedade solidária enraizada na igualdade de gênero³

As mulheres suportam o peso da maior parte dos cuidados não remunerados e do trabalho doméstico, gastando 2,8 horas a mais do que os homens em cuidados não remunerados. Como resultado, as mulheres e meninas têm menos tempo e oportunidades para a educação e o trabalho remunerado, ou para participar na vida social e política. Isto, por sua vez, as mantém mais pobres que os homens. Investir em serviços de cuidados, como creches e cuidados para idosos, pode criar quase 300 milhões de empregos enquanto garante oportunidade de trabalho para as mulheres.

Mudança para economias sustentáveis que incluem mulheres

À medida que o mundo se orienta para soluções de energias renováveis, as mulheres estão muito sub-representadas neste setor, com apenas 31% dos empregos preenchidos por mulheres. O sul global do mundo é esmagadoramente afetado pelos impactos das alterações climáticas e as mulheres nestas regiões, e não só, devem ser incluídas na transição para uma economia inclusiva que cuide tanto das pessoas como do planeta.

Acabar com a violência baseada no gênero

A violência baseada no gênero é a violação mais generalizada dos direitos humanos, afetando uma em cada três mulheres em todo o mundo. Combater a violência contra mulheres e meninas é fundamental para criar sociedades estáveis. Quando as mulheres se sentem seguras, é mais provável que participem na economia e contribuam para o desenvolvimento das suas comunidades.

68ª Comissão Anual sobre a Situação da Mulher (CSW68)⁴

A 68ª Comissão Anual sobre a Situação da Mulher, é o maior encontro anual da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, ocorre de 11 a 22 de março de 2024. O tema deste ano é, “Acelerar a concretização da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, combatendo a pobreza, fortalecendo as instituições e o financiamento com perspectiva de gênero”.

É um momento decisivo para a igualdade de gênero - globalmente, 10,3% das mulheres vivem hoje em extrema pobreza e são mais pobres que os homens. O progresso no sentido de acabar com a pobreza precisa de ser 26 vezes mais rápido para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030.

Acelerar o progresso requer investimentos. Dados de 48 países, considerados economias em desenvolvimento, mostram que são necessários 360 bilhões de dólares adicionais por ano para alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres nos principais objetivos globais, incluindo acabar com a pobreza e a fome.

As soluções para acabar com a pobreza das mulheres são amplamente reconhecidas: investir em políticas e programas que abordem as desigualdades de gênero e reforçar a liderança das mulheres. Esses investimentos têm impactos enormes: mais de 100 milhões de mulheres e meninas poderiam ser tiradas da pobreza se os governos dessem prioridade à educação e ao planejamento reprodutivo, salários justos e iguais e a ampliação de benefícios sociais. Neste ano decisivo, enquanto 2,6 bilhões de pessoas vão às urnas para votar, elas têm o poder de exigir um maior investimento na igualdade de gênero.

Quase 300 milhões de empregos poderão ser criados até 2035 com investimentos em serviços de cuidados. A eliminação das disparidades de gênero no trabalho tem o potencial de aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 20% em todas as regiões.

Estados-Membros na CSW

Quarenta e cinco Estados-Membros das Nações Unidas atuam como membros da CSW ao mesmo tempo. A Comissão é composta por um representante de cada um dos 45 Estados-Membros, por um período de quatro anos, eleito pelo Conselho Econômico e Social com base numa distribuição geográfica equitativa:

- 13 membros da África
- 11 da Ásia
- Nove da América Latina e Caribe
- Oito da Europa Ocidental e de outros Estados
- Quatro da Europa Oriental

Em 2024, Brasil, Colômbia e México representam a América Latina e Caribe.

Na CSW68, governos, organizações da sociedade civil, especialistas e ativistas de todo o mundo vão se reunir para chegar a acordos sobre ações e investimentos que possam acabar com a pobreza das mulheres e promover a igualdade de gênero.

Para acessar a agenda completa da 68ª CSW, [clique aqui](#). Para acessar os documentos oficiais, [clique aqui](#).

Alerta de gênero: O Impacto de Gênero da Crise em Gaza⁵

A ONU Mulheres publicou um relatório que fornece uma visão geral da crise que já dura seis meses em Gaza e da situação de mulheres e meninas, as maiores afetadas.

Desde 7 de Outubro de 2023:

- Mais de 24.620 palestinos foram mortos na Faixa de Gaza - 70% dos quais eram mulheres ou crianças;
- 2 mães são mortas a cada hora;
- Pelo menos 3.000 mulheres devem ter se tornado novas viúvas e/ou chefes de família;
- Pelo menos 10.000 crianças perderam seu pai;
- Mais de 1,9 milhões de pessoas — 85% da população total de Gaza — foram deslocadas (estima-se que 1 milhão de mulheres e meninas);
- Não há espaços seguros, livres de violência baseada no gênero, para mulheres e meninas sobreviventes;
- Apenas 0,09% do financiamento foi direcionado para organizações de mulheres (nacional ou local);
- Toda a população de Gaza — cerca de 2,2 milhões de pessoas — encontra-se em níveis de crise de insegurança alimentar aguda ou pior;

Mudança na perda de vidas

Entre 2008 e 7 de outubro de 2023, a ONU registrou a morte de 6.542 palestinos e 308 israelenses em ataques, onde menos de 14% eram mulheres e meninas. Desde 7 de Outubro de 2023, o número de palestinos mortos triplicou quando comparado aos 15 anos anteriores e se observou uma mudança drástica na demografia: estima-se que 70% dos palestinos mortos em Gaza são hoje mulheres e crianças.



Fonte: UN Women, 2024.

Referências

1. International Women's Day | UN Women – Headquarters [Internet]. [citado 11 de março de 2024]. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/get-involved/international-womens-day>
2. Speech: 'Be the light that brings hope and that accelerates progress towards an equal, sustainable, and peaceful future' [Internet]. UN Women – Headquarters. 2024 [citado 11 de março de 2024]. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/speech/2024/03/speech-be-the-light-that-brings-hope-and-that-accelerates-progress-towards-an-equal-sustainable-and-peaceful-future>
3. How can gender equality reduce poverty? [Internet]. UN Women – Headquarters. 2024 [citado 11 de março de 2024]. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/explainer/2024/02/how-can-gender-equality-reduce-poverty>
4. 68th Session of the Commission on the Status of Women [Internet]. UN Women – Headquarters. [citado 11 de março de 2024]. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/how-we-work/commission-on-the-status-of-women>
5. Gender Alert The Gendered Impact of the Crisis in Gaza.pdf [Internet]. [citado 11 de março de 2024]. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2024-01/Gender%20Alert%20The%20Gendered%20Impact%20of%20the%20Crisis%20in%20Gaza.pdf>

Transformar os sistemas alimentares para enfrentar a pandemia da obesidade

Eduardo Nilson

Denise Oliveira e Silva

Erica Ell

Juliana Ubarana

Resumo: Nesse informe, aproveitamos o Dia Mundial da Obesidade, em 4 de março, para discutir essa pandemia, como se atrela aos sistemas alimentares hegemônicos e qual o papel dos governos nacionais e organismos internacionais nessa agenda.

No dia 4 de março foi celebrado o Dia Mundial da Obesidade, que trouxe inúmeras discussões globais sobre a doença e suas consequências, mas, sobretudo, sobre suas causas e formas de enfrentamento. Na óptica da segurança alimentar e nutricional, desnutrição e obesidade carregam muitas causas comuns, configurando a dupla carga da má nutrição (Grajeda *et al.*, 2019). Além disso, estão juntas como parte da sindemia global que reúne desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, que está diretamente ligada aos sistemas alimentares que se tornaram hegemônicos no mundo, unindo o modelo de produção agrícola baseado na monocultura de commodities e o ultraprocessoamento dos alimentos (Swinburn *et al.*, 2019).

Segundo a OMS, a obesidade é definida como uma doença crônica complexa caracterizada pela excessiva adiposidade que pode afetar a saúde. A obesidade é considerada, ainda, uma doença multifatorial associada a ambientes obesogênicos, fatores psicossociais e variantes genéticas. Além disso, em um subgrupo de pacientes alguns fatores etiológicos principais podem ser identificados, tais como medicamentos, doenças, imobilização, procedimentos iatrogênicos, doenças genéticas). Uma das principais medidas indiretas de adiposidade, frequentemente usada para diagnosticar a obesidade e classificar sua severidade, é o Índice de Massa Corporal (IMC), definida pelo peso em quilogramas dividido pela altura elevada ao quadrado, de modo que, para adultos a obesidade é definida como o IMC maior ou igual a 30 kg/m². No caso das crianças e adolescentes, os pontos de corte para essa classificação não são fixos e variam conforme o sexo e a idade, definidos pela própria OMS.

A dupla carga da má nutrição no mundo: duas faces da mesma moeda

A dupla carga da má nutrição é reflexo de sistemas alimentares que promovem a concentração de recursos e iniquidades, além de modificar os padrões alimentares das populações para favorecer produtos alimentícios ultraprocesados para substituir alimentos tradicionais, in natura e minimamente processados nas dietas.

Nesse sentido, apesar do consumo de ultraprocesados ser maior em populações de maior renda, bem como nos países de alta renda, esse consumo tem se mantido razoavelmente estável ao longo do tempo, enquanto cresce significativamente entre os mais pobres e avança sobre os países de média e baixa renda. Com isso, para além de uma dupla carga de doenças, existe, na verdade, uma múltipla carga que inclui, além da desnutrição e da obesidade, outros problemas carenciais como as deficiências de micronutrientes e problemas de excessos nutricionais, como as doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs) associadas à alimentação inadequada.

Nesse contexto, também ganha importância o preço dos alimentos, levando em consideração que há uma tendência de gradual barateamento dos ultraprocessados em relação aos alimentos in natura e minimamente processados, que, por sua vez, desloca o consumo para os processados, particularmente nas famílias mais pobres. Esse fenômeno é bastante notado em países como os Estados Unidos, em que a dieta composta predominantemente de ultraprocessados é mais comum entre populações mais vulneráveis, como comunidades de afro-americanos e latinos, mas se observa que, em países como o Brasil, tem havido maior aumento no consumo de ultraprocessados entre os grupos de menor renda. Vale destacar, ainda, que dentro dos mesmos grupos populacionais também se manifestam desigualdades e vulnerabilidades, principalmente entre mulheres e crianças.

Análises das consequências do fenômeno da globalização econômica do comércio de alimentos tem comprovado que seus impactos variam conforme o rendimento familiar e a renda dos países. Por exemplo, há maior risco da dupla carga da má nutrição nas famílias mais pobres dos países mais pobres e que esse efeito se atenua com o aumento da renda familiar e nacional. Enquanto isso, a globalização social tem efeitos ainda maiores, visto que aumenta a probabilidade da dupla carga da má nutrição em todos os grupos de rendimentos familiares, particularmente nos países de baixa e média renda (Seferidi *et al.*, 2022).

Em consequência, quando análises e documentos como o Estado da Insegurança Alimentar da FAO (SOFI – *State of Food Security and Nutrition in the World*) trazem o problema da fome do mundo junto com uma questão ainda maior, que é o acesso a alimentos saudáveis (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, 2023), ainda que não mencionados explicitamente, temos como pano de fundo esses sistemas alimentares hegemônicos e os ultraprocessados. Afinal, a segurança alimentar e nutricional preconiza não somente o acesso a alimentos, mas que esses alimentos precisam ser saudáveis, cultural e socialmente adequados

Portanto, essas questões precisam ser reconhecidas no enfrentamento da fome, na perspectiva do direito humano à alimentação e nutrição adequada, mesmo em ações emergenciais, por exemplo impedindo que ultraprocessados façam parte da dieta dessas pessoas e que componham as doações. Fome deve ser combatida com comida de verdade, cultural e nutricional adequada, para evitar o acirramento da dupla carga da má nutrição, visto que a desnutrição e a obesidade compartilham determinantes sociais comuns.

A pesquisadora Jessica Fanzo, da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, reforça que a iniquidade nos sistemas alimentares causa tanto fome quanto obesidade e que ambos precisam ser enfrentados em suas especificidades e pontos comuns (Fanzo, 2020). Ela reforça que as mudanças nos sistemas alimentares foram alicerçadas na eficiente criação e distribuição de produtos que contribuem para as atuais crises de insegurança alimentar e nutricional e de saúde, em que dietas têm progressivamente sido dominadas por produtos baratos e de conveniência, com alta palatabilidade e ricos em sal, gorduras e açúcar (os ultraprocessados), tirando o lugar dos alimentos saudáveis, que frequentemente se tornam menos acessíveis física e economicamente.

Ela reforça, portanto, que esses sistemas alimentares não são otimizados para a nutrição, equidade e sustentabilidade, mas para o lucro e problemas de saúde associados à alimentação inadequada, incluindo a obesidade, que se tornaram algumas das principais causas de adoecimento e mortes prematuras em países de todos os grupos de renda, ultrapassando fatores de risco como o tabaco. No contexto das iniquidades, o efeito do avanço das dietas ocidentais pelo mundo, particularmente nos países de média e baixa renda, representa um risco

global ainda maior, contribuindo também para o aumento da dupla carga da má nutrição, visto que convivem com problemas ainda não resolvidos em relação à fome, à desnutrição e às carências nutricionais e passam rapidamente por uma transição que coloca as DCNTs como a principal causa de morbimortalidade em suas populações.

Em alinhamento com essas conclusões, o Banco Mundial, já em 2017, reconhecia as ligações entre os sistemas alimentares e a obesidade, destacando como a produção, distribuição e consumo de alimentos nas cadeias globais impacta sobre a obesidade e como poderia trabalhar para preveni-la (The World Bank, 2017).

A carga epidemiológica e econômica da obesidade

Segundo o Atlas Mundial da Obesidade 2024 (World Obesity Federation, 2024), das 41 milhões de mortes anuais atribuídas às DCNTs, 5 milhões são impulsionadas pelo IMC elevado (≥ 25 kg/m²), das quais, quase 80% estão relacionadas a doenças cardiovasculares, diabetes e cânceres. A carga epidemiológica do IMC elevado, considerando a soma de anos perdidos por doença e mortalidade, é responsável por mais de 120 milhões de anos-pessoa perdidos. Esse impacto da obesidade é global, mas é mais acentuado nos países de média renda, em que acontecem três quartos dessas mortes e doenças evitáveis em adultos relacionadas ao IMC elevado.

Essa carga de doenças é acompanhada por uma grande carga econômica, considerando os custos diretos e indiretos do excesso de peso e da obesidade, que representavam, em 2019, aproximadamente 2,19% do produto interno bruto global, variando de 20 dólares per capita na África até 872 dólares nas Américas, podendo aumentar para 3,29 do PIB global até 2060, carregada principalmente pelo impacto em países de baixa e média renda (Okunogbe *et al.*, 2022).

Além disso, segundo o Atlas, o problema do IMC elevado preocupantemente avança em todos os grupos etários, inclusive entre as crianças e adolescentes. Segundo o Atlas, se as tendências atuais não forem revertidas, até 2035, mais de 750 milhões de crianças e adolescentes (com idade entre 5 e 19 anos) deverão viver com sobrepeso e obesidade, ou seja, duas a cada cinco crianças globalmente, cuja maioria delas viverá em países de renda média.

Isso representa um risco maior de obesidade e suas comorbidades na vida adulta e, ao mesmo tempo, maior risco de DCNTs ainda na infância e na adolescência. Por exemplo, estima-se que, em 2035, devido ao IMC elevado 68 milhões de crianças e adolescentes apresentarão hipertensão arterial devido ao seu IMC elevado, cerca de 27 milhões terão hiperglicemia e 76 milhões terão baixos níveis de colesterol HDL, isto é, as DCNTs associadas à obesidade, que antes eram vistas apenas em adultos, agora estão se tornando cada vez mais comuns entre as crianças e há risco de gerações futuras com maior propensão a um conjunto de doenças associadas ao excesso de peso.

Ademais, os custos da obesidade infantojuvenil aos sistemas de saúde (e às famílias) em termos de hospitalizações, atendimentos ambulatoriais e tratamento já se manifestam precocemente, tanto em doenças diretamente associadas à obesidade, quanto nos gastos com outras doenças (Ling *et al.*, 2023).

O Atlas reforça, ainda, que o IMC elevado está ligado à crescente crise ambiental enfrentada pelo globo, com emissões de gases de efeito estufa, urbanização, resíduos plásticos, falta de atividade física e consumo de produtos de origem animal, todos desempenhando um

papel na criação de ambientes pouco saudáveis que contribuem para a obesidade, reforçando a importância de abordar os sistemas alimentares na perspectiva da síndrome global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas.

A questão da obesidade e seu enfrentamento pelos organismos internacionais

Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization (WHO), 2024), no Dia Mundial da Obesidade, devem ser encorajadas soluções práticas para ajudar as pessoas na manutenção de um peso saudável, para o tratamento apropriado da obesidade e para a reversão da atual crise global de obesidade, tendo em vista que desde a década de 1970 as prevalências de obesidade triplicaram entre adultos e quase quintuplicaram entre crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, a OMS reconhece que o problema da obesidade possui raízes em muitas causas como fatores dietéticos, de estilos de vida, genéticos, psicológicos, socioculturais, econômicos e ambientais, de modo que não devem ser culpabilizados os indivíduos e deve ser reavaliada a abordagem de seu enfrentamento como o problema complexo de saúde pública que representa.

É importante destacar, é fundamental reconhecer oficialmente a obesidade como uma doença, a exemplo de muitas autoridades sanitárias nacionais (incluindo o Brasil), visto que abordá-la somente como fator de risco para outras DCNTs pode contribuir para parte da visão inadequada da questão por parte das sociedades, tomadores de decisão, formuladores de políticas e profissionais de saúde e uma redução de sua importância. Por exemplo, mesmo sendo reconhecida como doença pelo Ministério da Saúde, na atenção primária à saúde, os atendimentos para a condição de obesidade são bem menores do que aqueles para hipertensão e diabetes, apesar da obesidade ser causa comum dessas doenças.

Apesar disso, a OMS reforça os impactos significativos da obesidade sobre a qualidade de vida das populações e como fator de risco para outras DCNTs, como doenças cardiovasculares, cânceres, diabetes, distúrbios neurológicos, doenças respiratórias crônicas e problemas digestivos, além de representar um risco maior de agravamento e de morte por doenças como o Covid-19.

Em sua mensagem no dia 04 de março, a OMS reforça a importância de abordar os ambientes alimentares para apoiar o enfrentamento da obesidade, incluindo políticas custo-efetivas ("*best buys*") como a restrição da publicidade de alimentos e bebidas ricos em sal, gorduras e açúcar para crianças, a taxação de bebidas adoçadas e ampliação do acesso físico e financeiro a alimentos saudáveis, além de transformar as cidades para a promoção da caminhada, ciclismo e recreação e de promover hábitos saudáveis desde a infância.

A OMS também destacou que a obesidade representa um problema global, de países desenvolvidos e em desenvolvimento, com grande carga sobre a saúde e sobre as economias, enquanto, no enfrentamento da dupla carga da má nutrição, ainda promove abordagens independentes para a desnutrição e deficiências nutricionais em relação ao excesso de peso e obesidade, que pode fragilizar as intervenções sobre os seus determinantes comuns, como em relação aos sistemas alimentares.

Como resultado, no conjunto das ações pelas agências internacionais, iniciativas como o SUN (*Scaling Up Nutrition*) não incorporam uma visão de dupla carga da má nutrição em sua atuação, deixando a abordagem mais holística, de sistemas alimentares, para o grupo como o de Prática Global de Alimentação e Agricultura a partir do Glopan (Painel Global de Agricultura e Sistemas Alimentares para a Nutrição, que considera quatro subsistemas nos sistemas

alimentares, quais sejam: (1) a produção e pesquisa agrícola, (2) a armazenagem, transporte e comércio de alimentos, (3) a transformação dos alimentos e (4) a venda e provisionamento dos alimentos.

Por exemplo, no subsistema de pesquisa agrícola, as prioridades incluem incentivar pesquisas pelo setor público sobre alimentos de alta qualidade e de menor consumo, como legumes, frutas e verduras, para aumentar a produtividade e deslocar preços relativos, garantir que as pesquisas sobre grãos não sejam focadas exclusivamente em aspectos de produtividade, mas que tenham foco também nos aspectos nutricionais, e no encorajamento da participação privada nos incentivos para trabalhos com legumes, frutas e verduras. Em complementação, o subsistema de produção inclui a prioridade para cereais biofortificados, para a eliminação de subsídios para a produção de ingredientes não saudáveis usados no processamento de alimentos e para incentivar a produção e consumo de frutas, vegetais e tubérculos.

O campo da armazenagem, transporte e comércio, por sua vez, pode contribuir em relação às perdas e desperdícios de alimentos e no incentivo aos alimentos locais, enquanto a transformação dos alimentos poderia contribuir com o aumento da disponibilidade de alimentos fortificados, com o aumento na conscientização sobre ingredientes não saudáveis usados no processamento e com o incentivo à reformulação dos produtos para reduzir ingredientes como açúcar e adoçantes, sódio, gorduras trans e outros. Por fim, o subsistema de venda e provisão de alimentos pode atuar no aumento da conscientização sobre a alimentação saudável, no desincentivo ao consumo de alimentos não saudáveis por meio de taxas e na regulação e limitação do acesso a alimentos não saudáveis.

As recomendações da OMS

No campo da atuação específica da OMS diante da crise global da obesidade, a atuação se dá em múltiplas frentes, incluindo o monitoramento de tendências e prevalências globais, o desenvolvimento de orientações e apoio técnico como o Relatório da Comissão para a Eliminação da Obesidade Infantil. Nesse sentido, durante a 75ª Assembleia Mundial da Saúde, em 2022, os estados membros adotaram novas recomendações para a prevenção e manejo da obesidade e apoiaram oficialmente o plano de aceleração para deter a obesidade proposto pela OMS. Esse plano prevê o apoio a ações multissetoriais no nível dos países em todo o mundo, apoiando-se em políticas testadas e implementadas e com base em evidências. É importante, ainda, que a OMS reconhece que, em determinados contextos, os fatores que contribuem para a obesidade são os mesmos relacionados à desnutrição, logo devem ser enfrentados conjuntamente.

O Plano se alinha com as Metas Globais de Nutrição para 2025 (para crianças menores de 5 anos) e com as metas para a redução das DCNTs entre adolescentes e adultos, reconhecendo que, sem reconhecer o papel da obesidade, não será possível alcançar Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionadas à saúde como a redução pretendida em 30% na mortalidade prematura por DCNTs e a eliminação da má nutrição (desnutrição e excesso de peso) em crianças menores de 5 anos.

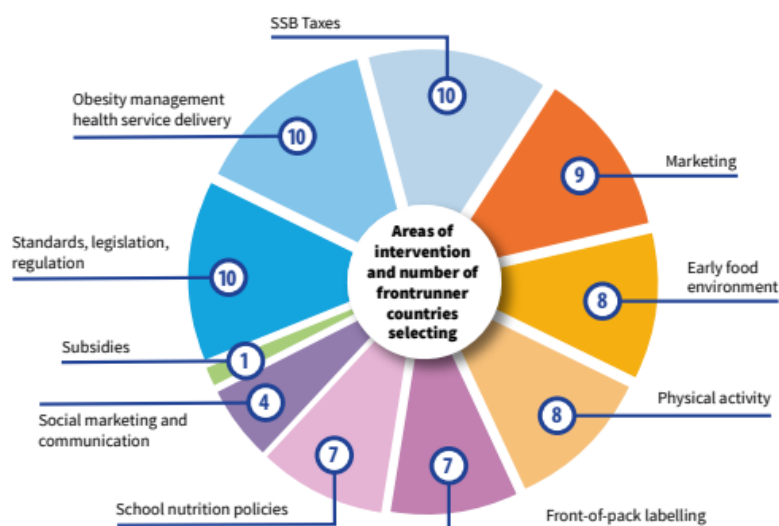
A abordagem da OMS considera que o excesso de peso e a obesidade são preveníveis, dependendo de ações individuais, como a limitação da energia vinda de açúcares e gorduras totais, o aumento do consumo de frutas e vegetais, além de grãos integrais e nozes e castanhas, e a prática regular de atividade física, mas, por outro lado, deixa claro que as decisões individuais são mais fortemente influenciadas por condições ambientais e sociais (World Health Organization (WHO), 2022).

Dessa maneira, o enfrentamento da obesidade deve ser reconhecido primeiramente como uma responsabilidade societal, com soluções baseadas na criação de ambientes e comunidades apoiadoras que tragam condições para a alimentação saudável e a atividade física regular, em termos de acessibilidade física e financeira e disponibilidade na vida cotidiana. Assim, para deter o crescimento da obesidade, são necessárias ações intersetoriais que possuem impactos mais diretos sobre o problema, como processamento, publicidade e preços dos alimentos, junto com outras ações que impactam determinantes mais amplos da saúde, como a redução da pobreza e o aprimoramento do planejamento urbano. Em paralelo, naturalmente é necessário que os serviços de saúde estejam preparados para responder à identificação de risco, prevenção, tratamento e manejo da obesidade, integrada com a abordagem das demais DCNTs, ao longo de todos os níveis de atenção, mas particularmente na atenção primária à saúde.

O plano de aceleração para parar a obesidade estabelece passos incrementais para uma abordagem abrangente e sistemática da questão, de modo a apoiar os países em navegar na complexidade da implementação das políticas e alcançar resultados. Um ponto crucial do plano foi definir uma série de políticas chave selecionadas com base no comprovado potencial de alcançar os impactos pretendidos, além de factíveis, aceitáveis e passíveis de ganhos de escala, aliados a estratégias que apoiem sua implementação. Nesse sentido, mais uma vez, o papel dos ambientes em que se inserem as comunidades é considerado o principal contribuidor para a obesidade, de modo que são necessárias políticas intersetoriais, para além do setor saúde, mediante ações coordenadas de diferentes áreas governamentais e, no caso de parcerias externas, manter a precaução com o gerenciamento de conflitos de interesses e a salvaguarda aos interesses maiores da saúde pública.

Em síntese, isso significa a necessidade de priorizar ações estruturais, fiscais e regulatórias voltadas para a criação de ambientes saudáveis em que opções alimentares saudáveis sejam mais disponíveis, acessíveis e desejáveis (Figura 1). Exemplos dessas iniciativas fora da saúde incluem tributações e subsídios, regulação da publicidade de alimentos, promoção e proteção do aleitamento materno e alimentação complementar adequada, rotulagem nutricional, compras públicas, criação e manutenção de parques, o fortalecimento da atenção primária à saúde e ações no contexto das escolas (desde educação alimentar e nutricional até padrões de alimentos nas escolas).

Figura 1 – Intervenções mais custo-efetivas segundo a OMS



No âmbito das políticas fiscais, por exemplo, muitos países adotaram taxas sobre bebidas adoçadas, a exemplo do México, Arábia Saudita, África do Sul e Reino Unido, que tiveram impacto na redução na venda desses produtos e redução de seu consumo. Todavia, a experiência internacional também demonstrou que se a tributação for exclusivamente sobre produtos adoçados com açúcar pode haver um indesejado deslocamento do consumo para versões dos mesmos produtos com edulcorantes artificiais.

Ao mesmo tempo, numa evolução dessas estratégias, países como a Colômbia estabeleceram impostos sobre todos os produtos comestíveis ultraprocessados, aumentando significativamente o alcance da política. No Brasil, a discussão da reforma tributária tem grande potencial de gerar importantes impactos, na medida em que incluem os subsídios para produtos da cesta básica (que recentemente foi redefinida, em decreto presidencial, para conter somente alimentos frescos e minimamente processados, além de alguns ingredientes culinários e alimentos processados, mas excluindo qualquer ultraprocessado), bem como a inclusão dos ultraprocessados na tributação seletiva de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Somadas a essas medidas, o plano também prevê eixos de ação no campo do advocacy global (aumentando a conscientização sobre o problema, gerando engajamento político e mobilizando recursos), do engajamento de parceiros (incluindo parceiros envolvidos na Coalizão Global de Obesidade, tais como agências da ONU, sociedade civil, setor privado e instituições acadêmicas), e, por fim, da responsabilização

No contexto da implementação das estratégias, a metodologia sugerida pela OMS preconiza:

1. Adaptar intervenções baseadas em evidências de forma simplificada e padronizada e pacotes técnicos.
2. Desenvolver mudanças baseadas na Teoria da Mudança para cada das intervenções selecionadas.
3. Desenvolver e implementar planos claros de oferta das ações, incluindo a identificação e enfrentamento de possíveis gargalos de implementação.
4. Conduzir rotinas transparentes com todos os atores envolvidos, visando manter o progresso contínuo e o foco na implementação.
5. Utilizar ferramentas de análise e modelagem para avaliar problemas, desenhar soluções, acompanhar os progressos, corrigir o curso e reprogramar sempre que necessário ao longo do ciclo de implementação das políticas.
6. Participar em comunidades de práticas para promover a troca de melhores experiências e intercâmbio de lições.
7. Reportar regularmente em nível nacional, regional e global, incluindo a AMS.

Dentre os países que foram considerados pioneiros (*frontrunner countries*), temos Argentina, Bahrain, Barbados, Botswana, Brasil, Chile, Egito, Eswatini, Irã, Jordânia, Malásia, Kuwait, Mauritius, México, Panamá, Peru, Filipinas, Portugal, Catar, Seychelles, Eslovênia, África do Sul, Tailândia, Tonga, Trinidad e Tobago, Turquia, Reino Unido e Uruguai. No caso do Brasil, por exemplo, Estratégia Nacional para a Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil, chamada pelo acrônimo PROTEJA, de implementação local (Ministério da Saúde, 2021), foi reconhecida no escopo dessas iniciativas e isso tem incentivado a retomada das discussões nacionais sobre

a Estratégia Intersetorial de Prevenção da Obesidade no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.

Vale destacar, porém, que no Dia Mundial da Obesidade, não houve ações entre os organismos, tampouco matérias ou postagens sobre esse problema pela FAO e pelo UN Nutrition, mostrando que a articulação das agendas ainda permanece como grande desafio. Numa perspectiva necessária de abordar os sistemas alimentares entre as principais causas da obesidade, isso representa uma grande perda de oportunidade para trazer o tema de maneira mais sistemática no debate global e articular os compromissos para isso.

Caminhos para além dos organismos internacionais

Tendo em vista essas dificuldades históricas de articulação das agendas globais, Jessica Fanzo propõe um conjunto de garantir as mudanças necessárias nos sistemas alimentares para garantir o acesso a alimentos saudáveis a todos enquanto se trabalha simultaneamente na reversão dos danos que os sistemas hegemônicos causaram sobre a nutrição, a equidade e a sustentabilidade, dando destaque para alguns desses passos (Fanzo, 2020).

Primeiro, segundo Fanzo, é fundamental que governos tomem para si o direcionamento dos sistemas alimentares. No momento, as indústrias de alimentos e os produtores de commodities agrícolas detêm muito poder sobre o direcionamento e os resultados dos atuais sistemas alimentares, orientados para os lucros. Ações governamentais para reverter essa situação é gerar incentivos à produção de alimentos e bebidas mais saudáveis, incluindo estratégias fiscais (tributação e subsídios), além de apoiar os pontos de venda e vendedores de alimentos para ofertarem produtos mais saudáveis.

Vale a ressalva, de nossa parte, em relação ao alcance de algumas dessas medidas, se focadas somente aos produtos industrializados, visto que são em grande parte ultraprocessados cuja reformulação, representará uma redução dos danos causados pelos produtos ultraprocessados, particularmente por meio da reformulação para a redução dos teores de sódio, gorduras e açúcar, por exemplo. A reformulação verdadeiramente necessária seria retirar aditivos alimentares e incluir ingredientes minimamente processados para que os ultraprocessados se aproximassem mais dos processados, mas é preciso ir além, na perspectiva mais abrangente de sistemas alimentares para estimular a produção local e diversificada de alimentos, estimulando modelos de produção mais resilientes e sustentáveis, atrelados a mecanismos de acesso aos produtos por meio de políticas e compras e oferta pública de alimentos e equipamentos sociais.

As medidas fiscais, devem ser agregadas outras medidas, tais como a rotulagem nutricional de advertência, banimento da publicidade de alimentos para crianças e outras estratégias que desincentivem a compra e consumo de alimentos não saudáveis. A autora destaca, nesse sentido, a exemplo das políticas adotadas em muitos países latino-americanos, que aliam essas estratégias como políticas de alimentação saudável para toda a população

Outro passo é aumentar a educação nutricional das populações para que compreendam, além da alimentação saudável, o papel dos sistemas alimentares na produção, oferta e consumo dos alimentos. Isso pode gerar importantes impactos a partir de mudanças na demanda por alimentos, induzindo respostas das indústrias para atendê-las.

Além disso, a autora reforça a importância de investir no meio rural e nas pessoas, visando a reverter a perda de conexão que existe atualmente entre as pessoas e os locais que

produzem os alimentos. Parte desse desafio é tornar a agricultura atraente para as novas gerações, incorporando novas tecnologias e contendo o êxodo rural dos mais jovens que ameaça a produção, particularmente dos agricultores familiares.

Um ponto final, também ligado à produção agrícola, é incentivar a diversificação das culturas. Isso passa necessariamente pela opção pelos subsídios à produção de frutas e vegetais, bem como grãos integrais, ao invés dos subsídios massivos a produção de trigo, milho, leite e soja que não têm sido capazes de alimentar e nem de nutrir todas as pessoas.

Em sua conclusão, a pesquisadora reforça que esse conjunto de mudanças é bom para as pessoas, para os países e para o planeta e que as escolhas dos consumidores podem fazer uma grande diferença na transformação dos sistemas alimentares para beneficiar toda a sociedade.

Conclusão

No âmbito de instituições ligadas à saúde, o Dia Mundial da Obesidade trouxe mais uma vez ricas discussões sobre o problema de saúde pública que a doença representa e sobre sua relação estreita com os sistemas alimentares hegemônicos, que configuram os ambientes obesogênicos em que grande parte do mundo vive e que causam doenças, desigualdades e degradação ambiental. Nesse sentido, a contagem regressiva para muitos compromissos internacionais na agenda de segurança alimentar e nutricional está perto de se esgotar e poucos avanços foram alcançados, deixando muitos e muitas para trás.

Para enfrentar de frente e efetivamente a obesidade, é preciso encará-la no contexto da dupla carga da má nutrição e da sindemia global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, sendo a transformação desses sistemas alimentares fundamental para primeiro deter a continuidade de seu aumento e, em seguida, reduzi-la, enquanto os serviços de saúde devem se preparar para tratar as pessoas com a doença.

O caminho é longo e pode ser ainda mais demorado se a desarticulação na abordagem do problema se mantiver. Assim como no âmbito dos governos nacionais são necessárias políticas intersetoriais para esse enfrentamento, é necessário aplicar a mesma abordagem para o conjunto das agências das Nações Unidas. A obesidade é um problema de saúde, econômico e social em todas as idades e regiões do mundo, que caminha proximamente com a desnutrição e a fome e, em nível global, UN Nutrition, OM, FAO, IFAD, Unicef e PMA precisam trabalhar enfrentá-las como partes das consequências de um mesmo sistema alimentar para garantir a efetividade dessa abordagem.

Referências

FANZO, J. **Inequity in Food Systems Drives Both Hunger and Obesity - It's time to optimize our food systems for nutrition and equity**. Disponível em: <<https://magazine.jhsph.edu/2020/inequity-food-systems-drives-both-hunger-and-obesity>>.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, A. W. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023**. [s.l.: s.n.].

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **FAO Food Price Index down again in January led by lower wheat and maize prices**. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/fao-food-price-index-down-again-in-january-led-by-lower-wheat-and-maize-prices/en>>.

GRAJEDA, R. *et al.* Regional Overview on the Double Burden of Malnutrition and Examples of Program and Policy Responses : Latin America and the Caribbean. **Annals of Nutrition and Metabolism**, v. 75, n. 2, p. 139–143, 2019.

LING, J. *et al.* Economic burden of childhood overweight and obesity: A systematic review and meta-analysis. **Obesity Reviews**, v. 24, n. 2, p. e13535, 1 fev. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Estratégia Nacional para a Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil - Orientações Técnicas**. Brasília/DF: [s.n.].

OKUNOGBE, A. *et al.* Economic impacts of overweight and obesity: current and future estimates for 161 countries. **BMJ Global Health**, v. 7, n. 9, p. e009773, 1 set. 2022.

SEFERIDI, P. *et al.* Global inequalities in the double burden of malnutrition and associations with globalisation: a multilevel analysis of Demographic and Health Surveys from 55 low-income and middle-income countries, 1992–2018. **The Lancet Global Health**, v. 10, n. 4, p. e482–e490, 2022.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

THE WORLD BANK. **An overview of links between obesity and food systems - Implications for the food and agriculture global practice agenda**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/222101499437276873/pdf/117200-REVISED-WP-Obesity-Overview-Web-PUBLIC-002.pdf>>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO acceleration plan to stop obesity**. Geneva, Switzerland: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.who.int/publications/i/item/9789240075634>>.

_____. **World Obesity Day**. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/events/detail/2020/03/04/default-calendar/world-obesity-day>>.

WORLD OBESITY FEDERATION. **World Obesity Atlas 2024**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://data.worldobesity.org/publications/WOF-Obesity-Atlas-v6.pdf>>.

Informe UNESCO: educação, ciência e cultura

***Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard
Vitor Rodrigues
Heliton Barros***

Resumo: O 2º Fórum Global sobre Ética da Inteligência Artificial, realizado em Kranj, Eslovênia, nos dias 5 e 6 de fevereiro de 2024, teve como tema "Mudando o cenário da governança da IA". O evento reuniu líderes do setor, representantes acadêmicos, ONGs e governos para discutir desafios e boas práticas na governança da IA em níveis global, nacional e regional. O fórum abordou temas como legislação sobre IA, supervisão ética, parcerias com o setor privado e o impacto de IA na igualdade de gênero. Além disso, o Fórum marcou o lançamento de várias iniciativas da UNESCO, incluindo o Observatório Global de Ética em IA e a Rede de Especialistas em Ética em IA da UNESCO sem Fronteiras. Uma sessão ministerial destacou o papel das legislações nacionais, com 127 países aprovando leis relacionadas à IA em 2022. Houve também ênfase na necessidade de traduzir princípios éticos em políticas de ação. O evento encerrou-se com a presença de autoridades eslovenas e representantes da UNESCO, ressaltando a necessidade contínua de colaboração global na governança ética da IA.

2º Fórum Global sobre Ética da Inteligência Artificial



Fonte: UNESCO

O 2º Fórum Global sobre a Ética da Inteligência Artificial (IA) “Mudando o cenário da governança da IA”¹³ foi realizado em Kranj, Eslovênia, nos dias 5 e 6 de fevereiro de 2024. O evento teve como objetivo discutir sobre governança da IA, este é um dos desafios mais importantes de nosso tempo, exigindo aprendizado mútuo com base nas lições e boas práticas que emergem das diferentes jurisdições em todo o mundo. Esse fórum reuniu as experiências e o conhecimento especializado de países em diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico e de políticas, para um intercâmbio focado em aprender uns com os outros e para um diálogo com o setor privado, o meio acadêmico e a sociedade civil mais ampla.

No primeiro dia do Fórum, executivos de alto nível, líderes do setor, representantes de instituições científicas e de pesquisa, bem como organizações não governamentais, compartilharam suas percepções e boas práticas sobre a governança da Inteligência Artificial nos níveis global, regional e nacional.

No segundo dia do Fórum, os principais especialistas da área exploraram as oportunidades e os desafios apresentados pela IA, como o potencial da tecnologia para avançar a agenda de equidade, diversidade e não discriminação, as melhores práticas emergentes de supervisão de IA, parcerias com o setor privado por meio de avaliações de impacto ético e o impacto da IA na igualdade de gênero.

O Fórum também contou com o lançamento de várias iniciativas da UNESCO, incluindo o Observatório Global de Ética em IA¹⁴ e a Rede de Especialistas em Ética em IA da UNESCO sem Fronteiras. O Observatório Global de Ética em IA conta com a colaboração do Instituto Alan Turing Institute e a ITU (International Telecommunication Union)¹⁵, a UNESCO lançou o Observatório Global de Ética em IA, uma plataforma que servirá como um centro de conhecimento sobre ética e governança de IA. O Observatório apresentará os relatórios da Metodologia de Avaliação de Prontidão (RAM), a análise das melhores práticas de governança de IA de diferentes países do mundo e as diferentes redes, plataformas e parcerias com as quais a UNESCO está envolvida.

O Fórum contou com um dia zero (0), ocorrido no dia 04 de fevereiro, fechado somente para convidados. Esse dia contou com uma reunião da Rede de Especialistas em Ética da IA da UNESCO sem Fronteiras, uma sessão regular do Grupo de Trabalho Interagências da ONU sobre IA, a sessão ordinária do Grupo de Trabalho Interagências da ONU sobre IA, uma reunião de consultas fechadas com Ministros sobre o Relatório Provisório do Órgão Consultivo de Alto Nível do UNSG sobre IA, e o dia foi concluído com um workshop organizado pelo Grupo de Trabalho sobre Inovação e Comercialização da Global Partnership on Artificial Intelligence - GPAI¹⁶ sobre os desafios da regulamentação global da IA

Na sessão ministerial sobre Governança nacional de IA em foco: percepções dos exercícios de Avaliação de Prontidão (RAM) da UNESCO, o principal ponto de discussão foi

¹³ Informações retiradas do sítio eletrônico disponível em: <https://www.unesco.org/en/forum-ethics-ai?hub=99488> Acesso em 08 mar.2024

¹⁴ Para mais informações sobre o Observatório, acessar o sítio eletrônico disponível em: <https://www.unesco.org/ethics-ai/en> Acesso em: 08 mar.2024

¹⁵ A ITU, com sede em Genebra, é a agência especializada das Nações Unidas para tecnologias de informação e comunicação (ICTs), composta pelos 193 Estados Membros da ONU e mais de 1.000 empresas, universidades e organizações internacionais e regionais. Existe desde 1865 e, segundo informações de seu sítio eletrônico, a ITU é a agência mais antiga da família das Nações Unidas. Para mais informações: <https://www.itu.int/en/Pages/default.aspx> Acesso em 08 mar.2024

¹⁶ Sobre a GPAI: <https://gpai.ai/> Acesso em 08 mar.2024

relacionado às legislações nacionais sobre a governança da IA. Segundo a UNESCO, somente em 2022, 127 países aprovaram leis relacionadas à IA. Com o surgimento de vários modelos de supervisão de IA, os países estão enfrentando o desafio de aprender com as experiências uns dos outros, compartilhar boas práticas regulatórias e se conectar com os produtores de conhecimento nesse domínio que estão na fronteira da política de IA. O compromisso da UNESCO com a promoção da governança ética da IA vai além da adoção da Recomendação; trata-se de traduzir os princípios éticos em políticas de ação. Esta sessão apresenta insights dos primeiros países que estão traduzindo princípios éticos em políticas de ação por meio da Metodologia de Avaliação de Prontidão (RAM). No total, cerca de 50 países já estão participando do exercício RAM, avaliando reformas e políticas legais, bem como as dimensões social, cultural, econômica, educacional, científica e de infraestrutura em relação à IA. Ministros de países em diferentes fases da implementação do exercício de Avaliação de Prontidão, os principais parceiros de desenvolvimento e representantes da sociedade civil compartilharam seus conhecimentos e experiências sobre como estão desenvolvendo suas políticas e a preparação de instituições para enfrentar os complexos desafios da IA. O moderador da primeira parte da sessão foi o Sr. Vilas Dhar, presidente da Fundação Patrick J. McGovern e membro do Órgão Consultivo de Alto Nível da Secretaria-Geral das Nações Unidas sobre IA. A segunda parte da sessão foi moderada pelo CEO da Fundação Thomson Reuters, Sr. Antonio Zappulla.

No dia 1 do Fórum, a cerimônia de abertura contou com a presença de Luka Mesec, Vice-Primeiro-Ministro da Eslovênia, da Diretora-Geral da UNESCO, Audrey Azoulay; Marija Pejčinović Burić, Secretária Geral do Conselho da Europa; Doreen Bogdan-Martin (por vídeo), Secretária-geral da ITU e Věra Jourová (por vídeo), Vice-Presidente da Comissão Europeia para Valores e Transparência. Na sessão ministerial sobre o contexto regional para avançar na governança ética da IA, este painel buscou aprofundar sobre a importância das alianças regionais para a ética da IA. A colaboração em nível regional e sub-regional permite que os países formem alianças e enfrentem conjuntamente desafios e oportunidades exclusivos das regiões.

Existem perspectivas de criação de uma Lei da União Europeia, assim como existe a Estratégia Continental de IA da União Africana e o Guia da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) sobre Governança e Ética de IA como alguns exemplos importantes sobre legislação em nível regional. Para garantir que essas leis sejam baseadas em princípios éticos, a Recomendação da UNESCO sobre a Ética da IA é a primeira estrutura global que propõe ações políticas concretas ancoradas em valores e princípios universais. A UNESCO também uniu forças com as organizações regionais para reforçar essas iniciativas, como a colaboração com a Corporación Andina de Fomento (CAF) em um conselho regional para a América Latina e o Caribe, e o estabelecimento do Fórum Regional da África Austral sobre Inteligência Artificial. Esta sessão reúne ministros, representantes de organizações regionais e representantes de bancos regionais de desenvolvimento para analisar as diversas abordagens regulatórias de IA em todo o mundo e como os princípios éticos podem ser simplificados em várias regulamentações e estruturas nacionais.

A sessão ministerial contou com a presença de Aida Kamišalić Latifić, Secretária de Estado, Ministério da Transformação Digital, Eslovênia, como moderadora; Aisen Etcheverry, Ministra da Ciência, Tecnologia, Conhecimento e Inovação, Chile; Daniel Nivagara, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Moçambique; Abdullah bin Sharaf Al-Ghamdi, Presidente da Autoridade Saudita de Dados e IA (SDAIA), Arábia Saudita, Nezar Patria, Vice-ministro de Comunicação e Informática, Indonésia; Keovisouk Solaphom; Vice-ministro, Ministério dos Correios e Telecomunicações, República Democrática Popular do Laos; Marek Havrda, Vice-

ministro de Assuntos Europeus, República Tcheca; Khov Makara, Secretário de Estado, Ministério dos Correios e Telecomunicações, Camboja; Angeline van Dijk, Inspetora Geral, Autoridade Holandesa para Infraestrutura Digital, Reino dos Países Baixos; Anne Marie Engtoft Meldgaard, Embaixadora de tecnologia, Dinamarca; Thomas Schneider, Embaixador, Diretor de Relações Internacionais, Escritório Federal Suíço de Comunicações e Presidente do Comitê de IA do CoE (CAI), Suíça; Chai Wutiwivatchai, Diretor executivo do National Electronics and Computer Technology Center (NECTEC), Tailândia; e Dragoş Tudorache (on-line), Membro do Parlamento Europeu, presidente do Comitê Especial sobre Inteligência Artificial na Era Digital (AIDA).

A sessão ministerial seguinte abordou a governança da IA no topo da agenda global, quando estamos diante de mais de mil iniciativas de políticas de IA de 69 países, territórios e organizações regionais como a EU. A necessidade de uma governança global eficaz de IA baseada em princípios éticos é mais urgente do que nunca. Além disso, os riscos que os sistemas de IA representam para a sociedade estão sendo exacerbados na ausência de estruturas regulatórias e institucionais claras e sob a falsa presunção de que a regulamentação dificultaria a inovação, quando há muitos exemplos de setores como medicina e automotivo que são fortemente regulamentados. A questão não é regulamentar ou não, mas como fazer isso. Esta sessão buscou esclarecer as principais iniciativas dos países participantes, bem como algumas iniciativas internacionais. Como os líderes podem navegar em um cenário lotado e em constante mudança, respeitando as normas nacionais e regionais? Esta sessão foi moderada por Gabriela Ramos, Diretora-Geral Adjunta de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO.

A sessão seguinte foi sobre o relatório provisório¹⁷ do Órgão Consultivo de Alto Nível sobre IA do UNSG (em inglês: UNSG's High Level Advisory Body on AI – HLAB), criado em outubro de 2023 e que publicou seu relatório provisório em dezembro de 2023. Esta sessão contou com a presença do enviado do Secretário-Geral da ONU para Tecnologia, Amandeep Gill para uma conversa aberta com os atuais membros do HLAB e discussão geral sobre as instituições globais de governança de IA.

O dia 2 do Fórum iniciou com a sessão intitulada Promovendo a IA como uma ferramenta de inclusão e soluções inovadoras para melhorar a qualidade de vida de todos, em parceria com a Presidência Brasileira do G20. Esta sessão coloca que atualmente os 10% mais ricos da população mundial ficam com 52% da renda global, enquanto a metade mais pobre da população ganha apenas 8,5%. A inteligência artificial está transformando o mundo de maneiras sem precedentes e tem potencial para acelerar o desenvolvimento sustentável, mas nem todos ainda podem se beneficiar de seu potencial. Como podemos garantir que a IA seja uma ferramenta de inclusão e inovação, e não uma fonte de exclusão e desigualdade? Este painel de discussão com especialistas da academia, do setor, da sociedade civil e dos governos teve como objetivo explorar os últimos desenvolvimentos sobre como a IA está ajudando a melhorar a qualidade de vida de todos, especialmente nos países em desenvolvimento, e os desafios e oportunidades para criar um futuro mais inclusivo com as tecnologias digitais. O painel teve Igor Papič, Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação, Eslovênia e Gabriela Ramos, Diretora Geral Adjunta de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO para comentários introdutórios e como

¹⁷Relatório disponível em: <https://www.un.org/en/ai-advisory-body#:~:text=Co%2Dchaired%20by%20Carme%20Artigas,in%20the%20summer%20of%202024>. Acesso em 09 mar.2024

moderadora, Mariagrazia Squicciarini, Chefe do Escritório Executivo, Setor de Ciências Humanas e Sociais, UNESCO.

A sessão 2 intitulada Reengenharia dos sistemas: práticas recomendadas e componentes básicos para uma governança eficaz da IA. De acordo com um relatório de 2023 do Fórum Mundial de Privacidade, uma análise de 18 ferramentas de governança de IA usadas pelos governos constatou que mais de um terço (38%) inclui ferramentas problemáticas ou ineficazes para avaliar e medir os sistemas de IA, especialmente em termos de justiça e explicabilidade¹⁸. Isso mostra as lacunas na implementação de uma estrutura de governança eficaz. Nesta sessão com várias partes interessadas, os especialistas compartilharam suas avaliações sobre como fazer a governança de IA funcionar na prática, com intercâmbio de ideias e práticas recomendadas. Huub Janssen, Presidente do grupo de trabalho holandês e europeu de autoridades competentes em IA, Autoridade Holandesa de Infraestrutura Digital, Reino dos Países Baixos e Nathalie Berger, Diretora de Apoio às Reformas dos Estados-Membros, Direção-Geral de Apoio às Reformas Estruturais (REFORM), Comissão Europeia iniciaram a sessão contextualizando o atual cenário. Meindert Kamphuis, Colaboradora líder UNESCO (EC-TSI), AI Act sandboxes & AI lab, Autoridade Holandesa para Infraestrutura Digital, Reino dos Países Baixos foi a moderadora.

A sessão 3 sobre “Parceria com o setor privado: Conselho Empresarial para a Ética da IA” teve como base que de 2013 a 2022, o valor do investimento privado em IA cresceu 18 vezes (Stanford HAI AI Index 2023). Como uma das principais partes interessadas na governança da IA, as empresas são confrontadas com a demanda da sociedade para integrar reflexões éticas e as perspectivas de diversas partes interessadas em seus processos de tomada de decisão. A avaliação de impacto para IA surge como uma prática recomendada globalmente, sustentando uma análise abrangente de como os sistemas de IA podem afetar diferentes partes interessadas e a sociedade em geral em cada estágio de seu ciclo de vida: desde a coleta de dados, o desenvolvimento e a implantação até o monitoramento contínuo na sociedade e a mitigação do impacto negativo. De certa forma, uma avaliação de impacto promove a responsabilidade ao exigir que as partes interessadas envolvidas documentem o processo de tomada de decisão e "mostrem seu trabalho". A UNESCO desenvolveu uma metodologia de Avaliação de Impacto Ético (em inglês, Ethical Impact Assessment – EIA) para os compradores de sistemas de IA nos serviços públicos, nos setores público ou privado, que desejam desenvolver a IA de forma ética e cumprir integralmente as normas internacionais, como a Recomendação. Esta sessão buscou preencher a lacuna entre negócios e governança no espírito do Conselho Empresarial para a Ética da IA, criado pela UNESCO em parceria com a Microsoft e a Telefônica. As principais perguntas desta sessão abordam os resultados e as lições aprendidas com os primeiros resultados de pilotagem da Ethical Impact Assessment (EIA), com os primeiros adotantes compartilhando suas experiências, os desafios encontrados e propondo ideias para refinar os exercícios da EIA em diferentes setores. Gabriela Ramos, Diretora-Geral Adjunta de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO fez os comentários introdutórios, e tiveram como moderadores, Angel Melguizo, Consultor sênior em IA, UNESCO e Eleonora Lamm, Especialista em Programas, UNESCO Montevideu.

¹⁸ Uma inteligência artificial explicável é uma inteligência artificial em que os resultados da solução podem ser compreendidos por humanos. Isso contrasta com o conceito de "caixa preta" no aprendizado de máquina, em que nem mesmo seus designers podem explicar por que uma IA chegou a uma decisão específica. Fonte: Wikipedia

A sessão 4: Inteligência Artificial como Ferramenta para Atores Judiciais: Promovendo o acesso à justiça, os direitos humanos e o Estado de Direito trata das tecnologias emergentes, incluindo os modelos de IA generativa, e como abriram drasticamente uma série de oportunidades em todos os setores. No setor judiciário, a IA tornou-se um tema de discussão em sua utilização pelo judiciário e pelos atores judiciais, com o objetivo de defender os direitos humanos e o Estado de Direito, bem como promover o acesso à justiça. O tema do Fórum Global de 2024 sobre a Ética da IA, Mudando o Cenário da Governança da IA, tem como objetivo explorar as oportunidades na governança da IA, particularmente no compartilhamento de boas práticas regulatórias na política de IA emergentes de diferentes jurisdições em todo o mundo. Mesmo com o avanço das propostas regulatórias relacionadas à inteligência artificial em algumas jurisdições, os sistemas de IA estão sendo implantados em todo o mundo. Há uma necessidade urgente de fortalecer a capacidade do judiciário de aplicar os padrões internacionais de direitos humanos existentes para lidar com as ameaças legais e de direitos humanos representadas pelo uso da IA. Ao mesmo tempo, há oportunidades de aproveitar os sistemas do judiciário para aprimorar os processos administrativos, fortalecer o acesso à justiça e defender o uso ético da IA. Por meio de seu projeto IA e Estado de Direito, o trabalho da UNESCO visa fortalecer o Estado de Direito e os direitos humanos com relação aos riscos e oportunidades no uso da IA reforçando o conhecimento e as capacidades dos operadores judiciais nesse campo. Como parte desse objetivo, a UNESCO alcançou mais de 5.900 operadores judiciais em 142 países por meio de seu MOOC Global sobre IA e o Estado de Direito. Com o lançamento do Global Toolkit on AI and the Rule of Law for the Judiciary, o projeto visa atender às necessidades dos operadores judiciais com o conhecimento e as ferramentas necessárias para entender os benefícios e os riscos da IA em seu trabalho. Esta sessão contou com os comentários de John Shawe-Taylor, Diretor, Centro Internacional de Pesquisa em Inteligência Artificial (IRCAI), Eslovênia e moderação de Cedric Wacholz, Chefe da Seção de Políticas Digitais e Transformações Digitais, UNESCO.

A sessão 5: Preenchendo a lacuna: Discussão temática sobre gênero e IA com a participação da plataforma Women4Ethics of AI abordou a questão premente da desigualdade de gênero na IA, em que apenas 22% dos profissionais de IA em todo o mundo são mulheres. Esse painel, que apresenta a Plataforma Women4Ethical AI da UNESCO, estabelecida na Comissão sobre o Status da Mulher (CSW67), busca desvendar essas complexidades. Espera-se que a sessão se aprofunde em questões como as repercussões da disparidade de gênero nas profissões de IA abordando como os preconceitos de gênero nos conjuntos de dados de treinamento de IA levaram a impactos sociais distorcidos. Os palestrantes abordaram as barreiras sistêmicas que impedem que as mulheres ascendam a funções de liderança em IA dificultando sua presença em conselhos de tomada de decisão orientados por IA e moldando os resultados tecnológicos dos quais dependemos cada vez mais. Além disso, foi abordado o papel fundamental da educação na perpetuação ou diminuição dessas divisões de gênero, com ênfase especial na representação das mulheres nos campos STEM (Science, Technology, Engineering, Mathematics). Em consonância com a Recomendação sobre a Ética da IA, esta sessão é um chamado à ação, solicitando que se molde de forma colaborativa um cenário de IA que seja equitativo e verdadeiramente representativo de todas as partes interessadas. Foi discutido como essa lacuna de gênero afeta vários setores da economia e da sociedade, e o que os governos e a comunidade de várias partes interessadas podem fazer para mudar o status quo atual. Por fim, o painel destacou o potencial da IA para desafiar as normas de gênero existentes e fazer mudanças positivas em nossas sociedades, compartilhando experiências práticas da Women4Ethical AI Network da UNESCO e discutindo como o trabalho em andamento por meio

das ferramentas RAM e EIA pode ajudar os países a identificar e abordar a discriminação de gênero. Gabriela Ramos, Diretora-Geral Adjunta de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO e Alessandra Sala, Diretora sênior de IA e ciência de dados da Shutterstock e copresidente da plataforma Women4Ethics of AI da UNESCO foram as moderadoras deste painel.

A sessão 6 abordou as Diretrizes da UNESCO sobre a governança de plataformas digitais: Implicações para a regulamentação da inteligência artificial, lançada em 6 de novembro de 2023, após um processo de consulta de 18 meses. As Diretrizes para a governança de plataformas digitais tratam da salvaguarda da liberdade de expressão e o acesso à informação por meio de uma abordagem de múltiplas partes interessadas. Essa estrutura foi desenvolvida com o envolvimento de todos os grupos de partes interessadas, recebendo cerca de 10.000 comentários, provenientes de 134 países diferentes. Os pilares centrais das Diretrizes, que sustentam uma abordagem multissetorial baseada em direitos humanos, a importância da transparência e da responsabilidade de todos os participantes relevantes (incluindo as empresas e os órgãos reguladores), a necessidade de devida diligência em direitos humanos, o foco em processos de curadoria e moderação de conteúdo, o empoderamento dos usuários e a proteção de grupos em situações de vulnerabilidade e marginalização, também fornecem contribuições concretas para o debate sobre a regulamentação da Inteligência Artificial. Após esse lançamento, a UNESCO também preparou duas discussões especiais: uma sobre IA Generativa e violência baseada em gênero e outra sobre IA Generativa e Literacia Midiática e Informacional (em inglês, Media and Information Literacy – MIL), ambas intimamente relacionadas aos pilares centrais das Diretrizes. Além disso, encomendou à IPSOS¹⁹ a realização de uma pesquisa com indivíduos em 16 países que realizarão eleições em 2024, avaliando as possíveis implicações da des/informação para esses processos eleitorais. Esse evento paralelo, portanto, busca discutir as interseções das Diretrizes com a regulamentação da Inteligência Artificial, concentrando-se em três questões transversais: IA e violência baseada em gênero, IA e MIL e IA e eleições. As informações coletadas durante essa sessão serão usadas na estratégia de operacionalização das Diretrizes. Além disso, durante a sessão, foi lançado o resumo da política sobre "Generative AI e MIL". Cedric Wacholz, Chefe da Seção de Políticas Digitais e Transformações Digitais, UNESCO foi o moderador.

Na 7ª e última sessão intitulada "Todas as mãos no convés: moldando um futuro inclusivo da IA" tem como base que os processos e sistemas de IA são importantes e complexos demais para serem decididos por apenas algumas partes interessadas. O envolvimento da comunidade de várias partes interessadas por parte da academia, da sociedade civil e do setor privado pode catalisar a boa governança da IA e garantir que ela beneficie a todos. Esta sessão destacou as contribuições e a importância das sociedades civis na governança multissetorial da IA, com foco especial no repositório da UNESCO de organizações da sociedade civil dedicadas à IA. Também foram compartilhadas experiências da implementação da Recomendação em nível nacional, no qual as sociedades civis contribuem ativamente para a realização da Avaliação de Prontidão, fornecendo uma base de evidências e recomendações personalizadas para ações políticas. Esta sessão buscou aprofundar o papel fundamental do envolvimento de várias partes interessadas na política de IA, que pode levar a decisões mais inclusivas e com base em informações, e como isso pode ajudar a antecipar e contabilizar o impacto negativo posterior da IA. Achim Rosemann, Pesquisador e professor, Leverhulme Center for the Future of Intelligence, Universidade de Cambridge, Reino Unido foi o moderador.

¹⁹ Empresa de pesquisa de mercado.

A sessão de encerramento contou com a presença de Emilija Stojmenova Duh, Ministra da Transformação Digital, Eslovênia; Simona-Mirela Miculescu, Presidente da 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO e de Gabriela Ramos, Diretora-Geral Adjunta de Ciências Humanas e Sociais da UNESCO.

As sessões abertas estão disponíveis no link do YouTube do Forum:
<https://www.youtube.com/playlist?list=PLq5dCwz5PTUjngPbTk2cVvV4t9Sgp-kag>

Instituições Financeiras Multilaterais no G20 Brasil e as Reuniões Anuais do BID

Multilateral Financial Institutions at G20 Brazil and the IDB Annual Meetings

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *This article aims to show the participation of multilateral financial institutions in the G20 Brazil meetings and the IDB's initiatives and actions during the Annual Meetings.*

Keywords: *IDB. World Bank. IFM. G20 Brazil. Annual Meetings*

Resumo. O presente artigo tem como objetivos mostrar a participação das instituições financeiras multilaterais nas reuniões do G20 Brasil e as iniciativas e ações do BID durante as reuniões anuais.

Palavras-chave: BID. Banco Mundial. FMI. G20 Brasil. Reuniões Anuais

Apresentação

A etapa das reuniões da 19ª Cúpula do Grupo dos Vinte (G20), realizada em São Paulo, Brasil, reuniu o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn, o presidente do Banco Mundial (BM), Ajay Banga e a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva. As lideranças das instituições financeiras multilaterais (IFMs) fecharam acordos e falaram sobre os assuntos propostos: combater a desigualdade, financiamento climático, economia e crescimento da dívida dos países.

As Reuniões Anuais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foram realizadas em Punta Cana, na República Dominicana. Governadores dos países membros, parceiros dos setores público e privado, organizações da sociedade civil e especialistas diversos estiveram presentes durante os cinco dias de eventos.

As sessões das reuniões trataram de temas sensíveis que acontecem na região da América Latina e Caribe (ALC): enfrentamento das desigualdades de gênero e raça, investimento em educação de forma urgente, aceleração da transição energética, segurança alimentar e inovação financeira para as mudanças climáticas.

Porém, o assunto dominante do evento foi a aprovação e a nova orientação da instituição financeira. A Estratégia Institucional renovada vem com a promessa de melhorar a abordagem programática e assim promover condições mais favoráveis aos países membros.

O BID no G20

O BID – que é líder dos bancos multilaterais e regionais de desenvolvimento neste ano – juntamente com o Banco Central e os ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas do Brasil, assinaram cartas de intenções que estabeleçam investimentos externos

para ajudar na criação de ações que tenham o objetivo de reduzir os efeitos das mudanças climáticas, resguardando os investimentos da possível volatilidade cambial²⁰.

De acordo com o BID, mercados emergentes como o Brasil sofrem dificuldades com o risco cambial e isso contribui para que haja um déficit de investimentos e projetos verde e de sustentabilidade. Para ajudar a incentivar investimentos no setor, o entendimento entre as partes busca oferecer soluções financeiras e de crédito para fazer a proteção cambial e promover a demanda urgente nas áreas de transformação ecológica e tecnologias sustentáveis. Segundo o BID, os recursos para apoiar o Programa de Mobilização de Capital Privado Estrangeiro e Hedge Cambial do Fundo Nacional para Mudanças Climáticas do Brasil serão de US\$ 2 bilhões. O programa ainda contará com recursos do Reino Unido, que através do seu Programa de Infraestrutura Sustentável fornecerá US\$ 1 milhão para apoiar as ações.

Relevante no financiamento climático ano após ano²¹, a instituição entende que o financiamento verde precisa de mais investimento e inovação, como defendeu o presidente:

"Precisamos mudar o nível de financiamento para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. As inovações financeiras que o governo do Brasil e o BID estão promovendo têm o potencial de aumentar o nível de investimentos verdes. Esse programa ajudará o Brasil em sua jornada de transformação ecológica e fortalecerá uma economia mais resiliente, sustentável e próspera". Ilan Goldfajn, 2024.

Para a Ministra Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva, o acordo com o BID ajudará na construção de uma economia mais sustentável e que visará combater as desigualdades, já que o seu ministério também está focado em promover a prosperidade econômica e social de forma inclusiva e equitativa:

"O Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas atua nos dois eixos estratégicos do desenvolvimento sustentável: enfrentar os crimes contra o patrimônio natural do nosso país e criar um ciclo de prosperidade econômica e social. O evento de hoje com o BID representa mais um passo concreto na construção de uma economia de base sustentável que ajude a combater a desigualdade". Marina Silva, 2024.

O Banco Mundial no G20

A respeito das perspectivas globais sobre crescimento, emprego, inflação e estabilidade financeira, Ajay Banga fez algumas observações sobre o tema. O presidente do BM pontuou que as instituições multilaterais, organizações filantrópicas e governos estão empenhados em trabalhar conjuntamente para enfrentar os desafios atuais, porém, os esforços não têm sido suficientes²². Chamou atenção para a necessidade de engajamento do setor privado para atuar no momento; anunciou o Laboratório de Investimento do Setor Privado criado pelo Banco²³, que

²⁰ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-brazils-ministry-finance-ministry-environment-and-climate-change-and-central-bank-join>

²¹ Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/grupo-bid-planeja-triplicar-o-financiamento-climatico-na-proxima-decada>

²² Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/speech/2024/02/28/remarks-by-ajay-banga-at-the-2024-g20-finance-ministers-global-perspectives-on-growth-jobs-inflation-and-financial-stabi>

²³ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/02/27/world-bank-group-prepares-major-overhaul-to-guarantee-business>

recrutou quinze lideranças de grande renome para que estes identificassem as dificuldades e as possíveis soluções para as áreas de riscos cambiais e políticos e segurança regulatória.

Em um outro momento, numa clara demonstração de mostrar relevância, indicou que o BM está determinado em promover melhorias na instituição, anunciando o aumento das equipes fora de Washington para os próximos anos, a criação de um mecanismo para que a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA, em inglês)²⁴ garanta outros empréstimos dos bancos multilaterais de desenvolvimento, com liberação de capital, seguindo o que recomenda os especialistas do G20 e a divulgação dos dados de inadimplência soberana e taxa de recuperação a partir do ano de 1985, antes do fim do mês de março.

Durante a sessão sobre *O Papel das Políticas Econômicas no Enfrentamento das Desigualdades: Experiências Nacionais e Cooperação Internacional*, o presidente reiterou que o BM está firme no propósito de continuar lutando contra o preocupante cenário atual de aumento da pobreza e da insegurança alimentar e dos conflitos geopolíticos, que deixam rastros de destruição e de muitas incertezas²⁵.

Banga enalteceu os feitos da Associação de Desenvolvimento Internacional (IDA)²⁶, que ao longo dos anos trabalharam em 115 países, fornecendo US\$ 533 bilhões, lutando contra a pobreza, a fome e a falta de acesso à água e eletricidade. Porém, reconheceu que, mesmo com todo o esforço da associação, “o legado não vai virar a maré para os desafios de hoje”. Mostrou que a associação precisará de maior apoio e recursos financeiros para ajudar a combater estes problemas e enfatizou que uma reforma pode torná-la mais rápida, acessível e eficiente quando esta for solicitada.

Outro ponto que chamou a atenção em seu discurso foi sobre simplificar o tempo de aprovação dos projetos do BM. O presidente criticou que muitas regras mais atrapalham do que ajudam; que o Banco está buscando tornar o processo mais simples, com maior flexibilidade e que traga mais uniformidade ao processo de candidatura. Atualmente, o BM já reduziu em dois meses o tempo de preparação para os projetos.

Assim como o BID, o BM também fez uma parceria o Ministério da Fazenda e o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas para impulsionar investimentos públicos e privados que tenham a ver com clima no Brasil²⁷. O Banco aderiu à Coalizão Verde, reforçando apoio ao desenvolvimento sustentável na região amazônica e prometeu fornecer análises relacionadas a forma de como o Brasil pode cumprir suas metas climáticas ao longo do tempo. Um financiamento climático de US\$ 500 milhões foi oferecido para impulsionar o setor privado a ter acesso aos mercados de crédito de carbono.

²⁴ Membro do Banco Mundial. Consiste em promover o investimento transfronteiriço nos países em desenvolvimento, fornecendo garantias (seguro de risco político e melhoria do crédito) aos investidores e credores. Disponível em: <https://www.miga.org/about-us>

²⁵ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/speech/2024/02/28/remarks-by-ajay-banga-at-the-2024-g20-finance-ministers-session-1-the-role-of-economic-policies-in-addressing-inequality>

²⁶ Membro do Banco Mundial. Fundada em 1960, visa reduzir a pobreza fornecendo zero para empréstimos a juros baixos (chamados de "créditos") e subsídios para programas que impulsionar o crescimento econômico, reduzir as desigualdades e melhorar as condições de vida das pessoas. Disponível: <https://ida.worldbank.org/en/what-is-ida>

²⁷ Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/02/26/world-bank-group-and-brazil-s-finance-and-environment-ministries-join-forces-to-boost-climate-investments>

O FMI no G20

“Construir um futuro mais equitativo, próspero, sustentável e cooperativo, com um forte sistema monetário internacional como base”. Com essas palavras, iniciou-se o discurso de Kristalina Georgieva falando sobre a agenda ambiciosa do G20.

Com elogios ao bom desempenho da economia brasileira e de suas reformas políticas, a diretora-geral afirmou que estas ações podem ajudar a melhorar as perspectivas de crescimento e o padrão de vida. Que as autoridades devem continuar a propor planos para conduzir as mudanças que o Brasil precisa, reconhecendo que o País se direciona para obter uma economia mais sustentável e verde; inovador na parte financeira, projetando-se para uma liderança global.

Georgieva comemorou uma melhora nas perspectivas econômicas globais, dizendo que os formuladores de políticas do G20 precisam compreender essa oportunidade para “reconstruírem o ímpeto político”, ajustando o foco para encarar os cenários econômicos adversos a médio prazo²⁸.

A diretora-geral alertou ainda, que o ano de 2024 pode ser complicado no combate à inflação e que os bancos centrais devem estar atentos, concentrando-se em consolidar seus orçamentos para prováveis choques futuros. A recomendação é que os formuladores de políticas devem ter planos orçamentais de médio prazo baseados nos próprios dados nacionais, pois há discrepâncias na realidade monetária e fiscal dos países.

Ao falar sobre financiamento do desenvolvimento e endividamento, Kristalina garantiu que há a necessidade da criação de um pacote extraordinário de ações internas (do Fundo) e de apoio externo (países) para auxiliar nesse processo. Disse que o FMI, em parceria com o BM e outras organizações estão trabalhando para apoiar os países membros a construir caminhos sólidos na parte macroeconômica; esta ação permite que os países obtenham taxas de crescimentos mais elevadas, proporcionando o aumento do padrão de vida. Segundo Georgieva, o FMI está consciente quando se trata de mobilização de recursos internos, uma importante ferramenta de capacidade financeira dos países para apoiar os seus cidadãos e, em parceria com o BM iniciaram um projeto de mobilização de recursos domésticos com foco em ajudar aos países membros a aumentarem a eficiência e a eficácia de seus setores financeiros, ampliando os recursos e a confiança.

A respeito do apoio externo, a diretora-geral agradeceu aos países do G20 por concordarem com um aumento de 50% das quotas nas Reuniões Anuais, realizadas em outubro de 2023. De acordo com Kristalina, com essas contribuições para promover subsídios e empréstimos ao *Poverty Reduction and Growth Trust* (PRGT)²⁹, a meta de angariação de fundos será alcançada. Sobre o *Resilience and Sustainability Trust* (RST)³⁰, os resultados dos US\$ 40

²⁸ Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/03/01/pr2465-imf-managing-director-kristalina-georgieva-statement-first-meeting-g20-fin-min-cen-bank-gov>

²⁹ Mecanismo do FMI para atender aos países mais pobres e vulneráveis. Fornece financiamento concessional (atualmente a taxas de juro zero) a países de baixa renda. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/PRGT>

³⁰ Mecanismo do FMI. Apoia os países de baixa renda e de renda média vulnerável a construir resiliência a choques externos e garantir um crescimento sustentável, contribuindo para a estabilidade de seu balanço de pagamentos de longo prazo Disponível: <https://www.imf.org/en/Topics/Resilience-and-Sustainability-Trust>

bilhões prometidos ao mecanismo são a entrega de 17 programas em pouco tempo. A liderança do FMI ainda destacou a união com o BM, o BID e as demais organizações de desenvolvimento, definindo que o caminho em parceria aumenta o progresso.

Finalizando os seus comentários, Kristalina não inovou ao falar a respeito da dívida dos países, questão que aparentemente tem se mostrado sem solução. Afirmou que a dívida alta é um problema para muitos países vulneráveis, fazendo com que o desenvolvimento destes fique mais distante. Agradeceu aos esforços do G20 em promover a eficácia do Quadro Comum, e que neste momento, o FMI e a sua equipe estão focados em desenvolver as condições favoráveis aos países em relação à dívida, observando as melhores formas de tratamento.

Reuniões Anuais: BID lança novas diretrizes

“O mundo precisa da América Latina e do Caribe agora mais do que nunca”.
Ilan Goldjajn

Apresentada como “histórica”, os Governadores dos países membros do BID e seus braços privados BID Invest e BID Lab, aprovaram novas orientações que prometem impactar os rumos da instituição³¹.

A primeira delas foi a criação da nova Estratégia Institucional, que cobrirá o período de 2024-2030. A ideia desta nova orientação consiste em “aumentar o impacto e a escala do Grupo BID”, buscando o desenvolvimento de uma abordagem programática que tenha como base os resultados trabalhados com os países membros. Sendo assim, na visão do BID, isso será benéfico na forma como a instituição lidará com os instrumentos de empréstimos e projetos daqui para frente.

A Estratégia Institucional foi elaborada para ser trabalhada em três áreas principais: reduções da pobreza e desigualdade, combate às mudanças climáticas e impulsionar o crescimento regional de maneira sustentável. Identificada as áreas, o BID terá o desafio de trabalhar nas áreas de foco operacional: igualdade de gênero e inclusão de diversos grupos populacionais, biodiversidade, capital natural e ação climática, infraestrutura sustentável, integração regional, proteção social e o desenvolvimento do capital humano; desenvolvimento produtivo e capacidade institucional.

Para atingir esses objetivos ambiciosos, o BID teve aumento de recursos aprovados. De acordo com o BID, o BID Invest, graças ao novo modelo de negócios, conseguiu capitalizar US\$ 3,5 bilhões, aumentando os recursos para US\$ 19 bilhões. Desta forma, o modelo de negócios do BID Invest será capaz de assumir riscos e ampliar a sua relevância, oferecendo melhores oportunidades do seu portfólio e projetos.

Pensando na produtividade da região, em ações focadas na mitigação climática e inclusão social, foram aprovados recursos de US\$ 400 milhões em financiamentos para que o BID Lab aperfeiçoe o seu modelo operacional, transformando-se em um centro de inovação voltado para o desenvolvimento. O futuro do BID Lab é aumentar a mobilização de recursos³²,

³¹ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/governors-approve-three-historic-transformative-changes-idb-group-support-region>

³² Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/governors-approve-three-historic-transformative-changes-idb-group-support-region>

que de acordo com o BID, essa ação poderá garantir todos os projetos direcionados as populações mais vulneráveis.

O presidente do BID comemorou as novas diretrizes do BID, entendendo as demandas complexas que o Banco terá que lidar daqui para frente:

"Esses encontros foram realmente históricos. Pela primeira vez nos 65 anos de nossa instituição, nossas Assembleias de Governadores aprovaram simultaneamente três mudanças transformadoras que tornarão o Grupo BID uma instituição maior, melhor e mais ágil. Essas mudanças aumentarão significativamente nossa capacidade de apoiar a América Latina e o Caribe a enfrentar seus desafios e desbloquear seu potencial para desencadear um ponto de virada no desenvolvimento – tudo para melhorar vidas com maior impacto e em maior escala. Nossa região enfrenta um triplo desafio estrutural de demandas sociais crescentes, recursos fiscais escassos e baixo crescimento, com os principais efeitos adicionais das mudanças climáticas. Mas, ao mesmo tempo, há uma grande oportunidade para a região se tornar parte da solução para desafios globais compartilhados. Este pode ser um ponto de inflexão não apenas para o Grupo BID, mas também para a região". Ilan Goldfajn, 2024.

A estratégia do BID é revitalizar as relações com os países, centrada nas operações, projetos e programações que girem em torno destes, aumentando a sua efetividade em todos os níveis e de forma contínua.

Ações e Parcerias

Estrategicamente, o BID trouxe para as Reuniões Anuais os temas mais críticos da região, que precisam de maior atenção e apoio. As discussões serviram para entender as origens problemáticas e proporcionar as condições ideais para reduzi-las, promovendo assim as mudanças.

Durante a sessão sobre redução das desigualdades de gênero, raça e populações diversas, foi mostrado um documento onde revela que as lacunas socioeconômicas ao qual este grupo (LGBTQ+, indígenas, afrodescendentes, pessoas com deficiência, mulheres e meninas)³³ pertence são amplas e que se nada for feito, poderá ser ampliada ainda mais.

Uma das primeiras ações direcionadas a promover a igualdade de gênero e diversidade foi uma Declaração Conjunta dos Governadores membros comprometendo-se ampliar em seu ambiente organizacional a presença de diferentes identidades. A Declaração admite que mesmo em meio a progresso sobre este tema, muito ainda precisa ser melhorado; que a organização estará mais fortalecida se esta for mais equitativa³⁴.

A outra ação foi uma parceria entre o BID e o Brasil. O presidente Ilan Goldfajn e a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet criaram iniciativas dedicadas ao empoderamento das mulheres e meninas³⁵. Nesta parceria firmaram um memorando de entendimento contendo as etapas do projeto.

³³ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/gender-equality-and-inclusion-diverse-populations>

³⁴ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-idb-invest-governors-pledge-foster-gender-equality-and-more-diverse-representation-boards>

³⁵ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-brazils-ministry-planning-and-budget-will-implement-initiatives-reduce-gender>

Imagem 1: Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet e presidente do BID, Ilan Golfajn



Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 2024.

De acordo com o BID, ambos irão fazer o mapeamento de projetos focados em promover as desigualdades de gênero. O setor público também foi incluído, onde lideranças e servidores serão capacitados para apoiar e “sistematizar critérios de integração de gênero em projetos aprovados para financiamento externo”. Simone Tebet disse que há necessidade em mudar a realidade na questão de gênero:

"Hoje, poucos estados e municípios com prefeitas e governadoras têm acesso a crédito internacional. Nosso objetivo é mudar essa realidade até o final de 2026. Esta parceria com o BID está alinhada a esse projeto e reforça as iniciativas tomadas ao longo do primeiro ano do governo do presidente Lula em favor da equidade de gênero, diversidade e inclusão, com destaque para a sanção da Lei de Igualdade Salarial entre homens e mulheres, a agenda transversal das mulheres, nosso Plano Plurianual e o redesenho das normas de acesso ao financiamento externo, visando fortalecer o componente de gênero nas solicitações de entes subnacionais e nacionais para obtenção de crédito". Simone Tebet, 2024.

As demais ações contidas no projeto são: compartilhar conhecimentos técnicos, observar o desenvolvimento das lideranças femininas no setor público, formação de capital humano para mulheres, promover o acesso a profissões qualificadas, criação de guias, *workshops*, conferências, seminários de treinamento e implementação de projetos destinados ao tema. Outras organizações serão convidadas para esta parceria, pois a ideia é contribuir para o alcance do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5)³⁶, que tem como o intuito de empoderar mulheres e meninas, alcançando a igualdade de gênero.

A respeito da igualdade de gênero, o presidente afirmou que o BID está engajado em promovê-la, sendo uma prioridade na instituição:

³⁶ Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>

"A igualdade de gênero é uma prioridade institucional no BID, especialmente no que diz respeito à formação de lideranças, tanto no setor público quanto no privado. Queremos ajudar a criar condições para que mais brasileiros estejam em posições de liderança e sejam agentes de crescimento econômico, soluções sustentáveis e combate à desigualdade". Ilan Goldfajn, 2024.

A fala do presidente já pôde ser constatada na nomeação de Diana Rodríguez Franco para a vaga de assessora especial sobre gênero e diversidade do BID. De acordo com a instituição, este cargo terá a responsabilidade de orientar as ações a respeito das questões de gênero, alinhadas com a nova agenda proposta.³⁷

Boas notícias chegaram também para o programa "Amazônia Para Sempre". Apresentado durante a realização da Cúpula da Amazônia, no Brasil, o programa vem chamando a atenção pelas premissas de proteger a biodiversidade e acelerar o desenvolvimento sustentável.

Uma parceria entre o BID e a Agência Sueca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento foi fechada durante as Reuniões Anuais. Uma garantia de empréstimos para aumentar a capacidade do BID em financiamento para o programa foi formalizada; recursos de US\$ 469 milhões foram acordados entre as partes. A ideia de parceria entre as duas instituições surgiu durante a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 2023 (COP28), que contou com uma carta de intenções, garantindo o fechamento deste acordo.³⁸

De acordo com o BID, a instituição terá a capacidade de investir mais em recursos adicionais, atuando de forma mais intensa na conservação e no manejo florestal, no processo de construção de paisagens mais sustentáveis e na bioeconomia dos países da região amazônica.

Para o Caribe, o BID anunciou um novo programa, intitulado "One Caribbean"³⁹. Este programa, apoiado por governadores dos países membros caribenhos, foi projetado para melhorar os padrões de vida da região. De acordo com o BID, foram identificadas as áreas que mais precisam de atenção e que serão desenvolvidas através do programa: engajamento do setor privado, clima (adaptação e gestão de riscos de desastres) e segurança alimentar e cidadã. Com esse programa, o BID espera que até 2030, a região aumente a sua capacidade de desenvolvimento, melhorando a sua infraestrutura.

Na área da saúde, a Iniciativa Rodovia Pan-Americana para a Saúde Digital liderada pelo BID, pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e por países que compõem a região⁴⁰, recebeu a primeira doação: US\$ 5 milhões, vinda do Japão.

Esta iniciativa está direcionada para mitigar os efeitos de uma possível pandemia e na continuidade dos cuidados relacionados à saúde. Com o advento da COVID-19, acelerou -se a transformação digital, beneficiando a digitalização dos dados clínicos. Através desses avanços,

³⁷ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-announces-special-advisor-gender-and-diversity-international-womens-day>

³⁸ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-sweden-sign-guarantee-partnership-boost-amazonia-forever>

³⁹ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-group-caribbean-governors-endorse-regional-program-one-caribbean>

⁴⁰ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/japan-becomes-first-official-donor-pan-american-highway-digital-health-initiative>

é maior a probabilidade da troca de informações de saúde e acesso aos históricos dos pacientes. Desta forma, esta base de dados pode ajudar aos governos a formularem políticas mais acertadas a respeito da saúde dos seus cidadãos.

O Dr. Jarbas Barbosa, diretor OPAS ressaltou a importância da iniciativa que pode ajudar a mudar a realidade dos cuidados à saúde na ALC:

"Ao embarcarmos em uma agenda renovada de transformação digital para as Américas, a colaboração entre a OPAS e o BID é essencial para garantir a interoperabilidade transfronteiriça. Isso garantirá que cada indivíduo tenha acesso aos cuidados de saúde de que precisa, onde e quando precisar, e que os sistemas de saúde estejam equipados com as informações necessárias para tomar ações efetivas. Esta iniciativa é mais do que uma parceria ou um esforço regional; é um elemento fundamental para um futuro mais saudável para todos". Jarbas Barbosa, 2024.

Ademais, a Rodovia Pan-Americana para a Saúde Digital reforça o apoio aos países a respeito da adesão à Rede Global de Certificação de Saúde Digital da Organização Mundial da Saúde (OMS)⁴¹, que contém informações seguras de saúde. Cabe ressaltar que, a saúde digital está na agenda de orientação do G20 como uma das principais prioridades do cenário atual a ser trabalhada.

Considerações finais

A respeito da participação das IFMs no G20 Brasil, pode-se considerar que foram positivas, mas sem grandes surpresas. Houve fechamento de parcerias, discussão sobre os temas abordados e apontamento para soluções dos problemas do atual cenário.

Um destaque a ser feito foi a reunião que o presidente Luís Inácio Lula da Silva teve com a diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva⁴². A portas fechadas, o encontro teve como pautas medidas para promover o desenvolvimento social mais inclusivo e a diminuição da pobreza. Além disso, Lula conversou sobre a “necessária reforma do FMI”, pois, por ser um dos grandes entusiastas sobre essa questão, entende que não somente o FMI, mas as demais IFMs⁴³ precisam ser mais representativas para ajudar aos países, atendendo-os diante de melhores condições.

⁴¹ Disponível em: <https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/oms-quer-facilitar-solucoes-de-saude-digital-para-todos-no-mundo06062023>

⁴² Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/lula-discute-prioridades-no-g20-com-fmi-e-banco-asiatico-de-investimento>

⁴³ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-02/g20-lula-quer-pautar-mudancas-na-onu-e-papel-de-fmi-e-banco-mundial>

Imagem 2: Diretora-geral do FMI, Kristalina Georgieva e o presidente Lula



Fonte: Audiovisual/SECOM, 2024.

As IFMs vem sendo criticadas em todo o tempo devido ao seu *modus operandi*. Isso se justifica pela aparente ineficácia em resolver as questões da dívida dos países que aumentam dia após dia e atingem especialmente aos mais vulneráveis.

Talvez, por entender que outros rumos precisam ser traçados, o BID teve uma aprovação considerada histórica de suas novas diretrizes. A promessa é que a instituição seja vista como a facilitadora do processo de implementação das reformas e na mobilização de recursos para a ALC.

Além das IFMs, é importante frisar que não basta a mudança de orientação destas, mas sim, os países precisam assumir o compromisso de serem responsáveis pelas mudanças, para alcançarem as metas de mitigação das mazelas estruturais e sociais.

Referências

Agência Brasil. [homepage na internet] G20: Lula quer pautar mudanças na ONU, papel do FMI e do Banco Mundial. [acesso em: 11 mar 2024] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-02/g20-lula-quer-pautar-mudancas-na-onu-e-papel-de-fmi-e-banco-mundial>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB, Brazil's Ministry of Finance, Ministry of Environment and Climate Change, and Central Bank Join Forces to Boost Green Investments [acesso em: 05 mar 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-brazils-ministry-finance-ministry-environment-and-climate-change-and-central-bank-join>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Grupo BID planeja triplicar o financiamento climático na próxima década [acesso em: 05 mar 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/grupo-bid-planeja-triplicar-o-financiamento-climatico-na-proxima-decada>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Governors Approve Three Historic, Transformative Changes for the IDB Group to Support the Region [acesso em 10 mar]. Disponível em:

<https://www.iadb.org/en/news/governors-approve-three-historic-transformative-changes-idb-group-support-region>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Gender Equality and Inclusion of Diverse Populations [acesso em 10 mar]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/gender-equality-and-inclusion-diverse-populations>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB, IDB Invest Governors Pledge to Foster Gender Equality and More Diverse Representation at Boards of Directors [acesso em 10 fev mar]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-idb-invest-governors-pledge-foster-gender-equality-and-more-diverse-representation-boards>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB and Brazil's Ministry of Planning and Budget Will Implement Initiatives to Reduce Gender Inequality [acesso em 11 mar]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-brazils-ministry-planning-and-budget-will-implement-initiatives-reduce-gender>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB Announces Special Advisor on Gender and Diversity on International Women's Day [acesso em 11 mar]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-announces-special-advisor-gender-and-diversity-international-womens-day>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB and Sweden Sign Guarantee Partnership to Boost Amazonia Forever [acesso em 11 mar]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-sweden-sign-guarantee-partnership-boost-amazonia-forever>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB Group Caribbean Governors Endorse the Regional Program One Caribbean [acesso em 11 mar]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-group-caribbean-governors-endorse-regional-program-one-caribbean>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Japan Becomes First Official Donor of Pan-American Highway for Digital Health Initiative [acesso em 10 fev mar]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/japan-becomes-first-official-donor-pan-american-highway-digital-health-initiative>

Banco Mundial [homepage na internet] Remarks by Ajay Banga at the 2024 G20 Finance Ministers - Global Perspectives on Growth, Jobs, Inflation, and Financial Stability [acesso em: 07 mar 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/speech/2024/02/28/remarks-by-ajay-banga-at-the-2024-g20-finance-ministers-global-perspectives-on-growth-jobs-inflation-and-financial-stabi>

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank Group Prepares Major Overhaul to Guarantee Business [acesso em: 07 mar 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/02/27/world-bank-group-prepares-major-overhaul-to-guarantee-business>

Banco Mundial [homepage na internet] Remarks by Ajay Banga at the 2024 G20 Finance Ministers - The Role of Economic Policies in Addressing Inequalities: National Experiences and International Cooperation [acesso em: 07 mar 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/speech/2024/02/28/remarks-by-ajay-banga-at-the-2024-g20-finance-ministers-session-1-the-role-of-economic-policies-in-addressing-inequaliti>

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank Group and Brazil's Finance and Environment ministries join forces to boost climate investments [acesso em: 07 mar 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/02/26/world-bank-group-and-brazil-s-finance-and-environment-ministries-join-forces-to-boost-climate-investments>

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank Group Prepares Major Overhaul to Guarantee Business [acesso em: 07 mar 2024]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/02/27/world-bank-group-prepares-major-overhaul-to-guarantee-business>

Canal Saúde. [homepage na internet] OMS quer facilitar soluções de saúde digital para todos no mundo [acesso em: 11 mar 2024]. Disponível em: <https://www.canalsaude.fiocruz.br/noticias/noticiaAberta/oms-quer-facilitar-solucoes-de-saude-digital-para-todos-no-mundo06062023>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] IMF Managing Director Kristalina Georgieva's Statement at the Conclusion of the first Meeting of the G20 Finance Ministers and Central Bank Governors [acesso em: 07 mar 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/03/01/pr2465-imf-managing-director-kristalina-georgieva-statement-first-meeting-g20-fin-min-cen-bank-gov>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] Poverty Reduction and Growth Trust [acesso em: 11 mar 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/PRGT>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] Resilience and Sustainability Trust (RST) [acesso em: 11 mar 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Topics/Resilience-and-Sustainability-Trust>

International Development Association (IDA) [homepage na internet] [acesso em: 11 mar 2024]. Disponível em: <https://ida.worldbank.org/en/what-is-ida>

G20 [homepage na internet] Lula discute prioridades no G20 com FMI, Banco Asiático de Desenvolvimento e Banco do Brics [acesso em: 11 mar 2024]. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/lula-discute-prioridades-no-g20-com-fmi-e-banco-asiatico-de-investimento>

IPEA [homepage na internet] [acesso em: 11 mar 2024]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods5.html>

Multilateral Investment Guarantee Agency [homepage na internet] [acesso em: 11 mar 2024]. Disponível em: <https://www.miga.org/about-us>

13ª Conferência Ministerial da OMC: Resultados e Perspectivas

13th WTO Ministerial Conference: Results and Prospects

Claudia Chamas
Bernardo Bahia Cesário

Abstract: *The 13th Ministerial Conference of the World Trade Organization occurred from February 26 to March 2 in Abu Dhabi, amidst considerable challenges in addressing concurrent global crises and formulating effective institutional responses in the realm of multilateral trade. Despite grappling with the complexities of reconciling divergent viewpoints in a climate dominated by protectionist sentiments, the Conference concluded with several resolutions and a pledge to sustain the dialogue in ongoing negotiations.*

Keywords: *WTO; Ministerial Conference.*

Resumo: A 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio ocorreu de 26 de fevereiro a 2 de março, em Abu Dhabi, marcada pelas imensas dificuldades para navegar em meio a crises globais sobrepostas e oferecer respostas institucionais satisfatórias no campo do comércio multilateral. Em meio à dificuldade em encontrar convergência em campo circunscrito por protecionismos, a Conferência terminou com algumas decisões e compromisso de continuar as negociações em andamento.

Palavras-chave: OMC; Conferência Ministerial.

A 13ª Conferência Ministerial da OMC: Resultados

A 13ª Conferência Ministerial (MC13) da [Organização Mundial do Comércio](#) (OMC) ocorreu de 26 de fevereiro a 2 de março, em Abu Dhabi, marcada pelas imensas dificuldades para navegar em meio a crises globais sobrepostas e oferecer respostas institucionais satisfatórias no campo do comércio multilateral. O evento reuniu cerca de 4.000 ministros, autoridades comerciais e outros delegados dos 164 membros e observadores da OMC, além de representantes da sociedade civil, das empresas e da mídia global.

Organizações da sociedade civil presentes à reunião criticaram restrições à sua participação, declarando que alguns de seus membros foram brevemente detidos nas negociações. Ao contrário de eventos passados, não houve protestos públicos. Segundo relatos, as organizações foram impedidas de distribuir faixas, filmar ou fazer declarações (Farge, Uppal e Cornwell, 2024).

Em meio à dificuldade em encontrar convergência em campo circunscrito por protecionismos, a MC13 terminou com algumas decisões e compromisso de continuar as negociações em andamento. Houve Declaração Ministerial que definiu agenda de reformas com vista ao futuro da OMC, preservando a capacidade do sistema comercial multilateral, com a OMC em seu núcleo, para responder aos desafios comerciais atuais. A Declaração destaca a “centralidade da dimensão do desenvolvimento no trabalho da OMC, reconhecendo o papel que o sistema multilateral de comércio pode desempenhar na contribuição para a realização da

Agenda 2030 da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”. Reconhece a “contribuição do empoderamento econômico das mulheres e a participação das mulheres no comércio para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável”. Além disso, evidenciaram a “importância dos serviços para a economia global, pois eles geram mais de dois terços da produção econômica global e são responsáveis por mais da metade de todos os empregos”. Eles incentivaram “os órgãos relevantes da OMC a continuar seu trabalho para analisar e aproveitar todas as lições aprendidas durante a pandemia da COVID-19 e criar soluções eficazes em caso de futuras pandemias de maneira rápida” (OMC, 2024).

Os ministros decidiram pela renovação do compromisso de ter um sistema de solução de controvérsias pleno até 2024, além de melhorar o uso das disposições de tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Os países adotaram uma [Decisão Ministerial](#), que decide o seguinte: “Relembrando nosso compromisso assumido em nossa Décima Segunda Sessão de conduzir discussões com o objetivo de ter um sistema de solução de controvérsias completo e em bom funcionamento, acessível a todos os Membros até 2024, tomamos nota dos trabalhos realizados até o momento. - Reconhecemos o progresso alcançado por meio desse trabalho como contribuição valiosa para o cumprimento de nosso compromisso. Agradecemos todos os envios dos Membros que ajudem a avançar nosso trabalho. - Instruímos os funcionários a acelerar as discussões de maneira inclusiva e transparente, aproveitar o progresso já alcançado e trabalhar em questões não resolvidas, incluindo questões relativas à apelação/revisão e acessibilidade, para atingir o objetivo até 2024, conforme estabelecido na MC12.” (OMC, 2024).

Dr. Thani bin Ahmed Al Zeyoudi, Ministro de Estado do Comércio Exterior dos Emirados Árabes Unidos (EAU) e Presidente da MC13, [agradeceu](#) aos membros pelo engajamento ativo durante o evento, destacando que, “embora nem tudo o que as delegações se propuseram a realizar pudesse ser concretizado, o compromisso demonstrado fortalecerá ainda mais o sistema de comércio multilateral” (OMC, 2024).

Outra [Decisão Ministerial](#) adotada atende a um mandato de 23 anos para revisar as disposições de tratamento especial e diferenciado (S&DT) para países em desenvolvimento e menos desenvolvidos (LDCs) com o objetivo de torná-las mais precisas, eficazes e operacionais (OMC, 2024).

O Quadro 1 contém todos os documentos adotados na MC13.

Quadro 1 - documentos adotados na MC13

Resultados do MC13: decisões e declarações ministeriais	
WT/MIN(24)/DEC	Abu Dhabi Ministerial Declaration
WT/L/1186; WT/MIN(24)/31	Accession of the Union of the Comoros - Ministerial Decision
WT/L/1187; WT/MIN(24)/32	Accession of the Democratic Republic of Timor-Leste - Ministerial Decision

WT/L/1188; WT/MIN(24)/33	Work programme on small economies - Ministerial Decision
WT/L/1189; WT/MIN(24)/34	WTO Smooth Transition Support Measures in Favour of Countries Graduated from the LDC Category - Ministerial Decision
WT/L/1190; WT/MIN(24)/35	Strengthening regulatory cooperation to reduce technical barriers to trade - Ministerial Declaration
WT/L/1191; WT/MIN(24)/36	Declaration on the precise, effective and operational implementation of special and differential treatment provisions of the Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures and the Agreement on Technical Barriers to Trade - Ministerial Declaration
WT/L/1192; WT/MIN(24)/37	Dispute Settlement Reform - Ministerial Decision
WT/L/1193; WT/MIN(24)/38	Work Programme on Electronic Commerce - Ministerial Decision
WT/L/1194; WT/MIN(24)/39	TRIPS non-violation and situation complaints - Ministerial Decision

Conversa ministerial sobre comércio e desenvolvimento sustentável, incluindo espaço de política comercial e industrial para desenvolvimento industrial

Destaques do Discurso do Ministro Mauro Vieira na Conferência Ministerial da OMC - Abu Dhabi, em 26 de fevereiro de 2024 (Imagem 1) (MREa, 2024):

A reunião de chanceleres do Grupo do G20, sediada no Rio de Janeiro em 2024, destacou a importância da reforma da OMC para preservar o sistema multilateral de comércio baseado em regras, lembrando das consequências do fracasso na promoção das reformas da governança global, dadas as crescentes abordagens comerciais protecionistas.

Para efetivamente promover o desenvolvimento sustentável por meio do comércio, a OMC precisa ir além do que é comumente exigido. É fundamental reconhecer a dívida histórica da OMC e garantir que os três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental) sejam abordados com justiça e equidade. A proposta do Grupo Africano sobre o espaço político para o desenvolvimento industrial pode servir como ponto de partida valioso para futuras discussões.

Enquanto todos os membros da OMC enfrentam desafios relacionados às mudanças econômicas estruturais, é importante reconhecer que os países em desenvolvimento partem de patamar relativamente inferior. No entanto, surge uma contradição: muitos países desenvolvidos, que se opõem de forma dogmática ao espaço político para a industrialização nos

países em desenvolvimento, são os mesmos que implementam unilateralmente políticas que violam regras da OMC sob o pretexto de promover uma transição verde.

Para preservar sua credibilidade, a OMC deve evitar corrida aos subsídios e ao protecionismo, que minaria sua capacidade de atuar em prol do desenvolvimento sustentável e de uma transição justa e inclusiva.

O Brasil, como país em desenvolvimento, destaca a importância da agricultura sustentável como ferramenta para promover a segurança alimentar e combater a fome, a pobreza e a desigualdade.

A capacidade da OMC para desempenhar adequadamente seu papel está ligada à restauração do sistema de solução de controvérsias, garantindo a implementação adequada das regras acordadas multilateralmente, agora e no futuro, com estrutura de dois níveis.

A OMC deve encontrar um equilíbrio, promovendo o crescimento, o comércio e o intercâmbio tecnológico enquanto abraça o desenvolvimento sustentável e a uma transição econômica justa e equitativa como características fundamentais de um sistema multilateral de comércio renovado.

Imagem 1 – Debate Ministerial sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Twitter

Conclusão da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (MC13)

Destaques da Nota à Imprensa Nº 95 do Itamaraty (Imagens 2, 3 e 4) (MREb, 2024):

A delegação brasileira, liderada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, incluiu representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Indústria, Comércio e Desenvolvimento, Agricultura e Pecuária, e Desenvolvimento Agrário.

O Brasil defendeu a OMC e o sistema multilateral de comércio, alinhando-se à sua atuação histórica e à prioridade atribuída pela presidência brasileira do G20 ao fortalecimento da governança global. A restauração do sistema de solução de controvérsias permanece um desafio crucial. O Brasil continuará trabalhando para um sistema funcional e acessível a todos os membros até o final de 2024.

A delegação brasileira também buscou reformas nas regras da OMC, especialmente na redução das distorções no comércio agrícola internacional e na viabilização do acordo sobre subsídios à pesca, essencial para a preservação dos estoques pesqueiros mundiais e o cumprimento da Agenda 2030 da ONU.

Além disso, o Brasil defendeu disciplinas mais justas que permitam aos países em desenvolvimento adotar políticas públicas de industrialização ou reindustrialização.

O Brasil lamentou a falta de resultados ambiciosos na conferência, especialmente a ausência de avanços concretos na área de agricultura, apesar dos esforços em Abu Dhabi. O Brasil conseguiu reposicionar a agricultura no centro das negociações da OMC e atuou construtivamente para redefinir um pacote negociador que permitisse concluir, até a MC14, o processo de reforma agrícola mandatado desde 1994. No entanto, as dificuldades persistem na negociação de compromissos de liberalização do comércio agrícola internacional e na redução de subsídios distorcivos. O Brasil reafirma seu compromisso com o sistema multilateral baseado em regras e continuará trabalhando para fortalecer a OMC e o sistema multilateral de comércio.

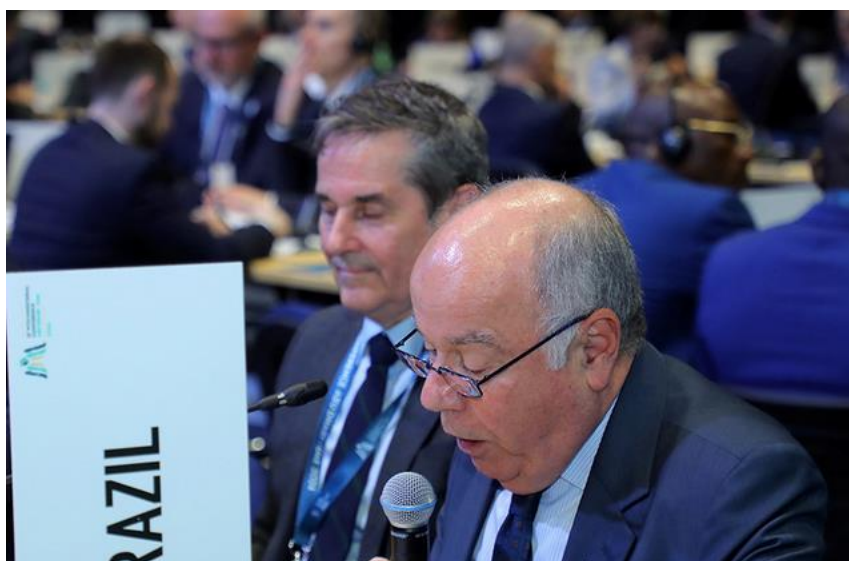
Merece destaque que, às margens da MC13, foram realizadas a 43ª reunião Ministerial do Grupo de Cairns e a 2ª reunião Ministerial da Coalizão Latino-Americana sobre Negociações em Agricultura, reunindo membros interessados em redução progressiva e substantiva das distorções e proteções que prevalecem no mercado agrícola internacional.

Imagem 2 – Embaixador Guilherme Patriota



Fonte: WTO/Prime Vision

Imagem 3 – Ministro Mauro Vieira



Fonte: WTO/Prime Vision

Imagem 4 – Embaixador Guilherme Patriota, Ngozi Okonjo-Iweala, diretora-geral da OMC, Ministro Conselheiro Braz Baracuchy, Embaixador Mauricio Lyrio e outros



Fonte: WTO/Prime Vision

Reuniões Bilaterais

Ao longo da MC13, a delegação brasileira teve reuniões com equipes de vários países (Suíça, Canadá, Austrália e outros). Nas Imagens 5 e 6, o Ministro Mauro Vieira e delegação brasileira se reúnem com Katherine Tai, representante de comércio dos EUA ([Office of the U.S. Trade Representative](#), USTR), e delegação dos EUA. Segundo post do Itamaraty no Twitter, trataram de agricultura e reforma da OMC, inclusive o sistema de solução de controvérsias.

Imagem 5 – Mauro Vieira e Katherine Tai



Fonte: Itamaraty Twitter

Imagem 6 – Delegações do Brasil e dos EUA



Fonte: Itamaraty Twitter

Considerações finais

A MC13 termina sem perspectivas promissoras para abordar temas de interesse global como a saúde e pandemias. A OMC falhou em oferecer resposta adequada à maior crise sanitária das últimas décadas. A Declaração Ministerial aborda a problemática sanitária, mas é nítida a falta de linguagem mais potente para ajudar a combater futuras crises e lidar, de maneira efetiva, com uma nova e provável pandemia. O horizonte para o futuro próximo tampouco é promissor, haja vista as guerras prolongadas e as persistentes e superpostas crises

políticas e comerciais. Além disso, resultados das eleições nos países poderão influenciar o destino da OMC, com destaque para os Estados Unidos. A posição brasileira para os assuntos na Organização tem sido equilibrada e acertada, dando destaque para a reforma da OMC, a renovação do sistema de solução de controvérsias e o desenvolvimento industrial. A presidência brasileira do G20 constitui ótima oportunidade para fortalecer a defesa de interesses relativa à OMC, revigorando parcerias com vista ao consenso na MC14.

Referências

1. Farge, Uppal e Cornwell. Activists criticise civil society 'restrictions' at WTO meeting in UAE. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/activists-criticise-civil-society-restrictions-wto-meeting-uae-2024-02-28/>
2. OMC. MC13 ends with decisions on dispute reform, development; commitment to continue ongoing talks. 2024. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news24_e/mc13_01mar24_e.htm
3. MREa. Conversa ministerial sobre comércio e desenvolvimento sustentável, incluindo espaço de política comercial e industrial para desenvolvimento industrial. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/conversa-ministerial-sobre-comercio-e-desenvolvimento-sustentavel-incluindo-espaco-de-politica-comercial-e-industrial-para-desenvolvimento-industrial>
4. MREb. Nota à Imprensa Nº 95. Conclusão da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (MC13). 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/declaracao-a-imprensa-do-ministro-mauro-vieira-por-ocasio-da-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-do-g20-2013-rio-de-janeiro-22-de-fevereiro>

Conversa ministerial sobre comércio e desenvolvimento sustentável, incluindo espaço de política comercial e industrial para desenvolvimento industrial

Discurso do Ministro Mauro Vieira na Conferência Ministerial da OMC

Abu Dhabi, 26 de fevereiro de 2024

Fonte: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/conversa-ministerial-sobre-comercio-e-desenvolvimento-sustentavel-incluindo-espaco-de-politica-comercial-e-industrial-para-desenvolvimento-industrial>

Publicado em 26/02/2024 10h37 Atualizado em 26/02/2024 17h57

Caros colegas,

A OMC enfrenta a maior crise de sua história, em um momento em que a comunidade internacional necessita urgentemente de uma cooperação mais forte e de um envolvimento multilateral, a fim de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e promover uma transição justa e equitativa para uma economia mais verde.

Vim para Abu Dhabi direto do Rio de Janeiro, onde o Brasil, como presidente do G20, sediou a primeira reunião de chanceleres do Grupo em 2024. Nas discussões sobre o item “reforma da governança global” da agenda, praticamente todos os países argumentaram que a reforma da OMC é essencial para a preservação do sistema multilateral de comércio baseado em regras. Muitos também realçaram as consequências perigosas do fracasso na promoção dessas reformas, à medida que o mundo se volta cada vez mais para abordagens comerciais protecionistas.

Agora, mais do que nunca, a promoção eficaz do desenvolvimento sustentável por meio do comércio exigiria mais da OMC do que comumente exige. Não é possível imaginar um futuro promissor enquanto tantos países em desenvolvimento ainda são deixados para trás, enquanto tantas pessoas em todo o mundo ainda não conseguem perceber, e muito menos desfrutar, os benefícios da nossa economia moderna e globalizada.

Ao olharmos para o futuro, todos devemos reconhecer a dívida histórica da OMC em relação aos desafios do passado. Em primeiro lugar, a promoção do desenvolvimento sustentável em todos os seus três pilares requer um forte elemento de justiça, de equidade. A esse respeito, a proposta do Grupo Africano sobre o espaço político para o desenvolvimento industrial poderia ser um bom ponto de partida para discussões futuras.

Enquanto todos os Membros enfrentam desafios relacionados às mudanças econômicas estruturais em curso, os países em desenvolvimento fazem-no a partir de um patamar relativamente inferior. No entanto, muitos países desenvolvidos, que se opõem de forma dogmática ao espaço político para a industrialização nos países em desenvolvimento, são os mesmos que implementam unilateralmente, numa escala muito maior, políticas que violam claramente as regras da OMC, sob o pretexto de promover uma transição verde.

Precisamos evitar uma corrida aos subsídios e ao protecionismo que desacreditaria completamente a OMC e a sua capacidade de atuar como uma força positiva em prol do desenvolvimento sustentável e uma transição justa e inclusiva.

Além disso, como país em desenvolvimento, o Brasil está profundamente preocupado com a agricultura sustentável como ferramenta para promover a segurança alimentar e

combater a fome, a pobreza e a desigualdade. Também aqui a OMC deve impedir uma corrida aos subsídios e a proliferação de medidas protecionistas sob o pretexto de preocupações ambientais e sociais.

A reforma agrícola, há muito esperada, com mais produção e mais comércio, seria um catalisador importante para o desenvolvimento sustentável e para a consecução dos nossos ODSs, especialmente nos países em desenvolvimento.

Por fim, a capacidade da OMC para desempenhar adequadamente o seu papel está intrinsicamente ligada à restauração de um sistema de solução de controvérsias em pleno funcionamento, capaz de garantir a implementação adequada das regras acordadas multilateralmente, agora e no futuro, e com uma estrutura de dois níveis.

Colegas,

A busca pelo desenvolvimento sustentável implica uma procura constante do equilíbrio entre os seus pilares social, económico e ambiental. A OMC deve também tentar encontrar um equilíbrio, promovendo o crescimento, o comércio e o intercâmbio tecnológico num cenário global cada vez mais complexo, ao mesmo tempo em que abraça o desenvolvimento sustentável e a necessidade de uma transição econômica justa e equitativa como características fundamentais de um sistema multilateral de comércio renovado.

Vamos estabelecer hoje as bases para o futuro que desejamos para o sistema de multilateral de comércio.

Obrigado.

Quem segura as “batatas quentes” do mundo? Problemas persistentes e engrenagens globais resistentes

*Laurenice Pires, Diana Reyna Zeballos Rivas,
Elwira Gliwska, Jesús Enrique Patiño Escarcina,
Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira,
Tatiana Cerqueira Machado Medrado
e Luis Eugênio de Souza*

Resumo: Nesta quinzena, 38 das 50 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas tiveram manifestações merecedoras de registro neste informe. A crise climática e seus efeitos na insegurança alimentar e na saúde foram os temas mais frequentes das manifestações das OSC, como objetos de denúncias e apelos por resposta a governos e organizações multilaterais. Em segundo lugar, foram as guerras e as crises humanitárias os assuntos que mais mobilizaram as OSC, tendo sido salientadas as situações dramáticas no Sudão do Sul e na Faixa de Gaza. Também tiveram destaque as negociações em torno do tratado ou acordo pandêmico, cuja última versão foi caracterizada como vergonhosa e injusta por não prever medidas de garantia do acesso equitativo a tecnologias de combate às pandemias. Foram também mencionadas as doenças crônicas não transmissíveis, associadas à obesidade que já atinge a mais de um bilhão de pessoas no mundo. O Dia Internacional da Mulher também foi muito lembrado, resgatando-se seu sentido de luta por direitos. Enfim, as OSC têm se mantido firmes no enfrentamento da crise climática e da insegurança alimentar e nas lutas por paz e justiça social. Das manifestações das OSC, fica evidente que a questão maior é que a omissão das lideranças nacionais e globais, públicas e privadas, não assumem plenamente suas responsabilidades perante os cidadãos de cada país e do mundo. Essas lideranças seguem como crianças na brincadeira: “Batata que passa quente, batata que já passou, quem ficar com essa batata, coitadinho se queimou”.

Introdução

Os tomadores de decisões na arena da saúde global, às vezes, parecem levar os problemas do mundo como crianças naquela brincadeira chamada “batata quente”. Sentariam eles em roda, enquanto cantam “batata que passa quente, batata que já passou, quem fica com a batata, coitadinho se queimou”, torcendo para que a música não pare justamente quando a batata, ou melhor, o problema está em suas mãos? Muitos temas na Saúde Global certamente são “batatas quentes”, mas não seria papel dos órgãos de governança nacionais e global e de seus líderes os resolverem?

Nesta quinzena, as “batatas quentes” foram lembradas por 38 das 50 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas.

Em primeiro lugar, a crise climática. Embora seja recorrente a denúncia de seus efeitos na saúde das pessoas, as OSC continuam a denunciá-los e a exigir respostas de governos e organizações multilaterais. Associada à crise climática, a insegurança alimentar tem sido objeto de muitas manifestações da sociedade civil. A Oxfam citou o caso da Zâmbia, onde seis milhões de pessoas, pertencentes a famílias de agricultores, enfrentam uma grave escassez de alimentos

devido a uma seca severa e prolongada. O Greenpeace, por sua vez, anunciou a expedição “Protect the Amazon Coast”, ao longo da costa brasileira, para avaliar os riscos da exploração de petróleo na região.

Ainda no que toca à crise climática, vale mencionar que a realização do Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas, uma iniciativa de organizações da sociedade civil brasileira para discutir o papel das finanças na construção de uma economia global sustentável e justa.

Em segundo lugar, as guerras e as crises humanitárias continuaram a ser objeto de denúncias e apelos das organizações. No Sudão do Sul, as pessoas têm vivido em abrigos superlotados, sem água limpa e higiene adequada. A continuação do massacre do povo palestino na Faixa de Gaza pelo exército israelense, com o apoio dos EUA, mobilizou as organizações a produzirem declarações conjuntas exigindo das autoridades globais um cessar fogo imediato. Elas denunciam ainda as dificuldades de ajuda humanitária.

Além da crise climática, da associada insegurança alimentar e das guerras, outros temas se destacaram nas manifestações das organizações da sociedade civil desta quinzena.

Mesmo após todo o impacto social, econômico e político da pandemia, a última versão do texto de um tratado ou acordo pandêmico é apontada pelas organizações como “vergonhosa e injusta”, pois não prevê medidas para assegurar o acesso equitativo a vacinas e medicamentos nem o compartilhamento de benefícios. Em outras palavras, anuncia-se a repetição do fracasso – sanitário e moral –, ocorrido com a covid-19, no enfrentamento de uma futura pandemia.

Outro assunto de destaque foram as doenças crônicas não transmissíveis, fortemente associadas à crescente prevalência global de obesidade (estima-se que um bilhão de pessoas serão obesas até 2035). As OSC mostram que a obesidade resulta do consumo de alimentos ultraprocessados e extremamente calóricos, mas que são mais baratos do que os alimentos saudáveis.

O Dia Internacional da Mulher foi muito lembrado, resgatando-se seu sentido de luta por direitos. A luta continua necessária, pois as desigualdades de gênero persistem, desfavorecendo as mulheres, inclusive no campo da saúde global, onde apenas 25% dos cargos de decisão são ocupados por mulheres, mesmo sendo elas o principal grupo de trabalhadores no campo da saúde.

Ainda que com menos frequência, diversos outros temas estiveram presentes nas manifestações das OSC. A questão dos direitos humanos foi lembrada pelo fato da Coreia do Norte ter fechado suas fronteiras com cercas fortificadas e postos de guarda, negando a liberdade de ir e vir a seus cidadãos. A saúde mental é uma preocupação constante no cenário da saúde global, apresentando-se como uma questão crucial em todo o mundo, como apontam as organizações. A pressão pela taxação de grandes fortunas tem sido intensificada pelos OSC. Os recursos assim arrecadados somariam um importante montante a ser utilizado para mitigar muitos problemas na arena global.

As organizações da sociedade civil de interesse privado, em particular, discutiram os desafios da pesquisa em saúde mental, sugerindo uma concentração de esforços em temas como ansiedade, depressão e psicose. Também foram temas do grupo: câncer cervical; testes diagnósticos; vacinas para HPV em dose única; ampliação do acesso e redução dos custos de tratamentos de tuberculose, malária e HIV, como foco em países do continente africano; proteção dos direitos da comunidade LGBTQIA+, especialmente em Uganda.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

C20 Brasil

A Sherpa do C20, Alessandra Nilo, participou do [Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas](#), realizado nos dias 26 e 27 de fevereiro em SP. O Fórum é uma “iniciativa de organizações da sociedade civil brasileira para discutir o papel das finanças na construção de uma economia global sustentável e justa. O evento (...) representa uma oportunidade significativa para líderes e especialistas debaterem modelos financeiros voltados para a transformação ecológica e alinhada à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”⁴⁴.

Na mesa “Transição justa e desenvolvimento no Sul Global”, Alessandra falou sobre a importância de discutir questões estruturais e defendeu que é papel do setor público liderar a agenda climática e buscar soluções dentro do setor. Ressaltou ainda que as organizações sociais não só têm defendido mudanças na arquitetura financeira mundial, como apresentado há décadas evidências, “mas não têm sido suficientemente ouvidas”. Alessandra também fez uma crítica ao protagonismo do setor privado na discussão: “Estamos discutindo uma emergência climática que precisa ser controlada, só que a opção tem sido a de discutir sem tocar nas questões estruturais, dando o protagonismo para o setor privado”⁴⁵.

O C20-Gender Report, com análises e recomendações do C20 2021, 2022 e 2023, foi entregue pela sherpa Alessandra Nilo à ministra das Mulheres, Cida Gonçalves. A ministra também foi convidada para participar do *Inception Meeting* do C20, que será realizado entre os dias 26 a 28 de março, em Recife⁴⁶.

As inscrições para participação das organizações da sociedade civil no grupo de trabalho foram prorrogadas até o dia 01 de março. Até a conclusão deste caderno não havia publicação sobre as organizações selecionadas para comporem os GTs.

Imposto sobre a riqueza

A OXFAM destacou que os líderes do [G20](#) se reuniram no Brasil com a enorme responsabilidade de lançar um plano definitivo para direcionar o dinheiro dos impostos dos bilionários em favor da igualdade social.⁴⁷ A organização instou os [Ministros das Finanças](#) nesta reunião a priorizarem o apoio ao novo plano global para tributar a riqueza extrema dos super-ricos, enfatizando que apenas um imposto sobre a riqueza de até 5% sobre os super-ricos do

¹ Gestos [Internet]. Fórum Brasileiro de Finanças Climáticas Coloca a Sociedade Civil como Protagonista na Busca por Soluções Sustentáveis; [citado 7 mar 2024]. Disponível em: <https://gestos.org.br/2024/02/financas-climaticas/>.

⁴⁵ C20 BRASIL. [X]. C20 Brasil. 26 Feb 2024 [citado em 06 Mar 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/c20brasil/status/1762179569220468756>

⁴⁶ C20 BRASIL. [Instagram]. C20 Brasil. 27 Feb 2024 [citado em 07 Mar 2024] Disponível em <https://www.instagram.com/p/C33DQzGJ91V/>

⁴⁷ Oxfam International. Twitter [Internet]. G20 leaders are meeting tomorrow in Brazil with a huge responsibility: kickstart a definitive plan to put billionaires' tax money [Tweet]; 28 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1762904406821900710?s=20>

G20 poderia arrecadar os trilhões de dólares necessários para combater a desigualdade e enfrentar a crise climática.⁴⁸

A OXFAM revelou ainda que menos de 8 centavos de cada dólar arrecadado em receita tributária nos países do G20 são provenientes de [impostos sobre a riqueza](#). Por outro lado, os impostos sobre bens e serviços geram mais de quatro vezes essa receita, impactando desproporcionalmente as famílias de baixa renda. Nos últimos quarenta anos, 1% das pessoas mais ricas nos países do G20 viram sua participação na renda nacional aumentar em 45%, enquanto suas taxas de imposto diminuíram cerca de um terço. Apesar disso, os super-ricos pagam taxas de imposto efetivas mais baixas do que os trabalhadores médios em países como Brasil, França, Itália, Reino Unido e EUA. A organização destacou que quatro em cada cinco bilionários residem em países do G20.⁴⁹

Crise climática

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) uniu forças com outras organizações internacionais para assinar uma carta dirigida a Dr Tedros, incentivando a continuação do papel de liderança da OMS na abordagem às alterações climáticas. A carta insta a OMS a fornecer informações ao Tribunal Internacional de Justiça sobre os [efeitos da crise climática sobre a saúde das pessoas](#).⁵⁰

A European Public Health Alliance (EPHA) publicou, em conjunto com várias entidades, apelo para que a próxima Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar da União Europeia faça a [transição para sistemas alimentares mais sustentáveis](#), como prioridade política fortalecida pela construção de um quadro legislativo compatível com a nova proposta⁵¹. A entidade também se posicionou junto com outras organizações do setor saúde, a favor do acordo provisório sobre a [atualização das normas de ar limpo da UE](#), que será votado no dia 11 de março pela Comissão do Parlamento Europeu. Ressaltou que a poluição atmosférica afeta a saúde das pessoas e a economia dos países, resultando em mortes prematuras e em centenas de milhões de euros gastos com custos de saúde todos os anos⁵².

A Greenpeace denunciou que a produção massiva de [plástico](#) que dobrou na última década, está associada à mudança climática, poluição e perda da biodiversidade. Seu ciclo de vida, desde a extração até o descarte, emite gases de efeito estufa que contribuem para as

⁴⁸ Oxfam International. Twitter [Internet]. Finance Ministers meeting at the #G20Brazil today must agree a new global plan for taxing extreme wealth of the super-rich [Tweet]; 29 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1763198161126830491?s=20>

⁴⁹ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Less than 8 cents in every dollar of tax revenue collected in G20 countries comes from taxes on wealth, says Oxfam | Oxfam International; 27 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/less-8-cents-every-dollar-tax-revenue-collected-g20-countries-comes-taxes-wealth>

⁵⁰ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. WFPHA joins call for WHO action on Climate Change Obligations before International Court | WFPHA. 28 fev. 2024b. Disponível em: <https://www.wfpna.org/wfpna-urges-whos-leadership-on-climate-change/>. Acesso em: 8 mar. 2024.

⁵¹ European Public Health Association [Internet]. EPHA joint call for a transformation and a legislative framework for sustainable food; 01 mar 2024. [citado 08 mar 2024]. Disponível em: <https://epha.org/joint-call-for-a-transformation-and-a-legislative-framework-for-sustainable-food-systems-in-the-next-mandate/>.

⁵² European Public Health Association [Internet]. EPHA Health Organisations call on MEPs to support the provisional agreement on updating EU's clean air standards; 06 mar 2024. [citado 08 mar 2024]. Disponível em: <https://epha.org/health-organisations-call-on-meps-to-support-the-provisional-agreement-on-updating-eus-clean-air-standards/>.

mudanças climáticas. A poluição plástica afeta a biodiversidade na terra e nos ecossistemas aquáticos, enquanto menos de 10% do plástico é reciclado, levando à poluição global. Um Tratado Global de Plásticos robusto é instado, visando uma redução de 75% na produção de plástico até 2040, abordando todo o ciclo de vida do plástico, incentivando sistemas de recarga e reutilização, responsabilizando os países pela gestão de resíduos e garantindo uma transição justa para os trabalhadores e comunidades afetadas. O apoio dos líderes mundiais ao tratado é crucial.⁵³

A organização também destacou que o navio Witness do Greenpeace está embarcando na [Expedição](#) Protect the Amazon Coast ao longo da costa brasileira para avaliar os riscos da exploração de petróleo na região. A Petrobras procura expandir a exploração de petróleo perto da Bacia do Rio Amazonas, apesar das preocupações com possíveis derramamentos. A organização está apoiando uma expedição que se concentra em mapear as correntes marítimas e avaliar a ameaça ao Recife Amazônico, enfatizando a necessidade de precaução e consulta com comunidades indígenas e tradicionais⁵⁴.

A Greenpeace continuou fazendo críticas à exploração de [petróleo](#), apontando que os derramamentos ocorrem sempre, motivo pelo qual, é preciso que as empresas parem de perfurar e comecem a pagar pelos danos que estão causando às pessoas e ao clima⁵⁵. A organização denunciou que o naufrágio do navio de carga Rubymar no [Mar Vermelho](#) representa sérios riscos ambientais. Além de vazamentos de combustível, milhares de toneladas de fertilizantes transportados pelo navio correm o risco de serem derramadas. Chamou a atenção que o acesso imediato ao local do naufrágio é imperativo para que uma equipe de resposta especializada avalie a situação, elabore e implemente rapidamente um plano de emergência.⁵⁶

Os impactos devastadores da poluição plástica também foi um tema trabalhado pela Greenpeace nesse período. A organização tratou sobre a urgência do tema na [Sexta Sessão da Assembleia da ONU para o Meio Ambiente \(UNEA 6\)](#). O ciclo de vida do plástico emite gases de efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas. Comunidades de baixa renda suportam o peso dos problemas de saúde causados pela exposição ao plástico. Os países produtores de petróleo obstruem os esforços para reduzir a produção de plástico. Assim, a organização pediu ações ousadas, incluindo uma redução de 75% na produção de plástico até 2040, uma transição justa para os trabalhadores e uma abordagem baseada nos direitos humanos. Os governos africanos devem liderar a luta contra a poluição plástica e priorizar negociações ambiciosas para um Tratado Global de Plásticos. É imperativo que a África defenda medidas fortes para proteger

⁵³ Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Plastic's role in the triple planetary crisis - Greenpeace International; 27 fev 2024 [citado 6 mar 2024]. Disponível em: https://www.greenpeace.org/international/story/65507/plastics-role-in-the-triple-planetary-crisis/?utm_medium=share&utm_content=postid-65507&utm_campaign=&utm_source=whatsapp

⁵⁴ Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Inside the effort to protect the Amazon coast from oil spills - Greenpeace International; 27 fev 2024 [citado 7 mar 2024]. Disponível em: https://www.greenpeace.org/international/story/65510/amazon-coast-brazil-oil-drilling-spill/?utm_medium=share&utm_content=postid-65510&utm_source=whatsapp

⁵⁵ Greenpeace. Twitter [Internet]. It's not a question of if oil will spill, it is a question of when. 🌊 The last thing the world [Tweet]; 27 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1762553267144528227?s=20>

⁵⁶ Greenpeace. Twitter [Internet]. The sinking of the Rubymar cargo ship in the Red Sea poses grave environmental risks. In addition to fuel leaks [Tweet]; 6 mar 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1765317686001553724?s=20>

o planeta e as gerações futuras. Hellen Kahaso Dena lidera o Projeto de Plásticos Pan-Africanos no Greenpeace África.⁵⁷

Outro tema trabalhado pela organização foi a urgência em proteger e restaurar as florestas da Europa, limitando a exploração de florestas antigas e a transição para práticas florestais próximas à natureza, priorizando a conservação da natureza para mitigar os impactos da crise climática e proteger a biodiversidade.⁵⁸ Segundo a Greenpeace, as [florestas](#) da Europa enfrentam desafios alarmantes, apesar de cobrirem 40% da área terrestre do continente, a floresta europeia é uniforme - cerca de 75% têm árvores da mesma idade, e quase um terço consiste em apenas uma espécie de árvore, principalmente coníferas. As práticas industriais de manejo florestal contribuem para essa uniformidade, prejudicando a biodiversidade. Soma-se a isso, o fato de que mais da metade das árvores endêmicas da Europa enfrentam extinção, e as florestas mais altas da Europa estão desaparecendo devido a práticas florestais industriais que danificaram a complexidade da floresta, tornando-as mais vulneráveis a incêndios, pragas e tempestades, o que resultou no aumento na taxa de mortalidade das copas das árvores, que dobrou desde o final do século XX. Como resultado, a Europa perdeu 97% de suas florestas antigas, que eram cruciais na preservação de ecossistemas e biodiversidade e que atualmente pioram a situação de espécies animais dependentes da floresta que enfrentam extinção ou vulnerabilidade.

A Greenpeace destacou que seu navio, [Arctic Sunrise](#), embarcou em uma expedição de seis semanas pelas Ilhas Galápagos para mostrar os benefícios de uma forte proteção marinha e apoiar a ratificação do Tratado Oceânico da ONU. A expedição envolveu cientistas de várias organizações, incluindo a Jocotoco Conservation Foundation e a Charles Darwin Foundation, e tem como objetivo destacar o sucesso da Reserva Marinha de Galápagos e documentar a incrível vida selvagem e habitats da região. A equipe usou várias técnicas para estudar montes submarinos, documentar rotas migratórias de tubarões e avaliar a biodiversidade. A Greenpeace enfatizou a importância do Tratado Global do Oceano para proteger os ecossistemas marinhos, especialmente áreas fora das reservas. A expedição veio em meio a apelos urgentes para proteção dos oceanos, destacados por relatórios sobre as ameaças às espécies migratórias e a presença de embarcações de pesca industrial. O Arctic Sunrise continuará sua jornada para a Colômbia para promover os esforços de conservação e combater a poluição plástica.⁵⁹

A organização destacou a necessidade de acelerar o processo de ratificação do [Tratado do Oceano](#) da ONU, que, apesar de ter sido acordado há um ano, só foi ratificado pelo Chile e Palau. A organização está exigindo que pelo menos 60 países o assinem em lei para que entre

⁵⁷ Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. UNEA-6: How plastic pollution is accelerating the triple planetary crisis - Greenpeace International; 28 fev 2024 [citado 7 mar 2024]. Disponível em: https://www.greenpeace.org/international/story/65548/unea-6-how-plastic-pollution-is-accelerating-the-triple-planetary-crisis/?utm_medium=share&utm_content=postid-65548&utm_campaign=&utm_source=whatsapp

⁵⁸ Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. 5 things you need to know about Europe's forests - Greenpeace International; 5 mar 2024 [citado 7 mar 2024]. Disponível em: https://www.greenpeace.org/international/story/65652/5-things-you-need-to-know-about-europe-forests/?utm_medium=share&utm_content=postid-65652&utm_campaign=&utm_source=whatsapp

⁵⁹ Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Greenpeace's Arctic Sunrise ship arrives in the Galápagos for research expedition - Greenpeace International; 27 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: https://www.greenpeace.org/international/press-release/65533/greenpeace-arctic-sunrise-ship-galapagos-research-expedition/?utm_medium=share&utm_content=postid-65533&utm_source=whatsapp

em vigor. Os dados da organização sobre as ilhas Galápagos testemunham a abundância e diversidade de espécies dentro e fora da reserva, enfatizando a necessidade de proteção nas áreas de alto mar. Destacou ainda a importância da vontade política de utilizar o tratado para salvaguardar os ecossistemas marinhos e fornecer um modelo para a proteção global dos oceanos. Destacou os benefícios de uma nova área protegida em alto mar, que poderia aumentar as populações de peixes e apoiar os pescadores locais. Também destacou que o alto mar enfrenta ameaças da pesca industrial, poluição e mineração, ressaltando a urgência da proteção do oceano.⁶⁰

As [condições climáticas extremas](#) também foi tema de atenção da organização, como seca e calor, têm se tornando mais frequentes e destrutivas, países como a Espanha estão passando por uma grave escassez de água que terá sérias consequências para as pessoas e seus meios de subsistência⁶¹. Por outro lado, a organização alerta que os países que menos contribuíram para o aquecimento global têm sofrido mais com o [aumento da temperatura](#)⁶².

O Texas está atualmente sofrendo o maior [incêndio](#) de sua história, após os incêndios florestais queimarem mais de 1 milhão de acres de terra. Incêndios florestais em todo o mundo estão se tornando mais frequentes e mais graves devido às mudanças climáticas. A organização apontou que as corporações de combustíveis fósseis como a Chevron, Exxon e outras, que acabaram de anunciar lucros anuais absurdos, devem pagar pelos danos que causaram.⁶³

A OXFAM alertou que os [embaixadores da União Europeia](#) não deram apoio à Corporate Due Diligence Directive (CSDDD), colocando em risco as regras recém-acordadas para a responsabilidade corporativa nas cadeias de suprimentos. A retirada do apoio pela Alemanha provocou um boicote a esses regulamentos cruciais. Aproveitando o caos, a França fez um movimento de última hora para isentar mais 14.000 empresas, minando ainda mais os direitos humanos e a proteção ambiental. A presidência belga atrasou a votação devido à retirada do apoio da Alemanha. A Oxfam instou a Alemanha, a Itália e a França a cumprirem seus compromissos e não obstruírem a lei, que representa uma oportunidade única de acabar com a impunidade corporativa.⁶⁴

⁶⁰ Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Money Heist star Alba Flores joins Greenpeace Galápagos expedition - urges governments to ratify UN Ocean Treaty and protect the High Seas - Greenpeace International; 6 mar 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: https://www.greenpeace.org/international/press-release/65667/pictures-money-heist-star-alba-flores-joins-greenpeace-galapagos-expedition-urges-governments-to-ratify-un-ocean-treaty-and-protect-the-high-seas/?utm_medium=share&utm_content=postid-65667&utm_source=whatsapp

⁶¹ Greenpeace. Twitter [Internet]. With extreme weather conditions like drought and heat becoming more frequent and destructive, countries like Spain are experiencing severe water [Tweet]; 29 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1763209876866548066?s=20>

⁶² Greenpeace. Twitter [Internet]. "Despite contributing a fraction of 1% to global emissions, #Mongolia's temperatures have surged twice as fast as the global average [Tweet]; 28 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1762751448876752961?s=20>

⁶³ Greenpeace. Twitter [Internet]. Wildfires in Texas have now burned over 1 million acres of land. Wildfires around the world are becoming more frequent [Tweet]; 1 mar 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1763534720686838068?s=20>

⁶⁴ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. New EU supply chain rules hang by a thread after last-minute French wrecking ball | Oxfam International; 28 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/new-eu-supply-chain-rules-hang-thread-after-last-minute-french-wrecking-ball>

A Planetary Health Alliance divulgou artigo intitulado “Como a educação médica está se adaptando às mudanças climáticas” que argumenta que [todo profissional de saúde precisa de saber como as mudanças climáticas afetam a sua prática](#).⁶⁵

A WONCA divulgou a realização de um webinar para discutir como os cuidados de saúde primários podem promover o conhecimento e a mudança de comportamento para enfrentar as [alterações climáticas](#) e melhorar a saúde individual e planetária.⁶⁶

Justiça climática

A Greenpeace destacou que os Estados Unidos devem cumprir as demandas das [Ilhas Marshall](#) após o reconhecimento por justiça nuclear. Setenta anos atrás, o teste nuclear de Castle Bravo devastou o Atol de Bikini nas Ilhas Marshall, deixando impactos duradouros na região. Nomeado como o Dia da Memória das Vítimas Nucleares, o aniversário marca o maior teste de armas nucleares de todos os tempos pelos militares dos Estados Unidos, que causou precipitação radioativa, levando a problemas de saúde e exílio permanente para muitos cidadãos. Apesar de receberem compensação sob o Pacto de Livre Associação de 1986, o governo das Ilhas Marshall busca mais justiça e compensação dos EUA. O Greenpeace está ao lado do povo resiliente das Ilhas Marshall, defendendo a justiça nuclear e destacando a injustiça em curso⁶⁷.

A Greenpeace destacou a oportunidade histórica de ouvir em primeira mão da maioria das comunidades impactadas sobre os danos da emergência climática e as crises de biodiversidade nas audiências da [Corte Interamericana de Direitos Humanos](#) que serão realizadas em abril e maio de 2024.⁶⁸

Crise humanitária

A OXFAM destacou a situação no [Sudão do Sul](#), onde mais de 80% da população está em extrema necessidade de assistência humanitária devido à sobreposição de crises, incluindo inundações e conflitos. Abrigos em Renk em todo o Sudão do Sul, originalmente planejados para abrigar cinco mil pessoas, agora estão acolhendo mais de 15.000 indivíduos, com outros 5.000 vivendo sem água limpa ou higiene adequada. Mais de 300 pessoas compartilham uma única torneira de água, aumentando o risco de um surto de cólera, especialmente com 100 pessoas utilizando apenas uma latrina. A Oxfam no Sudão do Sul alertou sobre uma catástrofe iminente sem financiamento imediato para lidar com a situação, exacerbada pela próxima estação chuvosa em abril e com a expectativa de que os estoques de alimentos atinjam seus

⁶⁵ PHA Planetary Health Alliance. How Medical Education Is Adapting to Climate Change. 6 mar. 2024. Disponível em: https://twitter.com/ph_alliance/status/1765559705689112968. Acesso em: 8 mar. 2024.

⁶⁶ WONCA - World Organization Of National Colleges, Academies And Academic Associations Of General Practitioners/Family Physicians. Addressing #ClimateChange and #PrimaryHealthcare. 7 mar. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/WoncaWorld/status/1765717534148284804>. Acesso em: 8 mar. 2024.

⁶⁷ Greenpeace. Greenpeace International [Internet]. Nuclear Victims Remembrance Day – United States must comply with Marshall Islands demands for recognition and nuclear justice - Greenpeace International; 1 mar 2024 [citado 7 mar 2024]. Disponível em: https://www.greenpeace.org/international/story/65565/nuclear-victims-remembrance-day-united-states-must-comply-with-marshall-islands-demands-for-recognition-and-nuclear-justice/?utm_medium=share&utm_content=postid-65565&utm_source=whatsapp

⁶⁸ Greenpeace. Twitter [Internet]. This is a historic opportunity to hear first-hand from most impacted communities about harms of the climate emergency and biodiversity [Tweet]; 1 mar 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1763685650682053002?s=20>

níveis mais baixos entre abril e julho de 2024. A organização salientou que, apesar da crise humanitária em piora, o financiamento para o Sudão do Sul diminuiu drasticamente, dificultando os esforços humanitários. São necessários 7 milhões de dólares para alcançar 400.000 pessoas com serviços essenciais de alimentos, água e saneamento.⁶⁹

A OXFAM alertou que mais de seis milhões de pessoas pertencentes a famílias de agricultores na [Zâmbia](#) enfrentam uma grave escassez de alimentos e desnutrição devido a uma seca severa, agravada pelas mudanças climáticas e o fenômeno El Niño. Apenas a seca já devastou um milhão de hectares de cultivos, aumentando consideravelmente as já elevadas taxas de desnutrição e contribuindo para um surto de cólera que já causou quase 700 mortes e 20.000 infecções desde outubro de 2023. Estima-se que 23% da população zambiana já esteja enfrentando níveis de crise de insegurança alimentar, o que demanda uma resposta humanitária urgente. Foi ressaltado que o presidente declarou estado de desastre nacional quando a seca atingiu 84 dos 116 distritos, afetando mais de um milhão de famílias agrícolas. A Keepers Zambia Foundation, em parceria com a Oxfam, enfatizou a urgente necessidade de alimentos e água limpa, elementos essenciais para combater o surto de cólera decorrente da escassez de água. Além disso, pequenos agricultores expressaram desespero diante do fracasso de suas colheitas devido à seca. A Oxfam apelou por financiamento para apoiar os agricultores vulneráveis, porém os compromissos dos países ricos ainda não foram cumpridos. A organização, juntamente com seus parceiros, está conduzindo avaliações para embasar a resposta humanitária, necessitando urgentemente de 6 milhões de euros para fornecer transferências de dinheiro, água limpa, assistência no cultivo de inverno e serviços de saneamento. A situação é alarmante, com a seca devastando um milhão de hectares de cultivos, agravando as já elevadas taxas de desnutrição na Zâmbia e contribuindo para um surto de cólera que já ceifou quase 700 vidas e infectou 20.000 pessoas desde outubro de 2023. Com 23% da população enfrentando níveis de crise de insegurança alimentar, uma resposta humanitária imediata é essencial.⁷⁰

Crise alimentar

A OXFAM ressaltou a importância do [relatório](#) sobre a fome no mundo, destacando a necessidade urgente de transformar o sistema alimentar global de explorador para sustentável, como forma de garantir o direito de todos à alimentação, reduzir a desigualdade e promover a justiça climática.⁷¹

Diversidade e ativismo

A Greenpeace apontou a importância de [diversificar](#) o ativismo e o *advocacy* em favor de políticas de combate às desigualdades relativas à deficiência, idade, raça, etnia e localização

⁶⁹ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. South Sudan: More than 300 people share a single water tap, as transit centers hold three times their capacity, increasing risk of cholera outbreak – warns Oxfam | Oxfam International; 28 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/south-sudan-more-300-people-share-single-water-tap-transit-centers-hold-three-times>

⁷⁰ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Over six million people face hunger, malnutrition and water scarcity in Zambia, Oxfam warns. | Oxfam International; 6 mar 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/over-six-million-people-face-hunger-malnutrition-and-water-scarcity-zambia-oxfam>

⁷¹ Oxfam International. Twitter [Internet]. Our report challenges misconceptions about world hunger & calls for transforming our global food system from exploitative to sustainable. It's [Tweet]; 28 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1762861639634989282?s=20>

geográfica, o que facilitaria soluções que funcionem para todos e ajudem as pessoas a moldar o futuro em que querem viver.⁷²

Tratado pandêmico

A People's Vaccine Alliance compartilhou [artigo](#) intitulado “O tratado pandêmico: vergonhoso e injusto” indicando que criar e aderir a um conjunto de termos fortes e verdadeiramente equitativos sobre acesso a tecnologias e compartilhamento de benefícios não é um ato de bondade ou caridade, é um ato de ciência, um ato de segurança e um ato de interesse próprio.⁷³

Regras de propriedade intelectual

A People 's Vaccine Alliance compartilhou matéria sobre declaração da [Organização Mundial de Comércio \(OMC\) que não conseguiu chegar a um acordo sobre a renúncia às regras globais de patentes para o tratamento da COVID-19](#), fato que facilitaria a expansão da produção e acesso. Quase um ano depois da emergência de saúde pública ter sido declarada encerrada pela OMS, a OMC ainda debate o COVID-19 levantando questões sobre a relevância da OMC para agir no meio de múltiplas crises e deixando claro que a responsabilidade pela governança global da tecnologia e da propriedade intelectual relacionadas com a pandemia não pode permanecer com a OMC. Alguns negociadores defendem que ministros da saúde e a OMS tomem conta da matéria de propriedade intelectual, mas o negociador dos EUA e outros dizem que estas questões devem permanecer com a OMC.⁷⁴

Preços de medicamentos

A Public Citizen informou que o presidente Biden anunciará novos planos para [reduzir os preços dos medicamentos](#) prescritos nos Estados Unidos. Os planos incluem a negociação de preços do Medicare para muito mais medicamentos do que atualmente são permitidos por ano.⁷⁵

Biossegurança

A Interacademy Partnership anunciou que jovens cientistas e especialistas de todo o mundo participarão num curso sobre [detecção de vírus, biossegurança e diplomacia científica](#), como uma iniciativa conjunta com outras organizações internacionais sediadas em Trieste, Itália. As doenças virais humanas representam uma ameaça global, devido aos diferentes níveis de preparação entre os países. Existe uma necessidade especial de reforçar a capacidade de

⁷² Greenpeace. Twitter [Internet]. "Diversifying activism and policy advocacy in terms of disability — as well other identities like age, race and ethnicity, and location [Tweet]; 29 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/Greenpeace/status/1763064645655609742?s=20>

⁷³ The People's Vaccine [X]. Creating and signing up to a strong and truly equitable set of terms on access and benefit sharing is not an act of kindness or charity [...]; 1 Mar 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/peoplesvaccine/status/1763562584567857195?s=20>

⁷⁴ The People's Vaccine [X]. "This month the World Trade Organization threw in the towel on #COVID19." [...]; 1 Mar 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/peoplesvaccine/status/1763606373533729242?s=20>

⁷⁵ Public Citizen [Internet]. Drug Pricing in State of the Union: “Do Not Go Small When the Problem Is So Large”; 7 Mar 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/drug-pricing-in-state-of-the-union-do-not-go-small-when-the-problem-is-so-large/>

vigilância e detecção de ameaças biológicas em países de baixa e média renda. Este curso é o primeiro passo para aumentar a biossegurança globalmente, reforçando as capacidades locais.⁷⁶

A Interacademy Partnership anunciou que está organizando uma reunião internacional para estabelecer um Órgão Consultivo Científico da [Convenção sobre Armas Biológicas e Tóxicas](#). A convenção, com sede em Genebra-Suíça, entrou em vigor em Março de 1975 e proíbe efectivamente o desenvolvimento, produção, aquisição, transferência, armazenamento e utilização de armas biológicas e tóxicas. Atualmente tem adesão quase universal, com 185 Estados Partes e quatro Estados Signatários. No entanto, a convenção fica atrás dos instrumentos internacionais com participação global que regem outras armas de destruição massiva, especialmente os regimes de armas químicas e nucleares que se beneficiaram, durante anos, da criação de órgãos consultivos científicos. Muitos Estados Partes consideram que é chegado o momento de tomar a decisão de estabelecer esse órgão consultivo científico da Convenção.⁷⁷

Conflito Israel - Faixa de Gaza

A International Federation of Social Workers divulgou apoio à declaração global dos líderes humanitários que pede um [cessar-fogo imediato em Gaza](#).⁷⁸

A CARE, elaborou [Declaração conjunta de ONGs](#), apelando ao Conselho de Segurança da ONU para que se reúna urgentemente e aprove uma resolução de cessar-fogo em Gaza, tal iniciativa baseou-se no relatório do próprio conselho sobre a situação atualizada da crise humanitária com mais de 500 mil pessoas em situação de fome.⁷⁹ A Entidade, lançou outra [Declaração Conjunta com ONGs](#), a fim de sensibilizar os países que participarão de reunião na Assembleia Geral da ONU, em restabelecer o financiamento à Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras (UNRWA) - Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente. A CARE afirmou que se deve investigar denúncias de supostas participações de funcionários da agência nos ataques de 07 de outubro de 2023, mas que estas não devem inviabilizar o trabalho da UNRWA de salvar vidas⁸⁰.

De acordo com a organização, há muitas dificuldades para manter a [ajuda humanitária a Gaza](#) após o início dos conflitos de 07 de outubro de 2023. Comparando os 96 caminhões que recebem por dia, aos 500 antes do conflito, e ressaltou que quase 2 milhões de pessoas

⁷⁶ The Interacademy Partnership [Internet]. Reducing biological risks by promoting the peaceful use of biology; 4 Mar 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/reducing-biological-risks-promoting-peaceful-use-biology>

⁷⁷ The Interacademy Partnership [Internet]. IAP convening global biosecurity experts in trieste; 26 Feb 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/iap-convening-global-biosecurity-experts-trieste>

⁷⁸ IFSW. [X]. IFSW. 4 Mar 2024 [citado em 27 Feb 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/IFSW/status/1762562209400627503>

⁷⁹ CARE [Internet]. CARE Joint NGO Statement Calling on UN Security Council to Pass Gaza Ceasefire Resolution; 28 fev 2024 [citado em 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/joint-ngo-statement-calling-on-un-security-council-to-pass-gaza-ceasefire-resolution/>.

⁸⁰ CARE [Internet]. CARE Joint NGO Statement: as U.N. General Assembly meets to discuss the situation in the occupied Palestinian territory, Member States must restore funding to UNRWA; 1 mar 2024 [citado em 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/joint-ngo-statement-as-u-n-general-assembly-meets-to-discuss-the-situation-in-the-occupied-palestinian-territory-member-states-must-restore-funding-to-unrwa/>,

dependem dessa ajuda para sobreviverem⁸¹. Além disso, a situação da iluminação, tendo **84% das luzes de Gaza apagadas**, com pessoas doentes e famintas, após os mais de 5 meses de conflito. A situação impactou no funcionamento de 70% dos hospitais, na infraestrutura urbana e a população corre risco iminente de morrer de fome⁸².

Através do pronunciamento do Diretor da Care na Cisjordânia e Gaza, Hibi Tibi, a CARE relembrou os **cinco meses do conflito**, 152 dias e 3648 horas de horrores que se passaram em Gaza. Ressaltou a marca de mais de 100 mil pessoas, entre elas crianças, mulheres, que foram mortas e feridas no conflito. A entidade tornou a expor as dificuldades de fornecer ajuda humanitária e os riscos que os trabalhadores estão passando, voltando a pedir um cessar fogo imediato e o fim da guerra⁸³.

A OXFAM ressaltou que os recentes ataques no norte de **Gaza** destruíram completamente o auge da colheita, resultando na devastação das terras agrícolas e das frotas de pesca. Esta perda na produção agrícola intensificou os níveis de desnutrição e fome entre os habitantes da região. Organizações como a Oxfam, a Associação Palestina de Desenvolvimento Agrícola (PARC) e a Juzoor, juntamente com outros parceiros, destacaram a crescente desnutrição, especialmente entre as crianças. A falta de acesso aos serviços essenciais e à ajuda humanitária em meio ao colapso do setor agrícola em Gaza está afetando os meios de subsistência e a economia, resultando em aumentos nos preços dos alimentos e em restrições no acesso a suprimentos vitais. A organização instou à atenção e ação internacional urgentes para enfrentar a crise humanitária no norte de Gaza.⁸⁴

A OXFAM e várias outras ONGs estão urgentemente instando o Conselho de Segurança da ONU a se reunir e aprovar uma resolução que exija um cessar-fogo imediato e sustentado em **Gaza**, após uma reunião que abordou o risco de fome induzida devido aos conflitos. A ONU alertou que meio milhão de pessoas em Gaza estão enfrentando condições de fome devido ao conflito e ao bloqueio militar imposto por Israel. A situação foi agravada por restrições aos suprimentos humanitários e comerciais, além de ataques à infraestrutura e a destruição de campos agrícolas. A organização ressaltou que uma em cada seis crianças menores de dois anos no norte de Gaza está sofrendo de desnutrição, enquanto mulheres grávidas e lactantes não têm acesso suficiente a alimentos nutritivos. As organizações apelam à aprovação urgente de uma resolução para reduzir a fome, garantir acesso humanitário e defender o direito

⁸¹ CARE [Internet]. CARE How humanitarian aid gets into Gaza; 29 fev 2024 [citado em 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/news/how-humanitarian-aid-gets-into-gaza/>.

⁸² CARE [Internet]. CARE Jwars: 84% of Gaza's lights extinguished, people left sick and starving; 29 fev 2024 [citado em 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-warns-84-of-gazas-lights-extinguished-people-left-sick-and-starving/>.

⁸³ CARE [Internet]. CARE West Bank and Gaza Country Director Hiba Tibi, on the five-months-mark of the conflict escalation in Gaza; 6 mar 2024 [citado em 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-west-bank-and-gaza-country-director-hiba-tibi-on-the-five-months-mark-of-the-conflict-escalation-in-gaza/>.

⁸⁴ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. "Golden time" seasonal farming production destroyed and lost in northern Gaza amid mounting fears of worsening hunger and starvation | Oxfam International; 26 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/golden-time-seasonal-farming-production-destroyed-and-lost-northern-gaza-amid>

internacional. Os signatários incluem Action Against Hunger, CARE International, International Rescue Committee, Mercy Corps, Oxfam, Plan International e Save the Children.⁸⁵

Ciência nos tempos de guerra

A Interacademy Partnership divulgou vídeo elaborado pela Academia Nacional de Ciências dos EUA e os seus parceiros globais para [apoiar a ciência e os cientistas ucranianos](#) através do programa de bolsas para investigadores, uma das várias iniciativas para sustentar a ciência ucraniana e preparar-se para a recuperação pós-guerra. O vídeo destaca a importância da colaboração internacional na sustentação dos esforços de pesquisa científica dos ucranianos e esclarece o facto de que, em muitos países do mundo, os cientistas continuam ameaçados, perseguidos, em risco e impedidos de realizar o seu trabalho. Como parte dos seus esforços, a IAP defende o projeto "Ciência no Exílio", que visa fornecer apoio e recursos para cientistas deslocados pelo conflito.⁸⁶

Saúde e paz

O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) divulgou sua newsletter "Highlights of SHEM", destacando as relações entre a [saúde e a paz](#) e convidando os defensores da Saúde para Todos a aprenderem como as associações de saúde pública abordam os cuidados de saúde em zonas de conflito.⁸⁷

Informação e Comunicação à família do paciente hospitalizado

A World Patient Alliance discute os desafios da piora repentina de pacientes hospitalizados para os profissionais de saúde e familiares. Nesse contexto, ressalta a importância da informação e comunicação para a família do paciente como estratégica na defesa de seus entes queridos, contribuindo para o sucesso dos esforços de resgate. O tema será discutido no webinar [será discutido na webinar "O Paciente em Deterioração: Quando um paciente hospitalizado sofre uma deterioração inesperada, o que as famílias podem fazer?"](#)⁸⁸

⁸⁵ Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Joint NGOs statement calling on UNSC to urge a ceasefire in Gaza | Oxfam International; 29 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/joint-ngos-statement-calling-unsc-urge-ceasefire-gaza>

⁸⁶ The Interacademy Partnership [Internet]. Watch U.S. NAS video in support Ukrainian science; 24 Feb 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/watch-us-nas-video-support-ukrainian-science>

⁸⁷ SHEM. Sustainable Health Equity Movement. Health and peace are intertwined. 4 mar. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/shequitymov/status/1764643905901908433>. Acesso em: 8 mar. 2024.

⁸⁸ World Patients Alliance [Internet]. Webinar: The Deteriorating Patient: When a hospital patient unexpectedly goes downhill, what can families do? - World Patients Alliance; [citado 7 mar 2024]. Disponível em: <https://www.worldpatientsalliance.org/all-events/webinar-the-deteriorating-patient-when-a-hospital-patient-unexpectedly-goes-downhill-what-can-families-do/>.



Nutrição

Para chamar atenção para o Dia Mundial da Obesidade - 04 de março – a World Heart Federation ocupou seu Twitter divulgando informações que apresentam a obesidade como um problema de saúde global tanto para crianças quanto para adultos.

Foto Twitter OMS, repostado pela WHF, mar.2024

para crianças; políticas escolares sobre alimentação e nutrição, normatização de atividades físicas nas escolas e campanhas de educação pública destacam-se entre as principais ações voltadas para [proteger crianças e adolescentes](#)⁸⁹. Lembram ainda que [crianças com sobrepeso e obesidade](#) têm maiores chances de se tornarem obesos na vida adulta e a desenvolver problemas cardiovasculares e diabetes tipo 2⁹⁰. O número de crianças e adolescentes quadruplicou e a expectativa é que em 2035 tenham cerca de 400 milhões de crianças obesas. Atualmente, [há um bilhão de pessoas obesas no mundo](#)⁹¹. A realização de [atividade física](#) durante 30 minutos, cinco vezes por semana, ajuda a prevenir sobrepeso e obesidade, assim como, doenças do coração, infarto, diabetes, hipertensão, é o que mostra o infográfico produzido pela organização⁹².

A regulação sobre marketing de alimentos e bebidas não saudáveis

A World Public Health Nutrition está mobilizando seu público para discussões e trocas sobre os desafios nutricionais e a construção de soluções sustentáveis durante o congresso nacional da entidade que será realizado entre 10 e 13 de junho, aproveitando a entrada na reta final da década da nutrição - 2016-2025. Com o tema “Empoderando países de baixa renda para futuros saudáveis”, o congresso tem como pergunta - [a década da nutrição foi cumprida?](#)⁹³.

Igualdade financeira e de oportunidades para mulheres

A Women in Global Health continua a chamar a atenção para o impacto positivo que as mulheres trabalhadoras da saúde trazem para as sociedades onde trabalham, embora enfrentem violência, injustiça de gênero e baixos salários. O [trabalho não remunerado e inseguro](#) será tema do seminário virtual “Unpaid and unsafe - The reality of female frontline health workers”, que será realizado no dia 14 de março. Reitera, ainda, nas divulgações, a necessidade de um novo contrato social para um trabalho seguro, decente e igualitário. Esse

⁸⁹ WORLD HEART FEDERATION.[X].Governments can help curb the #obesity epidemic by implementing. 4 Mar 2024 [citado em 06 Mar 2024]. Disponível em:<https://twitter.com/worldheartfed/status/1764659411568529823>

⁹⁰ WORLD HEART FEDERATION.[X].World Heart Federation. 4 Mar 2024 [citado em 06 Mar 2024]. Disponível em <https://twitter.com/worldheartfed/status/1764657969461887180>

⁹¹ WORLD HEART FEDERATION.[X].More than 1 billion people in the world are now living with #obesity. 4 Mar 2024 [citado em 06 Mar 2024]. Disponível em <https://twitter.com/worldheartfed/status/1764655376740295044>

⁹² WORLD HEART FEDERATION.[X].Atividade física regular ajuda a prevenir e tratar:. 6 Mar 2024 [citado em 06 Mar 2024]. Disponível em<https://twitter.com/worldheartfed/status/1765346736761934024>

⁹³ WPHN CONGRESS 2024.[X]. WPHN CONGRESS 2024..4 Mar 2024 [citado em 06 Mar 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/Wphncongress/status/1764766147247780153>

tema será discutido também no seminário online “[Mulheres trabalhadoras comunitárias da saúde: de voluntárias a profissionais](#)”, no dia 19 de março^{94,95}.

A NCD Alliance antecipando o Dia Internacional da Mulher faz matéria sobre os [desafios das mulheres para acesso aos sistemas de saúde e ao diagnóstico de Doenças Crônicas Não Transmissíveis](#), destacando o papel dos governos no enfrentamento desta que como um dos efeitos mais cruéis da desigualdade, uma vez que as mulheres são, na maioria das vezes, as únicas cuidadoras da família, em detrimento da capacidade de cuidar de sua própria saúde física e mental e da realização de estudos ou trabalho fora de casa⁹⁶.

A CARE, em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres, em 08/03, lançou a campanha “[Ela Lidera o Mundo](#)” - “[She leads the words](#)” em parceria com a Nigel Barker, com foco em mulheres líderes em suas comunidades que representam outras mulheres na superação de obstáculos em prol das comunidades onde vivem⁹⁷. Uma das ações da campanha foi a associação de dezenas de edifícios e monumentos em todo o mundo, incluindo o One World Trade Center, a Torre Eiffel em Las Vegas e as Cataratas do Niágara, que se unem em prol de [iluminar o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero](#)⁹⁸. A entidade também anunciou a inclusão de mulheres no conselho consultivo do [Fundo para Mulheres na Economia Digital](#), esforço da USAID e Fundação Bill & Melinda Gates para eliminar a exclusão digital de gênero. O objetivo do fundo é apoiar, sempre que possível, soluções transformadoras de gênero, produtos e ferramentas liderados por mulheres e feministas⁹⁹.

No [Dia Internacional da Mulher de 2024](#), a WONCA homenageou a Dra. Suha Hamshari, Chefe da Associação Palestina de Medicina de Família e vencedora do prestigiado Global Five Star Doctor Award em 2023. Convidou seus seguidores a ler sua história: <https://wonca.net/News/GlobalFiveStarDoctorSuhaHamshari.aspx>.¹⁰⁰

A International Hospital Federation (IHF) publicou manifestação relativa ao [Dia Internacional da Mulher](#), divulgando a campanha “[Inspirar Inclusão](#)” que enfatiza a importância

⁹⁴WOMEN IN GLOBAL HEALTH. [X]. Save the date. 6 Mar 2024 [citado em 06 Mar 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/womeninGH/status/1765401983224107419>

⁹⁵ WOMEN IN GLOBAL HEALTH. [X]. Save the date. 4 Mar 2024 [citado em 06 Mar 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/womeninGH/status/1764654859830067666>

⁹⁶NCD Alliance [Internet]. International Women's Day 2024: Re-imagining NCD care for and by women; [citado 7 mar 2024]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/international-womens-day-2024-re-imagining-ncd-care-for-and-by-women>

⁹⁷ CARE [Internet]. “SHE LEADS THE WORLD” THIS INTERNATIONAL WOMEN’S DAY; 1 mar 2024 [citado em 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/she-leads-the-world-this-international-womens-day/>.

⁹⁸ CARE [Internet]. International Women’s Day: Landmarks across the US, around the world join CARE to shine a light on women’s empowerment and gender equality; 7 mar 2024 [citado em 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/international-womens-day-landmarks-across-the-us-around-the-world-join-care-to-shine-a-light-on-womens-empowerment-and-gender-equality/>.

⁹⁹ CARE [Internet]. CARE Women in the Digital Economy Fund (WiDEF) Announces Advisory Council Members; 6 mar 2024 [citado em 8 mar 2024]. Disponível em: <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/women-in-the-digital-economy-fund-widef-announces-advisory-council-members/>.

¹⁰⁰ WONCA - World Organization Of National Colleges, Academies And Academic Associations Of General Practitioners/Family Physicians. On #InternationalWomensDay2024 we are proud to spotlight Dr Suha Hamshari. 8 mar. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/WoncaWorld/status/1766031592303030506>. Acesso em: 8 mar. 2024.

da diversidade e do empoderamento em todos os aspectos da sociedade, buscando desbloquear o poder da Equidade de Gênero e criar um mundo mais inclusivo.¹⁰¹

A DNDi se referiu ao [Dia Internacional da Mulher](#), afirmando que atua para garantir que as necessidades de saúde das mulheres sejam reconhecidas em todas as fases do desenvolvimento de medicamentos.¹⁰²

No Dia Internacional da Mulher, o Global Health Council anunciou o tema deste ano [“Invista nas Mulheres: Acelere o Progresso!”](#), indicando que as mulheres ainda representam apenas 25% dos cargos de liderança na área da saúde. A organização afirma que é hora de abordar as barreiras específicas de gênero na força de trabalho da saúde e dos cuidados.¹⁰³

Promoção da saúde

A ACT promoção da saúde divulgou o seu [Boletim 198](#) que aborda temas como o descarte de filtros de cigarro; a consulta pública da Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre os dispositivos eletrônicos para fumar; a campanha para aumentar a conscientização a respeito dos danos; a lei municipal do Rio de Janeiro que veta ultraprocessados em escolas da rede pública e particular; e a mobilização para garantir impostos mais altos para ultraprocessados.¹⁰⁴

Saúde mental

A professora doutora Sabine Bährer-Kohler escreveu uma declaração pela Federação Mundial de Saúde Mental destacando que em 2024 a [saúde mental se aprofunda como uma questão crucial](#), afetando grande parte da população mundial. Segundo a pesquisadora, apesar dos avanços científicos, os cuidados psiquiátricos e disciplinares ainda são insuficientes em muitos lugares, principalmente devido à falta de investimento e priorização da saúde mental globalmente. A própria Organização Mundial da Saúde reconheceu em 2022 a insuficiência das respostas e a necessidade de mais envolvimento dos líderes e tomadores de decisão no tema.¹⁰⁵

O International Council of Nurses divulgou a sua mais recente contribuição para os cuidados de saúde mental globais com a publicação de novas [Diretrizes sobre Enfermagem em Saúde Mental](#). À luz dos desafios sem precedentes que afetam a saúde mental em todo o mundo, estas diretrizes visam elevar o padrão de cuidados prestados pelas enfermeiras e

¹⁰¹ IHF. International Hospital Federation. Happy #InternationalWomensDay from the IHF team! 8 mar. 2024. Disponível em: https://twitter.com/IHF_FIH/status/1766053287545975187. Acesso em: 8 mar. 2024.

¹⁰² DNDI - Drugs For Neglected Diseases Initiative. How do we #InvestInWomen at DNDi? 8 mar. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/DNDi/status/1766116857537273856>. Acesso em: 8 mar. 2024.

¹⁰³ Global Health Council [X]. This year's #InternationalWomensDay theme is Invest in Women: Accelerate Progress!; 8 Mar 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalHealthOrg/status/1766165196354027919?s=20>

¹⁰⁴ ACT Promoção da Saúde [Internet]. Aula no mar, estudo sobre bitucas, escolas mais saudáveis, fatores de risco de DCNTs e mulheres, e mais: Boletim 198.; 28 Feb 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://actbr.org.br/post/aula-no-mar-estudo-sobre-bitucas-escolas-mais-saudaveis-fatores-de-risco-de-dcnts-e-mulheres-e-mais-boletim-198/19692/>

¹⁰⁵ World Federation for Mental Health. World Federation for Mental Health [Internet]. World Federation for Mental Health; fev 2024 [citado 6 mar 2024]. Disponível em: https://wfmh.global/news/2024.24-02-19_statement

enfermeiros e garantir um tratamento ético e compassivo para indivíduos com problemas de saúde mental.¹⁰⁶

Direitos humanos

A Human Rights Watch divulgou relatório abrangente que expõe as graves violações dos direitos humanos perpetradas pelo governo da República Popular Democrática da Coreia (RPDC), no meio da pandemia da COVID-19. O governo da Coreia do Norte tem aplicado medidas draconianas, fechando as fronteiras do país com cercas fortificadas e postos de guarda, acompanhadas por uma diretiva de “atirar à vista” para os guardas de fronteira. Estas medidas extremas, agravadas pelas restrições comerciais impostas pela China e pela Coreia do Norte entre 2017 e 2023, isolaram efetivamente a Coreia do Norte da comunidade global, resultando na cessação do movimento transfronteiriço, do comércio e da ajuda humanitária. O relatório sublinha a repressão sistemática infligida à população incluindo detenções arbitrárias, tortura, execuções e desaparecimentos forçados, todos com o objetivo de reprimir a dissidência e manter o controle político. Além disso, o relatório destaca a profunda crise humanitária exacerbada por estas medidas, que conduz à insegurança alimentar generalizada e priva os norte-coreanos de bens essenciais.¹⁰⁷

Pesquisa de COVID-19

A Fundación Huésped publicou um chamado público para participação em [pesquisa que investiga medicamentos para reduzir a hospitalização e a morte em pacientes com COVID-19](#) com alto risco de progressão da doença. Os requisitos são ter resultado positivo para COVID-19 ou sintomas compatíveis nos últimos 5 dias, morar em Buenos Aires e ter alguma condição considerada de risco para COVID-19.¹⁰⁸

Sistemas de saúde: resiliência

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou artigo intitulado “[Investindo na resiliência do sistema de saúde](#): uma revisão do escopo para identificar estratégias para melhorar a preparação e a capacidade de resposta”, publicado na revista Population Medicine. O artigo sublinha a importância da construção de ligações, da visibilidade dos dados, do compromisso político e da liderança governamental como parte dos investimentos necessários para reforçar a capacidade dos sistemas de saúde de responder às crises, garantindo a proteção da saúde pública e o desenvolvimento socioeconômico.¹⁰⁹

¹⁰⁶ International Council of Nurses [Internet]. ICN launches new guidelines to help nurses tackle the growing global crisis in mental health care; 6 Mar 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://www.icn.ch/news/icn-launches-new-guidelines-help-nurses-tackle-growing-global-crisis-mental-health-care>

¹⁰⁷ Human Rights Watch [Internet]. “A Sense of Terror Stronger than a Bullet”; 7 Mar 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/content/387210>

¹⁰⁸ Fundación Huésped [Internet]. ¿Tenés un diagnóstico reciente de COVID-19? Podés ser parte de nuestro estudio; 4 Mar 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/covid-19-estudio-alto-riesgo/>

¹⁰⁹ WFPHA - World Federation of Public Health Associations. Investing in Health System Resilience: Strategies for Preparedness and Response Capacity Enhancement | WFPHA. 26 fev. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/investing-in-health-system-resilience-strategies-for-preparedness-and-response-capacity-enhancement/>. Acesso em: 8 mar. 2024.

Profissionais da saúde

A World Medical Association (WMA) manifestou o [apoio à Associação Médica Sul Coreana](#) e os direitos dos seus médicos frente à decisão unilateral do governo de aumentar drasticamente as admissões de estudantes de medicina sendo que as escolas médicas não conseguem lidar com um aumento tão acentuado no número de alunos, gerando turbulência na comunidade médica. As medidas tomadas pelo governo ignoram a realidade dos internos e residentes de medicina, que enfrentam um esgotamento constante devido às longas horas de trabalho e aos baixos salários.¹¹⁰ Em posterior nota a WMA afirmou o [direito dos médicos à ação coletiva](#), incluindo greves, indicando que a Declaração da WMA sobre as Implicações Éticas da Ação Coletiva dos Médicos fornece orientações claras sobre a execução apropriada de tais ações. A organização também afirmou que os atuais desafios na Coreia resultam de deficiências governamentais, e é responsabilidade do governo garantir condições de trabalho razoáveis e um plano estratégico para o desenvolvimento da educação médica.¹¹¹

Vacinação

Na passagem do Dia de Conscientização sobre o HPV, celebrado em 04 de março, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) manifestou seu compromisso com [ações para erradicar o câncer cervical](#). Lembrando que a doença mata cerca de 350 mil mulheres por ano, a WFPHA se juntou ao Consórcio Global HPV, liderado pelo Instituto Sabin, para promover a vacinação contra o HPV.¹¹²

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou ficha informativa sobre [doenças pneumocócicas e vacinação](#). A [ficha informativa está disponível](#) para leitura¹¹³.

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou mensagem sobre a [vacinação contra o herpes zoster](#), destacando que se trata de uma maneira fácil de se proteger de doenças desnecessárias e de consequências duradouras. Convidou a ouvir pessoas que tiveram herpes zoster e a falar com um profissional de saúde sobre vacinação no link: <https://ow.ly/YGEn50QImxl>.¹¹⁴

A Rotary International junto a UNICEF publicou em mídias sociais a importância da construção de sistemas de saúde pública resilientes em todo o mundo, dando como exemplo

¹¹⁰ World Medical Association [Internet]. WORLD MEDICAL ASSOCIATION STANDS FIRM IN SUPPORT OF KOREAN MEDICAL ASSOCIATION AMID GOVERNMENT-INDUCED CRISIS; 1 Mar 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/world-medical-association-stands-firm-in-support-of-korean-medical-association-amid-government-induced-crisis/>

¹¹¹ World Medical Association [Internet]. WORLD MEDICAL ASSOCIATION CLARIFIES POSITION ON COLLECTIVE ACTION AND CONDEMNS GOVERNMENT INTERFERENCE IN KOREAN MEDICAL ASSOCIATION; 3 Mar 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://www.wma.net/news-post/world-medical-association-clarifies-position-on-collective-action-and-condemns-government-interference-in-korean-medical-association/>

¹¹² WFPHA - WORLD FEDERATION OF PUBLIC HEALTH ASSOCIATIONS. HPV Awareness Day: WFPHA Advances Global Efforts to Eradicate Cervical Cancer | WFPHA. 4 mar. 2024. Disponível em: <https://www.wfpha.org/hpv-awareness-day-wfpha-advances-global-efforts-to-eradicate-cervical-cancer/>. Acesso em: 8 mar. 2024.

¹¹³ IFA - INTERNATIONAL FEDERATION OF AGEING. **IFA's pneumococcal disease and vaccination fact sheet**. 6 mar. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1765407183582171426>. Acesso em: 8 mar. 2024.

¹¹⁴ IFA - International Federation of Ageing. **Vaccination against #shingles is an easy way to protect yourself**. 3 mar. 2024. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1764274583782171074>. Acesso em: 8 mar. 2024.

sua participação a favor de [um mundo livre da poliomielite](#) e na garantia de um futuro mais saudável para todas as crianças¹¹⁵.

Direitos LGBTQIA+

A STOPAIDS fez um apelo para exigir [direitos iguais e segurança para a população LGBTQIA+](#) em Gana e condenaram a aprovação do projeto de lei de ódio anti-LGBTQIA+ pelo parlamento.¹¹⁶

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Saúde mental

Segundo artigo publicado pela Wellcome Trust é visível que nas últimas décadas ocorreram [avanços notáveis na pesquisa em saúde mental](#), resultando em uma melhor compreensão e intervenções transformadoras. Entretanto, apesar dessas descobertas, o campo ainda não alcançou todo o seu potencial devido à pesquisa orientada pela especialização, colaboração limitada e falta de expertise em experiências vividas. A pesquisa em saúde mental carece também de coerência devido a ferramentas de medição díspares e foco inconsistente de financiamento. A fundação propõe enfrentar esses desafios através de uma abordagem transdisciplinar e que priorize experiências vividas, concentrando esforços principalmente em áreas impactantes como ansiedade, depressão e psicose.¹¹⁷

Mudanças climáticas

O Centro Bellagio da Fundação Rockefeller anunciou os seus novos residentes em 2024 e abriu chamada para 2025, com prazo até 25 de abril de 2024. Desde sua criação em 1959, o programa de residência de Bellagio recebeu mais de 4.000 artistas, formuladores de políticas, acadêmicos e cientistas de 130 países. Os residentes têm acesso a financiamentos e uma rede global, resultando em um ambiente propício para impacto social. A coorte de 2024 inclui líderes globais de diversas áreas e nações, como o Nobel Joseph Stiglitz e o cientista Solomon Assefa. O Centro Bellagio focará em 2024 na [produção de soluções climáticas, na reinvenção do capitalismo e promoção do bem-estar](#), especialmente em pautas alinhadas às prioridades da Fundação Rockefeller.¹¹⁸

Doenças infecciosas: Covid-19, HPV, tuberculose e malária

A Bill e Melinda Gates Foundation publicou um artigo destacando a história de Loice, uma médica queniana que se especializou em doenças infecciosas. Quando a pandemia de COVID-19 chegou ao Quênia, Loice liderou uma equipe transdisciplinar, fornecendo insights

¹¹⁵ Rotary International. Twitter [Internet]. Rotary and UNICEF continue to build resilient public health systems; [Tweet]; mar 2024. [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/Rotary/status/1763975833624973329>.

¹¹⁶ STOPAIDS [X]. On Ghana's independence day, we affirm LGBTQ+ Ghanaians and condemn the passage of the anti-LGBTQIA+ hate bill by [...]; 6 Mar 2024 [citado em 8 Mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/STOPAIDS/status/1765436650669117777?s=20>

¹¹⁷ Wellcome Trust. Wellcome Trust [Internet]. Experts must work together to power mental health science | Wellcome; fev 2024 [citado 6 mar 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/experts-must-work-together-power-mental-health-science>

¹¹⁸ Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Rockefeller Foundation Bellagio Center Announces 2024 Residents; Opens Call for 2025; fev 2024 [citado 6 mar 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-bellagio-center-announces-2024-residents-opens-call-for-2025/>.

cruciais para seu país. Ela foi fundamental na fundação do Centro de Modelagem Epidemiológica e Análise (CEMA), que desempenhou um [papel vital na resposta à pandemia](#), ajudando a evitar o pânico ao fornecer informações importantes para o governo queniano. Atualmente, a organização está expandindo seus esforços e capacitando a próxima geração de especialistas em dados no continente africano, com apoio financeiro da Fundação Gates.¹¹⁹

Um artigo divulgado pela Bill e Melinda Gates Foundation ressaltou a importância da [vacinação contra o HPV](#). Estudos recentes apoiados pela fundação confirmaram que uma única dose oferece proteção eficaz contra o HPV e o câncer cervical. No entanto, quando olhamos o cenário global, apenas 21% das meninas receberam a vacina até o ano de 2022. Em resposta a essa situação, a Fundação Gates, juntamente com a Organização Mundial da Saúde e outras organizações internacionais, está promovendo a estratégia de uma única dose. Essa mudança não apenas tornará a vacina mais acessível, mas também reduzirá custos e simplificará a logística de entrega, além de prevenir milhões de casos de câncer cervical ao longo dos anos.¹²⁰

O Global Fund anunciou doações de US\$ 71 milhões para o [Congo](#), visando acelerar a luta contra o HIV, TB e malária, incluindo fornecimento de tratamento para pessoas com HIV, aumento da cobertura de tratamento da TB, identificação e tratamento de casos de malária, e fortalecimento dos sistemas de saúde¹²¹. A organização também destacou que a prevalência do [HIV](#) é 14 vezes maior entre as pessoas transgênero, que frequentemente enfrentam estigma, discriminação, violência e leis punitivas que impedem acesso aos cuidados de saúde.¹²²

O Global Fund destacou em uma [reunião](#) com representantes da Global Citizen NOW o papel como o maior provedor de subsídios multilaterais do mundo, investindo mais de dois bilhões de dólares por ano no fortalecimento dos sistemas de saúde e preparação para pandemias, capacitando as comunidades para derrotar o HIV, a TB e a malária.¹²³ Na mesma reunião, o Global Fund enfatizou a importância de [empoderar](#) as comunidades, foco principal dos esforços no combate ao HIV, TB e malária, para construir um mundo mais seguro, saudável e equitativo para todos.¹²⁴

O Global Fund destacou a participação junto à Gavi Vaccine Alliance e outras organizações em um [encontro](#) de ministros africanos em Camarões para renovar a luta contra a

¹¹⁹ Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. The compassionate doctor; fev 2024 [citado 6 mar 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/compassionate-doctor-loice-achieng>

¹²⁰ Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Four things to know about the single-dose HPV vaccine; fev 2024 [citado 6 mar 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/hpv-single-dose-vaccine-explained>

¹²¹ The Global Fund. Twitter [Internet]. Great News: GlobalFund signs US\$71 million in grants to Congo, to accelerate the fight against HIV, TB & malaria: Provide [Tweet]; 28 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1762787653273944066?s=20>

¹²² The Global Fund. Twitter [Internet]. Globally, HIV prevalence is 14x higher among transgender people. Too often, stigma, discrimination, violence & punitive laws impede access to [Tweet]; 1 mar 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1763505749244641323?s=20>

¹²³ The Global Fund. Twitter [Internet]. Lady Roslyn, Chair of @GlobalFund Board, joins #GlobalCitizenNOW to spotlight our role as the world's largest multilateral grant provider. Investing [Tweet]; 5 mar 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1765001870521545142?s=20>

¹²⁴ The Global Fund. Twitter [Internet]. THE GLOBAL FUND. Lady Roslyn, Chair of @GlobalFund Board, joins #GlobalCitizenNOW to spotlight our role as the world's largest multilateral [Tweet]; 5 mar 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1765037110489166045?s=20>

malária, um dos maiores assassinos da África, visando melhores resultados no continente com novas ferramentas.¹²⁵

Câncer cervical

A FIND ressaltou o lançamento de uma [consulta](#) ao público em geral para aprimorar o desenho de testes de rastreamento de câncer cervical pela OMS, como parte da estratégia global de eliminação do câncer cervical liderada pela OMS.¹²⁶

Testes diagnósticos

A FIND participou de um [painel](#) organizado pelo Serviço Comercial dos Estados Unidos, juntamente com a empresa Thermofisher, discutindo o Global Health Equity Conclave. Destacou a possibilidade de permitir acesso a testes diagnósticos visando fortalecer a implementação e prestação de serviços integrados.¹²⁷

A FIND abriu uma [convocatória](#) para fabricantes de testes de diagnóstico rápido multiplex para HIV/HCV/HBV e autoteste de HIV/HCV, visando estabelecer parcerias para produção dos testes após avaliação de usabilidade e desempenho.¹²⁸

Direitos LGBTQI+

O Global Fund destacou parceria com a organização Alliance Côte d'Ivoire para fornecer cuidados essenciais à comunidade [LGBTQIA+](#), treinando assistentes legais, assistentes sociais e policiais para proteger os direitos humanos e combater o estigma e discriminação.¹²⁹

EVENTOS

A Interacademy Partnership está organizando um webinar intitulado [“Removendo Barreiras que impedem o Intercâmbio e Colaboração Científica Global”](#) que será realizado no dia 19 de março de 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) têm se mantido firmes nas denúncias de violações dos direitos humanos nas mais diversas áreas, relacionadas notadamente, com crise climática, insegurança alimentar, guerras e direito à saúde. Das manifestações das OSC, fica

¹²⁵ The Global Fund. Twitter [Internet]. Malaria is one of Africa’s biggest killers yet new tools give us hope that the tide could be turning. As [Tweet]; 6 mar 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1765424268173578510?s=20>

¹²⁶ FIND. Twitter [Internet]. Call for consultation @WHO has been leading a global initiative to eliminate #CervicalCancer, and needs input to shape the future [Tweet]; 27 fev 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1762467440586310067?s=20>

¹²⁷ FIND. Twitter [Internet]. Last week, @sanjayssarin , participated in a panel hosted by U.S. Commercial Service and @thermofisher to discuss the Global Health Equity [Tweet]; 5 mar 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1765019939478323386?s=20>

¹²⁸ FIND. Twitter [Internet]. Are you a manufacturer of multiplex rapid diagnostic tests for HIV/HCV/HBV and HIV/HCV self-testing? We're looking for manufacturers willing to [Tweet]; 6 mar 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1765366797803360715?s=20>

¹²⁹ The Global Fund. Twitter [Internet]. With support from @GlobalFund Breaking Down Barriers initiative, @CoteAlliance is: Providing essential care to LGBTQI+ community. Training paralegals, social workers [Tweet]; 1 mar 2024 [citado 8 mar 2024]. Disponível em: <https://x.com/GlobalFund/status/1763567405215711494?s=20>

evidente que a questão maior é que os responsáveis nacionais e globais, públicos ou privados, não querem segurar essas “batatas quentes”. Assim, são as pessoas que deveriam receber cuidado e proteção que são obrigadas a segurar as “batatas quentes”, sem uma perspectiva concreta de solução para seus problemas. Como na música da brincadeira infantil, o mundo segue: “Batata que passa quente, batata que já passou, quem ficar com essa batata, coitadinho se queimou”.

Desafios da Negociação: Sul Global

Negotiation Challenges: Global South

Regina Ungerer

Abstract: *The search for partnership with UNOSSC is expanding. During an internal UNOSSC meeting, Brazil's deputy permanent representative to the UN highlighted the priorities of Brazil's G20 Presidency, as well as the importance of South-South and Triangular Cooperation in advancing equality and Sustainable Development. Portugal's permanent representative to the UN emphasized that the country is a strong supporter of Triangular Cooperation among members of the Development Aid Committee, which is affiliated with the OECD and serves as an international forum for cooperation with the world's 24 largest donor countries. Portugal, for example, sees Triangular Cooperation as a valuable complement to South-South cooperation. The G-77 and China emphasized that the draft review process for ECOSOC and HLPF resolutions does not accurately reflect the positions of its 134 countries. They continue to discuss the Global Digital Compact and the preparations for the 4th International Conference on Financing for Development, which will be held in 2025. The Non-Aligned Youth Movement is publishing the "History of the Non-Aligned Movement" to ensure that its principles are understood by the younger generation. The South Centre emphasizes the self-weakening of the biodiversity convention, support for antimicrobial resistance awareness campaigns, and the potential for using environmental and social governance to promote responsible investment and human rights.*

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

Resumo: Cresce a busca por parceria com o UNOSSC. Aproveitando a oportunidade, o representante permanente adjunto do Brasil junto à ONU, destacou as prioridades do Brasil na Presidência do G20 e a relevância da Cooperação Sul-Sul e da Cooperação Triangular no avanço da igualdade e do Desenvolvimento Sustentável, em reunião interna do UNOSSC. A representante permanente de Portugal junto da ONU destacou que Portugal é um dos principais defensores da Cooperação Triangular entre os membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento, que é ligado ao OCDE, que é um fórum internacional de cooperação com os 24 maiores países doadores do mundo, entre eles, Portugal que considera importante a Cooperação Triangular como complemento da cooperação Sul-Sul. O G-77 e a China ressaltaram que o rascunho sobre o processo de revisão das resoluções sobre o ECOSOC e HLPF não reflete a posição de 134 países. Seguem firme com as discussões sobre o Pacto Digital Global e sobre a preparação para a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento que será realizada em 2025. O Movimento Jovem dos Não Alinhados tem publicado a "História do Movimento dos Não-Alinhados" para que os seus princípios sejam conhecidos pelos mais jovens. Já o Centro Sul destaca o auto enfraquecimento da convenção sobre a biodiversidade, o apoio as campanhas de sensibilização sobre resistência antimicrobiana e a possibilidade de aproveitar a governança ambiental e social para promover o investimento responsável e os direitos humanos.

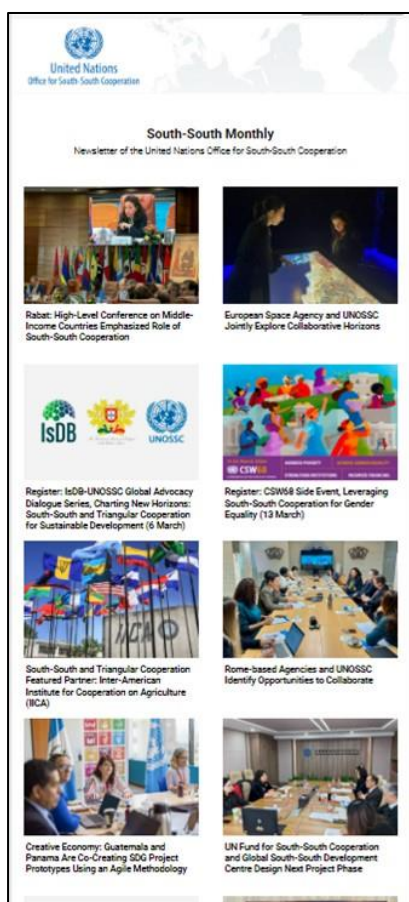
Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

Destaques do UNOSSC

[Boletim Mensal do UNOSSC](#)



Informações detalhadas de diversas ações promovidas pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul e Sul.

Nesta edição:

- 1) Conferência de Alto Nível sobre Países de Renda Médio em Rabat enfatizou o Papel da Cooperação Sul-Sul
- 2) Agência Espacial Europeia e o UNOSSC exploram colaboração
- 3) Série de Diálogos de Advocacia Global do Banco Islâmico de Desenvolvimento (BISD)-UNOSSC, Traçando Novos Horizontes: Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Sustentável
- 4) Evento paralelo da *Comissão on the Status of Women* (CSW68): Aproveitando a Cooperação Sul-Sul para a Igualdade de Gênero – Reflexões do Sul Global no dia 13 de março de 2024
- 5) Parceria em Destaque da Cooperação Sul-Sul e Triangular: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
- 6) Próxima fase do projeto do Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e Centro Global de

Desenvolvimento Sul-Sul

- 7) PNUD e UNOSSC apresentam novas orientações sobre integração e integração da cooperação Sul-Sul
- 8) Novo Centro de Formação de Professores do fundo IBAS foi estabelecido em Palau
- 9) Índia contribui com US\$ 1 milhão para o Fundo IBAS para o alívio da pobreza e da fome
- 10) Fundo Índia-ONU contribuindo para reduzir a mortalidade materna e neonatal no Quirguistão através da telemedicina

Para ler estas e outras notícias, basta clicar na figura, para entrar no Boletim.

Outras notícias do UNOSSC



05 de março de 2024 - O Embaixador Norberto Moretti, Representante Permanente Adjunto do Brasil junto à ONU, foi um dos convidados da sessão interna do UNOSSC e destacou as prioridades do Brasil na Presidência do G20 e a relevância da Cooperação Sul-Sul e da Cooperação Triangular no avanço da igualdade e do Desenvolvimento Sustentável.

<https://twitter.com/UNOSSC/status/1765084307276927417/photo/1>



Nesta mesma sessão interna do UNOSSC, o administrador do PNUD Achim Steiner, falou sobre a colaboração entre o PNUD e o UNOSSC e o papel UNOSSC na integração da Cooperação Sul-Sul e Triangular para o desenvolvimento e no enfrentamento dos desafios globais.

<https://twitter.com/ASteiner>

<https://twitter.com/UNOSSC>



06 de março de 2024 – A Embaixadora Ana Paula Zacarias, Representante Permanente de Portugal junto da ONU destacou a importância da Cooperação Triangular para promover a solidariedade global e para complementar a cooperação Sul-Sul. Disse ainda que Portugal é um dos principais defensores da Cooperação Triangular entre os membros do DAC.

Vale lembrar que DAC significa Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento, é ligado ao OCDE, é o fórum internacional de cooperação com os 24 maiores países doadores do mundo. Seu principal objetivo é promover a cooperação para o desenvolvimento e outras políticas para contribuir para o desenvolvimento sustentável. Os países membros do DAC são: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, União Europeia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia do Sul, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos da América.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)¹³⁰, Nairóbi (UNEP)¹³¹, Paris (UNESCO)¹³², Roma (FAO/IFAD)¹³³, Viena (UNIDO)¹³⁴ e Washington (G-24)¹³⁵.

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

New York – 07 de março de 2024

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na 2ª reunião informal sobre o processo de revisão das resoluções sobre o ECOSOC e HLPF

De acordo com o G-77 e a China, o rascunho distribuído em 28 de fevereiro de 2024, para consideração dos Estados Membros, não inclui a posição do G-77 e da China, portanto o Grupo não pode concordar com este rascunho, já que ele não reflete a posição de 134 países.

O G-77 e a China reiteram que o processo de revisão das resoluções sobre o ECOSOC e HLPF, de 2021 que resultou na adoção das resoluções¹³⁶ [75/290 A](#) e [75/290 B](#), foi substancial, porém é necessário mais tempo para implementar integralmente as disposições contidas nas duas resoluções, que permanecem relevantes e devem ser mantidas para apoiar o ECOSOC e o HLPF na implementação plena dos seus respectivos mandatos.

O processo de revisão de 2024 deve limitar-se à atualização técnica das duas resoluções, concentrando-se nos temas anuais do ECOSOC e do HLPF para 2025-2027, a fim de seguir o ciclo de quatro anos (2024-2027) para o HLPF, bem como o conjunto dos ODS para revisão aprofundada anualmente.

New York – 06 de março de 2024

Declaração feita pelo Sr. Medard Ainomuhisha, da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o item 132 da agenda: Revisão da eficiência do funcionamento administrativo e financeiro da ONU: Fortalecendo responsabilidade no secretariado da ONU, na primeira parte da retomada da 78ª Sessão do 5º Comitê da AGNU.

Uma gestão eficaz e eficiente exige que os gestores e decisores aos mais altos níveis estejam empenhados em aderir aos componentes que sustentam e fortalecem o sistema de responsabilização dentro da organização.

¹³⁰ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

¹³¹ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹³² UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

¹³³ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

¹³⁴ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

¹³⁵ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

¹³⁶ A resolução 75/290 A e a resolução 75/290 B de 25 de junho de 2021 apoiam o ECOSOC e o HLPF na implementação e acompanhamento coordenados da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O sistema de responsabilização é particularmente importante porque é uma forma de os Estados-Membros avaliarem se as decisões e resoluções acordadas serão totalmente implementadas e, se não, responsabilizar os gestores que não as implementam.

Da mesma forma, o G-77 e a China lembraram que a AGNU tem solicitado ao Secretário Geral que insistisse com seus gestores seniores a cumprir as metas geográficas contidas nos pactos e que o Grupo está interessado em compreender as medidas de responsabilização que devem ser tomadas em casos de descumprimento das metas estipuladas nos pactos.

Face às atuais restrições financeiras, o Grupo acredita que o Secretário-Geral deve continuar a reforçar os controles internos no sistema de responsabilização através da monitorização constante das despesas efetivas, a fim de implementar plenamente os mandatos e programas acordados.

New York – 29 de fevereiro de 2024

Declaração feita pelo Sr. Marvin Ikondere, 3º Secretário da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, durante as consultas informais sobre o **Pacto Digital Global**. Pontos levantados pelo G-77 e a China foram:

1) O Pacto deve fazer referência à Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (WSIS¹³⁷), em particular a [Agenda de Tunis](#)¹³⁸ e o [plano de ação de Genebra](#), como um dos pilares para desenvolver o Pacto.

2) A brecha digital deve ser uma prioridade.

3) O Pacto deve abordar os obstáculos que os países em desenvolvimento enfrentam no acesso às tecnologias digitais e à inovação.

4) A cooperação digital deve proporcionar benefícios ancorados na aceleração dos ODS, bem como na proteção e promoção dos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento.

5) Atualmente, não há referência à “governança da Internet” embora tenha sido amplamente discutido. Este item deve ser incluído.

6) Deve haver menção aos bens públicos digitais para o desenvolvimento inclusivo, juntamente com a infraestrutura pública digital.

7) Deve haver referência à alfabetização e participação digital inclusiva, bem como à importância de evitar todas as formas de discriminação.

8) O Grupo aprecia a inclusão de uma seção independente sobre "avanço da governação de dados".

9) A resolução da AGNU sobre IA ([A/RES/77/320](#)), não deve impedir as discussões sobre esta questão.

¹³⁷ WSIS é uma Cúpula da ONU que se concentra em áreas como saúde, elearning, eagricultura e e governança

¹³⁸ A Agenda de Tunis para a Sociedade da Informação (WSIS) é uma declaração de consenso da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, que foi adotada em 2005 em Tunis, Tunísia.

10) O Grupo considera que o relatório final do Conselho Consultivo de Alto Nível sobre Multilateralismo Eficaz¹³⁹ (HLAB) sobre IA poderia incluir recomendações importantes que potencialmente alimentariam o Pacto Digital Global.

11) Sobre as tecnologias emergentes, incluindo a IA, o Grupo considera que se deve destacar a importância da participação inclusiva e igualitária de todos os países; o papel de liderança vital da ONU na governança da IA e na cooperação internacional, além da importância da capacitação, transferência de tecnologia e transferência de conhecimento aos países em desenvolvimento.

12) Na **versão zero do Pacto**, deve haver a inclusão de compromissos e resultados concretos, orientados para a ação e mensuráveis, para garantir que o Pacto produza resultados e para permitir e facilitar o acompanhamento e a revisão.

13) O monitoramento de meios de implementação aberto aos países em desenvolvimento, incluindo capacitação, transferência de tecnologia, transferência de conhecimento e mecanismos de financiamento, seria vital para permitir acompanhar o progresso em relação aos compromissos no Pacto Digital Global. O Grupo gostaria também de enfatizar a importância de promover parcerias e cooperação multilateral e norte-sul, considerando a natureza complementar da cooperação Sul-Sul e triangular.

New York – 26 de fevereiro de 2024

Declaração feita pelo Sr. Medard Ainomuhisha, da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre o item 139 da agenda: Gestão de recursos humanos, na primeira parte da retomada da 78ª Sessão do 5º Comitê da AGNU.

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

Após um congelamento temporário, a ONU está contratando novamente. A suspensão temporária do recrutamento reduziu a carga orçamentária regular da Organização em 67% e suspendeu o progresso de uma distribuição geográfica equitativa devido à incapacidade da organização de preencher cargos geográficos vagos. O G-77 e a China gostariam de garantir que, na implementação das medidas atuais, o impacto no recrutamento de recursos humanos, em áreas críticas seja mitigado.

O Grupo reitera que os princípios da representação geográfica equitativa e da paridade de gênero são uma preocupação central do G-77 e da China e esperam que as estejam sendo tomadas medidas práticas para alcançar estas representações

New York – 26 de fevereiro de 2024

Declaração feita pelo Sr. Medard Ainomuhisha, da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, sobre a organização do trabalho da primeira parte da retomada da 78ª Sessão do 5º Comitê da AGNU.

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

¹³⁹ O relatório do Conselho Consultivo de Alto Nível sobre Multilateralismo Eficaz (HLAB) é um relatório independente que descreve um plano ambicioso para fortalecer o sistema multilateral. O relatório foi publicado em abril de 2023 pelo HLAB, nomeado pelo Secretário-Geral da ONU em 2022

New York – 23 de fevereiro de 2024

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, representante permanente adjunto da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na sessão organizacional dos co-facilitadores do Comitê preparatório para a 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento

A 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) está prevista para ser realizada em 2025 e deverá ser uma oportunidade para a comunidade internacional encontrar soluções para os desafios que impedem a implementação dos ODS.

O G-77 e a China deixaram claro, nesta sessão organizacional que a (FfD4) será realizada em um momento em que o progresso rumo aos ODS estará defasado e os países em desenvolvimento seguem enfrentando custos muito elevados para empréstimos e enormes encargos para pagar suas dívidas. Desta forma, esta Conferência apresenta uma oportunidade valiosa para discussões francas sobre, entre outros aspectos, a avaliação dos progressos realizados na implementação dos documentos finais das três conferências anteriores (**Monterrey, Doha e Adis Abeba**), incluindo a identificação das dificuldades para chegar a um acordo sobre o conjunto de ações necessárias para abordar o crescente déficit de financiamento.

O grupo insiste que deva haver uma abordagem abrangente ao financiamento para o desenvolvimento, que considere a natureza inter-relacionada dos ODS, o direito ao desenvolvimento e o desequilíbrio da atual arquitetura internacional, que são fundamentais para abordar o crescente déficit de financiamento.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

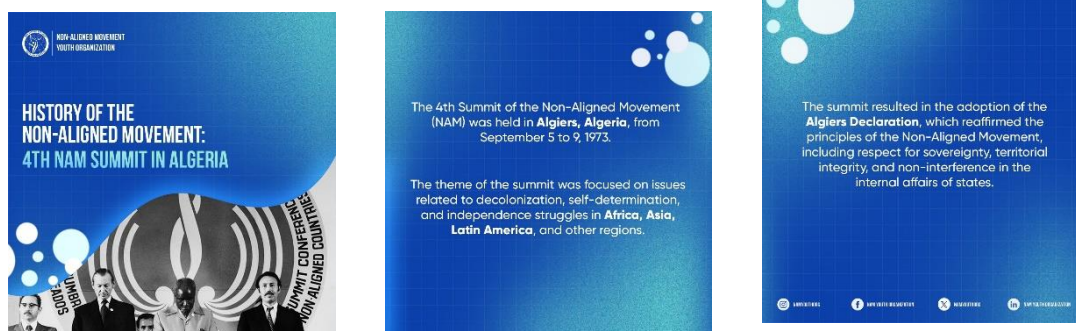
Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Sem destaque no período.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

O Movimento Jovem dos Não Alinhados tem publicado uma série sobre a "**História do Movimento dos Não-Alinhados**" para que os seus princípios sejam sempre lembrados pelos mais jovens. Desta vez, destacaram a 4ª Conferência de Cúpula dos Chefes de Estado ou de Governo do Movimento dos Não-Alinhados realizado em 1973 na Argélia.



<https://twitter.com/namyouthorg>

O tema desta Cúpula foram as questões relacionadas com a descolonização, autodeterminação e lutas pela independência na África, Ásia, América Latina e outras regiões.

A Cúpula resultou na adoção da Declaração de Argel, que reafirmou os princípios do MNA, incluindo o respeito e a soberania, a integridade territorial e a não interferência nos assuntos internos dos Estados.

Centro Sul

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do Centro Sul

05 de março de 2024 - Os Estados-Membros da ONU chegam a um acordo sobre as modalidades para a Reunião de Alto Nível sobre Resistência Antimicrobiana que será realizada em 26 de setembro de 2024

A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) realizará uma reunião no ano de 2024, para acelerar a ação global para conter a propagação de infecções resistentes aos medicamentos antimicrobianos. Estima-se que a resistência bacteriana aos antimicrobianos (RAM) foi diretamente responsável por 1,27 milhões de mortes globais em 2019 e contribuiu para outras 4,95 milhões de mortes.

O Banco Mundial observa que abordar a RAM pode ser altamente rentável, oferecendo uma taxa de retorno sobre o investimento de 88% ao ano.

A RAM não deve ser vista como uma questão independente ou isolada de outros desafios de saúde, mas como parte de um todo para criação de capacidades para a gestão de doenças infecciosas.

Esta será a segunda Reunião de Alto Nível da ONU sobre Resistência Antimicrobiana e será realizada no dia 26 de setembro de 2024, logo depois da 79ª sessão da Reunião da AGNU (10 a 24 de setembro de 2024).

Esta reunião terá o objetivo de aprovar uma declaração política concisa e orientada para a ação, que deverá incluir metas e objetivos mensuráveis sobre a mobilização da vontade política e da ação a nível nacional, regional e níveis internacionais para abordar os fatores, fontes

e desafios da resistência antimicrobiana, previamente acordados por consenso através de negociações intergovernamentais.

Para saber mais, [clique aqui](#).



28 de fevereiro de 2024 - Auto-enfraquecimento: A Convenção sobre a Biodiversidade e o seu novo Quadro Global para a Biodiversidade

Este artigo fala sobre o fraco Quadro Global de Biodiversidade (GBF) da Convenção sobre a Diversidade Biológica adotado no final de 2022, que marcou mais um passo no processo de enfraquecimento da aplicação do tratado que está alinhado ao eixo Norte-Sul. Os artigos da Convenção sobre a Diversidade Biológica que protegem os interesses do Sul são fracos e as disposições da Convenção que são particularmente favoráveis ao Sul foram excluídas do Quadro Global de Biodiversidade.

O Ocidente ganhou uma alteração virtual do tratado, por omissão. A adoção do próprio GBF apresentou falhas processuais e, embora algumas das suas 23 metas para 2030 sejam significativas, algumas são problemáticas. A meta de aumentar a cobertura global das áreas protegidas para 30% de cada uma das áreas terrestres e marinhas provavelmente excluirá os protetores tradicionais da biodiversidade e levará a uma maior alienação destes protetores. As soluções baseadas na natureza promovidas pelo GBF provavelmente causarão ainda mais **danos aos sistemas naturais**. Para ler o artigo completo, [clique aqui](#).

Outras publicações recentes do Centro Sul

- 1) [Regime de licenciamento compulsório e uso público não comercial na Argentina](#)
- 2) [Apoio as campanhas de sensibilização sobre resistência antimicrobiana](#)
- 3) [Aproveitar a governança ambiental e social \(ESG\) para promover o investimento responsável e os direitos humanos](#)

Superar desigualdades e garantir inclusão no G20. O G7 sob presidência italiana dá início às reuniões ministeriais. Preocupações sobre o Novo Acordo sobre Pandemias são levantadas durante o primeiro encontro dos Ministros da Saúde do G7. Dívidas mundiais e combate a desinformação são destaques para a OCDE

Overcoming inequalities and ensuring inclusion in the G20. Concerns about the New Pandemic Agreement were raised during the first G7 Health Ministers Meeting. Global debt and combating disinformation are the highlights for the OECD

***Pedro Burger
Vitória Kavanami
João Miguel Estephanio
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves***

Abstract: G20 - *Overcoming inequalities and ensuring inclusion were central to the G20 agenda over the last fortnight. These themes appeared at the Finance Ministers' and Central Bank Governors' Meeting, especially in relation to taxing the world's richest individuals, and in the collaborative work of the engagement groups, such as the T20.*

G7 - *The G7 Health Ministers met on February 28th, 2024, for the first time under the Italian G7 Presidency with a focus on concerns about the world risks missing the deadline for pandemic treaty.*

OCDE - *The OECD's highlights include the publication of a report on global debt, a release on economic flows of development assistance, a study on combating disinformation, an update of the organization's understanding of the AI system and data on global inflation for January 2024.*

Keywords: *G20; G7; OECD, Brazil, Health, New Pandemic Treaty, International Cooperation*

Resumos: G20 - *Superar desigualdades e garantir inclusão foram pautas centrais do G20 nesta quinzena. Os temas aparecem na Reunião dos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais, sobretudo a partir da taxação dos mais ricos, e no trabalho colaborativo dos grupos de engajamento como o T20.*

G7 - *Na última quinzena ocorreu a primeira reunião dos ministros da saúde do G7 no âmbito da presidência italiana com foco na preocupação com o prazo para o novo Acordo Global sobre pandemias.*

OCDE - *Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação de um relatório sobre a dívida mundial, um lançamento sobre fluxos econômicos de assistência ao desenvolvimento, um estudo sobre combate à desinformação, a atualização do entendimento da organização sobre sistema de IA e dados sobre a inflação global de janeiro de 2024.*

Palavras-chave: *G20, G7, OCDE, Brasil, Saúde, Novo Acordo Pandêmico, Cooperação Internacional*

Superar desigualdades e garantir inclusão no G20

Após o encontro dos chanceleres do G20 na última quinzena, o final do mês de fevereiro foi marcado pelas reuniões de finanças. Reunidos entre os dias 28 e 29 em São Paulo, os ministros da pasta junto dos governadores dos Bancos Centrais do bloco iniciaram as discussões em tom positivo, com um rascunho de uma declaração preliminar que indica uma melhora da economia global¹⁴⁰. Na solenidade de abertura, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que participou do encontro de forma híbrida, ponderou sobre a atual conjuntura econômica e o legado deixado pelas várias fases da globalização, ora vista como promissora, ora como geradora de maiores disparidades. Ainda que a última onda desse processo tenha tirado várias pessoas da linha da pobreza, Haddad pontuou que, ao mesmo tempo, houve um aumento substancial da concentração de renda e da riqueza em diversos países: “chegamos a uma situação insustentável, em que os 1% mais ricos detêm 43% dos ativos financeiros mundiais e emitem a mesma quantidade de carbono que os dois terços mais pobres da humanidade”¹⁴¹.

A vista disso, a presidência brasileira do G20 assumiu o desafio de realizar uma gestão inclusiva e de trazer para a discussão econômica temas que são urgentes, como o combate à pobreza e à desigualdade, o financiamento efetivo para o desenvolvimento sustentável, a reforma da governança global, a tributação justa, a cooperação global para transformação ecológica e o problema do endividamento crônico. Dessa maneira, é esperado que a análise das desigualdades deixe de ser tratada apenas como uma preocupação social e seja incluída no cerne das estratégias e das políticas macroeconômicas. Os debates travados nos dois dias de reunião, então, foram centralizados no objetivo de construir uma nova globalização, pautada na cooperação internacional para a solução dos desafios sociais e ambientais. Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central do Brasil, reiterou as falas do ministro e apontou que na parte financeira, um dos pilares será justamente a questão da inclusão a partir da promoção da [Parceria Global para a Inclusão Financeira](#) (GPFI, na sigla em inglês)¹⁴². A iniciativa foi criada em 2010 sob presidência sul-coreana e tem como intuito aumentar a qualidade do acesso e o uso de serviços financeiros a fim de garantir o bem-estar financeiro e apoiar a produtividade. O Brasil, nessa seara, tem como exemplo de boas práticas a implementação do Pix no território nacional. De acordo com o diretor do BC, Paulo Picchetti, que também acompanhou o encontro, “dar acesso a crédito é um passo fundamental para que as pessoas tenham condições melhores de vida”¹⁴³.

¹⁴⁰ G20: declaração preliminar de reunião em SP fala em ‘pouso suave’ da economia global. **Bloomberg**. 27 fev. 2024. Disponível em: <https://www.bloomberglia.com.br/internacional/g-20-declaracao-preliminar-de-reuniao-em-sp-fala-em-pouso-suave-da-economia-global/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

¹⁴¹ Reunião Ministerial do G20 – São Paulo, 28 de fevereiro de 2024 - Discurso de Abertura – Ministro Fernando Haddad. **G20**. 28 fev. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/discursos/reuniao-ministerial-do-g20-sao-paulo-28-de-fevereiro-de-2024-discurso-de-abertura-ministro-fernando-haddad>. Acesso em: 10 mar. 2024.

¹⁴² Apontamentos do Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, na 1ª Reunião de Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais da Trilha de Finanças do G20. **G20**. 28 fev. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/discursos/apontamentos-do-presidente-do-banco-central-do-brasil-roberto-campos-neto-na-1a-reuniao-de-ministros-de-financas-e-presidentes-de-bancos-centrais-da-trilha-de-financas-do-g20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

¹⁴³ Brasil tem sido visto como exemplo na inclusão financeira, diz diretor do BC no G20. **Valor Econômico**. 29 fev. 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/02/29/brasil-tem-sido-visto-como-exemplo-na-inclusao-financiera-diz-diretor-do-bc-no-g20.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Imagem 1: Fernando Haddad, Ministro da Fazenda do Brasil, abre a Reunião dos Ministros de Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20.



Fonte: [G20](#), 2024.

Um desdobramento importante da reunião e que gerou grande repercussão foi a proposta de um imposto global sobre grandes fortunas. O assunto faz parte de um esforço da gestão do Brasil para gerar uma tributação internacional mais justa e progressiva e, até então, nunca havia aparecido nas mesas de negociação do G20¹⁴⁴. O economista francês Gabriel Zucman, diretor do Observatório Fiscal Europeu, apresentou para as delegações a ideia de uma alíquota mínima de 2% sobre a riqueza de bilionários¹⁴⁵. Se implementada, a medida teria o potencial de gerar 250 bilhões de dólares adicionais em receitas que poderiam ser utilizadas para financiar diversas políticas. Na visão do economista, esse tópico não só impulsiona um desenvolvimento histórico, como também ajuda no fortalecimento da coesão social e da democracia. As discussões ainda estão em fase incipiente e longe de alcançarem consenso, mas Haddad espera construir uma declaração chancelada pelo grupo a respeito de uma tributação mínima até julho, quando está marcada a 3ª reunião ministerial no Rio de Janeiro¹⁴⁶.

A despeito desses avanços, o encontro seguiu o resultado da reunião de chanceleres e não produziu um comunicado conjunto, como já era esperado. Para a agência *Reuters*, Tatiana Rosito, coordenadora da Trilha de Finanças, afirmou que 99% dos temas presentes no documento receberam amplo apoio, sendo a única fonte de discordância o entendimento de uma linguagem comum para tratar dos conflitos em Gaza e na Ucrânia¹⁴⁷. Um breve resumo (*Chair's Summary*) com os principais pontos discutidos foi publicado, reforçando os

¹⁴⁴ Haddad: “Super-ricos do mundo precisam contribuir de forma mais justa e proporcional”. **G20**. 29 fev. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/haddad-super-ricos-do-mundo-precisam-contribuir-de-forma-mais-justa-e-proporcional>. Acesso em: 10 mar. 2024.

¹⁴⁵ Economista Gabriel Zucman propõe que bilionários paguem pelo menos 2% de impostos sobre suas fortunas anualmente. **G20**. 29 fev. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/economista-gabriel-zucman-propoe-que-bilionarios-paguem-pelo-menos-2-de-impostos-sobre-suas-fortunas-anualmente>. Acesso em: 10 mar. 2024.

¹⁴⁶ G20: Cobrança de imposto para bilionários geraria R\$ 1 trilhão no mundo. **Uol**. 29 fev. 2024. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/02/29/professor-gabriel-zucman-bilionarios.htm>. Acesso em: 10 mar. 2024.

¹⁴⁷ Next G20 finance meetings may lack joint statement, but Brazil aims for consensus, official says. **Reuters**. 01 mar. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/americas/next-g20-finance-meetings-may-lack-joint-statement-brazil-aims-consensus-2024-03-01/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

compromissos globais e direcionamentos futuros, mas sem mencionar de forma direta nenhum dos dois entraves.

Para Janet Yellen, secretária do Tesouro dos Estados Unidos, a reunião produziu um avanço substancial e os membros trabalharam de forma bem-sucedida nas prioridades compartilhadas¹⁴⁸. Em reuniões paralelas ao encontro principal, como a celebrada com Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) do Brasil¹⁴⁹, Yellen de igual modo pontuou esses ganhos e ressaltou o apoio e parceria dos EUA com os esforços da trilha financeira e em questões compartilhadas entre ambos os países, como a defesa da democracia, a promoção do trabalho digno e o enfrentamento à crise climática. A próxima reunião ministerial será em abril, às margens do encontro com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington, e as prioridades elencadas dessa vez serão a reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs) e o financiamento climático.

Seguindo esses acontecimentos, o Think20 (T20) inaugurou suas atividades com a realização da “*Inception Conference*” nos dias 4 a 6 de março, em formato virtual. A iniciativa, que é comandada nesta gestão pela tríade do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), da Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), reuniu grupos de *think tanks*, instituições de pesquisa e membros de seus Conselhos Consultivos para debater os roteiros estratégicos de cada uma das seis Forças-Tarefa que compõem o grupo de engajamento:

1. combate às desigualdades, à pobreza e à fome;
2. ação climática sustentável e transições energéticas inclusivas e justas;
3. reforma da arquitetura financeira internacional;
4. comércio e investimento para crescimento sustentável e inclusivo;
5. transformação digital inclusiva;
6. e o fortalecimento do multilateralismo e governança global.

Na abertura da Conferência, a presidente do Ipea, Luciana Servo, destacou a importância do trabalho colaborativo para enfrentar os desafios globais – atualmente o T20 Brasil conta com o apoio e colaboração de mais de 100 instituições nacionais e internacionais. Já a presidente da Funag, Marcia Loureiro, chamou atenção para o potencial do grupo de oferecer propostas concretas e ideias inovadoras: “vimos o crescimento e amadurecimento do T20 na última presidência e estou certa de que nossa conferência mostrará a energia positiva que pode ser gerada por uma rede de pesquisa e colaboração como esta”, afirmou¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Yellen says U.S. committed to G20 finance work despite divisions over war language. **Reuters**. 01 mar. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/yellen-says-us-committed-g20-finance-work-despite-divisions-over-war-language-2024-03-01/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

¹⁴⁹ “Há uma grande oportunidade para o Brasil se tornar cada vez mais integrado nas cadeias de valor globais”, avalia Janet Yellen, secretária do Tesouro Americano. **G20**. 27 fev. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/ha-uma-grande-oportunidade-para-o-brasil-se-tornar-cada-vez-mais-integrado-nas-cadeias-de-valor-globais-avalia-janet-yellen-secretaria-do-tesouro-americano>. Acesso em: 10 mar. 2024.

¹⁵⁰ Forças-tarefa do T20 Brasil discutem os desafios globais e o caminho para chegar a soluções. **Ipea**. 05 mar. 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as->

O desafio em torno da revitalização do multilateralismo e da implementação de políticas públicas que levem ao desenvolvimento sustentável, combatam a mudança climática e diminuam desigualdades em diferentes realidades sociais, econômicas, políticas e culturais foi um dos temas de destaque entre os debates. Outros assuntos que permearam as discussões foram em relação às dificuldades de adotar uma política e de replicá-la em outros contextos culturais, sociais, políticos, econômicos e administrativos. Para tanto, os coordenadores das Forças-Tarefa chamaram atenção para o que deve ser levado em consideração no processo de fazer recomendações concretas, práticas e executáveis aos líderes do G20.

Questionamentos muito importantes, visto que, durante os dias, foram analisadas as propostas de *policy briefs* selecionadas. Tais documentos dizem respeito a pesquisas acadêmicas que servirão de insumo para compor a formulação de recomendações que serão entregues ao G20 em julho. O intuito é o de influenciar as deliberações da declaração da Cúpula dos Líderes, programada para acontecer em novembro, e contribuir para a formulação de políticas concretas e planos de ação globais. Vale lembrar que esse movimento de influência faz parte de uma das prioridades da gestão brasileira de tornar os grupos de engajamento mais atuantes dentro das trilhas oficiais.

Por fim, ainda pensando no contexto de participação da sociedade civil no G20, a instituição Voz das Comunidades¹⁵¹ está desenvolvendo um projeto para a criação do chamado F20, um grupo composto por 20 comunidades do Rio de Janeiro¹⁵². A intenção da iniciativa é a de reivindicar espaços na agenda global ao incluir perspectivas diversas e buscar soluções que reflitam a realidade e a necessidade desses locais. De acordo com Rene Silva, idealizador do projeto e fundador do Voz, as favelas são marginalizadas e excluídas dos processos de tomada de decisão e pouco se fala do conhecimento criado dentro desses espaços: “geralmente, as pessoas quando falam de favela, lembram de operações policiais, do tráfico de drogas (...) temos muitas iniciativas discutindo o meio ambiente, discutindo sustentabilidade, economia local”. A previsão é que as discussões do projeto comecem a partir de maio, em agendas paralelas ao do grupo.

O primeiro encontro dos Ministros da Saúde no âmbito da presidência italiana do G7 levanta preocupações

Na última quinzena, a agenda do G7 contou com o primeiro encontro dos ministros da saúde do grupo das sete economias no dia 28 de fevereiro. A reunião resultou em uma declaração conjunta¹⁵³ que objetiva, sobretudo, o fortalecimento da arquitetura global da saúde e a prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPR). A declaração é oportuna, posto que o prazo estabelecido de maio de 2024 para a adoção de uma nova convenção, acordo ou

[noticias/noticias/14962-forcas-tarefa-do-t20-brasil-discutem-os-desafios-globais-e-o-caminho-para-chegar-a-solucoes](#). Acesso em: 10 mar. 2024.

¹⁵¹ O Voz das Comunidades foi criado, em 2005, pelo então estudante Rene Silva, do jornal com o mesmo nome, para moradores divulgarem notícias da comunidade do Morro do Adeus, uma das 13 que formam o Conjunto de Favelas do Alemão, na zona norte do Rio.

¹⁵² Projeto F20 levará questões sociais das favelas ao G20. **Agência Brasil**. 09 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-03/projeto-f20-levara-questoes-sociais-das-favelas-ao-g20>. Acesso em: 10 mar. 2024.

¹⁵³ G7 Health Ministers’ Statement on the Importance and Urgency of Improving Global Health Architecture and Pandemic Prevention, Preparedness and Response. G7. ITALIA. 2024. Disponível em: <https://www.g7italy.it/wp-content/uploads/G7-Health-Ministers-Statement.pdf>. Acesso em 10/03/2024.

instrumento internacional da Organização Mundial da Saúde sobre PPR e emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI) está perto de chegar ao fim. Esse novo acordo global pode permitir que países reforcem suas capacidades nacionais, regionais e mundiais e a resiliência a futuras pandemias. Em 2021, o G7 realçou este apelo a um tratado internacional sobre pandemias na sua declaração de 19 de fevereiro de 2021¹⁵⁴ e, reitera sua preocupação em avançar para o fim das negociações. Os países reforçam que a conclusão das negociações dentro do prazo é fundamental para alavancar a atenção política, fortalecer futuras respostas à pandemia e melhorar a equidade.

No entanto, tamanha lentidão nas negociações já tinha sido uma questão levantada pelo diretor da OMS, Tedros Adhanom, ainda em 2023, quando demonstrou certo desconforto na possibilidade de o acordo não ser fechado a tempo da Assembleia Mundial da Saúde de 2024¹⁵⁵. Em janeiro deste ano, o chefe da OMS veio à público novamente demonstrar preocupação com o risco de os países perderem o prazo para chegar a um acordo sobre um tratado juridicamente vinculativo. De acordo com Adhanom, “há várias questões pendentes que ainda precisam ser resolvidas”. Ainda, segundo o diretor-geral da OMS, “o fracasso em entregar o acordo sobre a pandemia e as emendas ao RSI será uma oportunidade perdida pela qual as gerações futuras talvez não nos perdoem”, e pediu aos países que aproveitem a oportunidade para moldar o futuro da OMS e da saúde global¹⁵⁶. Portanto, seria o momento propício para aproveitar a janela de oportunidade, considerando as lições aprendidas da Covid-19, para que na segunda vez na história da OMS se tenha um acordo do tipo (a primeira foi com o Tratado de Controle do Tabaco em 2003).

Assim, para enfrentar futuras pandemias, o G7 considera a conclusão do Acordo fundamental para garantir a PPR e a melhoria do acesso a contramedidas médicas. Valorizam o envolvimento do setor público com o setor privado e a multiplicidade de setores e parceiros no avanço do trabalho de negociação, dentre eles a OMS com o papel de convergir os diferentes interesses a fim de construir um processo inclusivo para chegar a disposições eficazes, tanto na teoria, como na prática. O G7 destaca algumas ações impulsionadas pelo grupo nos últimos anos nas negociações, como por exemplo: 1) iniciativas concretas para incentivar a pesquisa e desenvolvimento; 2) Ampliação do acesso equitativo às contramedidas médicas a exemplo *MCM Delivery Partnership for Equitable Access (MCDP)*¹⁵⁷; 3) apoio a cerca de 100 países de baixa e média renda na implementação de capacidades essenciais exigidas pelo RSI da OMS; 4) Implementação da abordagem One Health; 5) Iniciativas de combate à resistência antimicrobiana; 6) Fortalecimento da vigilância colaborativa, a capacidade laboratorial e a força de trabalho de emergência.

¹⁵⁴ G7 Leaders’ statement, 19 February 2021. G7. CONSELHO EUROPEU. 2021. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2021/02/19/g7-february-leaders-statement/>>. Acesso em 10/03/2024.

¹⁵⁵ Diretor da OMS pede para que países se movimentem por acordo global de preparo para pandemias. EXAME. 2023. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/diretor-da-oms-pede-para-que-paises-se-movimentem-por-acordo-global-de-preparo-para-pandemias/>>. Acesso em 10/03/2024.

¹⁵⁶ Países correm risco de perder prazo para acordo sobre pandemia, diz OMS. UOL. 2024. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2024/01/22/paises-correm-risco-de-perder-prazo-para-acordo-sobre-pandemia-diz-oms.htm>>. Acesso em 10/03/2024.

¹⁵⁷ G7 Hiroshima Leaders’ Communiqué. THE WHITE HOUSE. 2023. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2023/05/20/g7-hiroshima-leaders-communique/>>. Acesso em 10/03/2024.

O grupo das sete economias reforça o compromisso em diversificar o desenvolvimento e fabricação das contramedidas médicas, incluindo iniciativas regionais de fabricação de vacinas. Para isso garantem a transferência de tecnologia em acordos mutuamente aceitos entre os parceiros. Além disso, reforçam a importância do financiamento sustentável para a PPR de futuras pandemias, com destaque para o Fundo Pandêmico. Quanto ao fundo, o G7 garante continuar a apoiá-lo concomitantemente à defesa de abrir para novos doadores e garantir a prestação de contas. Ainda, faz menção a iniciativas propostas pela última presidência japonesa, e garante continuação no trabalho – a exemplo da *Triple I for Global Health*¹⁵⁸ e reafirma a necessidade de explorar uma estrutura de financiamento de resposta à pandemia que aproveite e coordene mecanismos existentes e distribua fundos de forma rápida e eficiente.

Por fim, o G7 declara colaboração estreita com o G20, em que garante que trabalhará para melhorar a coordenação global especialmente entre governos, iniciativas, bancos multilaterais de desenvolvimento e a sociedade civil para uma distribuição rápida e eficiente dos fundos frente a um cenário de emergência em saúde. Nessa parceria, garante apoio na Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde da Trilha de Finanças do G20 e declaram apreço pela presidência brasileira do G20 nesse sentido. Para a próxima quinzena, dias 14 e 15 de março, é esperada a Reunião Ministerial do G7 sobre Indústria, Tecnologia e Digital em Verona que colocará na mesa questões como: a coordenação de ações para consolidar e promover a transformação digital do setor de Indústria e Tecnologia; fortalecimento da segurança e da sustentabilidade das cadeias de suprimento de semicondutores e matérias-primas essenciais; sistemas de conectividade baseados em infraestruturas digitais seguras e resilientes; e Inteligência Artificial e condições para o desenvolvimento digital sustentável e inclusivo.

Dívidas mundiais e combate à desinformação são destaques para a OCDE

Durante o período desta quinzena, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou o documento intitulado “*Global Debt Report 2024: Bond Markets in a High-Debt Environment*”¹⁵⁹, a primeira edição de 2024 seu estudo e mapeamento sobre a dívida mundial onde examina os mercados de títulos soberanos, corporativos e sustentáveis, além de fornecer percepções sobre as condições atuais do mercado e considerações de políticas associadas, incluindo possíveis riscos à estabilidade financeira. Tal edição também consolida os dados da iniciativa *Sovereign Borrowing Outlook* (Perspectivas de Empréstimos Soberanos, em uma tradução livre), anteriormente uma publicação separada da OCDE, e apresenta novos capítulos sobre mercados de títulos corporativos e títulos sustentáveis.

Assim, o relatório se divide em três principais capítulos. O primeiro busca apresentar uma visão geral sobre o tema de empréstimos soberanos em nível global e uma perspectiva para os países da OCDE, com foco especial no impacto dos recentes desenvolvimentos nas condições de financiamento e nas mudanças na base de investidores. Já o segundo explora a dinâmica do mercado global de títulos corporativos, o acúmulo de riscos e vulnerabilidades e o impacto de um cenário microfinanceiro em transformação, enquanto o terceiro analisa as tendências dos mercados globais de títulos sustentáveis e discute considerações sobre políticas, como os

¹⁵⁸ A Triple I for Global health foi uma iniciativa lançada nas Reuniões de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2023, para aumentar a conscientização e compartilhar as melhores práticas sobre o investimento de impacto na saúde global. Mais informações em: <<https://tripleiforgh.org/>>. Acesso em 10/03/2024.

¹⁵⁹ OCDE. *Global Debt Report 2024: Bond Markets in a High-Debt Environment*. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Mar 08]. Available from: <https://doi.org/10.1787/91844ea2-en>.

benefícios da sustentabilidade premium (*Sustainability Premium*, em inglês), os papéis dos prestadores de serviços e a liquidez do mercado.

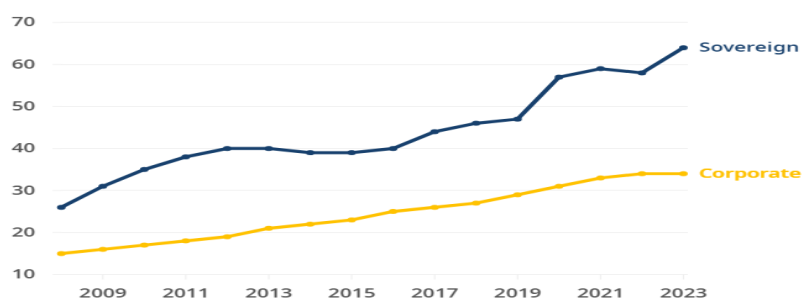
É interessante destacar que os mercados de títulos soberanos e corporativos têm crescido significativamente desde 2008, contando com um ambiente de financiamento favorável de baixas taxas de juros que contribuiu para um aumento na emissão de títulos e uma gama maior de emissores e também se expandiu para segmentos de mercado mais arriscados, incluindo governos e empresas com classificações mais baixas, e contribuindo para o rápido crescimento do mercado de títulos sustentáveis – um segmento de mercado focado em títulos que financiam ou refinanciam projetos verdes e sociais.

Dessa forma, no final de 2023, o volume total da dívida de títulos soberanos e corporativos contabilizados era de quase US\$ 100 trilhões, volume semelhante ao PIB mundial, e a relação entre a dívida do governo central e o PIB nos países da OCDE atingiu 83%, o que representa um aumento de 30 pontos percentuais em relação a 2008, mesmo com a inflação mais alta, que impulsionou o crescimento nominal do PIB, tendo contribuído para uma redução nesse índice de mais de 10 pontos percentuais nos últimos dois anos.

As expectativas da OCDE para o ano 2024 sobre a dívida total de títulos públicos da OCDE preveem aumento para US\$ 56 trilhões, um aumento de US\$ 2 trilhões em relação a 2023 e de US\$ 30 trilhões em comparação a 2008. No mesmo período, a dívida global pendente de títulos corporativos aumentou de US\$ 21 trilhões para US\$ 34 trilhões, com mais de 60% desse aumento vindo de corporações não financeiras. O estudo ainda aponta que os principais riscos estão atualmente concentrados em alguns segmentos dos mercados de dívida global, incluindo algumas economias avançadas com índices elevados de dívida em relação ao PIB, países de baixa renda com classificação mais baixa e emissores corporativos altamente alavancados em alguns setores, principalmente o imobiliário.

No evento de divulgação do relatório, Mathias Cormann, Secretário-Geral da OCDE, recomendou que os gastos públicos precisam ser mais bem direcionados, com um foco maior em investimentos em áreas que impulsionam o aumento da produtividade e o crescimento sustentável, assim como também os fiscais de mercado (*market supervisors*, em inglês) precisam supervisionar com devida atenção tanto a sustentabilidade da dívida no setor corporativo, quanto as exposições gerais no setor financeiro¹⁶⁰.

Figura 1: Títulos soberanos e corporativos pendentes em trilhões de dólares estadunidenses



Fonte: OCDE, 2024.

¹⁶⁰ OCDE. Governments and firms need to address the key risks from a sharp increase in global bond borrowing. OCDE [Internet]. 2024 Mar 07 [cited 2024 Mar 08]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/governments-and-firms-need-to-address-the-key-risks-from-a-sharp-increase-in-global-bond-borrowing.htm>.

Na esteira de tal discussão, a organização intergovernamental também lançou o relatório *“Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries 2024”*¹⁶¹, a mais recente edição de sua publicação anual sobre dados e informações detalhadas sobre o volume, a fonte e os tipos de fluxos de recursos alocados para cerca de 150 países em desenvolvimento. Os dados estatísticos abrangem a assistência oficial ao desenvolvimento e outros financiamentos oficiais e privados fornecidos a cada país beneficiário por cada membro do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, por agências multilaterais e por outros provedores.

Outra publicação de autoria da organização internacional econômica lançada durante o período e destacada aqui é o *“Facts not Fakes: Tackling Disinformation, Strengthening Information Integrity”*¹⁶². Chamando a atenção sobre o ano eleitoral de 2024 e o alarmante crescente da desinformação, com impactos de longo alcance em muitas áreas políticas, desde a saúde pública até a segurança nacional, e podendo lançar dúvidas sobre evidências factuais, prejudicar a implementação de políticas públicas e minar a confiança das pessoas na integridade das instituições democráticas, o documento busca, então, explorar como responder a tais desafios e reforçar a democracia, apresentando uma estrutura analítica para orientar países na elaboração de políticas baseada em uma pesquisa com vinte e três países da OCDE¹⁶³.

O relatório detalha também ameaças específicas, incluindo a disseminação de tais tipos de informações em períodos eleitorais, a manipulação de informações estrangeiras e campanhas de interferência, além das implicações da inteligência artificial generativa e de incluir estudos de caso para fornecer recomendações sobre como os governos podem desempenhar um papel positivo, mas não intrusivo, nessa área. E culmina na ênfase três dimensões complementares e essenciais em políticas de combate à desinformação:

i. Implementação de políticas a fim de aprimorar a transparência, a responsabilidade (*accountability*, em inglês) e a pluralidade das fontes de informação, inclusive por meio de um setor de mídia diversificado e independente, bem como um melhor funcionamento de plataformas virtuais;

ii. A promoção da resistência da sociedade à desinformação, com a alfabetização midiática e as habilidades de pensamento crítico para permitir que cidadãos reconheçam, combatam e limitem a disseminação da desinformação; e

iii. O aperfeiçoamento de medidas de governança e de instituições públicas para manter a integridade do espaço de informações, reforçando a coordenação estratégica, o treinamento e a infraestrutura tecnológica, bem como a aprendizagem entre pares e a cooperação entre governos para combater a desinformação.

¹⁶¹ OCDE. *Geographical Distribution of Financial Flows to Developing Countries 2024*. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Mar 08]. Available from: <https://doi.org/10.1787/fbd9569c-en-fr>.

¹⁶² OCDE. *Facts not Fakes: Tackling Disinformation, Strengthening Information Integrity*. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Mar 08]. Available from: <https://doi.org/10.1787/d909ff7a-en>.

¹⁶³ OCDE. More action needed to tackle disinformation and enhance transparency of online platforms: OECD. OCDE [Internet]. 2024 Mar 04 [cited 2024 Mar 08]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/more-action-needed-to-tackle-disinformation-and-enhance-transparency-of-online-platforms-oecd.htm>.

Paralelamente, a organização apresentou também a atualização sobre sua definição oficial de sistema de inteligência artificial (IA)¹⁶⁴. O documento contém, portanto, esclarecimentos propostos para definição de um sistema de IA contida na recomendação da OCDE sobre IA de 2019 (os “Princípios de IA”) para apoiar sua pertinência e solidez técnica contínua.

Por fim, a organização ainda divulgou a atualização referente ao mês de janeiro de 2024 do estudo e acompanhamento do consumo e da inflação mundial, o Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)¹⁶⁵. O resultado de suas medições indica um declínio na inflação geral da OCDE para 5.7% após o 6.0% registrado em dezembro de 2023, com a queda da inflação global em dois terços dos países membros da organização.

¹⁶⁴ OCDE. Explanatory memorandum on the updated OECD definition of an AI system. OECD Artificial Intelligence Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024; 8 [cited 2024 Mar 08] Available from: <https://doi.org/10.1787/623da898-en>.

¹⁶⁵ OCDE. Consumer Prices, OECD - Updated: 6 March 2024. OCDE [Internet]. 2024 Mar 06 [cited 2024 Mar 08]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-6-march-2024.htm>.

Rússia anuncia parte do calendário de eventos 2024 do BRICS, NDB contribuirá com o G20, países BRICS estão desenvolvendo um sistema de pagamentos e Índia e Rússia assinam acordo de cooperação em medicamentos

Russia announced part of the BRICS calendar for 2024, NDB will contribute to G20, BRICS countries are developing a payment system and India and Russia sign cooperation agreement on medicines

Claudia Hoirisch

Abstract: Russia announced part of the BRICS calendar for 2024. Brazil's MRE included the NDB in the list of organizations that will contribute to the Brazilian presidency of the G20 in 2024 and excluded the OECD, which will be invited to participate in the meetings. Still on the NBD, at the beginning of December 2023, Brazil signed two loans totalling US\$1.7 billion with the Bank. The first of US\$500 million will finance the BNDES-Climate Program to reduce greenhouse gas emissions and enable actions to adapt to climate change. The second amount of US\$1.2 billion will support the sustainable infrastructure program and assistance to states and municipalities. The Brazilian Development Bank will provide resources for projects in renewable energy, urban mobility, water and sanitation, transport, and social infrastructure - information and communication technologies (ICTs), with a focus on health and education. In 2015, under the Paris Agreement, Brazil committed to reducing greenhouse gas emissions by 37% compared to 2005 levels by 2025 and by 43% by 2030. To fulfil its commitments to sustainable development under the SDGs, Brazil needed to increase resources and investments. The BRICS countries are developing a payment system named BRICS Pay, a joint initiative that aims to facilitate payments and settlements in their local currencies and works as a payment messaging mechanism similar to the SWIFT system. BRICS Pay does not intend to replace existing national payment systems in member countries, but rather to integrate them through fintech innovations. At the end of December 2023, two BRICS countries, India, and Russia, signed agreements to strengthen the areas of medicines and other pharmaceutical substances, as well as medical devices.

Keywords: BRICS. BRICS calendar 2024. NBD. OECD. Climate change. Paris Agreement. SDGs. India-Russia agreement on medicines. Dedollarization. Alternative payment system.

Resumo: A Rússia anunciou parte do calendário dos BRICS para 2024. O MRE do Brasil incluiu o NBD na lista de organizações que contribuirão com a presidência brasileira do G20 em 2024 e excluiu a OCDE que será convidada a participar das reuniões. Ainda sobre o NBD, no início de dezembro de 2023, o Brasil assinou dois empréstimos totalizando US\$ 1,7 bilhão com o Banco. O primeiro de US\$ 500 milhões financiará o Programa BNDES-Clima para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e viabilizar ações de adaptação às mudanças climáticas. Já o segundo de US\$ 1,2 bilhão apoiará o programa de infraestrutura sustentável e assistência a estados e municípios. O Banco de Desenvolvimento brasileiro fornecerá recursos para projetos em energia renovável, mobilidade urbana, água e saneamento, transporte e infraestrutura social - tecnologias de informação e comunicação (TICs), com foco em saúde e educação. Em 2015, no âmbito do Acordo de Paris, o Brasil comprometeu-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% em relação aos níveis de 2005 até 2025 e em 43% até 2030. Para cumprir seus compromissos com o desenvolvimento sustentável sob os ODS, o Brasil precisava aumentar recursos e investimentos. Os países BRICS estão desenvolvendo um sistema de pagamentos chamado BRICS Pay, iniciativa conjunta que tem o objetivo de facilitar pagamentos e liquidações em suas moedas locais e funciona como um mecanismo de mensagens de pagamentos

semelhante ao sistema SWIFT. O BRICS Pay não pretende substituir os sistemas de pagamento nacionais existentes nos países membros, mas sim integrá-los através de inovações fintechs. No final de dezembro de 2023, dois países do BRICS, Índia e Rússia assinaram acordos para fortalecer as áreas de medicamentos e outras substâncias farmacêuticas, bem como dispositivos médicos.

Palavras-chave: BRICS. Calendário do BRICS 2024. NBD. OCDE. Mudanças climáticas. Acordo de Paris. ODS. Acordo Índia-Rússia em medicamentos. Desdolarização. Sistema alternativo de pagamentos.

Rússia anuncia parte do calendário dos BRICS para 2024

A Rússia assumiu a presidência do BRICS em 2024, sob o tema Fortalecer o Multilateralismo para um Desenvolvimento Global igualitário e seguro.

O calendário de eventos do BRICS a serem realizados sob a presidência russa em 2024 foi divulgado¹⁶⁶ e a programação está agendada até meados de junho. Estão previstas reuniões ministeriais e de grupos de trabalho. Os eventos irão ocorrer em cidades russas, São Paulo, Genebra, Washington DC e online.

Os ministros das finanças e os governadores dos BC dos BRICS se reuniram em 27 de fevereiro, em São Paulo, às margens do Encontro Ministerial do G20 para discutir perspectivas para o desenvolvimento da economia mundial e das economias dos BRICS, colaboração no setor de pagamentos, segurança da informação no setor financeiro e uso de tecnologias financeiras. Esses mesmos vice-ministros das finanças e os governadores dos BC terão um 2º encontro em Washington DC de 16-19/04.

As reuniões dos Ministros das Finanças importam para a Rússia porque o país foi severamente sancionado devido a sua “operação militar especial” na Ucrânia, e pelo fato do país ter sido discriminado quando ainda parte do G8 (até 2014, até a crise da Crimeia). O Ministro das Finanças russo Anton Siluanov disse que quando participava das reuniões dos ministros das Finanças do G8, os países ocidentais não discutiam todas as questões com o lado russo. Havia uma agenda com a Rússia e uma agenda apartada da Rússia, o que sinalizava que não havia confiança total. Por outro lado, nas reuniões do BRICS o grupo tenta primeiro coordenar e alinhar a posição dos países-membros e depois participa do G20. Discutem economia global, os riscos associados às grandes dívidas dos países ocidentais, os déficits orçamentários e desenvolvem a sua própria estratégia de ação nessas condições.

O calendário do BRICS sinaliza o encontro dos especialistas da Rede de Pesquisa em TB do BRICS em Moscou (abril), uma reunião dos altos funcionários de saúde (Senior Health Officials) dias 9 e 10/4 em Moscou que precederá a reunião dos MS em Genebra (maio), mesmo mês que os chefes das academias de ciência dos BRICS se reunirão em Moscou. O ponto alto do calendário será a Cúpula do BRICS, a ser realizada em Kazan, em outubro. Mais de 30 países já anunciaram a intenção de participar do grupo.

¹⁶⁶ <https://brics-russia2024.ru/en/calendar/?date=&type=3>

Brasil incluiu o Banco dos BRICS na lista de organizações que contribuirão com a presidência brasileira do G20 em 2024 e reduziu o peso da OCDE

O Ministério das Relações Exteriores incluiu o Novo Banco de Desenvolvimento na lista de organizações que contribuirão com a presidência brasileira do G20 em 2024 e excluiu a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Existem doze organizações citadas no plano de trabalho: ONU, OMC, OMS, FAO, UNESCO, OIT, FMI, BM, UNCTAD, BID, NDB e Corporação Andina de Fomento (CAF). Apesar de excluída da lista de organizações que contribuirão com a presidência brasileira do G20 em 2024, a OCDE será convidada para participar das reuniões.¹⁶⁷

Enquanto o Banco dos BRICS não figurava nas listas anteriores, a OCDE foi citada entre as organizações fundamentais para o G20 em presidências prévias, como a Índia (2023), Indonésia (2022), Itália (2021) e Arábia Saudita (2020).

Brasil recebeu USD 1.7 bi do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) para programas de desenvolvimento sustentável

No início de dezembro de 2023, o Brasil assinou dois empréstimos totalizando US\$ 1,7 bilhão com o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)¹⁶⁸.

O primeiro de US\$ 500 milhões financiará o Programa BNDES-Clima para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e viabilizar ações de adaptação às mudanças climáticas. Já o contrato de US\$ 1,2 bilhão apoiará o programa de infraestrutura sustentável e assistência a estados e municípios.

O BNDES¹⁶⁹ fornecerá recursos aos setores público e privado para projetos em energia renovável, mobilidade urbana, água e saneamento, transporte e infraestrutura social — tecnologias de informação e comunicação (TICs), com foco em saúde e educação.

Os recursos chegam em um momento crucial em que o combate às mudanças climáticas é essencial para o desenvolvimento sustentável do país. O mundo discutiu na COP28 (2023) como aumentar os recursos para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e cumprir o objetivo do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2100¹⁷⁰.

Desde a sua criação, o NBD apoiou 94 projetos de investimento direto em cada país membro, totalizando aproximadamente US\$ 33,8 bilhões. Em 2023 e 2024, o banco tinha/tem na pipeline 78 projetos, totalizando outros US\$ 18,9 bilhões.

¹⁶⁷ <https://www.poder360.com.br/economia/brasil-reduz-peso-da-ocde-no-g20-e-inclui-banco-dos-brics/>

¹⁶⁸ A missão do NBD é mobilizar recursos para investimentos no desenvolvimento econômico e social, expandir energias alternativas e proteger os países contra as mudanças climáticas¹⁶⁸. O banco BRICS procura contribuir para a melhoria das condições de vida da maioria da população dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo que promove a divulgação de experiências bem-sucedidas em desenvolvimento sustentável e cooperação baseadas no espírito do verdadeiro multilateralismo.

¹⁶⁹ Aprovados pelo Senado Federal do Brasil, os empréstimos do NBD contam com garantia soberana da União. Os recursos serão utilizados pelo BNDES para financiar investimentos públicos e privados em todo o território nacional, potencializando a capacidade do banco brasileiro de apoiar a transição para uma economia de baixo carbono e uma agenda climática.

¹⁷⁰ <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2017/11/acordos-climaticos-atuais-nao-vao-frear-o-aquecimento>

Do total de projetos aprovados, o NBD destinou aproximadamente US\$ 6,1 bilhões ao Brasil em oito anos, financiando 21 projetos.

Em 12 de outubro de 2023, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Brasil já haviam assinado um Acordo de Empréstimo para o Programa de Assistência Emergencial do Brasil para o Projeto de Recuperação Econômica¹⁷¹.

Em relação aos dois novos empréstimos, é importante observar que a implementação de medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas é considerada significativa, pois ajuda o Brasil a cumprir os seus compromissos no âmbito do Acordo de Paris e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Em 2015, no âmbito do Acordo de Paris, o Brasil apresentou sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), comprometendo-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% em relação aos níveis de 2005 até 2025 e em 43% até 2030. Para cumprir suas NDCs e compromissos com o desenvolvimento sustentável sob os ODS, o Brasil precisava de aumento de recursos e investimentos.

Índia e Rússia assinam novos acordos bilaterais na área de medicamentos

Índia e Rússia assinaram acordos no final de dezembro de 2023 para fortalecer seus laços no âmbito da viagem que o MRE indiano, Subrahmanyan Jaishankar, fez ao país euroasiático onde encontrou com seu homólogo Sergei Lavrov.

Os acordos referem-se às áreas de medicamentos e outras substâncias farmacêuticas, bem como dispositivos médicos¹⁷².

Em 2023, a Rússia ratificou a sua liderança como fornecedor de petróleo à Índia, representando 36% das importações totais do país asiático em setembro daquele ano¹⁷³.

Países do BRICS apoiam sistema de pagamentos alternativo ao dólar

Garantir a estabilidade financeira global e aprimorar a governança econômica global é uma parte crucial da cooperação econômica e financeira internacional, que incide sobre os interesses comuns de todos os países. Mercados emergentes e países em desenvolvimento melhorando as opções de liquidação internacional, impulsionam o comércio e o investimento mútuos.

Wang Wenbin, porta-voz do MRE da China.

A China apoia que os países do BRICS adotem alternativas ao sistema de pagamentos SWIFT. A declaração foi feita pelo porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Wenbin, o equivalente ao MRE, durante coletiva de imprensa regular em Pequim dia 30/1/2024.

¹⁷¹ <https://www.ndb.int/news/new-development-bank-and-government-of-brazil-sign-usd-1-billion-loan-agreement-to-support-brazils-economic-recovery/>

¹⁷² <https://www.prensalatina.com.br/2023/12/27/india-e-russia-assinam-novos-acordos-bilaterais/>

¹⁷³ <https://www.prensalatina.com.br/2023/12/25/visita-do-chanceler-da-india-a-russia-busca-mais-lacos-comerciais/>

Wang comentou a fala da chefe do Banco Central russo, Elvira Nabiullina, que mencionou que a Rússia tem discutido com outros países do BRICS a interação dos sistemas nacionais de transmissão de mensagens financeiras, como alternativa ao SWIFT.

Às margens do primeiro encontro financeiro ministerial do grupo do G-20, em fevereiro, o presidente do BC brasileiro, Roberto Campos Neto, se reuniu com a comandante do NDB, Dilma Rousseff. Campos Neto defende a ampliação de moedas internacionais, que sejam conversíveis. No início de março, Haddad e Dilma se encontraram no Palácio do Planalto, quando o presidente Lula recebeu a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva¹⁷⁴.



Atualmente, os países do BRICS estão desenvolvendo um sistema de pagamentos chamado "BRICS Pay". Esta iniciativa conjunta dos países do bloco tem o objetivo de facilitar pagamentos e liquidações em suas moedas locais. Funciona como um mecanismo de mensagens de pagamentos distribuído, semelhante ao sistema SWIFT da Europa e à Interface de Pagamentos Unificada da Índia.

O BRICS Pay não pretende substituir os sistemas de pagamento nacionais existentes nos países membros, mas sim integrá-los através de inovações fintechs (financial + technology)¹⁷⁵. Visa conectar os cartões de crédito ou débito dos cidadãos do BRICS a carteiras online, para pagamento por meio de um aplicativo instalado em seus smartphones. A ideia é facilitar as transações de varejo e pagamentos entre os membros do BRICS, além de expandir seu escopo para que países não-membros do BRICS também possam utilizar a plataforma.

Além disso, o BRICS Pay está sendo implementado para ajudar no comércio internacional, pagamentos transfronteiriços entre empresas, investimentos e microfinanças, facilitando o comércio entre os países-membros e permitindo transações em tempo real.

Um exemplo da implementação do BRICS Pay é o Banco Standard Chartered do Reino Unido, que integrou o BRICS Pay à sua plataforma de pagamentos digitais, permitindo que seus clientes façam pagamentos para outros países do BRICS.

Esse sistema de pagamento é uma etapa importante para a desdolarização e o uso das respectivas moedas nacionais dos membros do BRICS em transações financeiras internacionais.

Ao facilitar pagamentos em moedas nacionais, o BRICS Pay poderia potencialmente reduzir a dependência de sistemas de pagamento internacionais como SWIFT, Visa e Mastercard

¹⁷⁴ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/04/lula-recebe-diretora-geral-do-fmi-em-reuniao-no-planalto.ghtml>

¹⁷⁵ Fintech nada mais é do que uma combinação de financial technology para oferecer soluções financeiras inovadoras. Por meio de plataformas online, aplicativos e outras tecnologias, as fintechs conseguem oferecer produtos e serviços financeiros de forma ágil e totalmente digital, seja no desktop ou no smartphone.

e proporcionar aos membros do BRICS uma vantagem competitiva compartilhada no mercado global de serviços financeiros, atualmente dominado por bancos e normas dos EUA.

CIPS, o sistema de pagamentos da China



A China desenvolveu o sistema de pagamentos próprio, o CIPS, Sistema de Pagamento Interbancário Transfronteiriço (Cross-Border Interbank Payment System).

Lançado em 2015 e apoiado pelo Banco Popular da China, o CIPS oferece serviços de compensação e liquidação para seus participantes em pagamentos e comércio transfronteiriços em renminbi (RMB).

O sistema é uma iniciativa para internacionalizar o uso do RMB e conta com vários bancos estrangeiros como acionistas, incluindo HSBC, Standard Chartered, Bank of East Asia, DBS Bank, Citi, Australia and New Zealand Banking Group, e BNP Paribas.

Até dezembro de 2023, o CIPS tinha 1484 participantes, incluindo 139 diretos e 1345 indiretos, abrangendo 113 países e regiões. O CIPS utiliza o padrão SWIFT para a sintaxe em mensagens financeiras, permitindo que mensagens formatadas para os padrões SWIFT sejam lidas e processadas por muitos sistemas de processamento financeiro.

Além do CIPS, a China tem outros sistemas de pagamento digital muito populares, como Alipay e WeChat Pay. Alipay, operado pela Ant Finance de Alibaba, é uma plataforma financeira abrangente que começou como uma solução de pagamento para as plataformas de comércio eletrônico da Alibaba.

Já o WeChat Pay, que faz parte do aplicativo multiuso de mensagens WeChat, é amplamente utilizado para uma variedade de pagamentos cotidianos. Ambos os sistemas utilizam QR codes para transações em pontos de venda e oferecem funcionalidades como transferências internacionais e pagamentos integrados a serviços do dia a dia.

Outro sistema importante é o UnionPay, que começou como uma solução baseada em cartões e rapidamente se adaptou à era digital, oferecendo pagamentos sem contato e outras funcionalidades.

Estes sistemas são parte integrante da rápida transição da China para uma sociedade quase sem dinheiro.

Mir, o sistema de pagamentos russo para driblar sanções



A Rússia já adota desde 2015 um sistema de pagamentos próprio, o Mir. O Banco Central da Rússia criou a ferramenta em resposta às sanções ocidentais após a anexação da Crimeia, em 2014. Àquela época, havia preocupações de que o país pudesse ser cortado de sistemas internacionais de pagamentos, como de fato ocorreu.

O sistema Mir é predominantemente utilizado para transferências bancárias e, inicialmente, todos os pagamentos de bem-estar e pensões passavam por esse sistema. Em meados de 2021, mais de 50% dos russos possuíam pelo menos um cartão Mir, e os pagamentos feitos com esses cartões representavam 25,2% dos pagamentos no país. Mais de 112 milhões de cartões Mir foram emitidos até setembro de 2021.

O sistema Mir ganhou destaque após a suspensão das operações de Visa e MasterCard na Rússia em 2022, devido ao conflito na Ucrânia, tornando-se o principal sistema de pagamento com cartão no país. A exclusão da Rússia dos sistemas bancários globais fez com que o país se voltasse para dentro, utilizando seus próprios sistemas para facilitar pagamentos.

Os cartões Mir são emitidos pelo Sistema Nacional de Cartões de Pagamento, uma empresa de joint-stock estabelecida pelo Banco da Rússia, e são usados para processar pagamentos domésticos feitos na Rússia com cartões de sistemas de pagamento internacionais

A Rússia tem incentivado outros países a adotarem o sistema Mir. Até o momento, onze países aceitam os pagamentos: Turquia, Vietnã, Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Ossétia do Sul, e Abecásia. Além disso, o uso desses cartões está sendo testado nos Emirados Árabes Unidos, Coreia do Sul e Reino Unido.

O multilateralismo latinoamericano está mais autônomo e fortalecido?

¿El multilateralismo latinoamericano esta más autónomo y fuerte?

Miryam Minayo

Sebastian Tobar

Samia de Brito

Resumen. En esta edición de nuestro informe presentamos el panorama político reciente de la región latinoamericana, con los principales temas que han estado en la agenda regional, en particular la 46ª Reunión Ordinaria de la Conferencia de Jefes de Gobierno de la Comunidad del Caribe y la VIII Cumbre de la CELAC. También presentamos la búsqueda por fortalecer el tema ambiental en los foros iberoamericanos y destacamos el lanzamiento por parte de la CEPAL del informe sobre la dinámica demográfica y el impacto sobre el trabajo en América Latina. También nos ocupamos de las agendas de los organismos regionales relacionadas con la salud y el desarrollo, tales como: las acciones de ORAS-CONHU a favor de la niñez y la adolescencia; la promoción de acciones de COMISCA en las áreas de vigilancia sanitaria y salud y género; la participación del SELA en la Cumbre de la CELAC; la discusión de OTCA en las áreas de delitos ambientales y gestión del agua; y por último, abordamos la grave crisis política en Haití, las negociaciones entre Brasil y Paraguay para cambiar las tarifas en Itaipú y la muerte de un militar venezolano en Chile.

Palabras-clave: América Latina y el Caribe. Salud. Integración regional. CELAC. Caricom

Resumo. Nesta edição do nosso relatório apresentamos o panorama político recente da região latino-americana, com os principais temas que têm sido objeto da agenda regional, com destaque para a 46ª Reunião Ordinária da Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe e VIII Cúpula da CELAC. Da mesma forma, apresentamos a busca pelo fortalecimento da temática ambiental nos fóruns de ibero-americanos e indicamos o lançamento pela CEPAL do relatório sobre dinâmica demográfica e impacto no trabalho na América Latina. Observamos também as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: ações do ORAS-CONHU para a infância e adolescência; a promoção de ações nas áreas de vigilância sanitária e saúde e gênero pela COMISCA; a participação do SELA na Cúpula da CELAC; a discussão da OTCA nas áreas de ilícitos ambientais e gestão dos recursos hídricos e por fim, discutimos a grave crise política haitiana, as negociações entre Brasil e Paraguai pela alteração de tarifas em Itaipu e a morte de militar venezuelano no Chile.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Saúde. Integração regional. CELAC. Caricom

Panorama político internacional da região

Durante a última quinzena, os principais eventos na região foram as Cúpulas do CARICOM e da CELAC, ambos significativos devido às suas implicações geopolíticas e em meio às eleições municipais no Haiti e à morte de um oficial venezuelano que havia solicitado asilo político no Chile. A Quadragésima Sexta Reunião Ordinária da Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM) ocorreu de 25 a 28 de fevereiro em Georgetown, Guiana,

liderada pelo Presidente da Guiana, Mohamed Irfaan Ali. A reunião contou com a participação de líderes de diversos países da região, além de representantes de membros associados.¹⁷⁶

Durante a cerimônia de abertura¹⁷⁷, a Secretária-Geral da CARICOM, Carla N. Barnett, destacou o trabalho significativo realizado pela CARICOM em várias áreas e sua influência nos fóruns internacionais. O Presidente cessante, Roosevelt Skerrit, Primeiro-Ministro da Dominica, enfatizou as conquistas alcançadas no último ano, incluindo acordos de cooperação e esforços para resolver desafios regionais. Skerrit destacou a assinatura de um Acordo de Dupla Tributação para facilitar o comércio e o investimento dentro da Commonwealth; apelos contínuos para aumentar a consciencialização sobre as alterações climáticas; envolvimento profundo com parceiros internacionais para garantir um apoio crucial às nossas prioridades de desenvolvimento; esforços para uma solução duradoura para os desafios enfrentados pelo Haiti; e colaboração regional para acalmar a disputa fronteiriça entre a Guiana e a Venezuela, como sinal das conquistas do ano passado.

O Presidente Irfaan Ali destacou a importância de cumprir os compromissos assumidos e destacou iniciativas em áreas como segurança alimentar, mudanças climáticas e digitalização regional.

Os principais temas abordados durante a reunião incluíram avanços no Mercado Único e Economia da CARICOM (CSME), livre circulação de pessoas dentro da comunidade, segurança alimentar, transporte regional e mudanças climáticas. Além disso, as situações em Gaza e no Haiti foram motivo de preocupação para os participantes.

O presidente Lula do Brasil foi o convidado especial, destacando a importância de fortalecer os laços entre a CARICOM e o Brasil. A CARICOM destacou o papel instrumental desempenhado pelo Brasil na facilitação da Comissão Mista Guiana-Venezuela em janeiro de 2024.¹⁷⁸

Da mesma forma, o Presidente Lula tomou a decisão estratégica de priorizar seu relacionamento com os países da CARICOM, com esforços para atender às prioridades da região em termos de mudanças climáticas, segurança regional, conectividade intrarregional e desenvolvimento sustentável, inclusive através da promoção dessas pautas no G20, durante a

¹⁷⁶ Os membros presentes na Conferência foram: o Primeiro Ministro de Antígua e Barbuda, Gaston Browne; a Primeira-Ministra de Barbados, Mia Amor Mottley; o Primeiro Ministro das Bahamas, Philip Davis; o Primeiro Ministro da Dominica, Roosevelt Skerrit; o Primeiro Ministro de Granada, Dickon Mitchell; Presidente da Guiana, Mohamed Irfaan Ali; o Primeiro Ministro do Haiti, Dr. Ariel Henry; o Primeiro Ministro de Montserrat, Joseph Taylor-Farrell; o Primeiro Ministro de São Cristóvão e Nevis, Terrance Drew; o Primeiro Ministro de Santa Lúcia, Philip Pierre; o Primeiro Ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves; Presidente do Suriname, Chandrikapersad Santokhi; e o Primeiro Ministro de Trinidad e Tobago, Keith Rowley.

Belize e Jamaica foram representados pelos seus Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Externo, Francis Fonseca e Senadora Kamina Johnson-Smith, respectivamente.

Os Estados Membros Associados representados foram as Bermudas, pelo Primeiro-Ministro, Edward David Burt; as Ilhas Virgens Britânicas, pelo Primeiro-Ministro, Natalio D. Wheatley e as Ilhas Turcas e Caicos, por Arlington Alexander Musgrove, Ministro da Imigração e Serviços de Fronteiras.

¹⁷⁷ <https://hgc.caricom.org/communique-46th-regular-meeting-of-the-conference-of-heads-of-government-of-caricom/>

¹⁷⁸ O Presidente Maduro da Venezuela, apelando a um sentimento de nacionalismo entre a sua população, aproveitou a situação em Essequibo para tentar unir os venezuelanos em torno da sua bandeira neste território e minimizar os problemas políticos internos do seu país.

presidência brasileira. Nesse sentido, anunciou que a Segunda Cúpula CARICOM-Brasil será realizada ainda em 2024.

O discurso do presidente Lula¹⁷⁹ reflete uma mudança de postura do Brasil, que vinha direcionado a sua atenção principalmente para os Estados Unidos e a Europa, negligenciando os países da África e do Caribe. No entanto, essa tendência tem sido revertida, como evidenciado pelo estabelecimento de embaixadas em todos os países da CARICOM e pela associação do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe. Essas ações demonstram o compromisso do Brasil em ampliar suas relações e cooperação com essas regiões.

O outro importante evento que aconteceu logo em seguida da Cúpula da Caricom foi a VIII Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), no dia 1º de março de 2024, em Kingstown, São Vicente e Granadinas.

Após duas presidências marcadas pela pandemia, realizadas pelo México em 2021 e pela Argentina em 2022, a liderança de São Vicente e Granadinas não se destacou por uma atividade intensa. Entre os grandes ausentes do evento estavam líderes como Javier Milei da Argentina, Daniel Noboa do Equador, Santiago Peña do Paraguai e Luis Lacalle Pou do Uruguai.

A CELAC, criada em 2010 durante a Cúpula de Unidade da América Latina e Caribe, na Riviera Maya, representa uma das iniciativas mais recentes e amplas de integração regional. Desde sua concepção, a CELAC foi vista como uma convergência política de organizações pré-existentes, como MERCOSUL, CARICOM e SICA, visando potencializar o desenvolvimento solidário e inclusivo na América Latina e no Caribe. Na cúpula de 2024, temas como o apelo à paz na Palestina e a reflexão sobre o processo de integração regional foram destacados.

O contexto do “Brasil está de volta” sob a liderança do presidente Lula foi central na Cúpula, com ênfase em fortalecer os laços econômicos, culturais e diplomáticos na região. Em consonância com as ideias de Samuel Pinheiro Guimarães, propõe-se que os países se vejam com os próprios olhos, construindo um polo de poder na América Latina. Agora, o presidente Lula dá passos mais profundos, propondo a integração com o Caribe. Por ser uma comunidade de língua inglesa, o Caribe está tradicionalmente sob a influência dos Estados Unidos e a diplomacia brasileira visa fortalecer os laços com a CARICOM para avançar na integração da América Latina e do Caribe.

A ideia de que “Brasil está de volta” representa o desafio para a política externa brasileira dialogar frutuosamente com outros países, sejam do Norte ou do Sul global. O Brasil como um “grande player” da diplomacia está demonstrando grandes esforços para articular diferentes agendas paralelas como a do G-20, a dos BRICS e agora a da CELAC e CARICOM

Por outro lado, a presidência pro tempore da CELAC passou para Honduras, o que pode impulsionar a integração com a América Central. O Brasil e os países da América do Sul têm feito maior esforço na sua própria integração e olhado menos para o Caribe e para a América Central.

Embora tenha havido divergências durante a cúpula, com apenas 24 dos 33 países membros assinando a declaração final, o evento destacou a importância de não permanecer passivo diante dos conflitos globais. Questões como a retomada da integração na América do Sul

¹⁷⁹ O discurso na íntegra, pode ser acessado em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-na-sessao-de-encerramento-da-46a-conferencia-da-comunidade-do-caribe>

através da UNASUL e os benefícios do Tratado do MERCOSUL com a União Europeia foram discutidas tangencialmente.

Embora a Argentina tenha participado através do seu Ministério das Relações Exteriores, não ficou claro seu posicionamento político diante das questões tratadas. Apesar das declarações de Milei sobre o presidente Lula, o Itamaraty tem tentado garantir a relação bilateral com o Brasil, bem como a triangulação de Brasil, China e Argentina através da SWAT sobre a dívida argentina, mesmo quando a saída dos BRICS já parece não ter retorno.

Além disso, a política externa argentina e seus movimentos em direção à adesão à OCDE e ao fortalecimento das relações com os Estados Unidos e a Europa foram temas de interesse.

A presidência pro tempore de São Vicente e Granadinas apresentou um relatório que destacou os desafios enfrentados devido ao impacto global das guerras na Ucrânia e em Gaza, como inflação e aumento da pobreza na região.

Os debates sobre a integração regional e governança da CELAC continuarão, com discussões sobre a necessidade de reformas estruturais para fortalecer o mecanismo de integração. Tornou-se evidente que a estrutura atual tem os seus limites. Muitos países defendem uma mudança, mas há também aqueles que preferem a manutenção do mecanismo como está.¹⁸⁰ Uma das principais solicitações é a criação de uma Secretaria Geral para melhor coordenar o trabalho e dar continuidade ao trabalho das sucessivas presidências.

CARICOM: declarações ao final da 46ª Reunião Ordinária da Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe

(1) Declaração da CARICOM sobre a situação em curso em Gaza¹⁸¹

O comunicado da Comunidade do Caribe expressa profunda preocupação com a situação em Gaza, onde a violência contínua tem causado uma perda significativa de vidas civis, incluindo mulheres e crianças, e gerado deslocamento em larga escala. A CARICOM condena veementemente os ataques do Hamas e a tomada de reféns, assim como as ações de Israel que violam o direito humanitário internacional e os direitos humanos dos palestinos. Diante desse cenário, a CARICOM pede um cessar-fogo imediato e incondicional em Gaza, além de acesso seguro e desimpedido para a entrega de assistência humanitária. A organização também defende o retorno dos reféns e das pessoas detidas sem acusação às suas famílias.

A ocupação contínua e crescente de territórios por Israel na Cisjordânia representa uma ameaça séria para a paz e estabilidade global. Por isso, a CARICOM reafirma seu compromisso com uma solução de dois estados, em conformidade com as resoluções da ONU, como o caminho mais viável para a paz entre israelenses e palestinos. A organização deplora a falta de respeito de Israel às resoluções da ONU e às medidas da CIJ, pedindo à Assembleia Geral da ONU que tome medidas para garantir a adesão de Israel a suas obrigações.

Portanto, a CARICOM enfatiza a necessidade de um compromisso renovado com a resolução pacífica do conflito israelo-palestino por meio de diálogo e negociação significativos. A organização insta a comunidade internacional a desempenhar um papel construtivo na

¹⁸⁰https://elsiglo.com.ve/2024/03/01/inicia-cumbre-celac-principales-lideres-izquierda/#google_vignette

¹⁸¹<https://caricom.org/caricom-statement-on-the-ongoing-situation-in-gaza/>

facilitação de uma solução duradoura para o conflito, visando garantir os direitos humanos, a dignidade e a segurança de ambos os lados envolvidos.

(2) Declaração dos Chefes do Governo da CARICOM sobre a situação no Haiti após o intercâmbio com os principais parceiros internacionais¹⁸²

A reunião de coordenação entre os Chefes de Governo da CARICOM e os parceiros internacionais do Haiti, incluindo Canadá, França, Estados Unidos, Reino Unido e as Nações Unidas, ocorreu como parte da 46ª Reunião da Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe, realizada em Georgetown, Guiana, em 26 de fevereiro. Durante o encontro, liderado pelo Primeiro-Ministro Haitiano Ariel Henry, os participantes receberam atualizações sobre a situação no Haiti, com destaque para a deterioração contínua da segurança, humanitária e política, e o impasse que impediu a realização de eleições livres e justas. Os líderes da CARICOM expressaram profunda preocupação com essa situação e enfatizaram a necessidade urgente de um caminho político claro, participativo e inclusivo.

O Primeiro-Ministro Henry comprometeu-se a realizar eleições gerais até 31 de agosto de 2025 para restaurar o governo constitucional, e a CARICOM concordou em enviar uma equipe de avaliação das necessidades eleitorais até 31 de março de 2024, em consulta com as Nações Unidas, com o apoio de países como Canadá, EUA e OEA. Essa equipe apoiará o planejamento e os esforços das instituições haitianas relevantes. Reconhecendo o sofrimento do povo haitiano, os líderes da CARICOM instaram todas as partes envolvidas a fazer as concessões necessárias para resolver o impasse político, enfatizando que cada parte deve compreender que não conseguirá tudo o que deseja, mas o Haiti deve obter o que precisa.

Diante desse cenário, a CARICOM convidará os interessados a participar de uma reunião urgente para abordar e resolver o caminho político crítico de forma participativa e inclusiva.

(3) Declaração sobre as mudanças climáticas¹⁸³

A Declaração enfatiza a preocupação da CARICOM em relação à crise climática global e seu compromisso contínuo em advogar por soluções há mais de três décadas. Apesar dos esforços e promessas internacionais, há uma crescente urgência em limitar o aquecimento global a 1,5 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais, o que se torna cada vez mais desafiador devido ao aumento contínuo das emissões de gases de efeito estufa.

Os Chefes de Governo expressam preocupação com os resultados da primeira avaliação global do progresso no cumprimento dos objetivos do Acordo de Paris, que demonstram um aumento nas emissões e uma falta de ações adequadas para manter o aquecimento global dentro do limite estabelecido. Além disso, há inquietação em relação à COP 29, onde será discutido um novo objetivo de financiamento para substituir a meta de 100 bilhões de dólares que ainda não foi alcançada, especialmente diante das crescentes necessidades dos países em desenvolvimento para lidar com os impactos das mudanças climáticas.

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) são reconhecidos como particularmente vulneráveis, enfrentando desafios significativos no acesso a financiamento climático e apoio internacional. A CARICOM insta a uma abordagem estratégica e unificada para manter a influência regional no cenário climático e de desenvolvimento, com foco em questões

¹⁸² <https://caricom.org/caricom-heads-of-government-statement-on-the-situation-in-haiti-following-the-exchange-with-key-international-partners/>

¹⁸³ <https://caricom.org/statement-on-climate-change/>

como a inclusão de soluções baseadas na natureza nos mecanismos de mercado e a simplificação dos procedimentos de acesso ao financiamento.

Por fim, a CARICOM reitera seu apoio à expansão da adequação de capital das instituições financeiras internacionais e destaca a importância da Quarta Conferência Internacional sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, que será um ponto crucial para discutir e articular soluções para os desafios enfrentados pela região.

(4) Declaração da CARICOM sobre crime e segurança pública¹⁸⁴

Após o simpósio sobre Crime e Violência como uma Questão de Segurança de Saúde Pública e a Declaração¹⁸⁵ dos Chefes de Governo em Trinidad e Tobago, de abril de 2023, os Chefes de Governo da CARICOM discutiram na 46ª Conferência o estado alarmante de crime, violência e segurança pública entre seus Estados-Membros. Durante a reunião, os Chefes de Governo reiteraram seu compromisso com os princípios estabelecidos na Declaração sobre “Crime e Violência como uma Questão de Segurança de Saúde Pública”, assim como com a implementação das ações ali descritas. Eles condenaram veementemente o desenvolvimento e a disseminação de conteúdos violentos e antissociais na música e nas mídias sociais, especialmente aqueles que denigrem mulheres e promovem o uso de violência e armas, especialmente entre os jovens.

Além disso, expressaram apoio ao envolvimento dos jovens na economia criativa e esportiva para desenvolver e disseminar conteúdo positivo, buscando neutralizar o impacto negativo das mensagens antissociais e violentas promovidas por alguns elementos desses setores. Reconhecendo o grave impacto do crime e da violência no desenvolvimento dos Estados-Membros, os Chefes de Governo se comprometeram a trabalhar com diversos setores e instituições para implementar todas as medidas estabelecidas na Declaração sobre Crime e Violência como uma Questão de Segurança de Saúde Pública.

Por fim, enfatizaram o compromisso da CARICOM em manter a região como uma zona de paz e segurança doméstica, preservando assim a civilização caribenha. Este resumo reflete o compromisso dos países membros da CARICOM em enfrentar os desafios do crime e da violência através de uma abordagem coordenada e inclusiva, visando proteger os valores fundamentais da região.

VIII Cúpula da CELAC X Cessar fogo humanitário em Gaza¹⁸⁶¹⁸⁷

Ao final da VIII da CELAC os líderes assinaram uma declaração em apoio à resolução da ONU que solicita um cessar-fogo humanitário imediato na Faixa de Gaza. Embora sem consenso, 24 dos 33 países participantes manifestaram apoio à declaração, incluindo o Brasil, Colômbia, Cuba, Venezuela, México, Honduras e Nicarágua, além de nações caribenhas. O grupo também expressou apoio aos casos apresentados à Corte Internacional de Justiça (CIJ) para determinar se as ações de Israel violam as normas internacionais e constituem genocídio.

¹⁸⁴ <https://caricom.org/caricom-statement-on-crime-and-public-safety/>

¹⁸⁵ <https://caricom.org/declaration-by-heads-of-government-on-crime-and-violence-as-a-public-health-issue/>

¹⁸⁶ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/01/na-celac-lula-propoe-mocao-pelo-fim-do-genocidio-na-faixa-de-gaza.ghtml>

¹⁸⁷ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/03/01/na-celac-lula-propoe-mocao-pelo-fim-do-genocidio-na-faixa-de-gaza.ghtml>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a sua participação, propôs uma moção pelo fim do genocídio na Faixa de Gaza, enfatizando a necessidade de cessar a violência indiscriminada que assola a região. Ele denunciou as práticas de punição coletiva impostas pelo governo israelense ao povo palestino e instou os países membros da CELAC a se oporem a essa “carnificina”.

Lula expressou preocupação com a situação humanitária precária em Gaza, destacando a morte de pessoas em busca de comida e a necessidade urgente de ação internacional para interromper o conflito. Ele propôs invocar o artigo 99 da Carta da ONU, que permite ao Secretário-Geral chamar a atenção do Conselho de Segurança para questões que ameacem a paz e a segurança internacionais.

Além disso, o presidente brasileiro fez um apelo direto aos membros permanentes do Conselho de Segurança, instando-os a superar suas diferenças e unir esforços para deter a escalada da violência em Gaza. Essa solicitação é particularmente relevante, já que os membros permanentes têm poder de veto sobre resoluções do Conselho.

O Brasil, por meio do Itamaraty, também emitiu uma nota condenando veementemente o ataque a tiros perpetrado pelas tropas israelenses contra civis desarmados em busca de ajuda humanitária. O governo brasileiro responsabilizou o governo Netanyahu pelas ações, caracterizando-as como intoleráveis e sem limites éticos ou legais. O comunicado enfatizou a necessidade de uma resposta urgente da comunidade internacional para evitar mais atrocidades e pôr fim ao sofrimento da população palestina em Gaza.

Outra declaração endossada pelos países presentes tratou da política externa feminista da América Latina e do Caribe, assinada pelo Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, México, Equador e República Dominicana. Este documento reafirma o compromisso com a paridade e a igualdade de gênero, bem como com o fortalecimento do acesso das mulheres a posições de liderança e processos decisórios na região.

Além disso, durante a cúpula, foi assinada uma declaração principal abordando temas relevantes para a região, como integração regional e relações com parceiros externos, como China e União Europeia. A cúpula também emitiu declarações sobre questões tradicionais, como o apoio à Argentina na questão das Malvinas, e uma posição contrária ao bloqueio econômico, financeiro e comercial a Cuba.

CELAC: Declaração sobre as ações israelenses na Jerusalém Oriental Ocupada e no resto do Território Palestino Ocupado¹⁸⁸

Nós, os Chefes de Estado e de Governo de Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Dominica, República Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago e República Bolivariana da Venezuela, reunidos em Buccament, São Vicente e Granadinas, por ocasião da VIII Cúpula da Comunidade da América Latina e Estados do Caribe (CELAC);

Cientes de que a Proclamação da América Latina e do Caribe como Zona de Paz da CELAC em 2014 “reafirmou o compromisso dos países membros com os propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas e no Direito Internacional” e declarou “que a paz é um

¹⁸⁸ Tradução para o português; versão original em inglês

bem supremo e uma legítima aspiração de todos os povos” e “um princípio e valor comum da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC);”

Conscientes da intransigência refletida nas declarações do Governo de Israel e do agravamento da crise humanitária em Gaza:

1. Deploramos o assassinato de civis israelenses e palestinos, incluindo os cerca de 30.000 palestinos mortos desde o início da incursão de Israel em Gaza, e manifestamos profunda preocupação com a situação humanitária catastrófica na Faixa de Gaza e com o sofrimento da população civil palestina.

2. Endossamos fortemente a exigência da Assembleia Geral das Nações Unidas (A/ES-10/L.27) de um cessar-fogo humanitário imediato em Gaza e de que todas as partes no conflito cumpram o direito internacional, nomeadamente no que diz respeito à proteção de civis.

3. Tomamos nota dos casos em curso perante a Corte Internacional de Justiça para determinar se a ocupação continuada do Estado da Palestina pelo Estado de Israel constitui uma violação do direito internacional e se o ataque de Israel a Gaza constituiria genocídio.

4. Exigimos a libertação imediata e incondicional de todos os reféns, bem como a garantia de acesso humanitário às áreas afetadas, e apoiamos a Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras aos Refugiados da Palestina (UNRWA).

5. Recordamos as múltiplas Resoluções relevantes da Assembleia Geral das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, que reiteram a importância crucial do estabelecimento de dois Estados, Israel e Palestina, vivendo lado a lado dentro de fronteiras seguras e reconhecidas.

6. Decidimos convocar, sob a presidência ‘pro tempore’ da República de Honduras, um mecanismo apropriado para monitorar ativamente o impacto dessa incursão na recuperação, no desenvolvimento e na segurança da Palestina, e na busca de uma paz justa e duradoura entre os Povos israelense e palestino.

CEPAL: lançamento do relatório “A dinâmica demográfica da América Latina e seu impacto na força de trabalho”¹⁸⁹

O relatório do Observatório Demográfico 2023 intitulado “A dinâmica demográfica da América Latina e seu impacto na força de trabalho”, elaborado pelo Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia (CELADE), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), revela que a população da América Latina atingiu 652 milhões em 2023, com 331 milhões integrando a força de trabalho, representando 50,8% da população total da região. Prevê-se que até 2050, a população regional alcance 737 milhões, com uma força de trabalho de 402,7 milhões, equivalente a 54,6% da população total. José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da Comissão, destaca a necessidade de políticas públicas para absorver uma força de trabalho em crescimento e diversificada.

O relatório ressalta as mudanças demográficas significativas na região ao longo dos últimos 70 anos, com uma rápida queda na fecundidade e mortalidade, resultando em mudanças na estrutura etária da população. Atualmente, os adultos jovens compõem a maioria em muitos países latino-americanos, o que pode exercer pressão adicional sobre os mercados

¹⁸⁹ <https://www.cepal.org/es/comunicados/508-la-poblacion-america-latina-esta-la-fuerza-trabajo-se-proyecta-que-2050-aumentara-al>

de trabalho. A projeção é de que o crescimento da força de trabalho supere o crescimento populacional até 2050, apresentando desafios adicionais.

A análise do Observatório também destaca diferenças significativas na estrutura da força de trabalho entre áreas urbanas e rurais, bem como entre diferentes grupos etários e sexos. Prevê-se um aumento contínuo da participação da força de trabalho feminina, especialmente no grupo etário de 25 a 64 anos, embora ainda haja disparidades significativas em relação aos homens. Isso sublinha a necessidade urgente de políticas de inclusão laboral e igualdade de gênero na região.

A CEPAL enfatiza a importância de aumentar a produtividade e promover o crescimento econômico para enfrentar os desafios decorrentes do crescimento e diversificação da força de trabalho. Salazar-Xirinachs destaca a necessidade de políticas públicas específicas para promover um desenvolvimento mais produtivo, inclusivo e sustentável, garantindo que ninguém seja deixado para trás. O relatório fornece uma base de informações importante para a formulação de políticas públicas voltadas para a inclusão laboral, a redução da pobreza e a mitigação da desigualdade na região.

Em suma, o relatório do Observatório Demográfico 2023 oferece uma análise abrangente das tendências demográficas e seus impactos na força de trabalho na América Latina. Destaca os desafios iminentes, como o aumento e a diversificação da força de trabalho, e destaca a necessidade de políticas públicas eficazes para promover um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo na região, garantindo igualdade de oportunidades para todos os grupos demográficos.

Segib: Ibero-América defende avançar com uma agenda ambiental¹⁹⁰

A XII Reunião Ministerial de Meio Ambiente na Iberoamérica, presidida pelo presidente do Equador, Daniel Noboa, reuniu as principais autoridades da região, incluindo ministros e outras figuras de destaque do setor. Durante o encontro, foi aprovada por consenso uma declaração que reforça o compromisso da Iberoamérica com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Gabriela Sommerfeld, a ministra das Relações Exteriores do Equador, expressou a esperança de que as discussões fortalecessem a capacidade de ação e cooperação em resposta aos desafios ambientais globais.

A declaração destaca a importância de os países da região identificarem a Conferência Ibero-Americana como um espaço relevante para cumprir seus compromissos ambientais e de desenvolvimento sustentável, referenciando a Carta Ambiental Ibero-Americana como guia. Solicita-se à Secretaria Geral Ibero-Americana a elaboração de uma Agenda Ambiental até 2030, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e considerando as contribuições dos 22 países. Além disso, há ênfase na conservação dos oceanos, mobilização de recursos financeiros e tecnológicos, cooperação científica e fortalecimento das capacidades técnicas.

Os representantes ibero-americanos expressam interesse em restabelecer a Rede de Diretores de Biodiversidade, visando deter a perda de biodiversidade e implementar o Convênio sobre Diversidade Biológica. Reconhecem também a vulnerabilidade da região às mudanças climáticas, agravadas por fatores sociais como desigualdade e pobreza, apesar da riqueza em

¹⁹⁰ <https://www.segib.org/iberoamerica-aboga-por-avanzar-en-una-agenda-medioambiental/>

biodiversidade. Este compromisso é reforçado por meio de um comunicado especial sobre a conservação dos mamíferos marinhos.

Por fim, a XII Conferência de Meio Ambiente é destacada como parte das preparações para a XXIX Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a ser realizada no Equador em novembro, com o tema "Inovação, Inclusão e Sustentabilidade". Este evento busca promover a cooperação regional e internacional para enfrentar os desafios ambientais e promover o desenvolvimento sustentável na região ibero-americana.

O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unamue (ORAS-CONHU) cumpriu agenda no Peru 191192

ORAS-CONHU foi incorporado Comissão Multisetorial da Política Nacional para meninas, meninos e adolescentes do Peru com objetivo de contribuir com as políticas e planos para promover direitos a esse segmento da população. A Política Nacional Multisetorial para Meninas, Meninos e Adolescentes (PNMNA) é um instrumento marco de políticas públicas no tema de infância e adolescência para orientar o Estado peruano a desenvolver intervenções para garantir o exercício dos direitos de mais de 10 milhões de crianças e adolescentes. A Secretaria Executiva do ORAS-CONHU, Maria Dávila, afirmou que participar na construção de políticas e planos é parte permanente do trabalho que ORAS-CONHU junto aos países andinos.

Em Lima, o ORAS-CONHU firmou um Memorando de Entendimento com o Seguro Social de Saúde do Peru. O objetivo do Memorando é desenvolver um programa de cooperação para a implementação de ações, atividades e projetos de interesse comum, assim como mecanismos de cooperação na formação, capacitação presencial ou a distância de profissionais, fortalecimento de capacidades e assistência técnica. A Secretaria Executiva, Maria Dávila, afirmou que essa aliança estratégica com o EsSalud poderá permitir o compartilhamento de experiências a nível regional e estabelecer uma aprendizagem contínua. E ainda adicionou que a Dengue é um dos temas trabalhado no momento entre os países andinos e se colocou a disposição para começar a discutir estratégias no âmbito do EsSalud para baixar a mortalidade na região.

O Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (COMISCA) discutiu temas como Regulamento Sanitário Internacional, saúde e gênero e cooperação entre setor público e privado na área de saúde.193194195

Em finais de fevereiro, a Secretaria Executiva do COMISCA junto a OPS e CDC Centro-americana realizaram uma reunião para coordenar ações conjuntas sobre gestão de riscos em saúde e fortalecimento dos Estados Membros do SICA em preparação a emergências de saúde, RSI e redução de riscos de desastres. Durante a reunião, além da discussão sobre atividades para o fortalecimento dos países em preparação e resposta a emergências de saúde, foram realizadas

¹⁹¹ <https://www.orasconhu.org/es/incorporan-oras-conhu-en-comision-multisectorial-de-la-politica-nacional-para-las-ninas-ninos-y>

¹⁹² <https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-suscribe-memorando-de-entendimiento-con-el-seguro-social-de-salud-essalud-de-peru>

¹⁹³ https://www.sica.int/noticias/realizan-reunion-de-coordinacion-interinstitucional-en-gestion-de-riesgos-de-salud-y-reglamento-sanitario-internacional_1_133589.html

¹⁹⁴ https://www.sica.int/noticias/cfr-presenta-resultados-de-las-auditorias-de-desempeno-con-enfoque-en-salud-y-genero_1_133623.html

¹⁹⁵ https://www.sica.int/noticias/firman-memorando-de-entendimiento-entre-se-comisca-y-asociacion-de-hospitales-privados-de-centroamerica-panama-y-republica-dominicana_1_133629.html

apresentações sobre o avanço do cumprimento da Resolução COMISCA 09-2023: relativa a abordagem da epidemia de dengue na região e dos avanços para fortalecimento das capacidades básicas do RSI nos Estados do SICA.

O Conselho Fiscalizador Regional (CFR-SICA), por sua vez, realizou um evento para compartilhamento de auditorias de desempenho com enfoque em saúde e gênero, cofinanciado pela União Europeia e Cooperação Alemã. Em 2023, o CFR-SICA se propôs a realizar uma primeira auditoria de desempenho. A auditoria piloto foi realizada pela SECOMISCA e relacionada às medidas para combater os efeitos da crise da pandemia de COVID. Na auditoria, os resultados indicaram que o orçamento de 487,000 dólares conseguiu minimizar os custos da aquisição conjunta de equipamentos de proteção pessoal e de saúde, alcançando o princípio de Economia e dos princípios de eficácia e eficiência se alcançaram parcialmente. Além disso, em 2023 o CFR-Sica e a Cooperação Alemã desenvolveram uma metodologia de auditorias de desempenho com enfoque em gênero e o planejamento de uma auditoria de desempenho da Política Regional de Igualdade e Equidade de Gênero do SICA, na qual será avaliado se os órgãos responsáveis conseguiram implementar a Política em seus diferentes eixos: autonomia econômica, educação para a igualdade e saúde em igualdade.

Finalmente, a SECOMISCA firmou um Memorando junto a Associação de Hospitais Privados da América Central, Panamá e República Dominicana. O objetivo do Memorando é criar um marco geral entre as partes, determinando mecanismos de cooperação conjunta, que permitam contribuir ao desenho e execução de ações regionais de interesse comum para a melhoria de qualidade os serviços de atenção em saúde. Também o acordo busca fortalecer as capacidades dos profissionais de saúde da AHPCA-RD em atividades nacionais de vigilância de segurança e eficácia dos medicamentos que são comercializados nos Estados do SICA, definição de especificações técnicas das listas de medicamentos e respectivas fichas técnicas entre outras atividades. No evento de assinatura, as partes destacaram a importância do Memorando para a integração do setor privado e público na região.

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participa de eventos sobre combate à ilícitos ambientais e gestão hídrica da Amazônia 196197

Em finais de fevereiro, a Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, participou da abertura do II Encontro Regional sobre Estratégias para Enfrentamento aos Ilícitos Ambientais na Amazonia junto com autoridades brasileiras. O encontro teve como objetivo contribuir para os desdobramentos da Declaração de Belém e fornecer subsídios para a Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transfronteiriços na Região Amazônica, criada no âmbito da OTCA. Grazziotin afirmou a importância da OTCA para uma política sustentável na Amazônia e indicou que será realizada a primeira reunião da Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transfronteiriços para definição de características gerais, plano de trabalho, cronograma e competência. E adicionou que há atualmente desafios na busca por parceiros estratégicos e na discussão do recorte social para lidar com o combate a ilícitos ambientais.

No encontro também participaram representantes da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, além de representantes da INTERPOL, GAFILAT, Rede Jaguar, El Programa PacCto 2.0 da EU-LAC, UNODC Brasil e Embaixada da Inglaterra. Os resultados do debate foram: manutenção

¹⁹⁶ <https://otca.org/pt/diretora-executiva-da-otca-participa-do-ii-encontro-regional-sobre-estrategias-para-enfrentar-os-crimes-ambientais-na-amazonia/>

¹⁹⁷ <https://otca.org/pt/a-otca-e-a-agencia-nacional-de-aguas-e-saneamento-basico-ana-abrem-em-brasilia-a-oficina-nacional-do-programa-de-acoes-estrategicas-na-bacia-amazonica/>

de uma linha firme para que a vontade política se transforme em ação, necessidade de dispor de recursos humanos, financeiros e operacionais, análise comparativa da legislação em diferentes países e necessidade de criar um grupo de trabalho permanente na Comissão.

Além do encontro, a OTCA esteve presente no lançamento da Oficina Nacional do Programa de Ações Estratégicas (PAE) no Brasil. Essas oficinas para implementação do PAE já foram realizadas em outros países amazônicos durante o segundo semestre de 2023. O PAE é a primeira estratégia regional para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos da Amazônia.

No evento que contou com autoridades brasileiras e a diretora executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, foi destacada a importância da cooperação regional para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. A Secretária Executiva Interina do MMA brasileiro, Anna Franco, que representou a ministra Marina Silva no evento reafirmou a centralidade da gestão da água na conquista da justiça climática e do bem-estar social na Região Amazônica.

O Sistema Econômico Latino-americano e do Caribe (SELA) participa da 46ª Conferência da CELAC198199200

A SELA em conjunto com as secretarias de organismos regionais de integração, como ALADI, CAN, Caricom, SICA, ALBA, lançaram uma Declaração conjunta sobre a necessidade de construir uma agenda comum para o benefício da integração regional. Na declaração, os organismos destacam os seguintes tópicos:

- Compromisso com o trabalho em conjunto para execução de atividades de interesse regional para alcançar a agenda de cooperação e desenvolvimento na região da América Latina e Caribe.

-Necessidade da cooperação e convergência para incentivar a integração econômica, social e cultural, através do intercâmbio de experiências e trabalho conjunto em matéria de segurança alimentar e nutricional, encadeamento produtivo, redução de riscos de desastres e adaptação às mudanças climáticas, integração elétrica e cooperação transfronteiriça e infraestrutural.

-Compromisso em apoiar e fortalecer as ações dos Estados Membros para construção de uma agenda regional para a integração e cooperação.

Na Conferência, o SELA assinou um Memorando de Entendimento com a Comunidade de Estados Latinoamericanos e Caribe com o objetivo de aprofundar seu apoio nas atividades que a Comunidade desenvolverá sob a Presidência Pro Tempore da República de Honduras em 2024. O Memorando respaldará as reuniões ministeriais entre os organismos nas áreas de infraestrutura, energia, competitividade, migração entre outros.

Por fim, o secretário permanente do SELA, Clarems Endara, se reuniu com o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, que expressou interesse para que o Brasil continue participando do

¹⁹⁸ <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/94478/declaracion-conjunta-de-sela-aec-can-aladi-caricom-sica-y-alba-tcp-en-el-marco-de-la-viii-cumbre-celac>

¹⁹⁹ <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/94527/sela-y-celac-firman-memorando-de-entendimiento-para-fortalecer-integracion-regional>

²⁰⁰ <https://www.sela.org/es/prensa/notas-de-prensa/n/94480/brasil-destaca-rol-del-sela-en-el-fortalecimiento-de-la-integracion-regional>

Programa de Trabalho Plurianual 2022-2026 do SELA e reafirmou a contribuição do organismo para a integração na América Latina e Caribe.

A grave crise do Haiti²⁰¹

Segundo Ricardo Seitenfus²⁰², que atuou como representante da Organização dos Estados Americanos durante missão no Haiti comandada pelo Brasil (MINUSTAH), a situação de conflito armado no Haiti atingiu um nível de gravidade superior aos momentos que precederam as intervenções militares internacionais de 1994 e 2004.

A situação no Haiti se agravou logo após o assassinato do presidente Jovenel Moise e pela continuidade de um governo não eleito, liderado por Ariel Henry que, apesar de ter prometido realizar eleições, tem postergado a transição de poder. A comunidade internacional tem sido criticada por sua falta de pressão sobre Henry para cumprir essas promessas eleitorais, contribuindo para a crise política e de segurança no país.

A indefinição da transição no Executivo levou a um vácuo de poder que fortaleceu a atuação de gangues no Haiti. O professor Ricardo Seitenfus, alerta para a extrema periculosidade da situação, com possibilidade real de tomada de poder por parte desses grupos, tornando-se ainda mais difícil removê-los posteriormente.

Os grupos armados demonstram uma capacidade operacional mais robusta do que em períodos anteriores, utilizando táticas mais complexas e armamento pesado, inclusive fornecido, segundo relatórios da ONU, pelos Estados Unidos, principalmente da Flórida. Além disso, esses grupos aproveitam a fraqueza das forças policiais e a falta de estabilidade política para ganhar poder e influência. Além das gangues com atuação criminosa, existem também grupos de autodefesa dentro das comunidades, cuja natureza pode ser difícil de definir entre criminalidade e ativismo político.

Jimmy Cherizier, conhecido como Barbecue e alvo de sanções internacionais, emergiu como um líder proeminente e buscou unir os grupos armados para fazer frente ao governo de Henry. Barbecue chegou até mesmo a enviar mensagens por meio das redes sociais conclamando a Polícia Nacional do Haiti e ao Exército para prenderem Ariel Henry.

A crise se escalou nos primeiros dias do março. Gangues coordenaram ataques que resultaram na fuga de 4 mil detentos de uma prisão e quase assumiram o controle do aeroporto internacional de Porto Príncipe, capital do país. Os ataques coincidiram com a viagem do primeiro-ministro, Ariel Henry, para o Quênia com o objetivo de assinar um acordo sobre a implantação de força policial multinacional no país caribenho.

Uma intervenção internacional foi autorizada pela ONU em 2023 e o governo queniano havia se oferecido voluntariamente para liderar a força multinacional. No entanto, autoridades quenianas questionaram a participação do país na intervenção o que gerou um atraso do envio de forças. Em sua viagem Henry buscava adiantar os trâmites para a chegada da força policial no Haiti.

²⁰¹ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-03/entenda-situacao-do-haiti-e-o-risco-de-paramilitares-tomarem-o-poder>

²⁰² <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-03/entenda-situacao-do-haiti-e-o-risco-de-paramilitares-tomarem-o-poder>

No entanto, com a escalada de violência e fechamento do aeroporto, Henry não conseguiu voltar a solo haitiano e teve que se instalar provisoriamente em Porto Rico.

Questão tarifária de Itaipu ainda não possui desfecho, negociações entre Brasil e Paraguai continuam²⁰³.

As negociações das tarifas de Itaipu permanecem gerando um mal-estar diplomático entre Brasil e Paraguai. A tensão entre os vizinhos se gerou a partir da redução de tarifas realizada pelo Paraguai na gestão de Mario Abdo e de sua contraparte, Jair Bolsonaro. O acordo foi considerado um prejuízo para o lado paraguaio. A expectativa era de que o acordo seria revisado no governo Lula, no entanto, o processo de negociação segue em curso e não há, todavia, uma resolução final. O governo paraguaio já havia declarado que se o Brasil não aceita as condições, o excedente de energia gerado pode ser vendido para interessados por um preço adequado.

O Presidente Santiago Peña em entrevista ao jornal Última Hora voltou a afirmar sobre a necessidade de revisão dos parâmetros da negociação do Anexo C para mitigar injustiças históricas e reafirmou que o Paraguai deverá “assegurar que cada centavo que o Paraguai invista seja destinado de forma clara e transparente a favor do povo”.

Ex Militar Venezuelano é achado morto em Santiago de Chile²⁰⁴²⁰⁵²⁰⁶

Na sexta-feira, 1º de março, o corpo do ex-militar venezuelano Ronald Ojeda foi encontrado morto, dentro de uma mala e sob uma espessa camada de cimento, em uma comuna de Maipú, em Santiago.

Ojeda foi sequestrado por pessoas que se passaram por policiais e seu corpo foi posteriormente encontrado em uma mala a 1,40 metros de profundidade, sob uma grande laje de cimento. Pelo crime, que o advogado da família Ojeda relaciona com um homicídio contratado, um menor venezuelano de 17 anos permanece em prisão provisória, o que equivale à prisão preventiva para adultos¹.

O sequestro e posterior morte, dado o seu nível de sofisticação, levantaram imediatamente suspeitas sobre o verdadeiro mandante do crime e a família, ex-colegas e a oposição venezuelana apontaram para o regime de Nicolás Maduro.

Diante das especulações sobre quem está por trás do sequestro com homicídio, a oposição venezuelana exigiu que o governo do presidente Gabriel Boric aprofundasse a investigação do caso, lembrando que Ojeda estava refugiado no Chile devido à perseguição política contra ele².

O governo chileno promete que o crime do ex-militar venezuelano Ronald Ojeda será “punido com a maior severidade”. A promessa foi feita pela ministra do Interior chilena, Carolina Tohá, que através de uma mensagem sobre puniu com a maior severidade”.

²⁰³ <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/03/04/crece-la-tension-entre-paraguay-y-brasil-santiago-pena-exige-a-lula-actualizar-las-tarifas-de-la-represa-itaipu/>

²⁰⁴<https://www.vozdeamerica.com/a/sepelio-de-exmilitar-venezolano-secuestrado-y-asesinado-en-chile-/7520749.html>

²⁰⁵ <https://www.bbc.com/mundo/articles/c84dldzn7n8o>

²⁰⁶<https://www.vozdeamerica.com/a/sepelio-de-exmilitar-venezolano-secuestrado-y-asesinado-en-chile-/7520749.html>

A família do militar falecido, Ojeda, está sob custódia policial, assim como outros ex-dissidentes venezuelanos refugiados no Chile que pediram ajuda ao governo após tomarem conhecimento do caso. O presidente chileno, Gabriel Boric, referiu-se ao caso dizendo que é “muito grave”, garantindo que condenará o crime e aprofundará a investigação³.

Suspeita-se que o sequestro com posterior morte tenha sido perpetrado por grupos do crime organizado, gangues que atuam a serviço do poder político ou mesmo afetam sistemas políticos, como é o caso do Haiti. Como afirmamos nas edições anteriores dos Cuadernos, esses grupos do crime organizado e cartéis de drogas reproduzem a violência e causam mortes todos os dias na região da América Latina e do Caribe.

Discurso do presidente Lula na sessão de encerramento da 46ª Conferência da Comunidade do Caribe

Transcrição integral do discurso feito pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de encerramento da 46ª Conferência de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM), realizada em Georgetown (Guiana), no dia 28 de fevereiro de 2024

Publicado em 28/02/2024 16h02 Atualizado em 28/02/2024 17h36. Acesso: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-na-sessao-de-encerramento-da-46a-conferencia-da-comunidade-do-caribe>

Eu quero dizer para vocês, sobre a alegria poder participar dessa reunião da CARICOM. Quero cumprimentar o companheiro Irfaan Ali, presidente da República Cooperativa da Guiana. Quero cumprimentar os chefes de Estado e de Governo, e quero tratá-los de companheiros e companheiras nessa reunião. Países da CARICOM e Brasil foram durante muito tempo colonizados. Quando eu cheguei à Presidência do Brasil em 2003, descobri que nós tínhamos uma deficiência nas nossas políticas internacionais. A gente tinha aprendido durante muitos séculos de que a nossa relação era com o nosso colonizador ou era com os países chamados ricos.

O Brasil vivia de costas para a América do Sul, para a América Latina, para os países do Caribe, o Brasil não olhava para o continente africano, o Brasil olhava para a União Europeia e para os Estados Unidos. Sempre uma ideia fixa de que esse olhar para os países mais ricos iria despertar interesse deles para fazerem investimentos no Brasil.

Em 2003, nós tomamos a decisão de priorizar a nossa relação com os países da América do Sul, da América Latina, países que fazem parte da CARICOM e o continente africano. É importante lembrar que o Brasil já teve embaixadora e embaixador fixos em todos os países da CARICOM. E nós aprendemos uma lição com tudo isso. É que muitas vezes as relações, levando em conta a similaridade dos nossos países, nos ajuda muito mais do que ficar na dependência de uma ajuda do nosso colonizador. Por isso, a minha alegria de estar de volta à Guiana. Sobretudo, de participar da 46ª Conferência de Chefes de Estado da Comunidade do Caribe.

Em 2005, tive a honra de participar de uma Cúpula como esta, no Suriname. Foi a primeira vez que um chefe de Estado brasileiro se dirigiu aos líderes da CARICOM. Em 2010, o Brasil foi anfitrião de uma reunião Brasil-CARICOM. Dela resultou nossa associação ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, além de diversas iniciativas de cooperação técnica. Apesar dessa aproximação, não logramos consolidar uma agenda consistente com a região.

Sabemos que a CARICOM espera muito mais do Brasil. Sabemos dos principais problemas que atingem a região: a insegurança alimentar, que – segundo o Programa Mundial de Alimentos – ameaça metade da população caribenha; e a mudança do clima, que coloca em risco todo o planeta, sobretudo os países insulares.

Quero ressaltar que esses dois problemas estão no centro dos debates travados pelo Brasil nos fóruns internacionais. Quero ressaltar, também, que esses dois problemas têm a mesma raiz: a desigualdade. Portanto, a luta contra a desigualdade no mundo é também a luta das populações caribenhas.

Não é possível que em um planeta que produz comida suficiente para alimentar toda a população mundial, cerca de 735 milhões de seres humanos não tenham o que comer. Não é possível que os países ricos, principais responsáveis pela crise climática, continuem descumprindo o compromisso de destinar US\$ 100 bilhões anuais aos países em desenvolvimento, para o enfrentamento da mudança do clima. Não é possível que o mundo gaste por ano US\$ 2,2 trilhões em armas. Todos sabemos: guerras provocam destruição, sofrimento e mortes, sobretudo de civis inocentes.

O Brasil seguirá lutando pela paz mundial. Uma guerra na distante Ucrânia afeta todo o planeta, porque encarece os preços dos alimentos e dos fertilizantes. Um genocídio na Faixa de Gaza afeta toda a humanidade, porque questiona o nosso próprio senso de humanidade. E confirma uma vez mais a opção preferencial pelos gastos militares, em vez de investimentos no combate à fome; na Palestina, na África, na América do Sul ou no Caribe.

Meus companheiros e companheiras, ouvi da primeira-ministra Mia Mottley que Barbados tem 27 voos semanais para o Reino Unido e para os Estados Unidos e nenhum para o Brasil. Portanto, o nosso maior obstáculo é a falta de conexões, seja por terra, por mar e pelo ar.

Uma das rotas de integração e desenvolvimento prioritárias para meu governo é a do Escudo Guianense, que abrange a Guiana, o Suriname e a Venezuela. Queremos, literalmente, pavimentar nosso caminho para o Caribe. Abriremos corredores capazes de suprir as demandas de abastecimento e fortalecer a segurança alimentar da região.

É importante lembrar, presidente, que viajaram comigo agora o meu ministro do Transporte, o meu ministro de Portos e Aeroportos, o meu ministro de Integração Nacional e a minha ministra de Planejamento, para que a gente possa discutir, hoje, com a Guiana e com o Suriname, as aberturas dos caminhos que precisamos abrir, para que a nossa integração se torne eficaz.

O Brasil pode oferecer gêneros alimentícios a preços competitivos. Mas, sobretudo, pode contribuir para ampliar a produtividade agrícola local. Por isso, eu quero convidar os países da CARICOM a se somarem à Aliança Global de Combate à Fome e a Pobreza que será lançada pela presidência brasileira do G20. Queremos promover políticas públicas e mobilizar recursos para essa causa.

Meus amigos e minhas amigas, a criação do fundo de perdas e danos, na COP de Dubai, foi uma conquista histórica. Mas a luta não terminará enquanto não houver mais fundos para adaptação e para o cumprimento da Agenda 2030 como um todo.

Como anfitrião da COP 30, o Brasil quer trabalhar com os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). O IPCC é categórico sobre a urgência de limitar o aumento na temperatura global a 1,5°C. Precisamos unir forças para avançar em nossa “Missão 1,5°C”, acelerando a implementação dos compromissos já assumidos e adotando metas mais ambiciosas em 2025.

Com a Guiana e o Suriname, que também são países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), queremos convidar outros países da CARICOM a seguirem São Vicente e Granadinas e se somarem à Declaração “Unidos por nossas Florestas”. Os serviços que as florestas prestam ao mundo precisam ser valorizados. O Caribe é vulnerável a eventos extremos, que também se tornaram mais frequentes no Brasil.

Tenho a satisfação de anunciar que o Brasil e a CARICOM decidiram fortalecer a gestão integrada de riscos de desastres, por meio do Mecanismo de Resposta Regional da Agência Caribenha de Gerenciamento de Emergências em Desastres (CDEMA).

Amigas e amigos, Brasil e CARICOM estão lado a lado também na defesa de uma governança global mais justa. Não é mera coincidência que, nas votações da Assembleia Geral da ONU, a convergência entre nós chegue a 80%. Também compartilhamos do diagnóstico da Iniciativa de Bridgetown.

Muitas de suas propostas são bandeiras que o Brasil erguerá na presidência do G20. Refiro-me, em especial, ao pleito pela ampliação dos recursos disponíveis a países em desenvolvimento. Até o final deste ano, faremos um aporte ao fundo concessional do Banco de Desenvolvimento do Caribe. Países caribenhos sofrem com altos níveis de endividamento e têm condições menos favoráveis de renegociação por terem ascendido à condição de países de renda média.

Guiana, Haiti, Suriname e Trinidad e Tobago são membros da cadeira do Brasil na diretoria executiva do FMI. Todos nos beneficiaríamos da reforma das instituições de Bretton Woods, para torná-

las mais representativas. A arquitetura financeira internacional não dispõe de ferramentas adequadas para responder às demandas de desenvolvimento sustentável e enfrentamento à mudança do clima.

No Haiti, precisamos agir com rapidez para aliviar o sofrimento de uma população dilacerada pela tragédia. Infelizmente, a comunidade internacional não deu ouvidos quando o Brasil alertou que o esforço de estabilização só seria sustentável com o apoio maciço ao desenvolvimento e ao fortalecimento institucional do país.

Hoje, o Haiti – primeira nação independente do Caribe e primeiro país a abolir a escravidão no hemisfério ocidental – se vê novamente imerso em uma espiral de insegurança e instabilidade. Escutar a voz da região, portanto, é imprescindível.

São de suma importância o engajamento caribenho na Missão Multinacional da ONU e o empenho do Grupo de Personalidades Eminentíssimas da CARICOM na mediação entre as forças políticas haitianas. A crise securitária só se resolverá com avanço no processo político.

Temos uma ligação especial com o Haiti, materializada pelos cerca de 200 mil haitianos que vivem no país. Estamos oferecendo treinamento à Polícia Nacional Haitiana e vamos inaugurar um centro de formação profissional para jovens haitianos no sul do país, no valor de 17 milhões de dólares.

Com mais de 50 anos, a CARICOM é um dos mais antigos blocos de integração do mundo em desenvolvimento. O PIB combinado de seus quinze membros é de 120 bilhões de dólares, maior do que alguns países sul-americanos. Sua população de 19 milhões de pessoas é um ativo muito valioso.

O Brasil voltou a olhar para o seu entorno, ciente de que somente juntos lograremos uma inserção internacional robusta. A CARICOM abriu-se para o Sul, rejeitando a condição de zona de influência de potências alheias à região. Temos o desafio de manter nossa autonomia em meio a rivalidades geopolíticas. Cabe a nós manter a região como zona de paz.

Abriamos sociedades multiétnicas, entrelaçadas por culturas vibrantes. Mas também carregamos o trauma da maior migração forçada da História. O Brasil e o Caribe estiveram entre os grandes destinos do tráfico humano. Como parte da diáspora africana, compartilhamos da responsabilidade de resgatar e preservar a memória dos flagelos do colonialismo e da escravidão.

Nossa relação pode ir muito além do intercâmbio de boas práticas e de atividades de capacitação. Vemos no bloco um parceiro econômico promissor e um interlocutor político estratégico.

O Brasil já é o quinto maior fornecedor da CARICOM. Nossa corrente de comércio foi de US\$ 2,7 bilhões no ano passado, mas já havia superado US\$ 5 bilhões em 2008, o que demonstra seu potencial de crescimento.

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações identificou mais de mil oportunidades de inserção de produtos brasileiros nos países da Comunidade. Ocorre que bens e serviços não circulam onde não há vias abertas. Belém, Boa Vista e Manaus estão mais próximas de capitais do Caribe do que de outras grandes cidades brasileiras.

Minhas amigas e meus amigos, na Cúpula de 2010, falei da nossa vocação – do Brasil e do Caribe – de “aproximar para unir e unir para mudar”. Essa mensagem segue atual e relevante.

Em meus mandatos anteriores, chegamos a ter embaixadas residentes em todos os países da CARICOM. Queremos restabelecer nossa presença diplomática em todos os países da CARICOM.

Estamos reabrindo nossa missão junto a São Vicente e Granadinas. Vamos retomar nosso mecanismo de consultas políticas para aprofundar nosso diálogo e formular agenda substantiva para uma segunda Cúpula Brasil-CARICOM.

O escritor caribenho Naipaul, prêmio Nobel de literatura, disse que: “Muitas pessoas estão confinadas no nicho que esculpem para si mesmas e se limitam a poucas possibilidades pela estreiteza de sua visão”.

Por isso, quero convidá-los para juntos expandir nossa visão e conquistar um lugar maior no mundo. A CARICOM é parceiro fundamental do Brasil e parte indispensável da CELAC, sem a qual o projeto de integração regional permanecerá inacabado.

Muito obrigado.

Discurso do presidente Lula durante a Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)

Discurso lido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a Cúpula da CELAC, em Kingstown (São Vicente e Granadinas), no dia 1º de março de 2024

Publicado em 01/03/2024 13h18 Atualizado em 01/03/2024 17h34. Acesso: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/discurso-do-presidente-lula-durante-a-cupula-da-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos-celac#:~:text=As%20vidas%20de%20milhares%20de,que%20precisa%20de%20muito%20humanismon>

É muito bom vir a São Vicente e Granadinas para participar da oitava Cúpula da CELAC. Este belo e acolhedor país caribenho recebe hoje os líderes responsáveis por tornar realidade nossos ideais de integração.

Uma das experiências mais gratificantes dos meus primeiros mandatos está relacionada ao renascimento do projeto integracionista na primeira década do século XXI. Tive a oportunidade e a satisfação de viver um momento ímpar desse desejo coletivo de maior aproximação entre nós. Trabalhamos pelo fortalecimento e ampliação do MERCOSUL e pela criação da UNASUL. Participei das etapas iniciais de formação da CELAC em 2008, na Bahia, quando reunimos, pela primeira vez, os 33 chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe. Foi preciso esperar 500 anos para que isso acontecesse.

Apesar da nossa diversidade, soubemos avançar a passos firmes na construção de consensos regionais. Nossa extraordinária variedade cultural, étnica e geográfica não foi um empecilho. Nossos distintos modelos políticos e econômicos tampouco impediram o esforço permanente pelo entendimento. Tínhamos a nos unir anseios comuns de justiça social, combate à pobreza e a promoção do desenvolvimento. Construímos uma cultura de paz e entendimento.

Nos últimos anos, contudo, voltamos a ser uma região balcanizada e dividida, mais voltada para fora do que para si própria. Entre muitos de nós, a intolerância ganhou força e vem impedindo que diferentes pontos de vista possam se sentar à mesma mesa. Estamos deixando de cultivar nossa vocação de cooperação e permitindo que conflitos e disputas, muitas delas alheias à região, se imponham.

Defender o fim do bloqueio a Cuba e a soberania argentina nas Malvinas interessa a todos nós. Todas as formas de sanções unilaterais, sem amparo no Direito Internacional, são contraproducentes e penalizam os mais vulneráveis.

Num momento em que os gastos militares globais ultrapassam 2 trilhões de dólares por ano, recuperar o espírito de solidariedade, diálogo e cooperação não poderia ser mais atual e necessário.

Num mundo em que tantos conflitos vitimam milhares de inocentes, sobretudo mulheres e crianças, nossa região deve ser um exemplo de construção da paz.

Senhoras e senhores,

Não podemos deixar de refletir sobre o nosso lugar no plano internacional.

Num contexto de difusão do poder global e de reforço constante da multipolaridade, a questão que volta a se colocar é se os países da América Latina e do Caribe querem se integrar ao mundo unidos ou separados. Isso é particularmente relevante no momento atual, em que a nossa região se converterá no centro de gravidade da diplomacia global, ao receber as cúpulas do G20, da APEC, do BRICS e da COP30.

Se falamos como região, temos mais chances de influenciar os grandes debates da atualidade. Se atuamos juntos, criamos sinergias que fortalecem nossos projetos individuais de desenvolvimento.

As três prioridades da presidência brasileira do G20 dialogam muito com nossos desafios históricos.

Nossa proposta da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, pode se beneficiar do Plano de Segurança Alimentar e Erradicação da Pobreza” da CELAC. De acordo com a CEPAL, dos 660 milhões de latino-americanos e caribenhos, ainda há 180 milhões de pessoas que não possuem renda suficiente para suas necessidades básicas e 70 milhões ainda passam fome. Esse é um paradoxo para uma região que abriga grandes e diversificados provedores de alimentos.

O desenvolvimento sustentável e a transição energética são uma urgência do nosso tempo e uma oportunidade para todos nós. Possuímos o maior potencial energético renovável do mundo, se levarmos em conta a capacidade de produzir biocombustíveis, energia eólica, solar e hidrogênio verde. Contamos com mais de um 1/3 das reservas de água do planeta e uma biodiversidade riquíssima. Em nosso solo se encontra vasto e diversificado conjunto de minerais estratégicos de grande importância para os projetos industriais de última geração.

Neste ano em que celebramos os 60 anos da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), vale a pena retomar o debate sobre o caráter estrutural do subdesenvolvimento. Economistas como Raul Prebisch e Celso Furtado explicitaram os riscos associados a uma inserção internacional baseada unicamente em vantagens comparativas.

Com a integração, podemos atuar para as ferramentas de Inteligência Artificial sejam uma aliada dos nossos projetos de reindustrialização, mitigando seus efeitos nefastos no mercado de trabalho. O FMI estima que 40% dos empregos no mundo serão negativamente afetados por essas novas tecnologias.

As necessárias reformas das organizações internacionais embutem a demanda por mecanismos inovadores de financiamento. Os bancos multilaterais de desenvolvimento devem destinar mais recursos, e de forma mais ágil e sem condicionalidades, para iniciativas que realmente façam a diferença.

Com isso, será mais fácil enfrentar nossa deficiente conexão física e investir na construção de estradas, ferrovias, pontes, portos e conexões aéreas que permitam uma efetiva circulação de pessoas e de mercadorias.

Senhoras e senhores,

Agradeço ao companheiro Ralph Gonsalves, uma vez mais, pelo excepcional trabalho realizado durante sua presidência. Tenho certeza de que a companheira Xiomara Castro terá o mesmo êxito na condução da CELAC.

O Brasil acredita na CELAC como foro de construção de consensos, que cultiva a via do entendimento e que não se deixa tentar por soluções impositivas.

Quero concluir parafraseando o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, grande defensor da vertente regional da política externa brasileira e que nos deixou recentemente.

Para atingir seus objetivos estratégicos de desenvolvimento, os estados da periferia do mundo capitalista precisam enxergar uns aos outros pelos próprios olhos e não pelo prisma dos países centrais.

A CELAC nos proporciona essa possibilidade de pensar nossa inserção no mundo a partir de nossas agendas e interesses.

Meus amigos e minhas amigas,

Na Ucrânia, a cada dia em que os combates prosseguem, aumentam o sofrimento humano, a perda de vidas e a destruição de lares.

No Haiti, precisamos agir com rapidez para aliviar o sofrimento de uma população dilacerada pelo caos social. Há anos o Brasil vem dizendo que o problema do Haiti não é só de segurança, mas, sobretudo, de desenvolvimento.

A tragédia humanitária em Gaza requer de todos nós a capacidade de dizer um basta para a punição coletiva que o governo de Israel impõe ao povo palestino. As pessoas estão morrendo na fila para obter comida. A indiferença da comunidade internacional é chocante.

Quero aproveitar a presença do secretário-geral da ONU, meu companheiro António Guterres, para propor uma moção da CELAC pelo fim imediato desse genocídio. O secretário-geral pode invocar o artigo 99 da Carta da ONU para levar a atenção do Conselho tema que ameaça a paz e a segurança internacional.

Faço um apelo ao governo japonês, que assume a presidência do Conselho a partir de hoje, para que paute esse tema com toda a urgência. Peço aos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU que deixem de lados suas diferenças e ponham fim a essa matança.

Já são mais de 30 mil mortos. As vidas de milhares de mulheres e crianças inocentes estão em jogo. As vidas dos reféns do Hamas também estão em jogo.

Eu quero terminar dizendo para vocês que a nossa dignidade e humanidade estão em jogo. Por isso é preciso parar a carnificina em nome da sobrevivência da humanidade, que precisa de muito humanismo.

Muito obrigado.

Educação como tema da União Africana para 2024

Education as African Union theme for 2024

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Abstract. *This report brings the aftermath of the 37th Addis Ababa Summit, highlighting the theme approved by the Heads of State and Government "Training Africans for the 21st Century - create resilient education systems to increase access to inclusive, relevant, quality and continuous learning in Africa. The report also points out two events of paramount importance. Firstly, the ministerial conference on malaria in African countries with the greatest burden of disease, which support 70% of malaria, and its ministers committed to protecting their people from the devastating consequences of this endemic disease. The second, the Annual Meeting of IANPHI, held in Kigali, with the on-site and online participation of Fiocruz. National Public Health Institutes (NPHI) around the world discussed how to strengthen the resilience of health systems and communities to the growing threat of diseases, persistent and growing health inequalities, climate and environmental changes and other health hazards. It had a strong presence from all over Africa, Asia, Europe, the United States of America, Canada, the Middle East and much less Latin America. Africa CDC has made strengthening the continent's NPHI a priority. IANPHI members and partners have identified peer support and collaboration between NPHI and Ministries of Health, as well as the leading role in these agendas that NPHI can play, as key to the ambition to deliver EPHF and strengthen resilience and sustainability.*

Keywords: *African Union. WHO. IANPHI*

Resumo. O informe traz o rescaldo da 37ª Cúpula de Adis Abeba, relevando o tema aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo "Formar os Africanos para o Século XXI - criar sistemas de educação resilientes para aumentar o acesso a uma aprendizagem inclusiva, relevante, de qualidade e contínua em África. O informe também repercute dois eventos de suma importância. Primeiro, a conferência ministerial sobre a Malária nos país africanos com o maior fardo de doença, que suportam 70% da Malária, tendo os seus Ministros comprometidos em proteger os seus povos das consequências devastadoras dessa endêmica doença. O segundo, a reunião anual da IANPHI, realizada em Kigali, com a participação presencial e remota da Fiocruz. Os Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) de todo o mundo discutiram como reforçar a resiliência dos sistemas de saúde e das comunidades face à crescente ameaça das doenças, à persistente e crescente desigualdade na saúde, às mudanças climáticas e ambientais e a outros perigos para a saúde. Contou com uma forte participação presencial de toda a África, da Ásia, da Europa, dos Estados Unidos da América, do Canadá, do Oriente Médio e muito menos da América Latina. O CDC África fez do reforço dos INSP do continente uma prioridade. Os membros e parceiros da IANPHI identificaram o apoio entre pares e a colaboração entre os INSP e os Ministérios da Saúde, bem como o papel de liderança nestas agendas que os INSP podem desempenhar, como sendo fundamentais para a ambição de concretizar as EPHF e reforçar a resiliência e a sustentabilidade.

Palavras-chave: União Africana. OMS. IANPHI

Rescaldo da 37ª Cúpula da União Africana: Educação como tema para 2024

Visão geral da Estratégia de Educação Continental (CESA, 2016-2025). A África inaugurou desde 2018 uma era que a maioria dos observadores e especialistas preveem que determinará o seu destino como o continente do futuro. Mas para cumprir este futuro brilhante prometido, o continente tem de aceitar os seus sistemas de educação e formação que ainda não se livraram totalmente do peso do seu legado colonial e das suas próprias atribuições como entidade e ator político e económico relativamente novo no mundo. Na tentativa de “criar” um novo cidadão africano que será um agente de mudança eficaz para o desenvolvimento sustentável do continente, conforme previsto pela União Africana e pela sua Agenda 2063, a Comissão desenvolveu uma abrangente de dez anos para África (CESA 2016-2025). Essa Estratégia foi adotada pelos Chefes de Estado e de Governo durante a sua 26.ª Cúpula, realizada em Adis Abeba no dia 31 de janeiro de 2016, como quadro para transformar os sistemas de educação e formação do continente. A CESA concretizou a visão descrita na sua Agenda 2063 para permitir que os cidadãos se tornem agentes eficazes da mudança para alcançarem “A África que Queremos”. Também posicionou o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável relativo à educação (ODS 4) da Agenda 2030 no contexto dos desafios e prioridades específicos de África. Os responsáveis pela sua implementação serão incumbidos de “reorientar os sistemas de educação e formação de África para satisfazer os conhecimentos, competências, aptidões, inovação e criatividade necessários para nutrir os valores fundamentais africanos e promover o desenvolvimento sustentável a nível nacional, sub-regional e continental”. Os seguintes princípios orientadores e pilares são articulados para orientar a implementação da Estratégia Continental, conforme refletido em doze (12) Objetivos Estratégicos apoiados por áreas de trabalho específicas, como se segue.

Princípios orientadores da CESA:

- As sociedades do conhecimento exigidas pela Agenda 2063 são impulsionadas por capital humano qualificado
- Uma educação holística, inclusiva e equitativa, com boas condições para a aprendizagem ao longo da vida, é condição *sine qua non* para o desenvolvimento sustentável
- A boa governação, a liderança e a responsabilização na gestão da educação são fundamentais.
- Sistemas harmonizados de educação e formação são essenciais para a realização da mobilidade intra-africana e da integração académica através da cooperação regional
- Educação, formação e investigação relevantes e de qualidade são fundamentais para a inovação científica e tecnológica, a criatividade e o empreendedorismo
- Uma mente sã em um corpo sã - alunos física e socio psicologicamente aptos e bem alimentados.

Pilares da CESA:

- Forte vontade política para reformar e impulsionar o sector da educação e formação
- Ambiente tranquilo e seguro
- Equidade, igualdade e sensibilidade de género em todos os sistemas de educação e formação
- Mobilização de recursos com ênfase nos recursos internos
- Fortalecer a capacitação institucional através de
- Boa governação, transparência e responsabilização

- Uma coligação de atores para permitir uma parceria credível, participativa e sólida entre o governo, a sociedade civil e o sector privado
- Orientação e apoio em diferentes níveis e tipos de formação
- A criação e o desenvolvimento contínuo de um ambiente propício à aprendizagem

Objetivos Estratégicos da CESA:

- Revitalizar a profissão docente para garantir qualidade e relevância em todos os níveis de ensino
- Construir, reabilitar, preservar infraestruturas educativas e desenvolver políticas que garantam um ambiente de aprendizagem permanente, saudável e propício em todos os subsectores e para todos, de modo a expandir o acesso a uma educação de qualidade
- Aproveitar a capacidade das TIC para melhorar o acesso, a qualidade e a gestão dos sistemas de educação e formação
- Garantir a aquisição dos conhecimentos e competências necessários, bem como melhores taxas de conclusão em todos os níveis e grupos através de processos de harmonização em todos os níveis para a integração nacional e regional
- Acelerar processos que conduzam à paridade e equidade de género
- Lançar programas de alfabetização abrangentes e eficazes em todo o continente para erradicar o flagelo do analfabetismo
- Fortalecer os currículos de ciências e matemática na formação de jovens e divulgar o conhecimento científico e a cultura na sociedade
- Expandir as oportunidades de TVET (*Technical and Vocational Education and Training*) nos níveis secundário e terciário e fortalecer os vínculos entre o mundo do trabalho e os sistemas de educação e formação
- Revitalizar e expandir o ensino superior, a pesquisa e a inovação para enfrentar os desafios continentais e promover a competitividade global
- Promover a educação para a paz e a prevenção e resolução de conflitos em todos os níveis de ensino e para todas as faixas etárias
- Melhorar a gestão do sistema educativo, bem como construir e reforçar a capacidade de recolha, gestão, análise, comunicação e utilização de dados
- Criar uma coligação de partes interessadas para facilitar e apoiar atividades resultantes da implementação do CESA 16-25.

A CESA 2016-2025 é sustentada por quadros de comunicação, governação e implementação para a sua execução a nível nacional, sub-regional e continental. Uma vez que cada área de interesse mencionada nesta CESA 16-25, quer como princípio orientador, objetivo estratégico ou pilar, pode merecer um programa separado, se não uma estratégia de implementação completa, a estratégia propõe que todas as partes interessadas e atores tenham liberdade para agir e tomar medidas positivas. Serão todos integrados no quadro da coligação para a educação, formação, utilizando uma abordagem que dá mais visibilidade às ações realizadas no continente em matéria de educação e formação. Algumas das iniciativas já identificadas incluem [STISA](#) (*Science, Technology and Innovation Strategy for Africa 2024*), a Estratégia Continental para a [TVET](#), a educação das meninas, a alimentação escolar, a saúde escolar, a administração escolar ou a profissão docente em termos de formação e/ou condições de vida e de trabalho.

Importa referir que até à 37ª Cúpula nunca a Educação foi designada como um tema do ano da União Africana. Para aqui chegar, vale também lembrar que o Secretário-Geral das

Nações Unidas, António Guterres, organizou, de 17 a 19 de setembro de 2022, uma Cúpula Mundial sobre a Transformação da Educação. No meio de tantas outras questões pertinentes a nível mundial, essa Cúpula foi considerada urgente e prioritária, uma vez que, a nível mundial, a Educação está em crise profunda e os progressos para a consecução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável em matéria de educação (ODS4) estão muito aquém do esperado. É por esta razão que o Secretário-Geral decidiu proporcionar uma “oportunidade única numa geração” para abordar esta crise global da Educação, mediante a renovação do compromisso coletivo e de ações conjuntas.

África apresenta um fosso maior do que os outros continentes no que diz respeito à realização das metas do ODS4, que também se refletem nessa Estratégia Continental.

Nesse contexto, o Departamento de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação da União Africana, em colaboração com a ONU e outros parceiros, nomeadamente a UNESCO, o UNICEF e o PAM, preparou e coordenou meticulosamente a organização de um evento paralelo de alto nível, que teve lugar a 20 de setembro de 2022, em Nova Iorque. O processo preparatório iniciou-se em junho, tendo o Comissário para a Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação criado uma equipe de trabalho altamente inclusiva, que reuniu os grupos da União Africana sobre Educação, peritos técnicos do continente e do estrangeiro, parceiros de desenvolvimento, representantes da sociedade civil, do sector privado e da juventude. A equipe de trabalho realizou exercícios iterativos com o objetivo de apresentar uma série de recomendações concretas e realistas que serviram de base para a elaboração de uma declaração formal apresentada nesse evento paralelo de alto nível e constituíram um roteiro para os Estados-Membros e a Comissão da União Africana traduzirem em ações as recomendações da Cúpula sobre a Transformação da Educação, adaptadas ao contexto africano.

Praticamente todos os intervenientes subscreveram e apoiaram amplamente a proposta, desde os Chefes de Estado aos parceiros e representantes da juventude africana. Na sequência dos debates em painel, a Declaração Final foi apresentada e aprovada por unanimidade.

No seu “parágrafo introdutório”, a Declaração recorda que

*“a educação continua a ser um direito humano fundamental, tal como previsto no artigo 26.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 28.º da Convenção sobre os Direitos da Criança e no artigo 11.º da Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da Criança, que sublinham a necessidade de os Estados Partes proporcionarem um ensino básico gratuito e obrigatório”. Os dois primeiros parágrafos, na secção sobre “Compromissos”, têm a seguinte redacção:
Reiteramos os nossos compromissos e o nosso apelo para que todos os Estados-Membros da União Africana:*

- 1. Trabalhem para a realização da Estratégia Continental de Educação para África 2016-2025 e das metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável relacionadas com a educação, em especial o ODS4;*
- 2. Defendam que a Educação seja o tema do Ano da União Africana para 2024 e a implementação do apelo do Secretário-Geral da ONU para transformar a educação a nível mundial.”*

É neste contexto que a proposta de escolher a Educação como o tema do Ano de 2024 foi submetida à apreciação e aprovação da 36.ª Sessão Ordinária da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo em fevereiro de 2023.

No que respeito ao panorama do setor da Educação no continente, as revisões recentes da CESA e do Quadro de Ação para a Educação 2030, o relatório continental União Africana-UNESCO da CESA e o ODS42 e um relatório conjunto União Africana-UNICEF sobre a Transformação da Educação em África, apontam para o facto de que, nos últimos dez anos, os governos africanos implementaram uma vasta gama de programas e envidaram esforços a nível de políticas para garantir que nenhuma criança seja deixada para trás no acesso à educação. Foram envidados esforços consideráveis no continente para garantir o acesso, a conclusão e a qualidade do ensino básico para todos. De um modo geral, a percentagem de crianças que não frequentam a escola diminuiu até 2010. As taxas de conclusão do ensino primário e do primeiro ciclo do ensino secundário melhoraram, bem como o acesso e a participação no ensino e formação técnico-profissional. Registraram-se igualmente progressos notáveis no acesso ao ensino pré-primário, à alfabetização dos adultos e à aprendizagem contínua. No que diz respeito à alimentação escolar, os países de baixo rendimento duplicaram as suas despesas orçamentais nacionais com a alimentação escolar, de 17% para 33% entre 2013 e 2020. Nos países de rendimento médio-baixo, os orçamentos nacionais representam atualmente 88% do financiamento da alimentação escolar, contra 55% em 2013.

No entanto, não obstante os esforços e os progressos verificados, quatro indicadores principais constituem um sinal de alerta:

- Embora a taxa de abandono escolar, ou seja, a "proporção de crianças e jovens na faixa etária oficial para um determinado nível de ensino que não estão matriculados nos níveis de ensino pré-primário, primário, secundário ou superior" continue a diminuir constantemente, especialmente no que se refere ao nível primário, o número absoluto atingiu a alarmante estimativa global de 98 milhões em África;
- A taxa de pobreza de aprendizagem, ou seja, a percentagem de crianças que não conseguem ler e compreender um texto simples aos 10 anos de idade, era a mais elevada da África Subsariana antes da pandemia da COVID-19, situando-se nos 86%. É provável que esta taxa tenha registado um agravamento após a pandemia, estimando-se atualmente em 90%. Isso significa que 9 em cada 10 crianças não conseguem ler e compreender um texto simples aos 10 anos de idade;
- A África precisará de mais 17 milhões de professores para alcançar o ensino primário e secundário universal até 2030;
- Estima-se que África representará mais de 90% das necessidades globais de financiamento externo para a educação até 2030, na medida em que serão necessários mais USD40 mil milhões para financiar a educação com vista a alcançar os ODS no domínio da educação, e avançar para a concretização das aspirações da Agenda 2063 de África.

Analisando minuciosamente cada objetivo específico da CESA 1206-2025 ou o ODS4, percebe-se a urgência de transformar e revitalizar todo o sistema educativo do continente, prestando especial atenção aos grupos marginalizados, incluindo as raparigas, as crianças das zonas rurais, as que vivem com deficiências e as que se deslocam, incluindo as que vivem em países e contextos frágeis.

Em termos de perspectivas, o ano de 2024, dedicado à Educação em África, será uma oportunidade única para a União Africana voltar a mobilizar os Estados-Membros para a realização das metas da CESA e do ODS4. A Comissão da União Africana mobilizará os governos e os parceiros de desenvolvimento para reconsiderar os modelos de educação e de desenvolvimento de competências necessários para a África que almejamos no século XXI. A ênfase será colocada no desenvolvimento e na implementação de estratégias de transformação

eficazes, duradouras e à escala do sistema da educação em África, bem como na recuperação da Covid-19, no reforço da resiliência e da transformação, tirando partido da dinâmica mundial. Espera-se também que estimule a implementação das declarações emanadas dos principais encontros continentais e globais sobre a educação, incluindo a quarta sessão ordinária do Comité Técnico Especializado de Educação, Ciência e Tecnologia, as declarações da Cimeira das Nações Unidas sobre a Transformação da Educação, o Evento Paralelo de Alto Nível sobre a Transformação da Educação em África, bem como o Manifesto da Juventude sobre a Transformação da Educação em África, que emanou das consultas aos jovens em 2023 e foi apresentado naquele evento paralelo de alto nível em Nova Iorque.

O tema aprovado em Adis Abeba pelos Chefes de Estado e de Governo “Formar os Africanos para o Século XXI - criar sistemas de educação resilientes para aumentar o acesso a uma aprendizagem inclusiva, relevante, de qualidade e contínua em África”, será estruturado em torno de subtemas que abrangem todo o espectro da educação e do desenvolvimento de competências, desde a educação e o desenvolvimento na primeira infância até o ensino superior e profissional e à aprendizagem ao longo da vida. A ênfase será colocada no desenvolvimento e na implementação de estratégias de transformação eficazes, duradouras e à escala do sistema da educação em África, bem como na resolução do problema das limitações do financiamento da educação. O papel dos professores como principais agentes de transformação será enfatizado, uma vez que os professores precisam de ser adequadamente apoiados e capacitados para desempenharem o seu papel para que esta transformação tenha lugar.

Para celebrar o tema do ano, uma série de atividades serão levadas a cabo a nível nacional, regional, continental e mundial. Espera-se que essas atividades previstas promovam a implementação de várias resoluções adotadas em vários momentos, tendo em vista a criação de sistemas de ensino adequados e resilientes em África. A implementação estará sob a liderança técnica e coordenação do Departamento de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação da Comissão da União Africana, em estreita colaboração com o Comité dos Dez Chefes de Estado para a Educação em África. O Departamento trabalhará em estreita colaboração com os Estados-Membros, as CER, os parceiros de desenvolvimento, as agências da ONU e todos os intervenientes no sector da educação, incluindo o sector privado e os jovens.

A escolha da Educação como o tema do ano de 2024 irá impulsionar ainda mais a dinâmica já gerada e, trabalhando com os Estados-Membros e parceiros, colocará um enfoque continental na recuperação da Covid-19 e na criação de sistemas resilientes tendo em vista um maior acesso a uma educação inclusiva, de qualidade e relevante em África. Isto será feito através de ações concretas com impacto a serem implementadas nos Estados-Membros da União Africana com vista à transformação da educação em África.

OMS - AFRO

Conferência Ministerial sobre a Malária: "Combater a malária nos países mais afetados pela doença"

Os Ministros da Saúde dos países africanos com o maior fardo de malária comprometeram-se a acelerar a ação para acabar com as mortes causadas pela doença. Comprometeram-se a enfrentar de forma sustentável e equitativa a ameaça da malária na Região africana, que é responsável por 95% das mortes por malária a nível mundial.

Os Ministros, reunidos em Yaoundé, nos Camarões, assinaram uma [declaração](#) em que se comprometem a reforçar a liderança e a aumentar o financiamento interno dos programas

de controlo da malária; a garantir um maior investimento em tecnologia de dados; a aplicar as mais recentes orientações técnicas em matéria de controlo e eliminação da malária; e a intensificar os esforços de controlo da malária a nível nacional e subnacional.

Os Ministros comprometeram-se ainda a aumentar os investimentos no sector da saúde para reforçar as infraestruturas, o pessoal e a execução dos programas; a reforçar a colaboração multissectorial; e a criar parcerias para o financiamento, a pesquisa e a inovação. Ao assinarem a declaração, expressaram o seu "empenho inabalável na redução acelerada da mortalidade por malária" e "responsabilizarem-se mutuamente e aos países pelos compromissos delineados na presente declaração".

A [Conferência de Yaoundé](#), coorganizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Governo dos Camarões, reuniu Ministros da Saúde, parceiros mundiais da malária, agências de financiamento, pesquisadores, organizações da sociedade civil e outros intervenientes importantes na luta contra a malária.

A conferência ministerial tem quatro objetivos principais: analisar os progressos e os desafios na consecução dos objetivos da estratégia mundial da OMS para o paludismo; debater estratégias de atenuação e financiamento para o paludismo; chegar a acordo sobre estratégias e respostas eficazes para a redução acelerada da mortalidade por paludismo em África; e estabelecer um roteiro para um maior empenhamento político e um maior envolvimento da sociedade no controlo do paludismo, com um mecanismo claro de responsabilização.

"Esta declaração reflete o nosso compromisso comum, enquanto nações e parceiros, de proteger os nossos povos das consequências devastadoras da malária. Trabalharemos em conjunto para garantir que este compromisso se traduz em ações e impacto", afirmou Hon Manaouda Malachie, Ministro da Saúde dos Camarões.

A região africana alberga 11 países que suportam aproximadamente 70% do fardo global da malária: Burquina Faso, Camarões, República Democrática do Congo, Gana, Mali, Moçambique, Níger, Nigéria, Sudão, Uganda e Tanzânia. Os progressos na luta contra a malária estagnaram nestes países africanos com elevada incidência da doença desde 2017 devido a fatores como as crises humanitárias, o baixo acesso e a qualidade insuficiente dos serviços de saúde, as alterações climáticas, as barreiras relacionadas com o género, as ameaças biológicas, como a resistência aos inseticidas e aos medicamentos, e as crises económicas mundiais. Os sistemas de saúde frágeis e as lacunas críticas nos dados e na vigilância agravaram o desafio.

O financiamento para o controlo da malária a nível mundial também é inadequado. Em 2022, estavam disponíveis 4,1 bilhões de dólares - pouco mais de metade do orçamento necessário - para a resposta à malária.

A nível mundial, o número de casos em 2022 foi significativamente mais elevado do que antes da pandemia de COVID-19, passando de 233 milhões em 2019 para 249 milhões. No mesmo período, a região africana registou um aumento do número de casos de 218 milhões para 233 milhões. A região continua a suportar o fardo mais pesado da malária, representando 94% dos casos de malária a nível mundial e 95% das mortes a nível mundial, estimando-se que, em 2022, ocorrerão 580 000 mortes.

"Globalmente, o mundo fez progressos significativos contra a malária nas últimas décadas e, no entanto, desde 2017, esses progressos estagnaram", afirmou o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, Diretor-Geral da OMS, acrescentando:

"A pandemia de Covid-19 e as ameaças de longa data, como a resistência aos medicamentos e aos inseticidas, fizeram com que nos desviássemos ainda mais do caminho, com lacunas críticas no financiamento e no acesso a ferramentas para prevenir, diagnosticar e tratar a malária. Com liderança política, apropriação nacional e o compromisso de uma ampla coligação de parceiros, podemos mudar esta história para as famílias e comunidades em toda a África."

Para ajudar a acelerar os esforços de redução do fardo da malária, a OMS e a Parceria RBM para Acabar com a Malária lançaram em 2018 a abordagem "De elevado fardo a elevado impacto", um esforço direcionado para acelerar os progressos nos países mais afetados pela malária.

A declaração assinada na conferência de hoje está em consonância com a abordagem "De elevado fardo a elevado impacto", que assenta em quatro pilares: vontade política de reduzir as mortes por malária; informação estratégica para promover o impacto; melhores orientações, políticas e estratégias; e uma resposta nacional coordenada à malária.

"A malária continua a causar mortes evitáveis em crianças e uma grande devastação para as famílias da nossa região. Congratulamo-nos com a declaração ministerial de hoje, que demonstra uma forte vontade política de reduzir o fardo desta doença mortal", afirmou a Dr.ª Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para África. "Com urgência e empenho renovados, podemos acelerar o progresso em direção a um futuro livre de malária."

Para que o paludismo não volte a progredir, a OMS recomenda um forte empenhamento nas respostas a todos os níveis, em especial nos países com elevada incidência da doença; um maior financiamento nacional e internacional; respostas ao paludismo baseadas na ciência e nos dados; ações urgentes sobre os impactos das alterações climáticas na saúde; o aproveitamento da investigação e da inovação; bem como parcerias sólidas para respostas coordenadas. A OMS está também a chamar a atenção para a necessidade de resolver os atrasos na execução dos programas de luta contra a malária.

International Association of National Public Health Institutes (IANPHI) - Reunião Anual

A reunião anual da IANPHI, organizada conjuntamente com o *Rwanda Biomedical Center*, que deveria ter sido em 2023, e adiada para 2024, teve lugar em Kigali, capital de Ruanda, de 7 a 8 de fevereiro, com a participação presencial e remota da Fiocruz.

Os Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) de todo o mundo discutiram como reforçar a resiliência dos sistemas de saúde e das comunidades face à crescente ameaça das doenças, à persistente e crescente desigualdade na saúde, às mudanças climáticas e ambientais e a outros perigos para a saúde.

O mundo encontra-se num importante ponto de decisão. Na sequência da pandemia de Covid-19, foram mobilizados compromissos políticos e financiamentos para reforçar a segurança sanitária e reconstruir melhor. Existe agora a oportunidade de se aproveitar destes recursos e as lições aprendidas com a pandemia para continuar a promover a saúde pública e a reduzir as desigualdades.

Os INSP em muitos países estão na vanguarda da ação para mitigar o impacto das ameaças atuais e futuras à saúde, bem como para melhorar a saúde e o bem-estar da população. A Reunião Anual da IANPHI reconheceu a importância da colaboração e da ação para reforçar a capacidade de todos os sistemas de saúde para desempenharem as [Funções Essenciais de Saúde Pública](#) (EPHF, *Essential Public Health Functions*), um conjunto essencial de capacidades

definidas e publicadas conjuntamente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela IANPHI. As EPHF são consideradas a base da ação em matéria de saúde pública que todos os países se devem esforçar por realizar.

No seu discurso de abertura, o Ministro da Saúde do Ruanda, Dr. Sabin Nsanzimana, pediu aos participantes que refletissem sobre as muitas colaborações e parcerias eficazes entre INSP realizadas durante a pandemia de Covid-19. "Unidos no seu objetivo, os INSP comprometem-se a promover a saúde pública, a resiliência e a sustentabilidade. Este é um testemunho da nossa determinação coletiva em construir um mundo mais saudável e mais resiliente", afirmou o Dr. Nsanzimana.

A reunião anual da IANPHI contou com uma forte representação de toda a África. O CDC África, através do seu Plano Estratégico 2023-2027, fez do reforço dos INSP do continente uma prioridade. O papel de liderança de África na promoção dos INSP e, por conseguinte, na defesa das EPHF, foi elogiado. Os membros e parceiros da IANPHI identificaram o apoio entre pares e a colaboração entre os INSP e os Ministérios da Saúde, bem como o papel de liderança nestas agendas que os INSP podem desempenhar, como sendo fundamentais para a ambição de concretizar as EPHF e reforçar a resiliência e a sustentabilidade.

O papel dos INSP na gestão da preparação e resposta a emergências e a sua liderança no apoio ao desenvolvimento de sistemas de saúde integrados e no reforço da vigilância foi ilustrado através dos estudos de casos e dos resultados apresentados na reunião. Reconheceu-se que as abordagens que reforçam as capacidades dos países para abordar todas as EPHF ajudarão a garantir que as ações de saúde pública abordam as doenças transmissíveis e não transmissíveis, outros riscos para a saúde e os determinantes estruturais e ambientais da saúde.

O Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, também discursou na conferência por videoconferência. Salientou a importância da [parceria entre a OMS e a IANPHI](#), assinada em outubro de 2022.

"Para alcançar a cobertura universal de saúde e a segurança sanitária em todo o mundo, temos de coordenar os nossos esforços para apoiar todos os países na criação das capacidades de saúde pública necessárias para proteger e promover a saúde e alcançar um acesso equitativo aos serviços, afirmou o Dr. Tedros. "O trabalho da IANPHI e das suas instituições membros e as parcerias impactantes forjam e apoiam a nossa ambição partilhada de sistemas de saúde sustentáveis e resilientes que possam proporcionar Saúde para Todos".

Esta reunião anual reconheceu especificamente a importância da colaboração multissetorial e interdisciplinar, o valor da parceria e o papel de liderança dos INSP na criação das alianças necessárias para a realização das EPHF.

Declaração de Kigali

Nós, a Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI), reunidos na cidade de Kigali para a Reunião Anual da IANPHI, realizada em 7 e 8 de fevereiro de 2024, afirmamos que:

Os INSP são um recurso vital para a construção de sistemas de saúde resilientes e sustentáveis. Para o conseguir, os INSP precisam de ter a confiança dos políticos, do público e das organizações da sociedade civil. Precisam de independência científica para gerar, interpretar e apresentar a base de dados essencial para a tomada de decisões e ações eficazes.

Os avanços tecnológicos oferecem oportunidades importantes para melhorar a saúde e reforçar a resiliência e a sustentabilidade. No entanto, é necessário avaliar os custos e os benefícios das tecnologias e antecipar e mitigar quaisquer riscos, incluindo o potencial para aumentar a desigualdade global através da sua utilização. O papel dos Institutos Nacionais de Saúde Pública na avaliação dos potenciais benefícios e riscos das vacinas, produtos farmacêuticos, intervenções comportamentais e tecnologias como a inteligência artificial é fundamental para a utilização eficaz, eficiente, económica e equitativa destas inovações.

Todos os países têm de estar aptos a fornecer toda a gama de [EPHF](#). Isto requer uma compreensão clara da capacidade institucional e da força de trabalho e das aptidões e competências necessárias para a sua execução. A IANPHI está empenhada em colaborar com a OMS para ajudar os países a concretizar o [Roteiro para a Criação de uma Força de Trabalho de Saúde Pública e Emergência](#), que foi desenvolvido conjuntamente pela OMS, a IANPHI e outros parceiros. A IANPHI compromete-se a apoiar ações destinadas a mapear e medir a força de trabalho e as capacidades institucionais e a desenvolver parcerias com as Escolas de Saúde Pública e as instituições académicas responsáveis pelo desenvolvimento de aptidões e competências em matéria de saúde pública em toda a força de trabalho nos domínios da saúde, da saúde pública e das emergências.

Reconhecendo a importância de construir sistemas de saúde resilientes e sustentáveis, a IANPHI compromete-se a trabalhar em colaboração com os Ministérios da Saúde e parceiros nos países e com organizações regionais e mundiais, na criação de capacidades e no fortalecimento dos sistemas de Atenção Primária à Saúde necessários para avançar no sentido da Cobertura Universal de Saúde (UHC, *Universal Health Coverage*) e da segurança sanitária para todos.

Reconhecendo a evolução da arquitetura global para apoiar a resposta a futuras pandemias, os membros da IANPHI estão empenhados em reforçar os sistemas de vigilância para melhorar a prevenção, deteção e resposta a todas as ameaças para a saúde. A IANPHI está empenhada em reforçar as parcerias necessárias para apoiar a vigilância colaborativa, a gestão de emergências e a resiliência e recuperação de crises.

Reconhecendo que os impactos dos eventos de saúde pública não são os mesmos para todas as pessoas, a IANPHI está empenhada em apoiar a promoção da saúde, reconhecendo que o envolvimento ativo das comunidades em todos os esforços para abordar os determinantes da saúde será de importância crucial para a resiliência e sustentabilidade da saúde a longo prazo. Esta agenda ambiciosa exige uma maior colaboração entre sectores a nível nacional e entre comunidades, governos e agências do sector privado a nível nacional, regional e global.

Reconhecendo as oportunidades criadas por novos mecanismos e redes de financiamento, como o Fundo para Pandemias e a Rede Internacional de Vigilância de Agentes Patogénicos, bem como os esforços para desenvolver uma maior capacidade de resposta a emergências, a IANPHI está empenhada em apoiar os INSP ativamente envolvidos na arquitetura de saúde global em evolução para ajudar a moldar e concretizar ações para "reconstruir melhor" sistemas de saúde resilientes.

Compromisso da IANPHI para a ação

Muitos países membros da IANPHI sofreram o impacto das mudanças climáticas e ambientais durante o último ano, com fenómenos meteorológicos extremos e as consequentes pressões migratórias a sobrecarregarem ainda mais a limitada capacidade de saúde pública.

Muitos dos seus membros desempenham um papel fundamental na resposta ao enorme impacto dos conflitos nos indivíduos, comunidades e populações, incluindo o seu acesso aos cuidados de saúde. A colaboração ativa entre os membros desta organização para reforçar a capacidade e prestar apoio mútuo em tempos de crise continua a ser um princípio central da IANPHI.

Esta reunião anual reafirmou a [Declaração de Estocolmo](#), subscrevendo o ponto de vista de que os INSP prestam um apoio fundamental a nível nacional na resposta a crises que afetam a saúde. Com a humanidade a enfrentar múltiplas emergências simultâneas, a necessidade de colaboração entre países, de trabalho em parcerias e de apoio entre os INSP nunca foi tão urgente.

Esta Declaração foi adotada em 8 de fevereiro, em Kigali, pelo Conselho Executivo da IANPHI em nome de associados da IANPHI.

Principais destaques da Assembleia Geral da IANPHI 2023

A Assembleia Geral da IANPHI é o órgão diretivo da IANPHI e é constituída pelos membros dos Institutos Nacionais de Saúde Pública. A Assembleia Geral foi realizada *online* em 7 de dezembro de 2023.

Durante essa Assembleia, os destaques das atividades e realizações da IANPHI 2023 foram partilhados de acordo com o seu alinhamento com a sua Estratégia 2021-2025. Outros tópicos da reunião incluíram uma visão geral da situação financeira da associação e os resultados das votações que foram realizadas *online* entre 10 e 23 de novembro de 2023.

Méritos de sucesso em 2023

Em 2023, 31 projetos de 16 países foram submetidos à apreciação dos responsáveis regionais da IANPHI. Os projetos ganhadores por região foram:

Rede Regional da IANPHI em África: o mérito foi reconhecido ao [Instituto Nacional de Saúde de Moçambique](#) (INS), ao nível da região africana, sobre o sucesso alcançado na implementação do projeto de expansão dos serviços de laboratórios de saúde pública de qualidade, culminando com a acreditação de 25 laboratórios na Norma ISO 15189. A distinção, recebida pela Doutora Sofia Viegas, Directora-Geral Adjunta do INS, resulta do carácter inovador e impacto do projeto intitulado “Expandir serviços laboratoriais de saúde pública de qualidade em Moçambique – ISO15189, acreditação de 25 testes laboratoriais”.

Imagem 1: A Diretora-Geral Adjunta do INS, Dr.^a Sofia Viegas, recebendo a distinção das mãos do Presidente da IANPHI, Prof Duncan Selbie



Imagem 2: Certificado de mérito conferido ao projeto do INS de Moçambique



De acordo com a apreciação da IANPHI, em Moçambique, a adoção do programa *Strengthening Laboratory Management Toward Accreditation* (SLMTA) pelo Ministério da Saúde resultou em realizações significativas, com o Instituto Nacional de Saúde (INS) a obter a acreditação ISO 15189 para 25 testes laboratoriais em seis (6) laboratórios de referência, refletindo um compromisso com a melhoria contínua dos cuidados de saúde através de sistemas de gestão da qualidade.

Rede Regional da IANPHI para a Ásia: esta distinção para o [CDC da Jordânia](#) resulta dos esforços de coordenação entre sectores nacionais no âmbito da abordagem "Uma Saúde". As iniciativas incluem comités centrados na preparação, avaliação dos Planos de Ação Nacionais sobre a resistência antimicrobiana, na comunicação dos riscos e no envolvimento da comunidade, na coordenação interagências para a imunização, na rede nacional de laboratórios e na análise pós-ação dos surtos de febre aftosa, a fim de reforçar a colaboração intersectorial, garantir estratégias de resposta eficazes e salvaguardar a saúde pública.

Rede Regional da IANPHI na Europa: a distinção é atribuída no quadro do projeto *Strengthening global genomic surveillance through "The New Variant Assessment Platform"* (NVAP), [UK Health Security Agency](#) (UKHSA). A NVAP é uma iniciativa global destinada a fortalecer a vigilância genômica do SARS-CoV-2 e de outros agentes patogénicos com potencial pandémico, cooperando internacionalmente para melhorar as capacidades, trabalhando com a equipe de Plataformas Globais de Preparação para Pandemias da OMS e apoiando o desenvolvimento de uma Estratégia Global de Vigilância Genómica. Através de parcerias e iniciativas de formação, a NVAP ajuda regiões como o Mediterrâneo Oriental, o Sudeste Asiático, a África e as Caraíbas a identificar e responder rapidamente a variantes de agentes patogénicos emergentes, contribuindo para a preparação para pandemias e a segurança sanitária a nível mundial.

Rede Regional da IANPHI para a América Latina e Caraíbas: *Improving the population's healthcare efficiency through generating evidence-based documents*, [Instituto Nacional de Salud \(INS\)](#) do El Salvador. O Inquérito Nacional de Saúde Mental de El Salvador (ENSM) é um esforço abrangente que envolve especialistas e colaboração internacional, oferecendo informações cruciais sobre questões de saúde mental em vários grupos etários, incluindo ansiedade, depressão e dependência. O inquérito fornece informações sobre políticas baseadas em provas

para enfrentar estes desafios. Além disso, o compromisso do país em gerar diretrizes de prática clínica e realizar estudos sobre doses de reforço da vacina Covid-19 mostra El Salvador como um líder regional em medicina baseada em evidências e estratégias de saúde pública.

Destaques da IANPHI em 2023

- 1. Fortalecer relações profissionais** - foram criados, nos anos anteriores, comitês temáticos sobre Mudanças Climáticas e Saúde Pública e Desigualdades Sociais e Saúde Pública (*Climate Change and Public Health and Social Inequalities and Public Health*). Três comitês temáticos adicionais foram lançados mais tarde em 2023: Funções Essenciais de Saúde Pública (EPHF, *Essential Public Health Functions*), Desenvolvimento Profissional em Saúde Pública (PHPD, *Public Health Professional Development*) e Preparação, Resposta, Resiliência e Recuperação (PPRR, *Preparedness, Response, Resilience, and Recovery*). A Rede de Pontos Focais criada em 2022 contava com 145 membros. Em 2023, a rede IANPHI Europa organizou uma reunião em 20-21 de abril, organizada pelo [Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge](#) em Lisboa, Portugal. A rede IANPHI da América Latina e Caraíbas organizou uma reunião de 16 a 18 de outubro, organizada pelo [Instituto Nacional de Salud em El Salvador](#). A IANPHI organizou nove (9) webinars em 2023.
- 2. Tirar partido da experiência coletiva** - a IANPHI está empenhada em continuar o seu trabalho na implementação das EPHF para operacionalizar a saúde pública a nível nacional. O objetivo e o âmbito do Comité das EPHF centrar-se-ão, assim, na operacionalização das EPHF para o desenvolvimento e a melhoria dos Institutos Nacionais de Saúde Pública. Foram criados dois subcomitês: um subcomité para atualizar o Quadro IANPHI para a Criação e Desenvolvimento de Institutos Nacionais de Saúde Pública e o subcomité para desenvolver um Código de Práticas para Institutos Nacionais de Saúde Pública. A IANPHI continuou a desenvolver novas parcerias e a reforçar as já existentes com intervenientes globais e regionais, como a [OMS](#), o [CDC África](#), a [ASPHER](#) (*The Association of Schools of Public Health in the European Region*), a [APHEA](#) (*Agency for Public Health Education Accreditation*) e a [ASPPH](#) (*Association of Schools and Programs of Public Health*). Em maio de 2023, a IANPHI organizou com a OMS uma oficina de consulta sobre a operacionalização das EPHF e contribui para o Eurogrupo de Referência da OMS (*WHO Euro Reference Group*) para apoiar a saúde pública do Azerbaijão com o apoio de colegas da UKHSA. A IANPHI está igualmente empenhada em apoiar o desenvolvimento de programas de formação destinados a reforçar a liderança no domínio da saúde pública. Por exemplo, o Presidente da IANPHI foi convidado a partilhar a sua experiência no segundo Curso Europeu de Liderança em Saúde Pública da OMS, nos dias 21 e 22 de novembro de 2023, organizado conjuntamente pelo Escritório Regional da OMS para a Europa e pela [Escola de Saúde Pública \(ISPED\)](#) da Universidade de Bordéus, e o programa de pós-graduação em Saúde Pública Digital (DPH), em colaboração com o [Centro de Investigação em Saúde Populacional de Bordéus do Instituto Nacional de Saúde e Pesquisa Médica da França \(Inserm\)](#) e o Instituto de Investigação em Cuidados e Saúde Pública ([CAPHRI, Care and Public Health Research Institute](#)) da Universidade de Maastricht. O Escritório da IANPHI dos EUA apresentou projetos de fortalecimento dos INSP implementados com os governos do Burquina Faso, Costa do Marfim, Guiné Conacri, Jordânia, Nigéria, Uganda, Vietname e Zâmbia, financiados por um acordo de cooperação com o CDC dos EUA.
- 3. Envolver, apoiar e aumentar o número de membros** - desde início da estratégia em 2021, a IANPHI acolheu 16 novos membros (2 em 2021, 5 em 2022 e 9 em 2023). Foi discutida a

possibilidade de oferecer interpretação durante as reuniões da IANPHI, serviços de tradução e ferramentas. No entanto, há que ter em conta as restrições de financiamento, que podem limitar a disponibilidade desses serviços.

4. Defender os INSP a nível global e nacional - a IANPHI continuou a participar em importantes fóruns internacionais para defender o reforço do papel dos Institutos Nacionais de Saúde Pública. Em 2023, participou em sessões da [World Health Summit](#), eventos paralelos da [Assembleia Mundial da Saúde](#), reuniões técnicas do G7 e do G20, o Fórum de [Gastein](#) numa sessão organizada pelo GÖG, o Instituto de Saúde Pública da Áustria, entre outros. Foram partilhadas as métricas de comunicação para o trabalho da IANPHI em 2023: realizadas 16 campanhas por correio eletrónico, 57 tweets produziram 63 908 impressões, 60 posts no LinkedIn obtiveram 27 290 visualizações e a página Web da IANPHI foi vista 54 314 vezes por 21 433 usuários.
5. **Construir uma associação ágil** – a IANPHI está a implementar uma estratégia de investimento para apoiar o seu Plano Estratégico 2021-2025. O Secretariado disponibilizará um espaço de colaboração para os comités temáticos a lançar no início de 2024, para que os membros tenham acesso aos documentos das reuniões e a recursos úteis.

Membros Nacionais e Membros Associados da IANPHI

A Assembleia Geral aprovou dois (2) novos Membros Nacionais:

- O [Instituto Nacional de Saúde Pública do Djibuti](#) – criado em 2010, o Instituto Nacional de Saúde Pública do Djibuti funciona sob a tutela do Ministério da Saúde e desempenha um papel crucial na monitorização da saúde do país, garantindo a segurança sanitária e realizando pesquisa em colaboração com instituições de ensino. O instituto centra-se na formação especializada em saúde pública, vigilância saúde, programas de prevenção e acesso equitativo aos serviços de saúde. As suas principais funções incluem a avaliação da saúde, a regulamentação, a resposta a catástrofes e o envolvimento em pesquisa em saúde pública, demonstrando um compromisso para com a melhoria do bem-estar da população do Djibuti.
- O [Centro Nacional de Doenças Transmissíveis da Mongólia](#) – estabelecido em 2001, o Centro Nacional de Doenças Transmissíveis da Mongólia (CDC da Mongólia) funciona sob a alçada do Ministério da Saúde. Enquanto recurso fundamental para o desenvolvimento de políticas e intervenções no domínio da saúde, o CDC da Mongólia dá prioridade à tomada de decisões com base em provas, privilegiando a ciência e os dados em detrimento da influência política. O mandato multifacetado do Instituto inclui a vigilância, a pesquisa de surtos, a promoção da saúde e a prevenção, com destaque para a participação social, o acesso equitativo aos serviços de saúde e a redução do impacto das catástrofes na saúde.

Os 7 novos Membros Associados são:

- O [Conselho de Saúde da Estónia](#) – estabelecido em 2010, o Conselho de Saúde da Estónia dedica-se a promoção da saúde pública, supervisionando várias áreas como a epidemiologia das doenças infecciosas, a saúde ambiental, a segurança química, os dispositivos médicos, os serviços de saúde e a preparação para situações de crise, trabalhando para criar um ambiente de vida saudável para todos os estónios.
- O [Instituto de Saúde Pública de Amhara \(APHI, The Amhara Public Health Institute\) da Etiópia](#) - Criado em 2015, o Instituto de Saúde Pública de Amhara (APHI) é um organismo

governamental autónomo. O foco do APHI é na avaliação do estado de saúde, na vigilância, no desenvolvimento de programas de prevenção, na promoção da saúde, na garantia de um acesso equitativo aos serviços de saúde e na contribuição para a pesquisa em saúde pública, participando também ativamente no trabalho de laboratório para atenuar o impacto das emergências e das catástrofes na saúde.

- O [Ministério da Saúde e dos Serviços Sociais \(MoHSS, *The Ministry of Health and Social Services MoHSS*\) da Namíbia](#) – responsável pela prestação de cuidados de saúde de qualidade, integrados, económicos e acessíveis, bem como à prestação de serviços sociais adequados. As suas principais funções envolvem o estabelecimento de quadros políticos e legais, o planeamento de serviços sociais e de saúde, a promoção da saúde pública, o desenvolvimento de serviços de saúde especializados e de centros de saúde, e o envolvimento em investigação, desenvolvimento, epidemiologia, biossegurança e resposta a emergências.
- O [Laboratório Central de Saúde Pública do Paraguai](#) - criado em 1996 e sob a tutela do Ministério da Saúde, tem por objetivo avaliar e analisar o estado de saúde, efetuar a vigilância da saúde pública e oferecer informações e recursos para a promoção da saúde.
- O [Ministério da Saúde de Singapura](#) - criado em 1955, está sob a alçada do governo e gere o sistema público de saúde. Sendo uma organização inovadora e centrada nas pessoas, dedica-se a promover a boa saúde, a reduzir as doenças e a garantir o acesso a cuidados de saúde de elevada qualidade e a preços acessíveis a todos os singapurenses. O Ministério procura tornar-se Membro Associado com uma classificação de Rendimento Elevado.
- O Centro de Saúde Pública de Abu Dhabi ([ADCPH, *Abu Dhabi Center for Public Health*](#)) dos Emirados Árabes Unidos - criado em 2019, o ADCPH funciona de forma autónoma sob a alçada do governo, contribuindo significativamente para melhorar os esforços de saúde e segurança dos residentes de Abu Dhabi. O Centro participa ativamente na resposta a emergências, no trabalho laboratorial e no planeamento estratégico, aderindo às melhores práticas de saúde pública e saúde preventiva.
- Autoridade de Saúde do Dubai ([DHA, *Dubai Health Authority*](#)) dos Emirados Árabes Unidos - Criada em 1973 como Departamento de Saúde e Serviços Médicos do Dubai (DOHMS) e mais tarde rebatizada como Autoridade de Saúde do Dubai em 2007, a autoridade está ativamente envolvida nas capacidades de regulamentação e aplicação da lei, garantia de qualidade, pesquisa em saúde pública, trabalho laboratorial e apoio financeiro à pesquisa, contribuindo significativamente para a supervisão do sector da saúde do Dubai e para o envolvimento do sector privado.

A IANPHI prevê realizar uma Assembleia Geral Extraordinária em 2024 para aprovar mudanças na categoria de certos dos seus membros, de Associados aos Nacionais.

Novos parceiros da IANPHI

A Assembleia Geral aprovou uma nova parceria com a [Global Network for Academic Public Health \(GNAPH\)](#). Criada em abril de 2023, a GNAPH funciona como uma plataforma para os líderes mundiais da saúde pública enfrentarem os desafios internacionais na saúde pública académica. O seu principal objetivo é fomentar as ligações entre os membros da rede, promovendo a aprendizagem mútua e a colaboração entre instituições académicas de saúde pública a nível mundial. A influência da GNAPH estende-se através de associações regionais, representando coletivamente mais de 450 instituições em mais de 100 países em seis continentes. A parceria está centrada no desenvolvimento, divulgação e implementação do

Roteiro da Força de Trabalho da OMS. No entanto, prevê uma colaboração mais alargada no esforço contínuo para melhorar a força de trabalho da saúde pública mundial. Este âmbito mais alargado inclui a defesa do apoio à força de trabalho, a garantia de formação adequada e a produção de dados essenciais para os Institutos Nacionais de Saúde Pública, a fim de facilitar a pesquisa e orientar o desenvolvimento de recursos.

Presidentes e Vice-Presidentes das Redes Regionais da IANPHI

Os Membros Nacionais de cada Rede Regional da IANPHI elegeram os Presidentes e os Vice-Presidentes das suas Redes Regionais:

- Os membros regionais africanos da IANPHI reelegeram o Dr. Alex Rioplexus Ario [do Instituto Nacional de Saúde Pública do Uganda](#) como Presidente e o Prof. Hervé Hien do [Instituto Nacional de Saúde Pública do Burkina Faso](#) como Vice-Presidente.
- Após um acordo entre os dois candidatos que receberam o mesmo número de votos, o Dr. Muhannad Sulaiman Aloraini, da [Autoridade de Saúde Pública da Arábia Saudita](#), continuará o seu mandato como Presidente da Rede Regional da Ásia da IANPHI, juntamente com a Prof.ª Tahmina Shirin, do Instituto de Epidemiologia, [Controlo de Doenças e Investigação do Bangladesh](#), a nova Vice-Presidente da Rede.
- Trygve Ottersen, do [Instituto de Saúde Pública da Noruega](#), foi reeleito Presidente da Rede Regional Europeia da IANPHI. Trabalhará com a Senhora Olga Gvozdetska do [Ministério da Saúde da Ucrânia](#), recentemente eleita como Vice-Presidente.
- Os membros da Rede Regional da IANPHI para a América Latina e Caraíbas reelegeram o Prof. Felix Rosenberg do [Fórum de Itaboraí, Fundação Oswaldo Cruz do Brasil](#), como Presidente.

Os membros do Conselho Executivo do IANPHI

Cinco (5) lugares de membros do conselho executivo ficaram em aberto para os próximos três (3) anos, a partir de janeiro de 2024, devido ao fim dos mandatos de:

- Aamer Ikram, Former Director General of the [National Institute of Health of Pakistan](#)
- Markku Tervahauta, Director General of the [Finnish National Institute for Health and Welfare](#)
- Sabin Nsanzimana, Former Director of the [Rwanda Biomedical Center](#)
- Ebba Abate, Former Director General of the [Ethiopian Public Health Institute](#);
- Dr. Lothar Wieler, Former President of the [Robert Koch Institute \(RKI\)](#)

Os Institutos membros do IANPHI elegeram quatro novos membros do Conselho Executivo do IANPHI, que iniciarão o seu mandato de três anos em janeiro de 2024:

- Eduardo Samo Gudo, Director General of the [National Institute of Health](#), Mozambique
- Lars Schaade, President of the [Robert Koch Institute](#), Germany
- Mesay Hailu Dangisso, Director General, [Ethiopian Public Health Institute](#), Ethiopia
- Tracey Cooper, Chief Executive, [Public Health Wales](#), United Kingdom (Wales)

Eleições do Presidente da IANPHI - O Professor Duncan Selbie (Presidente da IANPHI, 2021-2023) e Conselheiro Principal da Autoridade de Saúde Pública, Arábia Saudita, é reeleito para um segundo mandato como presidente da IANPHI (janeiro de 2024 a dezembro de 2026).

Na Europa, França transforma o aborto em direito constitucional

In Europe, France transforms abortion into a constitutional right

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *In her Europe report, Freire highlights the constitutionally guaranteed freedom of abortion in France, given the importance of the issue for public health and the growth of the extreme right in Europe, which had another demonstration at the Portuguese polls. Reports from the European Center for Diseases Control (ECDC) reveal a worrying increase in STIs in the EU. In the wake of the wars, Sweden joins NATO and a Cyprus-Gaza maritime corridor is inaugurated, while arms exports grow worldwide*

Keywords: *Global Health; European Union; WHO Europe; war; Abortion.*

Resumo. Em seu informe sobre a Europa, Freire destaca a liberdade garantida ao aborto prevista constitucionalmente na França, frente à importância do tema para a saúde pública e ao crescimento da extrema direita na Europa, que teve mais uma demonstração nas urnas portuguesas. Relatórios do European Centre for Diseases Control (ECDC), revelam preocupante crescimento de IST na UE. Na esteira das guerras, a Suécia adere à Otan e um corredor marítimo Chipre-Gaza é inaugurado, enquanto as exportações de armas crescem mundialmente.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; OMS Europa; Guerra; Aborto

O melhor presente pelo Dia Internacional de Luta das Mulheres veio da [França, onde o 8M foi marcado pela inclusão do direito ao aborto na Constituição](#). Em decisão histórica, com 780 votos favoráveis e 72 contrários, os legisladores franceses aprovaram a reforma constitucional, que prevê a liberdade garantida a abortar. [A França se torna o primeiro país do mundo a assegurar constitucionalmente o direito ao aborto](#), que é legal na França desde 1975. A consagração como direito constitucional, vem como uma resposta, após a Suprema Corte dos Estados Unidos da América ter revertido uma decisão de 2022, que na prática, anulou o direito ao aborto nos EUA, permitindo que Estados americanos, o proibissem ou restringissem. Frente à preocupações com uma nova onda de mudança social na Europa, como o avanço da direita e extrema-direita, ativistas pró-aborto pressionaram pelo status constitucional do direito conquistado. O presidente francês, Emmanuel [Macron, anunciou que a França quer liderar a ampliação desse direito a nível universal e que vai levar o tema para a discussão na União Europeia](#): "só descansaremos quando for reconhecido em todo o mundo.", declarou.

Apesar desta boa notícia, relatórios publicados pelo Centro Europeu de Prevenção e Controle doenças (ECDC) trazem importante alerta sobre o exponencial [aumento de casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis \(IST\) na União Europeia](#), que supera os números anteriores à Covid-19: em 2022 houve 16% de aumento nos casos de clamídia, 48% nos de gonorréia, e 34% nos casos de sífilis, em comparação com os números de 2021. Segundo o órgão, as conclusões, que revelam um aumento preocupante de casos de sífilis, gonorreia e clamídia, indicam uma necessidade premente de uma maior sensibilização para a transmissão de IST e a necessidade de melhorar a prevenção robusta, o acesso a testes e o tratamento eficaz para enfrentar este desafio de saúde pública. A Diretora do ECDC, Andrea Ammon, expressou

profunda preocupação com o aumento das taxas de IST, dizendo: "abordar o aumento substancial de casos de IST exige atenção urgente e esforços concertados. Os testes, o tratamento e a prevenção estão no centro de qualquer estratégia a longo prazo. Devemos dar prioridade a educação em saúde sexual, expandir o acesso a serviços de testes e tratamento e combater o estigma associado às ISTs. Iniciativas de educação e conscientização são vitais para capacitar os indivíduos a fazerem escolhas informadas sobre sua saúde sexual. Promover o uso consistente de preservativos e fomentar o diálogo aberto sobre ISTs pode ajudar reduzir as taxas de transmissão."

No âmbito da União Europeia, para além das guerras, a pauta vem sendo dominada pelas eleições de 2024. Neste sentido, [está oficializada a candidatura de Úrsula von der Leyen](#), como cabeça de lista pelo seu partido, o Partido Popular Europeu (PPE). A sua candidatura à reeleição foi aprovada numa votação secreta de cerca de 800 delegados, legisladores e líderes do PPE, incluindo os primeiros-ministros polaco, Donald Tusk, e irlandês, Leo Varadkar. O PPE está à frente nas sondagens e deverá continuar a ser a maior bancada no Parlamento Europeu, o que faz de von der Leyen uma das principais favoritas para (re)assumir o cargo de presidente da Comissão Europeia.

Apesar da força do PPE, a extrema direita continua a crescer na Europa. Neste final de semana, os portugueses foram às urnas para eleger o novo parlamento. A Aliança Democrática, que junta 3 partidos, venceu as eleições legislativas por 2 votos. A coligação de centro-direita liderada por Luís Montenegro conseguiu eleger 79 deputados, 2 a mais do que o Partido Socialista, que conquistou 77 mandatos parlamentares. [O grande vencedor, no entanto, foi o Chega, partido de extrema direita, que elegeu 48 deputados](#) quadruplicando os resultados das legislativas de 2022.

[Em apenas cinco anos, a extrema-direita em Portugal passou de um único deputado para se tornar a terceira força política no Parlamento. Essa expansão tende a se repetir nas eleições europeias, com a possibilidade de Portugal eleger, pela primeira vez, eurodeputado\(s\) dessa ideologia.](#) Assim como aconteceu no Brasil, pode se tratar de um sinal de descontentamento com os partidos tradicionais, mas também, uma tendência que se insere na onda populista internacional. "A minha expectativa é que o Chega eleja eurodeputados, que agora não tem, e passe a ser uma força representada no Parlamento Europeu. É, também, uma tendência a que temos assistido, nos últimos anos, no Parlamento Europeu, com o enfraquecimento dos partidos de centro-direita e de centro-esquerda e um crescimento gradual dos extremos", argumentou o analista Ricardo Borges de Castro, do Centro de Política Europeia.

A coligação Aliança Democrática (AD) derrotou o atual governo socialista com uma vitória marginal. Se formar governo, o primeiro-ministro deverá ser o líder do centro-direita, Luís Montenegro. Este fato terá um impacto no equilíbrio de poderes no Conselho Europeu, que reúne os líderes dos 27 países da União Europeia, como refere Borges de Castro: "A confirmar-se que a AD forma governo, passará a haver apenas quatro chefes de governo do Partido Socialista e tal tem, obviamente, consequências naquilo que será a política portuguesa na UE". A composição final do governo, no entanto, não está clara, uma vez que Luís Montenegro prometeu não deixar a extrema-direita chegar ao poder, mas também não consegue obter maioria numa eventual coligação com os outros partidos com assento parlamentar.

Entrando na pauta das guerras, as novidades são o lançamento do corredor marítimo Chipre-Gaza, a adesão da Suécia à Otan e o já esperado aumento das importações de grandes armas pelos países europeus, que quase duplicaram. Espera-se que o corredor marítimo facilite

o envio de ajuda humanitária para a faixa de Gaza, onde civis estão morrendo de subnutrição. O envio de ajuda humanitária por terra à Gaza vem sendo covardemente dificultado por Israel. Nos últimos dias, a opção tem sido o envio por via aérea, fazendo uso de paraquedas. Este modelo, prejudica a distribuição da ajuda, além de também colocar em risco a vida dos palestinos e palestinianas.

A bandeira sueca já está hasteada em frente à sede da Otan, em Bruxelas. [A Suécia aderiu oficialmente à Otan](#), tornando-se o 32º membro da Aliança Atlântica. Tal como a Finlândia, que se juntou à Otan no ano passado, a Suécia abandonou o posicionamento de neutralidade que mantinha há décadas, na sequência da invasão russa da Ucrânia. A adesão da Suécia foi adiada devido a objeções da Turquia e Hungria, Estados-membros da Aliança. No final de fevereiro, [a Hungria concordou com a adesão da Suécia à Otan](#), após 18 meses de oposição, com a ratificação da candidatura sueca, pelo parlamento húngaro. A Turquia, que também se opunha, ratificou a adesão em fevereiro.

Por fim, uma notícia que traz uma informação já esperada: os [países europeus quase duplicaram as suas importações de armas de grande porte entre 2014-18 e 2019-23](#). Durante estes períodos, registou-se um aumento de 94% de tais importações, conforme novos dados sobre as transferências internacionais de armas publicados pelo [Instituto Internacional de Investigação para a Paz](#), de Estocolmo. Mais da metade das importações vem dos EUA, que não só continuam na liderança, como aumentaram as suas exportações de armas em 17% entre 2014-18 e 2019-23.

Ainda de acordo com os dados, pela primeira vez, a França aparece como o segundo maior exportador de armas, com aumento de 47% de suas exportações entre 2014-18 e 2019-23. A maior parte das exportações de armas da França (42%) foi para países da Ásia e da Oceania. O maior destinatário individual das exportações de armas francesas foi a Índia, que recebeu quase 30%. A Rússia passou a ocupar a terceira posição, tendo as suas exportações de armas diminuído para metade (-53%). Já a Ucrânia, que tem recebido carregamentos tanto da EU quanto dos EUA, passou a ser o quarto maior importador de armas a nível mundial, tendo sido destino do armamento enviado por mais de 30 estados em 2022-23.

Os dados demonstram que a Europa é responsável por cerca de um terço das exportações mundiais de armas, incluindo grandes volumes para fora da região. Em conjunto, os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental representaram 72% de todas as exportações de armas em 2019-23, em comparação com 62% em 2014-18.

Considerações finais

Aborto é tema de saúde pública e a França saiu na frente em movimento histórico de assegurar constitucionalmente esse direito à mulher, antes que o crescimento da extrema direita na Europa possa de alguma forma prejudicar esse direito historicamente conquistado. A importância do uso de preservativos não está diminuída por este fato: além de ninguém querer fazer um aborto, o exponencial crescimento das IST na União Europeia enseja campanhas de conscientização. As guerras continuam fazendo a humanidade sofrer e mudando configurações políticas, como a adesão da Suécia à Otan. A inauguração de um corredor marítimo para fazer chegar ajuda humanitária em Gaza é uma vitória e uma vergonha... A população palestina está morrendo de subnutrição, porque as fronteiras terrestres estão bloqueadas por Israel. Quando a ajuda chega por via aérea, traz prejuízo à distribuição e nova ameaça às vidas palestinianas. Enquanto isto, a indústria bélica fatura e cresce...

Mulheres na força de trabalho na Ásia e Região Mena. O que está faltando?

Women in the workforce in Asia and the Mena Region. What is missing?

Lucia Marques

Resumo: O novo olhar, com novos dados, para análise sobre o avanço na igualdade de gênero no mundo, mostra os gaps entre as leis e a prática e que até mesmo os países mais ricos deixam a desejar. É o que aponta o novo relatório do Banco Mundial **Mulheres, Empresa e Lei 2024**. O estudo mostra que os governos de muitos países não aplicaram adequadamente as leis existentes. E sinaliza que ações como campanhas esclarecedoras, para quebra de conceitos e preconceitos tanto no universo marco das finanças, quanto no universo dos comportamentos históricos machistas que se perpetuam, são necessários. **Ásia e Região Mena**, juntamente com a África subsaariana são as regiões com os menores índices de evolução, embora tenha havido avanços significativos. Outros relatórios e estudos corroboram a análise do Banco Mundial e reafirma a necessidade de uma abordagem holística ou levaremos 131 anos para alcançar a igualdade, como apontou o Fórum Econômico Mundial. No **Tabuleiro da Geopolítica**, Gaza no discurso no Congresso do presidente dos EUA, Joe Biden, e a ambiguidade que reflete a fraqueza do líder.

Palavras chaves: Igualdade de gênero, gap entre lei e prática, Ásia e Região Mena, Gaza e Biden

Abstract: *A new point of view, with new data, to analyze progress in gender equality in the world, shows the gaps between laws and practice and that even the richest countries leave something to be desired. This is what the new World Bank report Women, Business and Law 2024 points out. The study shows that governments in many countries have not adequately applied existing laws. And it signals those actions such as enlightening campaigns, to break down concepts and prejudices both in the framework universe of finance and in the universe of historical sexist behaviors that are perpetuated, are necessary. Asia and the Mena Region, together with sub-Saharan Africa, are the regions with the lowest rates of evolution, although there have been significant advances. Other reports and studies corroborate the World Bank's analysis and reaffirm the need for a holistic approach or it will take 131 years to achieve equality, as pointed out by the World Economic Forum. On the Geopolitics Board, Gaza in US President Joe Biden's speech to Congress and the ambiguity that reflects the leader's weakness.*

Keywords: *Gender equality, gap between law and practice, Asia and Mena Region, Gaza and Biden*

Os palestinos em Gaza devem estar confusos. A maioria sabe que foram as bombas americanas que as forças israelitas usaram para pulverizar quase cada centímetro quadrado do seu enclave sitiado. Pacotes de alimentos americanos também estão chegando a eles. Morte ou jantar; bombas ou pão²⁰⁷

²⁰⁷ Chris Doyle, diretor do Conselho para o Entendimento Árabe-Britânico em Londres, em artigo comentando o discurso do presidente americano Joe Biden. <https://www.arabnews.com/node/2474811>

“Investir nas Mulheres: Acelerar o Progresso” é tema de 2024 da ONU Mulheres (UNWOMEN) para o Dia Internacional da Mulher. Segundo a UNWOMEN, uma em cada 10 mulheres no mundo vive em extrema pobreza.²⁰⁸ Esse dado se agrava quando as sequelas da pandemia, as guerras e as crises estão corroendo as conquistas de décadas de investimentos em igualdade de gênero. Do Oriente Médio ao Haiti, Sudão, Myanmar, Ucrânia, Afeganistão e outros lugares, as mulheres pagam o maior preço por conflitos que não foram criados por elas. A necessidade de paz nunca foi tão urgente.

E, quando acrescentamos o acirramento das mudanças climáticas e seus eventos extremos, que estão aumentando a pobreza, a competição pelos recursos escassos e com meios de subsistência ameaçados, os dados mostram que as mulheres carregam um fardo cada vez mais pesado e sofrem mais as consequências.

- O número de mulheres e meninas que vivem em áreas afetadas por conflitos dobrou desde 2017, mais de 614 milhões de mulheres e meninas vivem em áreas afetadas por conflitos. Em áreas de conflito, as mulheres têm 7,7 vezes mais chances de viver em extrema pobreza.

- A mudança climática deve deixar mais 236 milhões de mulheres e meninas com fome até 2030, duas vezes mais homens (131 milhões).

Mais mulheres do que homens vivem na pobreza em geral. O Banco Mundial estima que a emergência climática poderá empurrar mais 1,6 milhões de pessoas para a pobreza neste país da África Austral até 2050. O Fórum Económico Mundial de Davos prevê que a igualdade de gênero global levará 131 anos a ser alcançada²⁰⁹. Mas não dá para esperar tanto tempo.

Atualmente, mais [de 10% das mulheres em todo o mundo estão presas em um ciclo de pobreza extrema](#), vivendo com menos de US \$ 2,15 por dia. No ritmo atual de progresso, cerca de [342 milhões de mulheres \(8%\) ainda estarão vivendo em extrema pobreza até 2030](#).

A igualdade de gênero é um poderoso catalisador para reduzir a pobreza e impulsionar o desenvolvimento sustentável. Ao garantir a igualdade de acesso a oportunidades e a tomada de decisões para todas, as sociedades podem criar economias mais saudáveis e justas.²¹⁰ Alcançar a igualdade de gênero e o bem-estar das mulheres em todos os aspectos da vida é mais crucial do que nunca se quisermos criar economias prósperas e um planeta saudável. Isso inclui acesso ao trabalho digno, igualdade de remuneração por trabalho igual e proteção social robusta.

A pobreza das mulheres é alimentada pela discriminação no mundo do trabalho e consequentemente acesso limitado a recursos financeiros que se somam a estereótipos históricos enraizados, que limitam a participação das mulheres na educação, emprego formal, nas tomadas de decisões. Mas os novos dados mostram que a dificuldade da igualdade vai mais além. Os relatórios e estudos recentes mostram que na prática, os avanços conquistados com leis, não estão sendo alcançados na prática como deveriam. Há um gap que precisa ser preenchido – e que nem os países ricos estão conseguindo ocupar. Para além das leis, é necessário promulgar políticas públicas. É necessário abordar as questões culturais arraigadas,

²⁰⁸ <https://www.unwomen.org/en/news-stories/press-release/2024/03/1-in-every-10-women-in-the-world-lives-in-extreme-poverty>

²⁰⁹ <https://www.weforum.org/agenda/2024/01/microlending-women-entrepreneurs-gender-gap-poverty/>

²¹⁰ <https://www.unwomen.org/en/news-stories/explainer/2024/02/how-can-gender-equality-reduce-poverty>

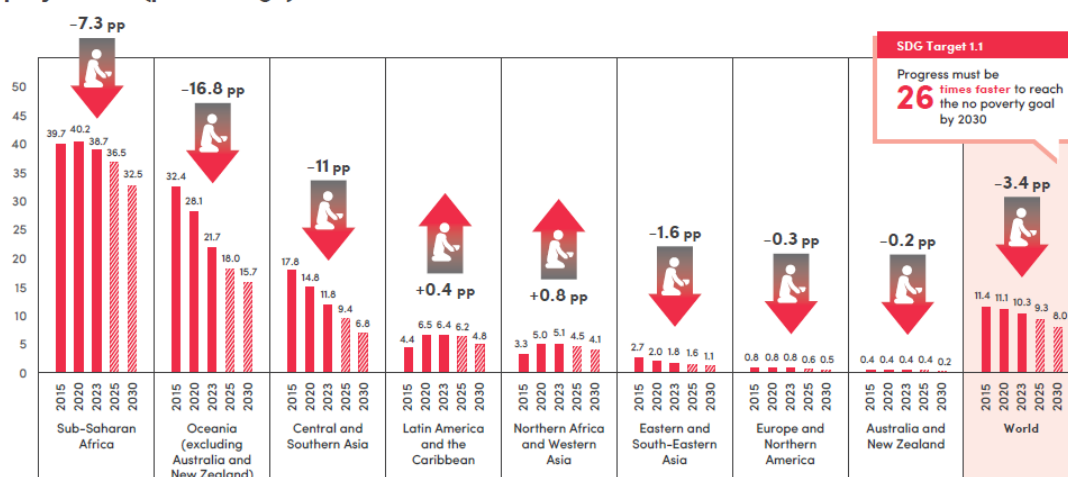
especialmente na Região Mena e Ásia, onde mulheres são vítimas da violência baseada em gênero.

Segundo a UNWOMEN, taxas mais altas de participação na força de trabalho femininas podem turbinar o crescimento econômico; no entanto, um [estudo publicado](#) em 2023 mostra que simplesmente garantir o trabalho para as mulheres não é suficiente. O relatório fornece uma análise abrangente do progresso da igualdade de gênero em todos os [17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#).

O estudo aponta que a diferença de gênero nas posições de poder e liderança permanece entrincheirada e, no ritmo atual de progresso, a próxima geração de mulheres ainda gastará em média 2,3 horas a mais por dia em cuidados não remunerados e trabalho doméstico do que os homens. Nenhum país está ao alcance da erradicação da violência entre parceiros íntimos e a participação das mulheres nos cargos de gestão no local de trabalho permanecerá abaixo da paridade até 2050. Progressos justos foram feitos na educação das meninas, mas as taxas de conclusão permanecem abaixo da marca universal. O documento propõe uma abordagem integrada e holística para promover a igualdade de gênero, envolvendo colaboração multissetorial e apoio financeiro sustentado.

Segundo o estudo, Apenas 61% das mulheres em idade de trabalhar em idade profissional estão na força de trabalho, em comparação com 90,6% dos homens. Além disso, [quase 60% das mulheres em todo o mundo estão na economia informal](#), um número que dispara para mais de 90% em países de baixa renda. Uma grande proporção deles tem empregos instáveis, mal pagos e não qualificados que carecem de redes de segurança social como trabalhadores domésticos, trabalhadores da construção civil ou trabalhadores agrícolas sazonais. Investir em empregos qualificados e decentes para as mulheres tem um efeito cascata com benefícios mais amplos para a sociedade que não apenas promovem a igualdade de gênero, mas também impulsionam o desenvolvimento econômico sustentável para todos.

Female extreme poverty rates based on the \$2.15 international poverty line, 2015–2030 projections (percentage)

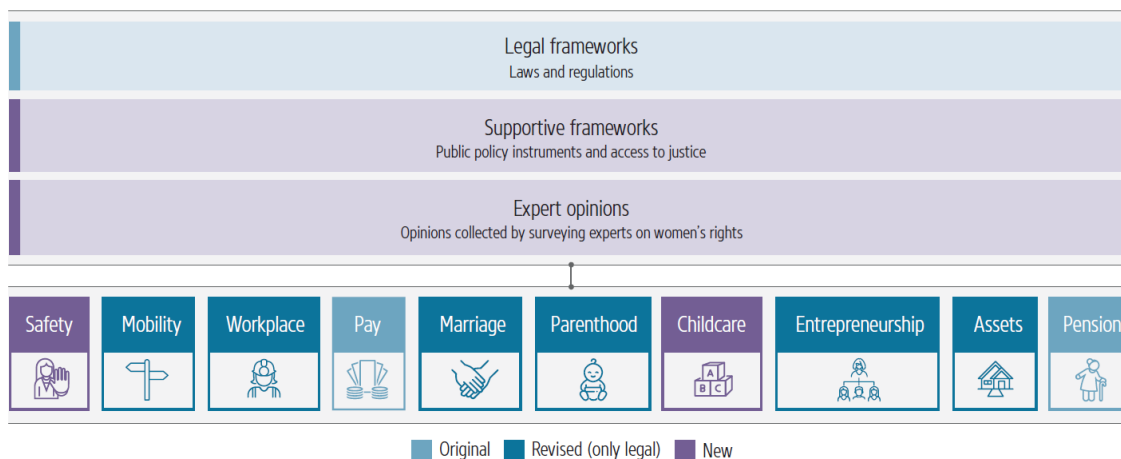


Source: UN Women and Pardee Center for International Futures, using the International Futures modelling platform 2023. Note: pp refers to percentage points.
 * The term "gender-specific indicators" describes indicators that explicitly call for disaggregation by sex and/or refer to gender equality as an underlying objective. For a full list of gender-specific indicators by SDG, see pages 32–35.

Seguindo esse olhar holístico, o novo relatório do Banco Mundial [Mulheres, Empresas e Lei](#) 2024 apresenta uma imagem ampla dos obstáculos que as mulheres enfrentam para ingressar na força de trabalho global e contribuir para o aumento da prosperidade — delas próprias, de suas famílias e de suas comunidades. A análise buscou examinar leis e mecanismos políticos que afetam as decisões econômicas que as mulheres tomam à medida que passam por diferentes estágios de suas vidas profissionais, direta ou indiretamente.

O estudo expande o escopo da análise, acrescentando dois indicadores que podem ter um papel crucial na ampliação ou restrição das opções das mulheres: segurança contra violência e acesso a serviços de cuidados infantis, e incluiu opinião de especialistas. Quando são introduzidas essas medidas, as mulheres desfrutam, em média, de apenas 64% das proteções legais oferecidas aos homens — muito menos que a estimativa anterior de 77%.

Os novos indicadores mostram que a disparidade global de gênero no ambiente de trabalho é muito maior na prática. O estudo avalia a lacuna entre reformas legais e resultados reais e, sob esse novo prisma, nem os países mais ricos escapam do *gap*.



Página 3 do Sumário Executivo -

<https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/d891abb1-ca9c-42cd-989f-32d3885189a2/content>

Ao comparar com os dados do relatório de 2023, os novos indicadores do estudo mostram que governos do mundo todo demonstraram assertividade na promoção de três categorias de reformas legais para promover a igualdade de oportunidades: remuneração, direitos parentais e proteções no ambiente de trabalho. Contudo, quase todos os países apresentaram um desempenho pífio nas duas categorias analisadas pela primeira vez: acesso a cuidados infantis e segurança das mulheres.

Indicator	Legal frameworks	Supportive frameworks	Expert opinions
Safety	<ol style="list-style-type: none"> Does the law address child marriage? Does the law address sexual harassment? Does the law address domestic violence? Does the law address femicide? 	<ol style="list-style-type: none"> Has the government developed comprehensive mechanisms to address violence against women? Are special procedures in place for cases of sexual harassment? Is a government entity responsible for monitoring and implementing national services, plans, and programs addressing violence against women? Is an annual budgetary allocation devoted to violence against women risk mitigation, prevention, and response programs? 	<ol style="list-style-type: none"> In practice, are women free from gender-based violence?

Página 15 do relatório

TABLE ES.B.1 WOMEN, BUSINESS AND THE LAW 1.0 AND 2.0 SCORES				
Economy	WBL 1.0 legal frameworks score	WBL 2.0 legal frameworks score	WBL 2.0 supportive frameworks score	WBL 2.0 expert opinions score
Belgium	100.0 ●	90.0 ●	69.2 ●	90.0 ●
Canada	100.0 ●	90.0 ●	97.5 ●	—
Denmark	100.0 ●	80.0 ●	60.0 ●	91.3 ●
France	100.0 ●	90.0 ●	87.5 ●	72.5 ●
Germany	100.0 ●	85.0 ●	82.5 ●	85.6 ●
Greece	100.0 ●	87.5 ●	44.2 ●	83.1 ●
Iceland	100.0 ●	82.5 ●	69.2 ●	94.4 ●

Página 17 do relatório

Os resultados emergentes desse cruzamento de dados exigem um conjunto abrangente de ações para preencher os gaps das disparidades de gênero. Estas ações incluem a reforma da legislação, a introdução de mecanismos para apoiar a implementação significativa de leis, lançando campanhas de sensibilização para remodelar comportamentos e, em última análise, fazendo avançar a agenda para a igualdade de gênero. Além disso, os índices funcionam como um recurso público valioso, fornecendo informações baseadas em evidências sobre todos estes pilares e servindo como base para recomendações políticas e investigação.

Essa abordagem holística para eliminar as barreiras estruturais que as mulheres e jovens enfrentam é o que também recomenda o [relatório do Global Gender Gap](#), do Fórum de Econômico de Davos, que avalia anualmente a igualdade de gênero em quatro dimensões principais: participação econômica, sucesso educacional, saúde e empoderamento político. Entre as abordagens, sugere reformas institucionais que transferem capital para as mulheres mais rapidamente e a custos mais baixos podem gerar lucros para ambas as partes e encurtar o prazo da paridade de gênero em décadas, se não mais.²¹¹ E o caminho sinalizado pelo Fórum é “desmantelar” os preconceitos de gênero nos sistemas financeiros e nos sistemas agrícolas onde as mulheres desempenham um papel crucial, embora em grande parte invisível.

O relatório, em comparação com outras regiões, aponta que a **Região Mena** (Médio Oriente e o Norte de África) continuam a ser os mais distantes da paridade, com uma pontuação de paridade de 62,6 por cento.²¹² Isso representa uma queda de 0,9% na paridade desde a última edição. Os Emirados Árabes Unidos (71,2%), Israel (70%) e Bahrein (66,6%) alcançaram a maior

²¹¹ <https://www.weforum.org/agenda/2024/01/microlending-women-entrepreneurs-gender-gap-poverty/>

²¹² https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR23_news_release_PT.pdf

paridade na região, enquanto cinco países, liderados por Bahrein, Kuwait e Qatar, aumentaram sua paridade em 0,5% ou mais. Em muitas economias da região, um grande número de mulheres com elevados níveis de escolaridade está fora do mercado de trabalho formal. A região não pode permitir-se continuar a subutilizar este capital humano vital.

A **Eurásia e a Ásia Central** eliminaram 69% da desigualdade de gênero, embora o progresso tenha estagnado desde a edição de 2020 do relatório. Em comparação com outras regiões, a Eurásia e a Ásia Central têm a menor paridade de gênero (10,9%) na participação política e registraram um retrocesso de 1 ponto percentual desde 2022. Entretanto, o progresso na eliminação das diferenças de participação econômica e oportunidades tem aumentado constantemente (68,8%), com uma melhoria de 0,5 ponto percentual desde a última edição.

No **Leste Asiático e no Pacífico**, o progresso da paridade está estagnado há mais de uma década e a região registra um declínio de 1,6 ponto percentual desde a última edição. Enquanto 11 dos 19 países melhoraram suas pontuações desde a última edição, oito países da região registraram quedas na paridade. A Nova Zelândia, as Filipinas e a Austrália têm os níveis mais altos de paridade, sendo que a Austrália e a Nova Zelândia também são as duas economias mais aprimoradas da região.

O **Sul da Ásia** alcançou 63,4% de paridade de gênero, o que representa uma melhoria de 1,1 ponto percentual desde a última edição. Isso pode ser parcialmente atribuído a melhores pontuações em países populosos, como Índia, Paquistão e Bangladesh. O sul da Ásia tem a maior desigualdade de gênero em participação econômica e oportunidades (37,2%) de todas as regiões, embora tenha havido uma melhora de 1,4 ponto percentual desde a última edição.

Outro documento que corrobora a importância da força de trabalho da mulher para o desenvolvimento é o relatório²¹³ do Fundo Monetário Internacional (FMI) que diz que reduzir a disparidade entre a percentagem de homens e mulheres que trabalham é uma das reformas importantes que os decisores políticos podem fazer para alavancar o crescimento das economias a médio prazo.

E corrobora os novos dados trazidos pelo relatório do Banco Mundial. As palavras da diretora geral do FMI, Kristalina Georgieva, confirmam que entre a legislação e a prática há uma grande diferença:²¹⁴ “Sabemos que as políticas fiscais podem ajudar, sabemos que o investimento na primeira infância e nos cuidados infantis pode ajudar, sabemos que os transportes seguros podem ajudar, para que as mulheres não tenham medo de entrar num autocarro ou no metro. E também sabemos que a forma como as mulheres são tratadas pelo sistema financeiro pode ajudar, quando as mulheres têm acesso ao financiamento em pé de igualdade e isso ainda não acontece”. Ela aponta que uma forma de trabalhar esses fatores é aumentar a participação das mulheres nos cargos de tomada de decisão

Desafios para além da igualdade de gênero no trabalho

Países em desenvolvimento precisam enfrentar outros aspectos da desigualdade de gênero que vão além da igualdade na educação e no trabalho; aspectos que trarão consequências para o futuro, como a queda nos nascimentos, por exemplo. Uma sociedade que

²¹³ <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2023/09/27/countries-that-close-gender-gaps-see-substantial-growth-returns>

²¹⁴ <https://pt.euronews.com/2024/03/08/fmi-diz-que-igualdade-entre-mulheres-e-homens-e-um-meio-poderoso-para-favorecer-cresciment>

ainda sobrecarrega a mulher com as tarefas domésticas e a carga dos filhos precisa repensar seus incentivos.

O [relatório do Banco Mundial 2024 Mulheres, Empresas e Direito](#) mostra que a maioria dos países atinge pontuação baixa nas leis relacionadas a cuidados infantis. Em média, as mulheres gastam, todos os dias, 2,4 horas a mais que os homens com tarefas relacionadas a cuidados não remunerados — e uma grande parte dessas tarefas envolve crianças. A expansão do acesso a cuidados infantis tende a aumentar inicialmente a participação das mulheres na força de trabalho em cerca de 1 ponto percentual, e esse efeito mais que se duplica no prazo de cinco anos. Atualmente, apenas 78 economias — menos da metade do total — fornecem algum apoio financeiro ou tributário a pais e mães com filhos pequenos. Apenas 62 economias — menos de um terço do total — adotaram padrões de qualidade para serviços de cuidados infantis, uma vez que, na ausência desses serviços ou políticas públicas muitas mulheres com crianças pequenas sentem dificuldade ou hesitam ingressar ou retornar ao mercado de trabalho.

Essas disparidades persistem até a aposentadoria. Em 62 economias, as idades em que homens e mulheres adquirem o direito de se aposentar não são as mesmas. As mulheres tendem a viver mais que os homens, mas, como recebem salários mais baixos enquanto trabalham, afastam-se do trabalho quando têm filhos e se aposentam mais cedo, acabam por receber pensões mais baixas e sofrer maior insegurança financeira na velhice.

Essas questões trazidas pelos novos indicadores do Banco Mundial podem ser exemplificados na China e na Austrália.

A China enfrenta o segundo ano na queda da natalidade. Embora o casamento seja quase uma obrigação cultural para as mulheres chinesas, muitas jovens estão fazendo parte de um movimento crescente de um futuro sem marido e sem filhos: "Muitos que se casaram nas gerações anteriores, especialmente mulheres, sacrificaram a si mesmos e ao desenvolvimento de suas carreiras, e não tiveram a vida feliz que lhes foi prometida", argumenta jovem jornalista freelancer chinesa.²¹⁵ Isso passa a ser um grave problema para um país que terá no futuro próximo mais idosos que jovens.

A Austrália já começou a implantar medidas para abordar o desequilíbrio de gênero no local de trabalho, que vão além da igualdade salarial — que também está atrasada, diga-se. A partir de 2025, o governo australiano fará contribuições previdenciárias para os trabalhadores que tirarem licença parental remunerada; isso porque, quando as mulheres saem algum tempo do mercado de trabalho para cuidar de filhos, enfrentam queda no rendimento de suas aposentadorias; as mulheres se aposentam em média, com cerca de 25% menos benefícios do que os homens.²¹⁶

Os estudos também mostram que as questões culturais arraigadas, especialmente na Região Mena e Ásia, onde mulheres são vítimas da violência baseada em gênero, precisam ser encaradas pelo poder público.

Na Ásia, na maioria dos países, pela natureza patriarcal da sociedade, as mulheres muitas vezes foram vistas como virtuosas e submissas, devendo assumir tarefas principalmente domésticas. Normas sociais tradicionais e o desenvolvimento econômico de regiões rurais

²¹⁵ <https://www.reuters.com/world/china/more-chinese-women-choosing-singledom-economy-stutters-2024-03-07/>

²¹⁶ <https://www.reuters.com/world/asia-pacific/australia-make-pension-contributions-workers-paid-parental-leave-2024-03-07/>

continuam a restringir o papel das mulheres na sociedade e na economia asiática, e em muitas nações do continente as mulheres têm dificuldade em exercer os seus direitos legais devido à discriminação de gênero.

Não foi à toa que o Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, destacou que podem ser necessários programas e quotas específicos para combater o “preconceito inato” e desmantelar os obstáculos à igualdade, disse Guterres ao lançar o plano de ação da ONU para o empoderamento feminino.²¹⁷

Em determinadas regiões da Índia, Paquistão e Afeganistão, o nível de violência e assédio sexual é alto, considerando situações de estupro, violência doméstica e discriminação de gênero. Na Índia, mulheres continuam a enfrentar índices altos de violência, tais como o estupro, derramamento de ácido no corpo, feminicídio e prática da prostituição forçada. De acordo com uma pesquisa global realizada pela [Thomson Reuters](#), a Índia é o quarto país mais perigoso no mundo para as mulheres, e o pior país para ser uma mulher entre as nações do G20. ONGs locais e regionais têm ajudado a aumentar a conscientização sobre a violência contra as mulheres em várias partes da Ásia. As políticas do governo em relação a esta realidade são ineficazes e tentativas de melhorar esta área foram recebidas com resistência.²¹⁸

No mundo árabe, no qual todos estão submetidos à Sharia, Lei Islâmica, o caminho para alcançar a igualdade de gênero encontrou na Arábia Saudita um farol para direcionar essa transformação. O Reino saudita, que a partir de 2019 começou a implantar reformas para inclusão das mulheres no mercado de trabalho, no âmbito da Visão 2030 do príncipe herdeiro saudita, Mohamed bin Salman, tem investido pesadamente na participação das mulheres em áreas estratégicas.²¹⁹ Hoje, as mulheres ocupam 20 % dos 152 assentos no [Conselho \[Consultivo\] Shoura Saudita](#) e posições-chave em ministérios e órgãos governamentais. Vinte e nove por cento dos cargos de gestão médios e superiores do sector privado são ocupados por mulheres e 45 por cento das Pequenas e Médias Empresas no Reino são lideradas por mulheres. E, corroborando essa nova visão, vimos a nova diretora da OMS Mediterrâneo Oriental (OMS-EMRO), Dra. [Hanan Hassan Balkhy](#), ser empossada em janeiro, a primeira mulher a assumir esse cargo na EMRO. Ela foi indicação da Arábia Saudita.²²⁰

Outras ações podem servir de exemplo. A Visão 2030 do Egito incorporou uma Estratégia Nacional para o Empoderamento das Mulheres Egípcias, estabelecendo o objetivo de atingir uma taxa de participação feminina de 35 por cento na força de trabalho até 2030. Da mesma forma, a “Visão de Modernização Econômica” da Jordânia visa a criação de 1 milhão de empregos. e pretende duplicar a taxa de participação feminina na força de trabalho até 2033.

²¹⁷ https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2024-03-08/secretary-generals-remarks-the-observance-of-international-womens-day-delivered?_gl=1*1w2h4qy*_ga*NzUzMDEwNzk1LjE1ODk4OTk2MjY.*_ga_S5EKZKSB78*MTcxMDE4MzAxNS4xNzcuMS4xNzEwMTgzNDExLjYwLjAuMA..*_ga_TK9BQL5X7Z*MTcxMDE4MzAxNS41OC4wLjE3MTAxODMwMTUuMC4wLjA.

²¹⁸ https://pt.wikipedia.org/wiki/Mulheres_na_%C3%81sia

²¹⁹ https://www.ilo.org/beirut/media-centre/news/WCMS_906920/lang--en/index.htm

²²⁰ Marques, L. [Regionais da OMS – Mediterrâneo Oriental, Pacífico Ocidental e Sudeste Asiático - elegem seus novos diretores e não há mais espaço para o *business-as-usual* em Cadernos CRIS-Informe 17-2023, p236-245.](#)

Além disso, Marrocos lançou um programa nacional para aumentar a participação das mulheres na força de trabalho para 30 por cento até 2026.²²¹

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

Gaza: a ambiguidade americana reflete a fraqueza do líder. E sofre a população palestina.

O recente [discurso](#) do presidente dos EUA, Joe Biden, no Congresso americano, sobre o Estado da União, foi uma prestação de contas e o lançamento de suas prioridades no futuro, visando as eleições presidenciais. Foi carregado de frases como: “a liberdade e a democracia estão sob ataque no mundo”; “se os EUA se afastarem agora, [...] colocarão o mundo em risco” – e quem são os donos das armas que estão alimentando as guerras? -; “estamos tomando medidas históricas” e “a ação climática mais significativa da história do mundo”, falando sobre as mudanças climáticas – será mesmo?

Inicialmente, esse espaço seria dedicado à análise ampla do discurso, mas como a guerra de Israel contra Gaza ocupou um bom espaço no discurso, vale à pena refletir sobre as ambiguidades sobre a guerra - no discurso e na prática – que refletem a fraqueza de Joe Biden, que “em vez de exercer todo o poder do seu cargo e submeter um aliado recalcitrante, ele permitiu que o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, ditasse os termos”, como bem escreveu Chris Doyle, diretor do Conselho para o Entendimento Árabe-Britânico em Londres.

Doyle não foi o único a criticar o discurso e seu aspecto “confuso” quando se trata da guerra em Gaza. “o contínuo armamento de Israel e a recusa em condenar as suas políticas devastadoras em Gaza podem custar-lhe [a Biden] votos nas eleições em novembro. Como resultado, Biden sentiu-se compelido a abordar a questão [em seu discurso], mas a sua abordagem foi, na melhor das hipóteses, confusa.”, [escreveu](#) James Zogby, presidente do Arab American Institute, que complementou: “por um lado, o presidente dos EUA continua a prometer apoio total a Israel e ao seu suposto “direito de se defender”, enquanto, por outro lado, tenta moderar este apoio apelando também a Israel para que demonstre mais preocupação pelos civis palestinos.”

Ao mesmo tempo que Biden afirma que vai continuar enviando armas para Israel, fala que seus militares irão construir uma doca flutuante no Mediterrâneo para chegada de ajuda a Gaza – que vai levar pelo menos 60 dias para ser construída. Ao mesmo tempo que diz que Israel deve proteger e salvar vidas, afirma que Israel tem o direito de se perseguir o Hamas.

Essa ambiguidade, carregada de “pouco caso” foi muito bem descrita no [artigo](#) de Doyle, publicado no Arab News, aqui transcrito com tradução livre:

“Resposta vazia dos EUA à vergonhosa fome de Israel em Gaza

Os palestinos em Gaza devem estar confusos. A maioria sabe que foram as bombas americanas que as forças israelitas usaram para pulverizar quase cada centímetro quadrado do seu enclave sitiado. Pacotes de alimentos americanos também estão chegando a eles. Morte ou jantar; bombas ou pão. A maioria dos palestinos em Gaza provavelmente não assistiu nem leu “Jogos Vorazes”, mas a sensação de que as suas vidas estão a ser brincadas é forte.

Enfatizando a absurda loteria letal das entregas de ajuda, cinco palestinos foram mortos e 10 feridos quando um palete colidiu com eles depois que seu paraquedas não abriu. A

²²¹ <https://www.thenationalnews.com/opinion/comment/2024/03/08/the-mena-region-needs-more-women-in-the-workforce/>

comunidade internacional violou tantos dos princípios fundamentais do direito internacional e da prestação de ajuda que quase não vale a pena mencionar a destruição do princípio “não causar danos” neste contexto, já que até agora 23 palestinos morreram de fome e desidratação. Correção: 23 palestinos morreram de fome e desidratados.

Em Gaza, existem poucas zonas de lançamento grandes e claras, como as utilizadas na Síria, por exemplo. Os paraquedas podem pousar em edifícios perigosos, inseguros e semidestruídos. Os ventos, principalmente na alta atmosfera, podem desviá-los do curso, razão pela qual algumas paletes pousaram no Mediterrâneo. Não há forças para receber e assegurar os pacotes de ajuda, muito menos para garantir que chegam aos mais necessitados. Na verdade, os mais aptos e os mais fortes têm maior probabilidade de chegar lá primeiro, e não os que morrem de fome. Torna-se uma disputa perigosa, à medida que aqueles que sobrevivem com capim e ração animal lutam por cada pedaço.

Sim, a atual liderança americana desenvolveu uma estranha aversão de última hora a ver bebês palestinos e outras pessoas morrerem de fome. Não parece bom, mas também o bombardeamento massivo de grande parte de Gaza também não. Esta consciência mal existiu quando escolas, hospitais, mesquitas, igrejas e casas desmoronaram sob as bombas destruidoras de bunkers de 900 kg que os EUA forneceram.

O presidente Joe Biden deu um passo incomum ao atacar Israel em seu discurso sobre o Estado da União. “À liderança de Israel, digo o seguinte: a assistência humanitária não pode ser uma consideração secundária ou uma moeda de troca. Proteger e salvar vidas inocentes tem que ser uma prioridade.” Porque é que tal declaração não foi feita quando Israel impôs um cerco total em outubro, perguntam os palestinos.

Biden também anunciou um plano para construir um cais em Gaza. “Esta noite, dou instruções aos militares dos EUA para liderarem uma missão de emergência para estabelecer um cais temporário no Mediterrâneo, na costa de Gaza, que possa receber grandes remessas transportando alimentos, água, medicamentos e abrigos temporários.”

A rota marítima levará tempo para ser estabelecida. Sessenta dias, segundo o Pentágono – dias que a maioria dos palestinos não tem. Quando estiver totalmente operacional, os EUA afirmam que poderão entregar até 2 milhões de refeições por dia. O primeiro navio, espanhol, está pronto para deixar Chipre, mas não está claro como irá descarregar a sua carga. Pelo menos tem um possível benefício a médio e longo prazo.

Os lançamentos aéreos foram em grande parte para exibição. São o meio mais dispendioso, mais perigoso e menos eficiente de levar ajuda a Gaza. Ninguém no setor humanitário ficou entusiasmado com os lançamentos aéreos. Para a maioria dos palestinos, são apenas uma tentativa um tanto vazia de sinalização de virtude.

Alguns paletes [continham](#) refeições de micro-ondas, pouco úteis em uma Faixa que está privada de eletricidade desde o início de outubro do ano passado. E garrafas de molho Tabasco e doces Skittles fizeram [parte](#) do primeiro lançamento aéreo dos EUA em Gaza.

Israel permitiu isso. Talvez o Estado que impôs um cerco total a Gaza não tivesse muita escolha. Em outubro, não existia tal intenção de permitir comida e água aos palestinos. Muitos ainda se opõem a isso agora, incluindo ministros do governo. Ainda assim, Israel insistiu que deve inspecionar toda a ajuda que entra em Gaza, independentemente dos meios. Tâmaras e outras frutas secas foram rejeitadas simplesmente porque os caroços não foram removidos. A

realidade é que o número médio de caminhões **que entram** em Gaza é 20 por cento do que era antes de 7 de outubro, embora a necessidade tenha aumentado.

Uma coisa é potências locais como a Jordânia e o Egito organizarem lançamentos aéreos. Estes Estados dificilmente conseguirão levar Israel a uma mudança de comportamento. Eles compreensivelmente queriam fazer alguma coisa. Mas os EUA são uma superpotência global. Israel depende dele para ajuda militar, parceria econômica e apoio diplomático e proteção na ONU. Um presidente americano dispõe de um emaranhado de alavancas poderosas que pode utilizar se assim o desejar.²²² Biden ainda não o fez, embora os relatórios indiquem que existem planos em andamento para adiar futuras transferências de armamento americano para Israel.

É extraordinário que os EUA recorram a reduções de ajuda quando poderiam instruir Israel a abrir as fronteiras terrestres e permitir o acesso total aos caminhões. Em vez de construir um novo porto em Gaza, porque é que os EUA não insistiram que o porto de Ashdod, em Israel, fosse utilizado?

Sejamos claros. A maneira mais rápida e eficiente de levar ajuda vital a uma população faminta é por meio de caminhões e não por via aérea. A rota marítima levará algum tempo para ficar operacional, embora, a longo prazo, haja benefícios em Gaza ter um porto, desde que Israel não o bombardeie. Como deixou claro a agência humanitária Médicos Sem Fronteiras, tudo isto é uma “distração”.

Os EUA também poderiam ter lembrado a Israel que, como potência ocupante, tem responsabilidade legal pelo bem-estar da população sob ocupação. É Israel quem deveria fornecer essa ajuda, e não o contribuinte dos EUA. Israel deveria voltar a ligar a água e fornecer a eletricidade.

Tudo isto apenas chama a atenção para a fraqueza de Biden. Em vez de exercer todo o poder do seu cargo e submeter um aliado recalcitrante, ele permitiu que o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, ditasse os termos do compromisso, por mais ridículos que fossem.

Israel, claro, afirma que o Hamas desvia grande parte da ajuda. As evidências, como sempre, são escassas. Não há dúvida de que isso acontece. Mas o que importa mais: uma população faminta sendo alimentada ou se os combatentes do Hamas recebem água e farinha. Noutros contextos, a ajuda não é restringida. Nenhuma potência interrompeu a ajuda à Síria por medo de que os soldados do regime sírio pudessem obter algum arroz. Matar o Hamas de fome é admitir que usa a fome como arma de guerra, só que Israel estendeu isso a toda uma população.

À medida que os muçulmanos em todo o mundo iniciam o seu jejum do Ramadão, os palestinos em Gaza continuarão apenas com o seu jejum imposto externamente. Para eles, quase nunca há um iftar²²³ para quebrar o jejum. Do outro lado da fronteira com o Egito, a comida, a água e os medicamentos estão todos à espera. Os caminhões estão lá. O que falta é a vontade política e moral dos líderes mais poderosos do mundo, não apenas para abrirem as

²²² Os EUA usam das sanções para punir e/ou impedir ações e avanços de seus rivais. Mas não há uma sanção direcionada a Israel.

²²³ Refeição farta, feita em família, após o crepúsculo, quando encerra o jejum de 12 a 17 horas, durante o Ramadã, mês sagrado dos muçulmanos, que, este ano, começou em 11 de março – é baseado no calendário lunar.

passagens fronteiriças e receberem ajuda, mas também para acabarem com os bombardeamentos e massacres. É verdadeiramente vergonhoso.”

Considerações finais

A igualdade de gênero é vista como uma parte essencial do esforço para eliminar a pobreza e fazer a transição para economias mais verdes. Apesar dos progressos, os relatórios e estudos apontam que as mulheres continuam a suportar o peso da crise do custo de vida, da crise climática e das perturbações no mercado de trabalho

Esses mesmos relatórios e estudos recentes também apontam para a necessidade de uma abordagem holística para avançar na igualdade de gênero. Os documentos mostram que, na prática, os avanços conquistados com leis, não estão sendo alcançados na prática como deveriam. Há um gap que precisa ser preenchido. Para além das leis, é necessário promulgar políticas públicas. É necessário abordar as questões culturais arraigadas, especialmente na Região Mena e Ásia, onde mulheres são vítimas da violência baseada em gênero. É necessário envolver e formar homens para mudar mentalidades preconceituosas de gênero. É necessário abrir caminho para a ocupação feminina de cargos estratégicos e de tomadas de decisão.

O mundo árabe, que só recentemente começou a olhar para a importância do papel e da influência da mulher na força de trabalho, esbarra nas defasadas leis baseadas na Sharia, Lei Islâmica. Nesse quesito, Arábia Saudita, como guardião religioso,²²⁴ tem atuado como um farol, atualizando leis, transformando a participação das mulheres na força de trabalho, nos negócios e na liderança, promovendo ao mesmo



Mulher saudita dirige um trem de alta velocidade que transporta peregrinos para Meca. (AFP) <https://www.arabnews.com/node/2472871/saudi-arabia>

tempo o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável.²²⁵ A decisão do reino saudita de investir na participação das mulheres em áreas estratégicas, em posições-chave em ministérios e órgãos governamentais tem provocado transformações. Mas, muito ainda há que ser feito. E urgentemente.

“É urgente — mais do que nunca — que aceleremos nossos esforços para reformar as leis e promulgar políticas públicas capazes de empoderar as mulheres e permitir que trabalhem mais e abram e expandam suas próprias empresas”, disse **Tea Trumbic, principal autora do relatório do Banco Mundial**. “Atualmente, apenas metade das mulheres faz parte da força de

²²⁴ *Meca, a cidade para onde todo islão deve peregrinar pelo menos uma vez na vida, fica no Reino e toda uma infraestrutura*

²²⁵ Em 2020, um estudo do Ministério do Trabalho saudita em parceria com a Organização Internacional do Trabalho apontou as melhores áreas para avançar na igualdade de gênero e promover mudanças permanentes.

trabalho global, em comparação com quase três em cada quatro homens. Isso não apenas é injusto, mas também constitui um desperdício. Aumentar a participação econômica das mulheres é a chave para amplificar suas vozes e moldar as decisões que as afetam diretamente. Os países simplesmente não podem se dar ao luxo de marginalizar metade de sua população.”²²⁶

Além disso, como dizem os especialistas, as mulheres são fundamentais para qualquer solução climática sustentável. São as pessoas que estão mais próximas da terra, da água e de outros recursos naturais que estão cada vez mais em risco. São, portanto, também elas que melhor compreendem a importância de preservá-los.²²⁷

²²⁶ <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2024/03/04/new-data-show-massive-wider-than-expected-global-gender-gap>

²²⁷ <https://www.wfp.org/stories/how-wfp-supporting-women-crossroads-climate-change-and-hunger>

Duas Sessões: Novas Forças Produtivas

Two Sessions: New Productive Forces

André Costa Lobato
Li Yunyun (Ana LI)

Abstract. China's national legislative and advisory bodies held meetings in Beijing. The concept of "New Quality Productive Forces" was widely debated and increased investments in basic research were presented. Among the priorities, the development of artificial intelligence. Wang Yi, the top diplomat, said this year would be important for the Global South and questioned the legitimacy of the United States. A new global health research and development report points to an increase in new substances launched by Chinese companies and a trend towards nationalization of clinical trials.

Keywords: Two sessions, Artificial Intelligence, Global Health Industry,

Resumo. Os órgãos legislativo e consultivo nacionais da China realizaram reuniões em Pequim. O conceito de “Novas Forças Produtivas de Qualidade” foi amplamente debatido e o aumento dos investimentos em pesquisa básica foi apresentado. Entre as prioridades, o desenvolvimento da inteligência artificial. Wang Yi, chefe da diplomacia, disse que esse ano será importante para o Sul Global e questionou a legitimidade dos EUA. Novo relatório global de pesquisa e desenvolvimento em saúde aponta crescimento de novas substâncias lançadas por empresas chinesas e uma tendência de nacionalização dos testes clínicos.

Palavras-chave: Duas Sessões, Inteligência Artificial, Indústria Global de Saúde



• Na semana passada, a China realizou a décima quarta sessão das "Duas Sessões". As "Duas Sessões" da China referem-se às reuniões anuais do Congresso Nacional do Povo e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês. O Congresso Nacional do Povo é o mais alto órgão de poder da China, composto por representantes eleitos de todas as províncias, regiões autônomas, municipalidades e do exército, e é responsável por elaborar e revisar as leis do país, e escolher os líderes nacionais importantes. Por outro lado, a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês é um órgão político consultivo composto por representantes de diversos setores da sociedade, incluindo partidos políticos, grupos democráticos, organizações sociais, minorias étnicas, representantes religiosos, pessoas sem filiação partidária e representantes de HK, Macau e Taiwan. Sua função é apresentar sugestões e opiniões políticas, além de oferecer consultoria e participação nas grandes decisões políticas do país. Pode-se dizer que as "Duas Sessões" têm uma grande importância política na China. Durante essas reuniões, são discutidos e aprovados diversos documentos, como leis, relatórios de trabalho do governo e planos econômicos, que abrangem aspectos econômicos, sociais e culturais da China, tendo assim uma importância significativa para a direção política do país e para o desenvolvimento nacional como um todo.

Este ano, as "Duas Sessões" apresentam alguns pontos de destaque. Um conceito importante da construção do sistema industrial moderno é o de "novas forças produtivas de qualidade" (new quality productive forces em inglês, 新质生产力 em chinês), que foi primeiro proposto pelo presidente Xi em 2023. Esse termo foi frequentemente mencionado durante as

²²⁸ National Committee of the Chinese People's Political Consultative Conference. (2023, March 28). Retrieved from <http://www.cppcc.gov.cn/zxww/2023/03/28/ART11679993442602411.shtml?eqid=eb9bd8a20135de3800000026432b8a3>

²²⁹ What is National People's Congress? (2023, March). Retrieved from http://www.npc.gov.cn/npc/c2/c30834/202303/t20230303_423795.html.

²³⁰ China National Committee of the Chinese People's Political Consultative Conference Standing Committee, Report on the Proposal Work Since the First Session of the Fourteenth National Committee of the Chinese People's Political Consultative Conference. (2024, March). From Xinhua Net. <http://www.xinhuanet.com/20240310/b4a28d120130425f86b24a262aa1bef4/c.html>

²³¹ Xinhua News Agency. (2023, September 10). General Secretary Xi Jinping mentioned "new productive forces" for the first time [习近平总书记首次提到“新质生产力”]. <http://www.xinhuanet.com/20230910/article123456789.html>

²³² Government Work Report. New productive forces in the Government Work Report [《政府工作报告》里的新质生产力]. (2023, March 7). Retrieved from https://www.gov.cn/zhengce/jiedu/tujie/202403/content_6937462.htm

²³³ People's Daily. (2024, March). Empowering industrial upgrading with "AI+" [用好“人工智能+”赋能产业升级]. Retrieved from https://www.gov.cn/yaowen/liebiao/202403/content_6937351.htm

²³⁴ Qiu Shi Wang (2024, March 9). Accelerating the deep integration of artificial intelligence and manufacturing [加快推进人工智能与制造业深度融合]. Retrieved from http://www.qstheory.cn/laigao/ycjx/2024-03/09/c_1130087238.htm

²³⁵ Internet Society of China. (2023). China Internet Development Report 2023 [《中国互联网发展报告2023》]. Retrieved from <https://www.isc.org.cn/mobile/article/17333342358990848.html>

²³⁶ Global Times. China issues world's 1st legally binding verdict on copyright infringement of AI-generated images [Homepage on the Internet]. Globaltimes.cn. [cited 2024 Mar 11]; Available from: <https://www.globaltimes.cn/page/202402/1307805.shtml>

"Duas Sessões". Novas forças produtivas de qualidade são aquelas em que a inovação desempenha um papel dominante, que rompem com os tradicionais modos de crescimento econômico e caminhos de desenvolvimento das forças produtivas, caracterizadas por alta tecnologia, eficiência e qualidade, alinhadas com os princípios de desenvolvimento sustentável.

Além disso, uma nova palavra-chave no Relatório de Trabalho do Governo deste ano tem provocado discussões intensas - "Inteligência Artificial+", considerada essencial para as novas forças produtivas de qualidade. No Relatório de Trabalho do Governo deste ano, em torno do tema de acelerar o desenvolvimento de novas forças produtivas de qualidade e promover a inovação e o desenvolvimento da economia digital, foram propostas uma série de medidas concretas relacionadas a esta revolução digital. O "AI+" é uma dessas novas ações.

Existem várias interpretações sobre o que está por trás deste sinal de adição. Na visão do presidente da Xiaomi, Lei Jun, o sinal de adição representa a combinação da inteligência artificial com diversas indústrias e cenários de aplicação, aplicando efetivamente a inteligência artificial em todos os aspectos da economia nacional.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento da Internet da China de 2023, de 2012 a 2022, o tamanho da economia digital da China cresceu de 11 trilhões de yuans para 50,2 trilhões de yuans, mantendo-se por muitos anos em segundo lugar no mundo. A participação da economia digital no PIB passou de 21,6% para 41,5%. O relatório mostra que, de dezembro de 2012 a junho de 2023, o número de usuários de internet na China aumentou de 564 milhões para 1,079 bilhão, e a taxa de penetração da internet passou de 42,1% para 76,4%. Isso demonstra o enorme potencial e vantagens da China na promoção da nova geração de inteligência artificial, devido ao planejamento estratégico proativo do país nesse campo, ao grande mercado de aplicativos e ao contínuo fortalecimento da capacidade de pesquisa científica. Lei Jun também comentou: "O governo e o país estão especialmente atentos à aplicação da tecnologia de inteligência artificial em diversas indústrias, o que mantém a China na vanguarda do campo da inteligência artificial".

De acordo com o Relatório de Trabalho do Governo deste ano, é importante integrar as forças científicas e tecnológicas estratégicas nacionais com as forças científicas e tecnológicas sociais, e alcançar avanços na inovação disruptiva e inovação prospectiva. Recentemente, uma corte chinesa em Guangzhou, aplicou o primeiro caso de violação de direitos de propriedade intelectual feita por inteligência artificial, que "copiou" uma imagem do personagem fictício Ultramen.

O primeiro-ministro do Conselho de Estado, Li Qiang, apresentou no Relatório de Trabalho do Governo as tarefas do trabalho governamental deste ano, propondo aprofundar a pesquisa e aplicação de tecnologias como big data e inteligência artificial, lançando a ação "Inteligência Artificial+" para criar aglomerados digitais industriais com competitividade internacional. Durante as Duas Sessões, foi anunciada a meta de 5% de crescimento do Produto Interno Bruto do País.

- De acordo com um relatório de orçamento preliminar do Ministério das Finanças da China apresentado ao Congresso Nacional do Povo, o governo investirá 371 bilhões de yuan (US\$ 52 bilhões) em ciência e tecnologia em 2024. O aumento, de 10% em comparação com o ano anterior, é o maior desde 2019, após anos de baixo crescimento. Do total dos gastos do governo, 98 bilhões de yuan serão destinados à pesquisa básica, um aumento de 13%, segundo o relatório. O governo representa cerca de 11% dos 3,3 trilhões de yuan gastos em P&D na China, de acordo com dados oficiais. Atualmente, os gastos em P&D correspondem a cerca de 2,6% do

produto interno bruto (PIB) total da China; o valor correspondente nos Estados Unidos em 2020 foi de 3,6%.²³⁷

Diplomática^{238,239,240}

- Em coletiva de imprensa durante Segunda Sessão do 14º Congresso Nacional do Povo, Wang Yi, membro do Bureau Político do Comitê Central do PCCh e Ministro das Relações Exteriores, disse que o Sul Global já não é mais a "maioria silenciosa", "mas uma força-chave para reformar a ordem internacional e uma fonte de esperança à medida que o mundo passa por mudanças profundas nunca antes vistas em um século. Este ano será um ano de colheita para a cooperação do Sul Global e um novo ponto de partida para a unidade entre países asiáticos, africanos e latino-americanos. O Fórum de Cooperação China-Estados Árabes celebrará seu 20º aniversário. O Fórum China-CELAC contará com 10 anos de cooperação produtiva", disse Wang. Qiu Xiaoyi, representante especial para a América Latina, participou da 8ª Cúpula da Celac, em São Vicente e Granadinas. No segundo semestre, lembrou Wang, ocorrerá o próximo Fórum África-China. Ele afirmou que o objetivo é criar um brilhante "momento do Sul" na governança global.

Perguntado sobre a relação com os EUA, Wang repetiu que "a percepção errada dos EUA em relação à China continua e as promessas dos EUA não são verdadeiramente cumpridas". Ele fez uma série de perguntas: "Se os EUA dizem uma coisa e fazem outra, onde está sua credibilidade como um grande país? Se ficam nervosos sempre que ouvem a palavra "China", onde está sua confiança como um grande país? Se eles querem prosperar, mas negam o desenvolvimento legítimo de outros países, onde está a justiça internacional? Se monopolizam persistentemente o alto nível da cadeia de valor e mantêm a China no baixo nível, onde está a justiça na competição? O desafio para os EUA vem de si mesmos, não da China".

Sanitária

- A China deu grandes passos no lançamento de novos medicamentos nos últimos cinco anos, segundo relatório da Iqvia, uma consultoria estadunidense para o setor de indústria de saúde. Entre 2019 e 2023, a China ocupou o segundo lugar em número de novos medicamentos com 192 aprovações. Os EUA lideram o ranking, com 267, de acordo com o relatório "Global Trends in R&D". Juntos, Reino Unido, Itália, França, Alemanha e Espanha lançaram 182 novas substâncias. Em relação aos ensaios clínicos, o relatório aponta uma nacionalização dos testes, com o número médio de países nos ensaios clínicos diminuindo, especialmente nas fases II e III. Uma explicação é o aumento dos ensaios clínicos na China.

²³⁷ Mallapaty, S. (2024). China promises more money for science in 2024. Nature. <https://doi.org/10.1038/d41586-024-00695-4>

²³⁸ Member of the Political Bureau of the CPC Central Committee and Foreign Minister Wang Yi Meets the press [Homepage on the Internet]. Gov.cn. 2024 [cited 2024 Mar 11]; Available from: https://www.mfa.gov.cn/eng/zxxx_662805/202403/t20240307_11255682.html

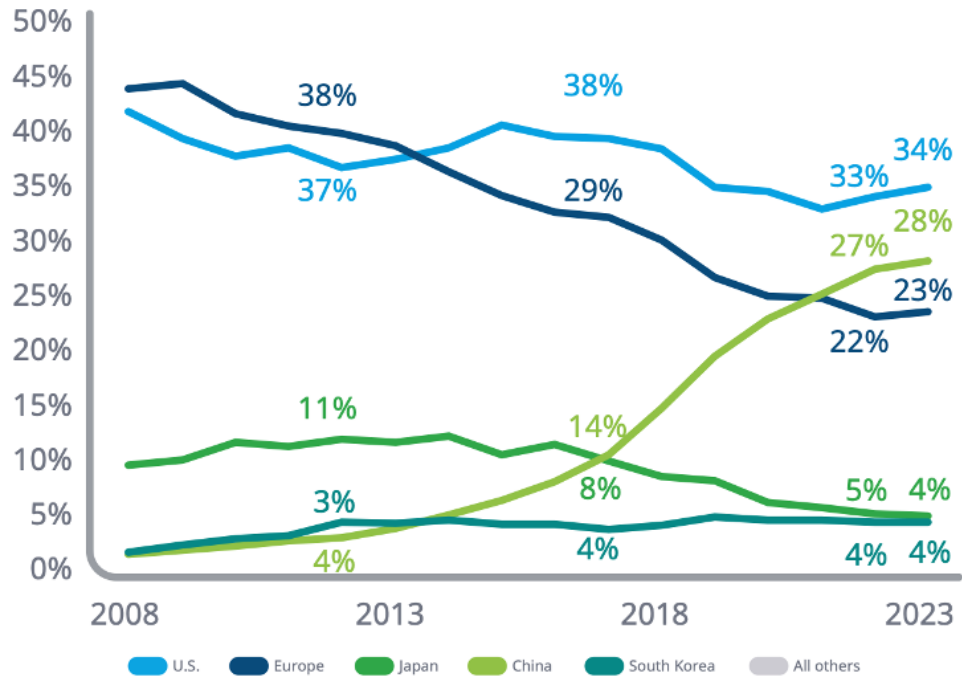
²³⁹ South China Morning Post. WATCH LIVE: China's top diplomat Wang Yi meets the press [Homepage on the Internet]. 2024 [cited 2024 Mar 11]; Available from: <https://www.youtube.com/watch?v=EPCwgL0PK34>

²⁴⁰ MFA News [Homepage on the Internet]. Gov.cn. [cited 2024 Mar 11]; Available from: <https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjbxw/>

CLINICAL TRIAL ACTIVITY

Trial starts from China-headquartered companies have risen to 28% of trial starts from 3% a decade ago

Exhibit 11: Number of Phase I to III trial starts based on company headquarters location, 2008-2023



Source: Citeline Trialtrove, Jan 2024; IQVIA Institute, Jan 2024.

Resumo :O [discurso do Estado da Nação do Presidente Biden em 2024](#) abordou vários desafios cruciais para os Estados Unidos. Biden destacou a importância da unidade e do bipartidarismo para enfrentar esses desafios. Os principais pontos incluem: **Economia, Guerra na Ucrânia, Mudanças Climáticas, Saúde Pública, Segurança Pública, Imigração e Justiça Racial**. As Academias Nacionais de Ciências, Medicina e Engenharia dos EUA prepararam anotações sobre o Discurso do presidente Joe Biden e remetem o leitor a vários recursos disponíveis.

Palavras-chave: Discurso do Estado da Nação do Presidente, Academia Nacional de Medicina dos EUA

Summary: [President Biden's 2024 State of the Nation address](#) During his recent speech, President Joe Biden addressed a number of crucial challenges facing the United States. He emphasized the importance of unity and bipartisanship in tackling these challenges. The speech covered several key topics including the economy, the war in Ukraine, climate change, public health, public safety, immigration, and racial justice. The U.S. National Academies of Sciences, Medicine, and Engineering have taken notes on the speech and provided links to various resources for those who want to learn more.

Keywords: President Biden's State of the Nation Address, National Academy of Medicine

[O Discurso do Estado da Nação do Presidente Biden 2024](#)

O discurso do Estado da Nação do Presidente Biden 2024 foi um discurso abrangente que abordou uma série de desafios importantes para os Estados Unidos da América. Ele enfatizou a necessidade de unidade e bipartidarismo para enfrentar esses desafios.

Baseado em vários artigos e no discurso mesmo pode-se enfatizar alguns pontos:

1. Economia

O presidente Biden destacou a forte recuperação econômica dos EUA, com a criação de mais de 12 milhões de novos empregos e a redução da taxa de desemprego para 3,6%.

Ele mencionou a Lei de Infraestrutura Bipartidária e a Lei de Chips e Ciência como exemplos de investimentos que impulsionam o crescimento e a competitividade americana.

Biden também abordou a inflação, reconhecendo o impacto que ela tem nas famílias americanas e prometendo medidas para combatê-la.

2. Guerra na Ucrânia

O presidente condenou a invasão da Ucrânia pela Rússia e reafirmou o compromisso dos EUA com a defesa da democracia e da liberdade. Ele anunciou novas medidas para aumentar a pressão sobre a Rússia, incluindo sanções adicionais e o fornecimento de mais ajuda militar à Ucrânia. Biden também fez um apelo à unidade nacional e internacional na resposta à guerra.

3. Mudanças Climáticas

O presidente Biden destacou a necessidade de ação urgente para combater as mudanças climáticas. Ele mencionou a Lei de Redução da Inflação como um passo importante para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e investir em energia limpa. Biden também apelou ao Congresso para aprovar mais medidas para combater as mudanças climáticas.

4. Saúde Pública

O presidente Biden abordou a pandemia da COVID-19, reconhecendo o progresso que foi feito, mas também alertando para a necessidade de continuar a tomar precauções.

Ele mencionou a Lei de Preparação, Resposta e Recuperação de Pandemias como um passo importante para fortalecer a capacidade dos EUA de responder a futuras pandemias.

Biden também apelou ao Congresso para aprovar mais recursos para combater a COVID-19.

5. Segurança Pública

O presidente Biden abordou a questão da violência armada, reconhecendo o impacto que ela tem nas comunidades americanas. Ele mencionou a Lei Bipartidária de Segurança das Comunidades como um passo importante para reduzir a violência armada.

Biden também apelou ao Congresso para aprovar mais medidas para combater a violência armada.

6. Imigração

O presidente Biden abordou a questão da imigração, reconhecendo a necessidade de uma reforma abrangente do sistema imigratório americano.

Ele mencionou a sua proposta de reforma imigratória, que inclui um caminho para a cidadania para milhões de imigrantes indocumentados.

Biden também apelou ao Congresso para aprovar uma reforma imigratória bipartidária.

7. Justiça Racial

O presidente Biden abordou a questão da justiça racial, reconhecendo o trabalho que ainda precisa ser feito para alcançar a igualdade para todos os americanos.

Ele mencionou a sua iniciativa de policiamento 21st Century Policing Initiative, que visa promover a justiça racial e a confiança entre as comunidades e as forças da lei.

Biden também apelou ao Congresso para aprovar medidas para promover a justiça racial.

[As Anotações das Academias Nacionais dos EUA \(Ciências, Medicina e Engenharia\)](#)

A Academia Nacional de Medicina dos EUA preparou uma anotação do Discurso do presidente Joe Biden e incluiu vários recursos disponíveis. Abaixo segue a lista dos temas e documentos listados pela Academia.

Em relação à Ucrânia, o presidente ressaltou a importância de apoiar o país com armas para se proteger da Rússia. Ele critica as ações anteriores de seu antecessor e de alguns

membros do Congresso que se opõem a ajudar a Ucrânia. O presidente destaca o compromisso dos Estados Unidos com a Otan e saúda a recente adesão da Suécia à organização.

Sobre a democracia americana, o presidente alerta sobre a ameaça contínua à democracia nos Estados Unidos representada pela insurreição de 6 de janeiro e as tentativas de reverter os resultados das eleições de 2020. Ele pede a todos que defendam a democracia e respeitem eleições livres e justas. O presidente critica seu antecessor e alguns membros do Congresso por tentarem esconder a verdade sobre os acontecimentos de 6 de janeiro.

O presidente mencionou duas histórias pessoais durante seu discurso. Ele falou sobre uma mulher que teve o acesso negado à fertilização in vitro por causa da reviravolta de Roe v. Wade. Ele também falou sobre outra mulher que foi forçada a viajar para fora do estado para um aborto devido a leis restritivas. O presidente instou o Congresso a codificar Roe v. Wade e garantir o direito à fertilização in vitro em todo o país.

O site refere que as Academias Nacionais estão empenhadas em ajudar cientistas, engenheiros e profissionais de saúde na Ucrânia e aqueles que foram forçados a fugir por causa da invasão russa. [Indicam este link](#) para obter mais informações sobre esses esforços.

No tema de direito reprodutivos a Academia refere o Comitê Permanente das Academias Nacionais sobre Saúde Reprodutiva, Equidade e Sociedade e a Academia Nacional de Medicina, que organizaram um webinar, *After Roe: Physician Perspectives and Workforce Implications*, em maio de 2023. E que estão disponíveis nos documentos: [Perspectivas dos médicos e implicações da força de trabalho após a revogação de Roe v. Wade: Anais de um workshop – em resumo](#) e [Desafios na prestação de cuidados que salvam vidas para pacientes grávidas após a derrubada de Roe v. Wade: Anais de um Workshop – em Breve](#)

No discurso o presidente falou sobre a solidão e o isolamento social como principais riscos à saúde pública que afetam muitos idosos. Cerca de 25% dos americanos com 65 anos ou mais estão isolados socialmente, e muitos adultos nos EUA experimentam solidão. A academia referencia o documento [Isolamento social e solidão em idosos: oportunidades para o sistema de saúde](#)

Sobre as mudanças na pesquisa de câncer a NAM refere o leitor à oficina virtual organizada pelo Fórum Nacional de Políticas de Câncer das Academias Nacionais de Ciências, Engenharia e Medicina intitulada [Inovação no Cuidado do Câncer e na Pesquisa em Câncer no Contexto da Pandemia COVID-19: Anais de um Workshop](#). Também no mesmo tema refere os documentos: [Opções para um Plano Nacional de Manufatura Inteligente](#), [Infundindo Manufatura Avançada no Ensino de Graduação em Engenharia, Manufatura Convergente: Um Futuro de Manufatura Aditiva, Subtrativa e Transformadora: Anais de uma Oficina](#) e [Explorando Recursos Avançados de Fabricação: Otimização de Topologia em Design: Anais de um Workshop](#)

O presidente mencionou que durante a pandemia, houve escassez de chips semicondutores, o que levou a um aumento nos preços de vários produtos. No entanto, empresas privadas estão investindo bilhões para construir novas fábricas de chips nos Estados Unidos, criando dezenas de milhares de empregos que pagam mais de US\$ 100.000 por ano sem exigir um diploma universitário. Minhas políticas atraíram US\$ 650 bilhões de investimentos do setor privado em energia limpa e manufatura avançada, criando milhares de empregos nos Estados Unidos. Sobre esse tema a academia listou o documento [Aprimorando a Inovação Federal em Energia Limpa: Anais de um Workshop](#)

Sobre a menção do presidente sobre *A remoção de tubos de chumbo garante água limpa para as crianças. A Internet de alta velocidade a preços acessíveis deve estar disponível em todo o lado. Investir em comunidades tribais é crucial. Estamos ajudando a agricultura familiar a se manter dentro da família. Belvidere, Illinois é uma grande história de sucesso. Milhares de empregos foram salvos e uma nova fábrica de baterias está sendo construída.* Podemos alcançar grandes coisas quando trabalhamos juntos. A Academia listou o documento [Acesso a empregos, oportunidades econômicas e educação em áreas rurais](#)

Sobre o acesso aos medicamentos a academia menciona os documentos: [Tornar os medicamentos acessíveis: um imperativo nacional](#) e [Gastos com saúde nos EUA: custos, lições e oportunidades: anais de um workshop](#)

O presidente em seu discurso falou: *Tenho orgulho de ter proposto e assinado uma lei que reduziu o custo da insulina para idosos com diabetes. Em vez de pagar R\$ 400 por mês, agora eles só precisam pagar R\$ 35 por mês. Quero estender esse limite para todos os americanos que precisam de insulina, limitando o custo em US \$ 35 por mês.*

Essa lei também deu ao Medicare o poder de negociar preços mais baixos para medicamentos prescritos, o que não apenas economizou dinheiro dos idosos, mas também reduziu o déficit federal em US\$ 160 bilhões. O Medicare está atualmente negociando preços mais baixos para alguns dos medicamentos mais caros do mercado, e eu quero dar ao Medicare o poder de negociar preços mais baixos para 500 medicamentos na próxima década, economizando aos contribuintes mais US\$ 200 bilhões.

A partir do próximo ano, a lei também limita os custos totais de medicamentos prescritos para idosos no Medicare em US \$ 2.000 por ano, mesmo para medicamentos caros contra o câncer que podem custar US \$ 10.000 a US \$ 15.000 por ano. Quero estender esse limite a todos.

O Affordable Care Act ainda é um grande negócio, já que mais de 100 milhões de pessoas não podem mais ter o seguro de saúde negado por causa de condições pré-existentes. Não permitirei que o meu antecessor e outros revoguem esta proteção. Em vez disso, estou protegendo e expandindo isso promulgando créditos fiscais que economizam US \$ 800 por pessoa por ano, reduzindo os prêmios de saúde para milhões de famílias trabalhadoras. Quero tornar esses créditos tributários permanentes.

Por último, penso que a investigação sobre a saúde da mulher sempre foi subfinanciada, apesar de as mulheres representarem mais de metade da nossa população.

Os EUA gastam mais com o parto, mas os resultados para mães e recém-nascidos são piores do que outros países com altos recursos. Uma iniciativa da Casa Branca sobre pesquisa de saúde da mulher está sendo lançada para transformar a pesquisa de saúde da mulher com US\$ 12 bilhões. Um crédito fiscal de US\$ 400 por mês durante dois anos está sendo fornecido para os americanos colocarem em sua hipoteca. As taxas de seguro de propriedade para hipotecas apoiadas pelo governo federal estão sendo eliminadas, e leis antitruste estão sendo aplicadas para reprimir grandes proprietários que aumentam os aluguéis. O plano é construir e reformar 2 milhões de casas acessíveis para reduzir os aluguéis. O acesso à pré-escola para crianças de 3 e 4 anos está sendo fornecido para dar a todas as crianças um bom começo.

Sobre este último ponto a academia menciona os documentos [Avançando na Equidade em Saúde Materna e Reduzindo a Morbimortalidade Materna: Anais de um Workshop](#), [Configurações de nascimento na América: resultados, qualidade, acesso e escolha](#) e

Sobre a afirmação do presidente sobre. Educação das crianças com foco em ciências e em um foco holístico a academia ofereceu os textos: [Ascensão e Prosperar com a Ciência: Ensinando PK-5 Ciência e Engenharia](#) e [Ciência e Engenharia na Educação Infantil até o Ensino Fundamental: O Brilho das Crianças e os Pontos Fortes dos Educadores](#), [Transformando a força de trabalho para crianças nascidas até os 8 anos: uma fundação unificadora](#), [Aprendizagem Matemática na Primeira Infância: Caminhos para a Excelência e Equidade](#) e [Identificando e apoiando programas STEM produtivos em ambientes fora da escola](#)

O Presidente asseverou que *A matemática na primeira infância é de vital importância para o sucesso educacional presente e futuro das crianças pequenas. Pesquisas demonstram que praticamente todas as crianças pequenas têm a capacidade de aprender e se tornar competentes em matemática. Além disso, as crianças pequenas desfrutam de suas primeiras experiências informais com a matemática. Infelizmente, muitos...*

Estudos mostram que as crianças que vão para a pré-escola têm quase 50% mais chances de terminar o ensino médio e ganhar um diploma de 2 ou 4 anos, independentemente de sua origem. Quero expandir a tutoria de alta qualidade e o tempo de aprendizagem de verão e cuidar para que todas as crianças aprendam a ler até a terceira série.

As academias oferecem informação sobre o tema nos documentos: [Cercado pela Ciência: Aprendendo Ciência em Ambientes Informais](#) e [Entendendo as Trajetórias Educacionais e de Carreira dos Engenheiros](#) e [Construindo a força de trabalho técnica qualificada da América e Oportunidades para o Programa de Pesquisa do Golfo: Necessidades de Mão de Obra Média Qualificada: Resumo de um Workshop](#)

O sermão do Capitólio

Adhemar Bahadian

Mais de um analista político afirma que a crise do sistema econômico-financeiro internacional, trazida e alimentada pela cartilha ideológica do neoliberalismo e sua irmã de leite globalização assimétrica, só teria saída possível através de uma regressão civilizacional ou de um salto progressista de natureza solidária e ecumênica. A dificuldade principal reside na compreensão do que seja regressão e progressista.

Na visão de Trump - e o cito aqui por óbvias razões de representar a liderança de uma corrente que não se deve ignorar nem minimizar - o "progressismo" infelizmente se apoia na crescente supressão das instituições democráticas e numa revitalização dos piores mecanismos de um capitalismo antropofágico. Não é por perseguição política que Trump está condenado a pagar meio bilhão de dólares por decisão judicial em casos e litígios que desafinam o teclado da integridade moral, da honestidade comercial e da responsabilidade cívica. Não hesito em classificar o projeto político de Trump como de natureza essencialmente "regressiva", pois nele recua-se a voluntarismos e autoritarismos que historicamente nos levaram às duas grandes guerras do século XX e ao monopólio dual, hoje um pouco mais ampliado, da capacidade de destruição nuclear da humanidade. Não entro aqui no componente teocrático do projeto político de Trump, porque sinceramente não sei quem parasita quem: se Trump é o escorpião nas costas do sapo que atravessa o rio ou se a liturgia apocalíptica encontra em Trump sua inteligência artificial. Deixo este tema, importantíssimo, para futuras reflexões.

E o discurso de Biden no Capitólio, a que veio? Antes de mais nada, parabéns a Biden por ter mostrado que ainda tem o vigor jovem de um octogenário. Fiquei a me perguntar se Biden não teria tido uma avó materna, como a que tive a felicidade de ter, que antes de qualquer teste físico ou acadêmico a que me submetia na minha infância me sapecava uma colher de sopa da Emulsão de Scott com a desculpa de que o gosto azedo ajudava a memória. Biden estava nos trinques. Sapateou no palco como um Gene Kelly. Mas, a pergunta é: a proposta de Biden é progressista?

Aqui, há pelo menos dois referenciais: progressista em relação a Trump, certamente é e dispensa maiores explicações. Progressista em relação à crise que estamos todos a enfrentar são outros quinhentos. Biden tem consciência da escorregadia conjuntura política em que vivemos todos no Ocidente, onde o mais grave é a guerra semântica sobre conceitos de extrema direita, extrema esquerda, liberdade religiosa e terrorismo cultural.

Há certamente uma algaravia de conceitos, seja por ignorância, seja por malícia, acolitadas por plataformas informacionais, muitas vezes comprometidas mais com versões do que com fatos. Talvez, Biden tenha conscientemente preferido adotar uma linha de cautela explícita nos parágrafos finais de seu texto, quando insiste na "restauração" de valores e projetos, que, sem dúvida, diante do trumpismo, é um movimento progressista claramente oposto ao projeto do "*Make America Great Again*", despidendo-o de seus valores antiamericanos, como a rejeição ao imigrante, o ódio racial e o autoritarismo neofascista contra as instituições democráticas.

Neste sentido, a América de Biden é a restauração da América como “líder do mundo”. Capaz de conviver com uma Rússia autocrática numa guerra-fria, que se resolveria, como se resolveu a primeira, pela magnitude da corrida tecnológica-armamentista. Capaz, igualmente de competir com a China, desde que haja controle tecnológico da produção chinesa e, na medida do possível, contenção da expansão chinesa na África e na América Latina.

Nesta leitura que faço do discurso de Biden, vejo interessantíssimos pontos de contacto entre o Brasil e os Estados Unidos, sobretudo na cooperação na taxação mais justa de megas-empresas como fonte de estímulo a acesso à saúde e à educação e pesquisa. Talvez, pudesse ser consenso do G-20, na próxima reunião de chefes de Estado no Brasil. Por outro lado, é inevitável antecipar que nossas relações com os Estados Unidos da América serão sempre trabalhosas, a exigir tato e argúcia, além de estrita observância dos princípios constitucionais inscritos em nossa Carta de 1988. Mais do que nunca, precisamos ler e obedecer a nossa Constituição. O que até hoje parecemos não ter percebido é que, em termos de progressismo, ela talvez seja uma das melhores bússolas para navegarmos nesses mares afetados por tantos "El Niño", vulcões subterrâneos, placas tectônicas, correntes quentes, degelo persistente e, sobretudo, muito sobretudo, infestados de piratas de olho de vidro e da perna de pau.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Adhemar Bahadian - Diplomata brasileiro aposentado. Colunista do Jornal do Brasil online e outros veículos de comunicação.

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Heliton Barros - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

João Miguel Estephano – Pesquisador do CRIS/Fiocruz

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana - Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Margareth Dalcolmo – Pesquisadora da FIOCRUZ: Membro Titular da Academia Nacional de Medicina

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Samia de Brito - Graduação ^{Tomé} e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – graduado em relações internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **90** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e, em 2023, **22** seminários, acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2024

20 de março – *Sistemas de saúde: Situação e tendências globais*

03 de abril – *A tríplice crise planetária e seus impactos sobre a saúde*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 03/2024

Período de 28 de fevereiro a 12 de março de 2024

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2024

202 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz